

organizadoras

Janine Gomes da Silva

Cristina Scheibe Wolff

Joana Maria Pedro

MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA

mulheres nas ditaduras do Cone Sul



PPGICH
Programa de Pós-graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas



organizadoras

Janine Gomes da Silva

Cristina Scheibe Wolff

Joana Maria Pedro

MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA

mulheres nas ditaduras do Cone Sul



PPGICH
Programa de Pós-graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas



| São Paulo | 2024 |



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M533

Memórias da resistência: mulheres nas ditaduras do Cone Sul
/ Organização Janine Gomes da Silva, Cristina Scheibe
Wolff, Joana Maria Pedro. – São Paulo: Pimenta Cultural,
2024.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-129-1

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-129-1

1. Gênero. 2. Memórias. 3. Feminismos. 4. Ditaduras.
5. Cone Sul. I. Silva, Janine Gomes da (Org.). II. Wolff, Cristina
Scheibe (Org.). III. Pedro, Joana Maria (Org.). IV. Título.

CDD: 305.321

Índice para catálogo sistemático:

I. Feminismo

II. Ditadura

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2024 as autoras e os autores..

Copyright da edição © 2024 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini Milena Pereira Mota
Imagens da capa	Elaine Schmitt
Tipografias	Acumin, Belarius, Gravtrac
Revisão	Tascieli Feltrin Tamy Amorim da Silva Morgani Guzzo
Organizadoras	Janine Gomes da Silva Cristina Scheibe Wolff Joana Maria Pedro

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 4

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil



Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México



Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica

Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patrícia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai

Universidade Federal de São Carlos, Brasil



PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Apresentação 11

Maria Amélia de Almeida Teles

Prefácio14

CAPÍTULO 1

Janine Gomes da Silva

Cristina Scheibe Wolff

Joana Maria Pedro

**Gênero e memórias
nas ditaduras do Cone Sul**.....23

CAPÍTULO 2

Camila Nascimento Azevedo

Eloisa Rosalen

Lucimari de Oliveira Siqueira

Mariane Silva

Musa Santos

Tauana Olívia Gomes Silva

**Resistências e feminismos:
as memórias das mulheres sobre a ditadura brasileira**50

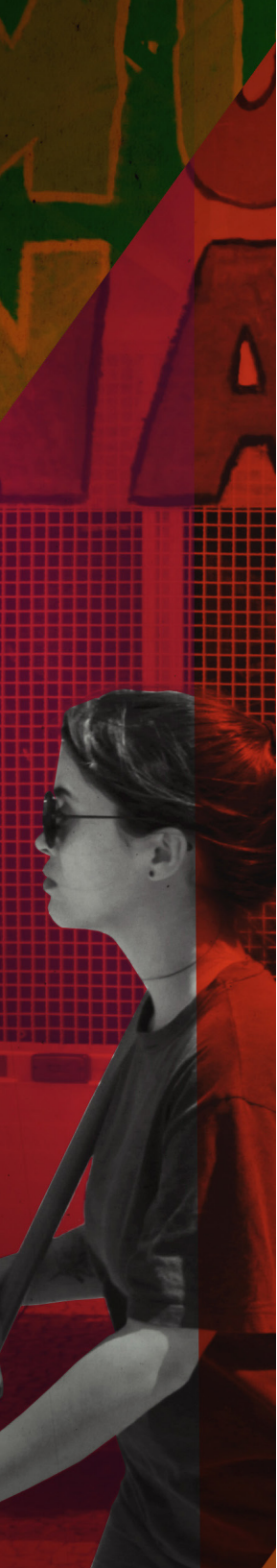
CAPÍTULO 3

Ana Maria Veiga

Joana Vieira Borges

Soraia Carolina de Mello

**Autoritarismos, guerrilhas
e teoria feminista:
histórias que se conectam na Argentina**..... 115



CAPÍTULO 4

Fernando Damazio dos Santos

Gleidiane de Sousa Ferreira

Heloísa Nunes dos Santos

Construir espaços e fabricar ideias:

a luta (em curso) por democracia, justiça social

e memória na história recente da Bolívia 167

CAPÍTULO 5

Andreia Amorim

Cintia Lima Crescêncio

Danielle Dornelles

“Nós não tivemos

o medo como possibilidade”:

mulheres e feminismos no Chile (1970-1990) 218

CAPÍTULO 6

Josiély Koerich

Larissa Freitas

Lucas Fernandes Silochi

Tamy Amorim da Silva

Paraguai:

mulheres engajadas na resistência

contra a ditadura 255

CAPÍTULO 7

Lidia Schneider Bristot

Raísa Gomes

Caminhos entrecruzados

do feminismo Uruguaio 313

Sobre as autoras 376



APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado de anos de pesquisas sobre as ditaduras e os feminismos no Cone Sul. Ele retrata um período de terrorismo de Estado e a resistência que as mulheres protagonizaram em diferentes países do Cone Sul, como Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. O contexto de cada país definiu as formas de luta, e a trajetória destas lutadoras mostra a potencialidade de suas ações como militantes, integrantes de organizações políticas, clandestinas, exiladas, torturadas, etc. As experiências de vida de várias delas estão retratadas nesta obra, dividida em sete capítulos.

No primeiro, as organizadoras contam algumas histórias da pesquisa nestes diferentes países, bem como, problematizam questões relacionadas às memórias, gênero e feminismos no Cone Sul. Resistências, histórias de vida e memórias “abrem” a obra, convidando as/os leitoras/es a conhecerem as narrativas de algumas mulheres que concederam entrevistas às pesquisadoras (as professoras e estudantes de vários níveis) integrantes do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH/UFSC.

Os seis capítulos seguintes apresentam estas histórias a partir das entrevistas de mulheres que viveram as ditaduras nos diferentes países pesquisados. Em “Resistências e feminismos: as memórias das mulheres sobre a ditadura brasileira”, Camila Nascimento Azevedo, Eloisa Rosalen, Lucimari de Oliveira Siqueira, Mariane Silva, Musa Santos e Tauana Olivia Gomes Silva tematizam a ditadura civil-militar no Brasil, especificamente entre os anos de 1964 a 1985, especialmente a partir das narrativas de vida de Arabela Pereira Madalena, Olivia Rangel Joffily, Elisabeth Therezinha de Vargas e Silva e Silvia Pimentel.

No terceiro capítulo, Ana Maria Veiga, Joana Vieira Borges e Soraia Carolina de Mello apresentam “as histórias que se conectam na Argentina”, principalmente a partir das entrevistas de Leonor Calvera, Alejandra Ciriza, Nora Llaver e María Luisa Femenías. Na sequência, Fernando Damazio dos Santos, Gleidiane de Sousa Ferreira e Heloísia Nunes dos Santos partem das histórias de Loyola Guzmán e Silvia Rivera Cusicanqui para nos apresentar a Bolívia.

No quinto capítulo, Cintia Lima Crescêncio, Andreia Amorim e Danielle Dornelles apresentam histórias de mulheres e feminismos no Chile a partir, especialmente, das narrativas de Margarita Iglesias e Teresa Valdés. No sexto capítulo, Josiély Koerich, Larissa Freitas, Lucas Fernandes Silochi e Tamy Amorim da Silva apresentam a resistência contra a ditadura no Paraguai a partir das narrativas de Guilhermina Kanonnikoff Flores, Line Bareiro Bobadilla, Maguiorina Balbuena Cardozo e Stella Maris Rojas Vittore. O último capítulo, escrito por Lidia Schneider Bristot e Raísa Gomes apresenta os “caminhos entrecruzados do feminismo uruguaio” acompanhando as trajetórias de Glória d’Alessandro, Margarita Percovich, Carmen Beramendi, Lilian Celiberti e Alma Espino.

As histórias presentes neste livro são frutos de inúmeras pesquisas desenvolvidas no LEGH, iniciadas em 2005. Nem todas/os as pesquisadoras/es estão presentes nos capítulos, mas, de certa maneira, podemos dizer que as escritas destes capítulos foram possíveis a partir de intensos debates com pesquisadoras/es que, hoje, encontram-se espalhadas/os por várias regiões do Brasil. Muitas das pesquisas desenvolvidas no laboratório sobre gênero, feminismos e as ditaduras no Cone Sul, foram publicadas em revistas e livros nos últimos anos, no Brasil e no exterior. Mas, concomitantemente a estas publicações, preparamos este livro. É uma longa história, iniciada em 2015.

Do desejo de publicar este trabalho, fizemos reuniões, discutimos formatos, retomamos leituras. O tempo passava, a equipe

se envolvia com outras publicações, e como este projeto não tinha financiamento, outras publicações passaram à frente. E, foi assim, com tempo e carinho, que este livro foi preparado. Demorou, mas de algum modo, marca nossa contribuição com um momento de se “trazer à memória” os 60 anos do infame golpe militar que o Brasil sofreu. Que as experiências narradas neste livro, entre outras coisas, nos permitam homenagear a todas/os/es que lutaram pelas democracias no Cone Sul e mostrar às novas gerações os horrores dos “anos de chumbo”.

Agradecemos imensamente a todas as pessoas que concederam entrevistas para nossas pesquisas, a maioria das entrevistadas não estão citadas, mas certamente “inspiraram” nossas escolhas e escrita. O LEGH é uma rede e, assim, deixamos aqui nosso profundo agradecimento a todas as pessoas que de alguma maneira participaram deste trabalho coletivo. Quem pesquisou, quem escreveu, quem transcreveu entrevistas, quem revisou. E agradecemos, especialmente às/os autoras/es dos capítulos e à Tamy Amorim da Silva e Morgani Guzzo pela revisão. Agradecemos também ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/UFSC, pela publicação.

A todas as pessoas fica aqui nosso convite para conhecer estas histórias e as pesquisas desenvolvidas em nosso laboratório.

As organizadoras.

PREFÁCIO

*Maria Amélia de Almeida Teles
(Amelinha Teles)*

Fiquei encantada com o convite feito pelas historiadoras Joana Maria Pedro, Janine Gomes da Silva e Cristina Scheibe Wolff para prefaciar este livro.

É uma publicação que reúne testemunhos de mulheres brasileiras, argentinas, uruguaias, bolivianas, chilenas e paraguaias que lutaram contra as ditaduras que se instalaram nos países da nossa região nos anos de 1960 e 1970 e que marcaram profundamente a história política de diversas gerações, com repercussões intensas até os dias de hoje.

São mulheres que procuram preservar e destacar as memórias e lembranças de suas trajetórias e de outras militantes, protagonistas de lutas emblemáticas. São mulheres que atuaram e atuam à frente de seu tempo. São mulheres que devem ser inscritas com dignidade na História.

É um desafio grande falar algo deste trabalho que me toca profundamente, que faz parte da minha história de militância política, das experiências transformadoras de vida e de ações de rebeldia em busca de liberdade, democracia e justiça social que ocorreram em diversos momentos e lugares. Trazer a público essas mulheres é uma reviravolta na nossa juventude inconclusa, quando a alegria e a tristeza se misturavam em ações e tempos que corriam mais rápido que as certezas e as incertezas tão presentes em nossas vidas. Quantas vezes, vibramos com as vitórias alcançadas pelos vietcongs, que buscavam independência e democracia contra o belicismo yanque.

Quantas vezes tivemos nossos gritos e choros sufocados com as perdas de companheiras e companheiros que sonhavam, como nós, com a América Latina Liberta? Quantas mensagens de solidariedade enviamos a Angela Davis em defesa de sua imediata libertação!

Em cada uma dessas mulheres, eu escuto minha história, eu sinto minha vida entrelaçada aos fatos, circunstâncias e situações que atravessam as experiências, os tempos, os espaços afetivos, sociais e políticos aqui narrados. É uma volta grande que a gente dá nos tempos de ontem e de hoje. Os percalços do passado e do presente não impediram e não impedem que essas mulheres sigam de cabeça erguida em busca de dias melhores. Seguem com expectativas, perspectivas e projetos de esperança transformadores.

São mulheres que travaram rupturas com as ordens patriarcais em diversos momentos, dentro das famílias, no trabalho, nos sindicatos, nas igrejas e organizações revolucionárias clandestinas para enfrentarem as ditaduras.

São mulheres contemporâneas e que, com algumas delas, militei e ainda milito diretamente, como é o caso da Sílvia Pimentel. Eu a conheci em meados dos anos 1970, nas reuniões que fazíamos na PUC-SP. Organizávamos as manifestações do dia 8 de Março. Ali também participaram tantas e tantas mulheres que denunciavam a ausência de direitos e das leis discriminatórias, a ditadura dos nossos corpos e a censura brutal, que nos colocava incomunicáveis, interditas e impedidas de exercer o livre arbítrio. Começamos a perceber e explicitar que tínhamos direitos aos nossos corpos, à sexualidade livre, direito de decidir, de escolher e de ter desejos. Retomávamos os discursos de que sem nossa participação política não haveria democracia. Hoje, a Sílvia Pimentel tem uma disciplina no curso de Direito da PUC: Gênero e Direitos Humanos e, sempre que possível, participo também.

Nossas companheiras chilenas nos ensinavam: “democracia em casa e na rua”. Aprendíamos aos trancos e barrancos a linguagem da autonomia e de uma vida igualitária dentro de casa. Desfraldamos a bandeira da Anistia que começava, então, a reunir mulheres e homens que desejavam o fim das perseguições e prisões de militantes da oposição. Lutávamos por liberdades políticas. Começávamos a nos apresentar em público em defesa das bandeiras feministas. Ao reivindicarmos anistia política, reivindicávamos também liberdade para os nossos corpos e denunciávamos a violência sexual e estupro a que muitas de nós haviam sido submetidas nas prisões. Trazíamos, também, as lutas por creches e contra a carestia. Mais tarde, saímos em defesa da Constituinte: “A mulher não se engana, Constituinte livre e soberana”.

Um pouco antes, participávamos de lutas clandestinas nas quais a famigerada censura, a segurança, a perseguição constante e violenta, as prisões arbitrárias, os assassinatos e desaparecimentos forçados de companheiras e companheiros proibiam qualquer debate sobre as ideias feministas, inovadoras e libertárias que nós tanto buscávamos.

Quando começaram a circular os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* (1975 e 1976), nós feministas pudemos, de alguma forma, ainda que timidamente, tratar dessas questões em alguns acanhados espaços públicos. Não podemos esquecer que naquele ano de 1975, em outubro, saiu o nº. 0 do *Brasil Mulher* e, ao mesmo tempo, Vladimir Herzog, diretor do Departamento de Jornalismo da TV Cultura, em São Paulo, era assassinado sob torturas, no DOI-Codi, quando foi convocado para prestar depoimento. Naquele mesmo momento e local, estavam presas/os e sendo torturadas/os cerca de 96 militantes do Partidão (PCB), sendo 20 mulheres, conforme o depoimento de Marise Egger Moelwald¹. O feminismo brasileiro torna-se público em plena ditadura.

1 Marise Egger Moelwald, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro, em *Luta: Substantivo Feminino*, 2010, p. 83.

Nos encontros, conhecemos mulheres que chegavam do exílio e traziam debates políticos intensos, que contribuiriam com novos argumentos para romper o cerco da ditadura e de militantes que não consideravam importantes os nossos anseios e as nossas reivindicações. Muitos, inclusive companheiros da militância cotidiana, consideravam até inoportunas nossas lutas. Não as colocavam nas suas agendas políticas.

Mesmo assim, discutimos os nossos feminismos incipientes, as relações desiguais de poder entre nós e eles. Discutíamos, com afinco, a sobrecarga do trabalho doméstico, a dupla jornada, a gravidez e o direito ao aborto e a gritante desigualdade salarial. A violência doméstica e sexual discutíamos também. Esta questão, quase sempre tornava-se acirrada: o assunto era visto por alguns deles como uma grave ameaça à unidade da classe trabalhadora.

Tudo isso era tratado com dificuldades teóricas, poucos argumentos e com muitas dúvidas. Crescemos e, no século XXI, na sua primeira década, conquistamos a Lei Maria da Penha que enfrenta a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Mais tarde, conseguimos a lei do Femicídio, em 2015, quando ainda era Presidenta da República Dilma Rousseff, também ex-presa política e primeira mulher a exercer este cargo.

O controle da natalidade, um tema ainda pouco investigado como política de Estado, era tratado por nós com pouca informação e com muitas dificuldades teóricas. Na ditadura, lutávamos pelo direito a ter ou não filhos/as, denunciávamos as políticas controlistas e o emprego de métodos invasivos, desrespeitosos e prejudiciais à saúde da população e, particularmente, das mulheres. Na Constituição Federal de 1988, conseguimos que fosse incorporado o parágrafo 7º. do art.226 que diz:

Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos

educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Isto foi resultado de esforços de diversos setores democráticos, principalmente dos movimentos feministas e de mulheres negras para barrar as esterilizações forçadas tão frequentes naqueles tempos.

Aprendemos a nomear nossas necessidades em relação aos direitos aos nossos corpos e aos direitos sexuais e reprodutivos, numa articulação feminista regional e internacional. Antes disso, não tínhamos compreensão nem repertório para expressar nossas insatisfações, nossos incômodos e nossas reais necessidades. Mas não deixávamos de protestar e reclamar, de cavar um espaço para romper com o cerco ditatorial, patriarcal, racista e misógino que nos sufocava e ainda sufoca.

Às vezes, tratávamos de maneira confusa, as diferenças e as desigualdades. Entendíamos, muitas de nós, que todas as mulheres são iguais, o que não é real. Graças aos esforços insistentes de feministas negras, passamos a ver que não somos todas iguais. Aprendemos que as diferenças são fundamentais. Devem ser consideradas, pois elas nos potencializam, nos tornam mais criativas e protagonistas de transformações profundas. Daí a importância das organizações de mulheres indígenas, negras, transmulheres entre outras tantas. Não são apenas lutas identitárias, como nos acusam, mas sim lutas fundamentais, capazes de remover as estruturas racistas e sexistas. Não podemos admitir que as diferenças sejam usadas para justificar as desigualdades sociais, étnico-raciais, de classe e de gênero. Temos que repudiar e erradicar as desigualdades sociais.

Para isso, construímos, coletivamente, uma agenda política de proposições e ações de enfrentamentos e combates das desigualdades de gênero e de raça/etnia. Aprendemos a formular e defender os direitos humanos das mulheres. Aderimos às lutas das nossas companheiras de outros países da nossa região: “Sem as mulheres, os direitos não são humanos”.

Esta publicação trata de histórias que se fazem e se refazem todos os dias. Às vezes, conquistamos, às vezes perdemos, mas nunca voltamos a ser as mesmas. Somos cada vez mais protagonistas de nossas vidas e de nossas lutas. Não poderíamos ser de outro jeito. As mulheres aqui entrevistadas são nossas referências. Compartilham conosco as vivências e os aprendizados que enriqueceram e enriquecem nossos feminismos atuais.

No primeiro capítulo, as organizadoras apresentam as pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Estudos de Gênero sobre memórias nas ditaduras do Cone Sul.

No segundo capítulo, encontramos as brasileiras, conhecidas por nós há quase meio século. Acima já falei da Silvia Pimentel. Olívia Rangel e Beth Vargas, ambas recém chegadas do exílio na época, conheci depois de promulgada a lei da Anistia, em 1979, em reuniões no Sindicato dos Jornalistas para preparar as nossas passeatas e encontros. Como, naquela época, eu ainda era militante do PCdoB, tivemos, eu e a Olivia, uma atuação coletiva em algumas atividades. Com a Beth Vargas, atuamos no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, onde coordenei os trabalhos da Comissão de Creche e da Constituinte.

Vi nascer o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo. Fui convidada por homens pretos, como José Adão, o Hamilton Cardoso (falecido) e o Milton Barbosa. Recebi, também, um convite especial da Fátima Ferreira. Foi uma linda manifestação que enegreceu o centro de São Paulo. Talvez ali estivesse também Arabela, com sua experiência na luta feminista contra a discriminação racial.

Com o MNU, discutimos pela primeira vez, a esterilização forçada nas mulheres periféricas, pobres e negras. Com Lélia Gonzalez (1933-1994) aprendemos sobre os feminismos interseccionais e o quanto é racista/sexista a nossa sociedade.

No capítulo seguinte, encontramos mulheres argentinas que trazem suas diversas vivências e seus estudos. Leonor Calvera se aproxima do feminismo por meio de uma amiga, Nelly Bugallo. Com Maria Luisa Bemberg e Gabriella Christeller se reúnem no Café Tortoni, em Buenos Aires. Quando surgiu a *Unión Feminista Argentina* (UFA), fizeram grupos de “conscienciação”, nos anos de 1970 e 1980.

Alejandra Ciriza, que era do PRT, e Nora Llaver, do grupo Montoneros, relataram de maneira crítica sua militância. Maria Luiza Femenias escreve sobre sua trajetória feminista e acadêmica. As argentinas são sempre lembradas com suas consignas: “*Somos malas e podemos ser peores*”.

O quarto capítulo aborda as trajetórias de mulheres que lutaram na Bolívia, como Loyola Guzmán Lara e Silvia Rivera Cusicanqui. Neste caso, autoras e o autor fizeram um relato distinto dos demais capítulos. Isto porque encontraram dificuldade de obter autorização para o uso de suas entrevistas para este livro.

Loyola Guzmán, me lembro muito dela. Tivemos uma atuação juntas na Federação dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos da América Latina e do Caribe (FEDEFAM), fundada em 1981, na cidade de San Jose da Costa Rica. Loyola era uma de suas dirigentes, com quem aprendi que “enquanto houver corpos insepultos não haverá democracia.” Fiquei muito emocionada em saber que ela está nesta publicação com um relato de sua vida de guerrilheira, de seu marido desaparecido, Felix Melgar, e de sua gravidez na prisão. Como falou a Criméia Alice Schmidt de Almeida, seqüestrada e torturada grávida (1972/1973), nessas condições, nós mulheres podemos dar uma resposta inesperada: “... à ameaça de morte, podemos responder com uma nova vida.”²

O quinto capítulo “Nós não tivemos medo como possibilidade: mulheres e feminismos” traz os relatos de duas militantes da resistência contra a ditadura do Pinochet (1973- 1990): Margarita Iglesias do MIR (*Movimiento de Izquierda Revolucionaria*), hoje professora de História da Universidade do Chile; e Teresa Valdés do MAPU (*Movimiento de Acción Popular Unitaria*), que se tornou, mais tarde, pesquisadora sobre mulheres e questões reprodutivas.

O texto seguinte “Paraguai: mulheres engajadas na resistência contra a ditadura” trata das trajetórias de mulheres paraguaias que atuaram na resistência à ditadura daquele país (1954–1989). Guillermina Kanonnikoff Flores participou da *Organización Primero de Marzo*. Foi presa, grávida. Quanta luta! Quantas crianças nascidas nas prisões? É uma pergunta que não se cala. Precisamos falar sobre isto.

Stella Maris Rojas Vittore também foi presa, grávida. Foi para o exílio e quando voltou teve experiências dolorosas. A mídia e as autoridades políticas paraguaias ouviram apenas os relatos de seu ex- esposo. Eles não escutaram sua dor.

Maguiorina Balbuena Cardozo atuou junto aos camponeses, como integrante da *Juventud Agraria Católica*. Viveu exilada no Brasil depois de sua prisão no Paraguai. Voltou ao seu país e lá, junto com outras camponesas, criaram várias organizações de mulheres, sendo uma delas, a *Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas*, em 1999.

Line Bareiro nos conta como se inseriu no feminismo a partir de sua participação no movimento estudantil e no teatro, ambos críticos à ditadura. Quanta contribuição aos feminismos latinoamericanos e caribenhos.

O último capítulo trata das mulheres do Uruguai sendo que a mais conhecida por nós, feministas brasileiras, é a Lilian Celiberti, mãe de duas crianças à época, sequestrada no Brasil e transferida

para o Uruguai onde permaneceu presa por cinco anos. Saiu em 1983 e tornou-se feminista atuante. É uma das responsáveis pela Revista *Cotidiano Mujer* e pela criação da *Coordinación de Mujeres*.

Gloria D'Alessandro, falecida em 2021, militou no movimento estudantil e, aos 20 anos, entrou para o Partido Socialista Uruguaio. Em 1989, criou o *Instituto Mujer y Sociedad*, quando passou a se dedicar às mulheres.

Margarida Percovich participou de diversas atividades políticas sem contudo, chegar a ser presa. Entendeu-se feminista quando conheceu as mulheres do *Grupo de Estudios Sobre La Condición de La Mujer Uruguaya* e a revista *Cacerola*. Chegou a ser Deputada e Senadora.

Carmen Beramendi entrou no movimento estudantil e chegou a ser do *Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros* (MLN), onde montava a infraestrutura das ações. Foi presa de 1972 a 1979 e conviveu em cativeiro com 35 mulheres e seus filhos. Depois da prisão pertenceu ao *Sindicato de Trabajadores de La Industria Pesquera*, onde chegou a ser presidenta. Em 1990, foi eleita Deputada pelo Partido Comunista.

Quanta Luta, quanta História!

Publicação que deve ser lida e relida com atenção e carinho para que não se permita o apagamento da memória das mulheres. Para que não se permita o negacionismo da História. Para que alcancemos a tão sonhada democracia com justiça social.

São Paulo, 11 de outubro de 2022.



1

*Janine Gomes da Silva
Cristina Scheibe Wolff
Joana Maria Pedro*

GÊNERO E MEMÓRIAS NAS DITADURAS DO CONE SUL

Este livro é resultado de anos de pesquisa sobre as ditaduras e os feminismos no Cone Sul. Ao longo das últimas décadas, o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) vem se consolidando como um importante espaço acadêmico para os campos dos estudos de gênero, da história oral e dos feminismos no Cone Sul.

A história do Laboratório remonta ao ano de 1985, com a criação do Núcleo de Informação e Pesquisa em História do Trabalho, em um primeiro momento sob a coordenação das professoras Joana Maria Pedro e Lígia Czesnat e, a partir de 1986, contando também com a professora Maria Bernardete Ramos Flores. O primeiro resultado dos trabalhos desenvolvidos naquele momento foi o livro *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*, publicado no ano de 1988. Esta investigação inaugurou uma tradição presente até hoje no LEGH: o trabalho em equipe entre professoras e estudantes em projetos de pesquisa (Wolff, 2017). Nos anos 1990, o Núcleo incorporou mais duas professoras: Cristina Scheibe Wolff, em 1992, e Roselane Neckel, em 1996.

Em 2001, muitos núcleos de pesquisa da UFSC tornaram-se laboratórios, desse modo, o Núcleo de Informação e Pesquisa em História do Trabalho passou a se chamar Laboratório de História Social. Nesse momento, estavam sendo realizadas pesquisas sobre a história do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis, a Oktoberfest e outras festas em Santa Catarina, aborto e infanticídio em Florianópolis, índias pegadas - índias e brancos no Sul do Brasil, e várias outras que se seguiram. No ano de 2004, a professora Maria Bernardete Flores saiu do Laboratório e montou um outro, o Laboratório de História e Arte (LabHarte)¹ (Wolff, 2017). Um ano depois, em maio de 2005, as professoras Joana, Roselane e Cristina

1 Desde 2018, o LabHarte, assim como o antigo Laboratório de Memória, Acervos e Patrimônio (LAMAP), se fundiram e compuseram o Núcleo de Estudos em Políticas da Escrita, da Memória e da Imagem (NEPEMI) da UFSC. Para mais informações sobre o NEPEMI, ver: <https://nepemi.sites.ufsc.br/>.

decidiram transformá-lo no Laboratório de Estudos de Gênero e História, o LEGH, que permanece até hoje (Crescêncio *et al.*, 2017)².

É interessante contextualizar que a ampliação de espaços dedicados à pesquisa acadêmica feminista e aos estudos de gênero dentro da UFSC fez parte da expansão da produção de conhecimento feminista ocorrida nas últimas décadas do século XX, consolidando-se, primordialmente, na primeira década do século XXI, a partir da criação e ampliação de Núcleos e Laboratórios especializados na área (Ire; Silva, 2019), que deram, também, origem ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG)³.

Outra importante questão a ser sublinhada é que, a partir de 2005, as pesquisas sobre o período das ditaduras no Cone Sul desde uma perspectiva de gênero tornaram-se mais frequentes no LEGH, desenvolvidas por Cristina, Joana e Roselane. Suas pesquisas procuravam abordar a história da criação do movimento feminista no Cone Sul, a partir dos anos 1970, no contexto das ditaduras militares, e as questões de gênero que atravessavam os movimentos de resistência a essas ditaduras (Silva; Pedro; Wolff, 2018). As viagens de pesquisa das três professoras - e de Janine Gomes da Silva, a partir de 2012, e de Soraia Carolina de Mello, a partir de 2020 - foram importantes para a construção do acervo do LEGH. Dele⁴ fazem parte documentos, livros e entrevistas realizadas pelas professoras e por estudantes nas viagens aos países do Cone Sul, o que contribui para a construção da história das ditaduras nesses países⁵ por um viés feminista (Ire; Silva, 2019).

2 Salienta-se que algumas partes deste texto, especialmente sobre o histórico do laboratório e das pesquisas realizadas, foram publicadas em outros periódicos e coletâneas.

3 Para mais informações sobre o IEG, ver: www.ieg.ufsc.br.

4 Um detalhamento sobre o acervo do LEGH pode ser encontrado na dissertação de mestrado de Binah Ire Vieira Marcellino (2020).

5 Entendemos as ditaduras do Cone Sul como um conjunto de países, englobando Paraguai (1954-1989), Argentina (1966-1973 e 1976-1983), Bolívia (1964-1982), Brasil (1964-1985), Uruguai (1973-1985) e Chile (1973-1990), que foram palco de golpes de Estado e ditaduras, terminando somente na década de 1980 e 1990 com os respectivos processos de redemocratização (Sader; Jinkings, 2006).

Da construção do Laboratório fazem parte também estudantes de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), além de pesquisadoras/es de pós-doutorado. Constantemente, as/os/es integrantes do Laboratório propõem novas questões e debates sobre os diversos temas relacionados aos estudos feministas e essas pesquisas compõem importante parte do acervo do LEGH. Nesse momento, nosso acervo é composto por três principais tipos de documentos: o acervo bibliográfico, o acervo de entrevistas orais e audiovisuais e as coleções de documentos primários, dos quais fazem parte fotografias, panfletos, jornais e revistas feministas, entre outros. Também destacamos que, pelas viagens pelo Cone Sul, consultamos muitos arquivos, bibliotecas, centros de documentação, museus e organizações não governamentais (especialmente ligadas aos direitos humanos), fotocopiando e digitalizando documentos importantes referentes às histórias destes países.

Há, em nosso acervo, fotos digitais, fotocópias e documentos originais (geralmente recebidos por meio de doação) de jornais feministas, revistas feministas, jornais e panfletos de grupos de esquerda, partidos e grupos guerrilheiros, dos diferentes países pesquisados. Sobre a imprensa alternativa de esquerda, por exemplo, temos uma coleção de periódicos (com documentos originais e/ou cópias, nem sempre completa), com exemplares da Argentina (*Izquierda* e *Estrella Roja*), do Chile (*Compañero*) e do Uruguai (*Vanguardia*, *Tupamaros*, *Marcha* e *Combate*). Sobre a imprensa feminista, temos coleções da Argentina (*Brujas*, *Todas*, *Persona*, *Mujeres: por fin nosotras*), da Bolívia (*La Escoba*), do Chile (*El Rebelde*), do Paraguai (*La Microfona* e *Enfoques de Mujer*), do Uruguai (*Ser Mujer*, *La Cacerola* e *Cotidiano Mujer*) e do Brasil (*Nosotras*, *Nós Mulheres*, *Chanacomchana*, *Mulherio*).

No Brasil, a equipe do LEGH pesquisou em diferentes arquivos e ou centros de documentação, como o Centro da Informação da Mulher (CIM), a União de Mulheres de São Paulo (UM-SP), o Centro de Documentação e Memória da UNESP, o Centro de Documentação

e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEDIC/PUC-SP) e o Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp). Há, ainda, no acervo do LEGH, um novo tipo de coleção de arquivos: os arquivos digitais, dentre estes vídeos de entrevistas, um webdocumentário e um conjunto temático de vídeos⁶ e os e-books⁷ produzidos pelo Laboratório (Nunes; Zacchi, 2020).

Até 2019, o acervo de história oral do LEGH contabilizava o total de duzentas e trinta e oito (238) entrevistas com pessoas dos países do Cone Sul - a grande maioria já transcritas - gravadas em formato de áudio (Ire; Silva, 2019). A sistematização de todas essas fontes era catalogada com o nome "Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990)". Essa é a maior coleção do Laboratório, já que agrupa e tem relação com a grande maioria dos projetos realizados.

O segundo fundo documental é o do Projeto "Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)"⁸, que conta com trinta e uma (31) entrevistas gravadas em vídeo, uma novidade até então em nossas pesquisas. Além disso, possui um amplo levantamento de bibliografias, periódicos feministas e da imprensa alternativa encontrados nas viagens de pesquisa e em acervos em todo o Brasil. Este projeto contou com uma grande equipe de pesquisadoras e pesquisadores, envolvendo, além do LEGH e do Programa de

6 No site do Mulheres de Luta encontram-se o livro e o webdocumentário resultados deste projeto, disponíveis em <https://www.mulheresdeluta.ufsc.br/>. Acesso em: 17 fev. 2024. O conjunto temático de vídeos intitulado Políticas da Emoção e do Gênero no Cone Sul está dividido em doze minidocumentários, que podem ser acessados pelo canal do LEGH no Youtube, disponível em: <https://youtube.com/playlist?list=PLKdITyXnoNbb5paoJ5K69WdvqAXjdsyZ>. Acesso em 17 fev. 2024.

7 Ver em: <https://legh.cfh.br/publicacoes/>. Acesso em 17 fev. 2024.

8 Foi um dos importantes projetos do LEGH, coordenado pela professora Cristina Scheibe Wolff e financiado pela CAPES através do Edital "Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais". Os resultados desse projeto podem ser consultados no livro (<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201257>), no Webdocumentário (www.mulheresdeluta.ufsc.br) e na playlist no Canal do LEGH no Youtube (https://youtube.com/playlist?list=PLKdITyXnoNYeN9VY_cXuYa7yNzRII-8).

Pós-graduação em História da UFSC, programas de pós-graduação e departamentos de graduação de várias universidades do país e de outras duas universidades do exterior⁹.

A terceira e última coleção oral do LEGH se chama “Políticas das emoções e do gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul”¹⁰, que possui onze (11) fontes orais/visuais. Uma característica que marca as entrevistas deste projeto foi o enfoque metodológico que aborda com as/os entrevistadas/os as emoções e subjetividades nos contextos de repressão das ditaduras. Seguindo as experiências realizadas no projeto “Mulheres de Luta”, todas essas fontes estão em formato de vídeo. Oito foram realizadas presencialmente, feitas no Chile, Argentina e França¹¹, antes da pandemia, e três gravadas de forma on-line, com pessoas do Chile, Paraguai e Uruguai. Assim como os projetos realizados até então no Laboratório, foi feita a coleta de algumas bibliografias e outras fontes para elaboração dos resultados do projeto, que são: um livro (Wolff, 2021) e um webdocumentário. Na tabela 1 apresentamos um quadro atualizado do acervo oral do LEGH, com o número de entrevistas de cada uma das três grandes coleções mencionadas anteriormente.

- 9 Estavam vinculadas ao Projeto pesquisadoras/es da UFSC, da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), da Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), da *University of Nottingham* (Inglaterra) e da *Université Rennes 2* (França).
- 10 O projeto foi coordenado pela professora Cristina Scheibe Wolff e foi apoiado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq) através do Edital Universal 2016. Os vídeos resultantes do projeto estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLKdITyXnoNbb5paoJ5K69WdvqAXjsdyZ>.
- 11 Realizada em Paris com uma militante anarquista gaúcha.

Tabela 1 - Número de entrevistas por coleção do Acervo do LEGH

Coleção	Número de entrevistas
Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990)	238
Mulheres de Luta: Esquerda e Feminismos (1964-1985)	31
Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras do Cone Sul	11
Total	280

Fonte: As autoras, 2021.

Somando as três coleções do LEGH, há um total de duzentos e oitenta (280) entrevistas – duzentas e oitenta histórias vivas de vidas. Em números absolutos, por país do Cone Sul, o Laboratório possui: cento e trinta e três (133) entrevistas referentes ao Brasil, vinte e quatro (24) da Argentina, trinta e seis (36) do Chile, vinte (20) do Uruguai, trinta e seis (36) do Paraguai e trinta e uma (31) da Bolívia, conforme a tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Número total de entrevistas por país do LEGH

Países	Número de entrevistas
Brasil	133
Argentina	24
Chile	36
Uruguai	20
Paraguai	36
Bolívia	31
Total	280

Fonte: As autoras, 2021.

Nesse montante, é pertinente pontuar o gênero das/dos entrevistadas/os: duzentos e quarenta e sete (247) são mulheres e trinta e três (33) são homens.¹²

Salientamos que estes quadros apresentam de maneira objetiva o acervo documental do LEGH, mas nem de longe conseguem apresentar a riqueza de tantas narrativas. Estamos trabalhando, há vários anos, na organização deste acervo, e quanto mais lemos as transcrições das entrevistas e/ou ouvimos os áudios e vídeos, mais nos sentimos tocadas com as histórias e, especialmente, pelo fato destas pessoas compartilharem conosco suas lembranças.

Os temas presentes nas entrevistas são muitos. Tratam sobre militância, resistência, movimentos e organizações de esquerda, feminismos, clandestinidade, tortura, prisões, exílio, maternidade, juventude, trajetórias de vida, associações de familiares de desaparecidos, asilos políticos, sindicatos, movimentos cristãos, leituras feministas, feministas marxistas, marxismo, leituras revolucionárias, periódicos, guerrilha e guerrilheiros, entre outros.

GÊNERO E MEMÓRIA: ALGUMAS HISTÓRIAS

Como já mencionamos, os temas gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul movem a maioria das pesquisas realizadas em nosso laboratório. Deste modo, gênero, para nós, é uma categoria teórica central e é, podemos dizer, a abordagem de gênero, interligada às outras categorias metodológicas utilizadas, que torna rica e traz outras especificidades para as histórias das ditaduras que estudamos.

12

Sobre o detalhamento destes dados, ver: Borges *et al.* (2022).

Entendemos gênero como categoria relacional e construção histórico-cultural (Scott, 1990; Nicholson, 2000), mas também como prática discursiva e performativa que conforma subjetividades no contexto das relações sociais, políticas e culturais (Butler, 2003). Nesse sentido, compreendemos o feminismo como um movimento político, mas também, como um conjunto de ideias que se desenvolve historicamente e que tem uma relação intrínseca com a compreensão das maneiras pelas quais o gênero tem sido fundamental na construção das hierarquias e formas de viver da sociedade ocidental. Deste modo, partir das memórias das mulheres nos parece ser o melhor caminho para a pesquisa, sempre relativizando e contextualizando estas memórias, buscando suas especificidades e motivações¹³. Destaca-se que, desde o início, os projetos de pesquisa tiveram como metodologia central o trabalho com a história oral.

No início, nossa ambição como historiadoras acostumadas a usar as fontes de arquivos era, simplesmente, fazer as entrevistas e usá-las como fontes. Aos poucos, porém, a pesquisa foi se avolumando, assim como o número de entrevistas. Além daquelas feitas por nós mesmas, em diversas viagens a cada um dos países e no Brasil, muitas vezes, aproveitando eventos acadêmicos para agendar os encontros e realizar as entrevistas, também passaram a ser adicionadas as realizadas por estudantes de doutorado, mestrado e mesmo de graduação.

Algumas perspectivas adotadas no início das pesquisas foram “memória/esquecimento/silêncio”, para compreender os traumas do passado; “memória e identidade” que podem ser “negociadas”, como lembra Michael Pollak (1989; 1992); reflexões sobre a “condição de vítima” que sustenta reclamações e protestos, discutidas por Tzvetan Todorov (1998); e a memória como sendo “elaborada” no tempo histórico e com sua porosidade e dinâmica sendo um “processo ativo

13

Uma mostra dos temas de pesquisa e nomes de pessoas entrevistadas podem ser verificadas no site do laboratório: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/>.

de criações e significações”, como menciona Alessandro Portelli (1997; 1998; 2001). Todas estas abordagens foram importantes para trabalharmos com a metodologia da História Oral. Mas, aos poucos, a necessidade de compreender o porquê de nem sempre as histórias e lutas feministas do período serem entendidas como parte importante desta história e do cotidiano dos movimentos de resistência nos levou a buscar como muitas mulheres dos diferentes países do Cone Sul, no momento das ditaduras, se identificaram com o feminismo e procuraram transformar a realidade em que viviam. Aos poucos, fomos trabalhando com a perspectiva de uma memória gendrada, ou seja, podemos dizer que a experiência de “ser mulher no movimento” também contribui para “genderizar” as memórias sobre as ditaduras. Nesse sentido, vale observar o diálogo que Luiza Passerini (2011) estabelece com o texto clássico de Joan Scott sobre a categoria gênero como categoria de análise histórica e perceber como,

No processo de integração entre História e a história oral, gênero teve uma função, mas não como categoria central e dominante. Seu papel foi aparentemente mais modesto, no sentido que foi usado em sua forma verbal, *gendering*, que se poderia traduzir como “genderizar”, isto é, como uma operação para modificar ou redefinir as abordagens históricas existentes. Assim, em muitos casos, a história oral contribui fortemente com os esforços de “genderizar” a História (Passerini, 2011, p.).

Ainda, de acordo com Passerini, “outra mudança para a qual a história oral contribuiu foi a necessidade de combinar, com maior frequência e atenção, o gênero como categoria de análise histórica com outras categorias de diferença” (Passerini, 2011, p. 101). As reflexões desta autora são importantes para pensarmos no caráter gendrado das memórias e as possibilidades de articular com raça, classe e outras categorias para uma abordagem interseccional. Em relação aos documentos textuais, por exemplo, esta questão já vinha sendo discutida há muito mais tempo, como por exemplo, por Martha Ackelsberg (1996/1997), a partir de pesquisa sobre coletivizações anarquistas durante a Guerra Civil Espanhola, ao sublinhar que:

[...] uma vez que as organizações têm sido, na sua maioria, dominadas por homens, e que tais organizações têm “alimentado” os arquivos, a maioria das coleções de arquivos lida muito mais diretamente com atividade organizacional (e, portanto, amplamente masculina) do que com atividade extra-organizacional (em geral, amplamente feminina). Assim, aqueles que desejam perceber o retrato completo devem “ler nas entrelinhas”; devem utilizar-se de registros impressos, memórias e o que mais possa estar disponível além das fontes “documentais” mais tradicionais. Esse é um processo que foi veementemente empreendido por historiadoras feministas, [...] Nossas próprias definições de “luta” - bem como nossas definições de classe - têm sido orientadas pelo gênero. Uma história social mais completa deve reconhecer as diferenças de gênero nas fontes assim como nas nossas definições do que merece ser estudado, a fim de apresentar a complexidade total desses eventos e atividades (p. 46).

Em nossas pesquisas, já buscávamos fontes que não apenas dessem visibilidade às lutas das mulheres no período da ditadura, mas que problematizassem sua atuação nas organizações e as masculinidades nesse contexto, pois entendemos que o gênero é um dos aspectos das relações sociais e que implica especialmente em hierarquias e relações de poder (Scott, 1990). Deste modo, a metodologia da história oral tornou-se fundamental para nos tornarmos mais atentas às experiências das mulheres, mas não para simplesmente incluí-las nos testemunhos e na história, mas, como uma maneira de propor uma outra compreensão para a história, assim como observou Alejandra Oberti:

El desasosiego por la pérdida de los seres queridos, el estupor ante la derrota de los ideales; pero también la consciencia de los límites de esos ideales, trazan una memoria que permite distanciarse de las versiones estatuadas, proponer otras formas de relacionarse con los sucesos del pasado y redefinir las dimensiones con las que se analizan el pasado reciente para establecer una memoria crítica. [...] habilitan a pensar nuevos vínculos

entre lo público y lo privado, lo personal y lo político; por medio de un movimiento que inscribe lo general en lo singular, lo político en lo privado. No buscan a arrancar del olvido a las mujeres que participaron de esas experiencias para colocarlas en un panteón junto a los héroes, sino que recuperan los gestos más sutiles, aquellos más difícilmente representables (2010, p. 28-29).

Partir da perspectiva dos estudos de gênero para problematizar as ditaduras é, podemos dizer, uma escolha. É privilegiar no caráter testemunhal que a história oral vem assumindo nas últimas décadas as narrativas marcadas pelas experiências gendradas de “ser mulher” na luta, na resistência, no sindicato, na guerrilha, na tortura, na clandestinidade ou no exílio. Desde que Albertina Oliveira Costa publicou “Memórias de mulheres do exílio”, em 1980, muitas pesquisas e obras foram publicadas, pois, como nos lembra Marta Gouveia de Oliveira Rovai, “O encontro entre o feminino e a história oral no processo de redemocratização revela que o político faz parte do cotidiano e do privado, rompendo com a suposta divisão binária entre o mundo dos homens (público) e o mundo das mulheres (subjetivo) [...]” (2013, p. 113).

Como mencionamos na Apresentação, as histórias presentes neste livro são frutos de inúmeras pesquisas desenvolvidas no LEGH, iniciadas em 2005. Nem todas/os as pesquisadoras/es estão presentes nos capítulos, mas, de certa maneira, podemos dizer que as escritas desses capítulos foram possíveis a partir de intensos debates, com pesquisadoras/es que hoje encontram-se espalhadas/os por várias regiões do Brasil e do mundo. Muitas das pesquisas sobre gênero, feminismos e as ditaduras no Cone Sul desenvolvidas no Laboratório foram publicadas em revistas e livros nos últimos anos, no Brasil e no exterior. Mas, concomitantemente, também preparamos este livro.

Enquanto isso, acompanhamos a publicação de várias obras que também foram produzidas a partir de memórias de mulheres.

Margareth Rago (2013), Marta Rovai (2013), Susel Oliveira da Rosa (2013), Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite (2013) e Danielle Tega (2019), entre outras, nos “inspiraram” e, ao mesmo tempo, ratificam nossa percepção da importância destas memórias para o campo democrático do Cone Sul, pois, como infere Silvia Salvatici, “a História oral de mulheres tem destacado a urgência do “processo de democratização da memória”, que é a condição básica para as democracias contemporâneas” (2005, p. 36). Nas obras mencionadas, as memórias das mulheres, muitas vezes concedidas por depoimentos públicos, entrevistas gravadas ou publicadas, narram experiências históricas destes países, e, muitas destas mulheres, se tornaram conhecidas no espaço público - quem não conhece a Amelinha Teles? E outras, embora não tão conhecidas no espaço público, continuam a se dedicar a narrar sobre as histórias do tempo das ditaduras.

Com as brasileiras, aprendemos sobre as resistências, o movimento estudantil, a clandestinidade, a tortura, o exílio, entre outros temas. Ouvimos narrativas sobre o “lado machista” dos movimentos de esquerda, mas também sobre a “nova esquerda” e uma nova moral “mais avançada”. Vimos a presença de mulheres brancas, negras e indígenas, bem como mulheres periféricas ou de classe média se envolvendo na luta contra a ditadura. Algumas se tornaram feministas no movimento e/ou nos partidos de esquerda, outras só foram pensar em “seu feminismo” anos mais tarde. O Círculo de Mulheres de Paris foi lembrado por várias, bem como os movimentos “escondidos” pelas ruas durante a clandestinidade e a chegada nos países de exílio. Por vezes, nossas entrevistadas cruzaram mais de uma fronteira em busca de novo exílio, a cada novo golpe que se seguiu nos países do Cone Sul.

Com as argentinas, entre tantos temas, compreendemos como a participação das mulheres contra a ditadura foi importante para os movimentos de direitos humanos. Com elas, conhecemos os movimentos de esquerda e as histórias dos periódicos como o *Persona* e o *Brujas*, fundados em 1974 e 1983, respectivamente.

Também ouvimos histórias sobre o exílio e a luta armada. Com María Luisa Femenías conhecemos os textos teóricos que nos mostravam o início dos *Estudios de la Mujer*, atualmente chamado *Estudios de la/s mujer/es* e *Estudios de Género* (2002), mas também suas memórias sobre os tempos da ditadura (2006).

Além das brasileiras e das argentinas, entrevistas de mulheres e homens que lutaram contra as ditaduras na Bolívia, no Chile, no Paraguai e no Uruguai mostram as peculiaridades de cada país. Ouvimos histórias de guerrilhas que mudavam os nomes e os territórios, mas preservavam a luta por uma sociedade latino-americana mais justa. No Brasil e na Bolívia, por exemplo, mulheres militantes que foram presas grávidas ou com filhos foram submetidas à tortura física e psicológica. Sobre o Uruguai, Graciela Sapriza (2015) nos mostra que uma das características da ditadura neste país foi o extremo controle da sociedade civil. Com as entrevistas realizadas constatamos que tamanha repressão despertou uma luta incansável pela democracia, por direitos e por uma vida militante, pois, como disse Lilian Celiberti (2008) no trecho que inspira a escrita do capítulo sobre este país neste livro, “assumir-me feminista foi uma necessidade profunda durante o cárcere”.

Fechando este território que chamamos de Cone Sul, gostaríamos de destacar nossas visitas ao Paraguai. Este país teve a mais longa ditadura civil-militar da região, de 1954 a 1989, período que deixou marcas profundas na sociedade¹⁴. As mulheres que entrevistamos nos apresentaram especificidades da luta no campo e na cidade, mostrando, por exemplo, a atuação de movimentos camponeses na luta contra a ditadura no meio rural. Maggiorina Balbuena Cardozo (2008), ao compartilhar suas memórias, destacou os movimentos sociais no campo, uma lutadora importante que ajudou a fundar, posteriormente, a *Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indigenas* (CONAMURI).

Estas tantas narrativas presentes neste livro nos levam a problematizar a história e, conseqüentemente, podem contribuir com as discussões historiográfica, pois, como nos lembra Elizabeth Jelin:

La dinámica histórica de la memoria, entonces, requiere ser problematizada y estudiada. La ubicación social de los diversos actores y sus sensibilidades, la conformación del escenario político en el que están insertos, y las luchas de sentido en las que están embarcados, son algunos de los elementos que ayudan a explicar estos cambios de sentido (2002, p. 70).

As entrevistas foram realizadas principalmente com mulheres que foram militantes de esquerda e/ou feministas nos anos 1960, 1970 e 1980. Ao mesmo tempo que desenvolvemos nossas pesquisas, trabalhamos na organização do acervo, com a realização das transcrições e elaboração de catálogos, pois, aos poucos, foram aparecendo pessoas interessadas em consultar esse acervo. Ainda não temos uma descrição de todos os temas presentes em cada entrevista, pois, no início, as entrevistas eram realizadas para nossas próprias pesquisas. Foi com o tempo, a procura, o interesse que sentimos a necessidade de uma organização que possa, especialmente, contribuir com outras pesquisas.

Dos diferentes temas das entrevistas realizadas, as histórias das pessoas que se envolveram nas guerrilhas atraem a atenção de diferentes pesquisadoras/es, pois, se os documentos de arquivos nem sempre dão conta das histórias das ditaduras, menos ainda sobre as particularidades e cotidiano dos diferentes movimentos de guerrilha que ocorreram no Cone Sul.

No Brasil, segundo Cristina Scheibe Wolff (2013, p. 438), entre 1967 e 1974, “vários foram os grupos de esquerda que buscaram uma revolução socialista e que tentaram oferecer resistência armada à ditadura”. Entre os principais grupos estavam a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), a Vanguarda Armada

Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Operário Camponês (POC). De maneira geral, estes grupos “[...] eram formados por pessoas originárias de diversos estratos sociais, em sua maioria jovens estudantes provenientes de movimentos estudantis, trabalhadores fabris e camponeses” (Wolff, 2013, p. 438). Mulheres e homens participaram da guerrilha e os grupos armados pareciam uma alternativa naqueles tempos sombrios. Alguns trabalhos falam das guerrilhas e da influência de Che Guevara na formação de grupos guerrilheiros, bem como, especificamente no caso do Brasil, da experiência da Guerrilha do Araguaia. Falava-se na construção de um “novo mundo” e de um “novo homem”. Mas, não era fácil para as mulheres a participação nestes movimentos. Algumas entrevistas do nosso acervo contam sobre a discriminação de gênero. Esta,

[...] podia aparecer de forma sutil e até imperceptível naquele momento histórico em que se considerava natural que as tarefas domésticas e ligadas ao cuidado com as crianças, idosos e doentes fossem realizadas prioritariamente por mulheres e as tarefas consideradas “pesadas”, por homens (Wolff, 2013, p. 438).

Das entrevistas com mulheres que participaram da resistência e/ou da luta armada que temos em nosso acervo, uma questão interessante é como, tantos anos depois, elas relatam estas diferenças de tratamento. Helena Hirata, por exemplo, que havia sido militante do POC e que teve que se exilar após 1971, ao ser entrevistada em 2008, profere, ao relatar as atividades que desenvolvia naquela época, a seguinte frase: “Eu acho que as organizações de esquerda no Brasil eram muito machistas mesmo” (Hirata, 2008).

A fala de Helena, assim como muitas outras, demonstra um pouco o pensamento das/os revolucionárias/os da época em relação ao feminismo. Maria Amélia de Almeida Teles, militante do PCdoB e que participou da Guerrilha do Araguaia, ao ser entrevistada mencionou que não se podia falar em feminismo, pois, isso era “coisa de pequeno burguês” (Teles, 2005).

Estes trechos das entrevistas de Helena e Amelinha se referem às suas experiências na luta contra a ditadura no Brasil. Assim como elas, muitas mulheres compartilharam suas histórias conosco, nos contextos de diferentes países do Cone Sul. Nos demais capítulos deste livro as/os leitoras/es poderão conhecer algumas dessas histórias. Nós, cada vez que revisitamos o acervo, entendemos que, de certa maneira, estamos contribuindo com o mencionado “processo de democratização da memória”, apontado por Salvatici (2005, p. 36). E, não podemos deixar de mencionar o prazer de ter a querida Amelinha prefaciando este trabalho.

O LEGH E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE NO CAMPO DE ARQUIVOS FEMINISTAS

Convencidas da importância do acervo do LEGH, atualmente estamos trabalhando na organização e criação de um “arquivo do feminismo dos tempos da ditadura”. Não se trata de um arquivo clássico e, sim, mais próximo de um centro de documentação e pesquisa, pensamos que a chamada virada arquivística¹⁵ pode nos ajudar a pensar qual a melhor maneira de tratar este acervo, visando contribuir com a memória dos feminismos e das ditaduras do Cone Sul.

Os acervos acadêmicos de pesquisa ainda constituem um campo a ser mais explorado nas universidades. No âmbito das pesquisas realizadas no LEGH, destaca-se a dissertação de Binah Ire Vieira Marcellino (2020). Algumas obras nos inspiram para perspectivar o potencial do acervo do LEGH como um “arquivo feminista”, como os estudos de Kate Eichhorn (2013) para melhor compreender os efeitos da virada arquivística e de Christine Bard. Esta historiadora francesa vem

se dedicando há muitos anos aos estudos de gênero e do feminismo e vem trabalhando para visibilizar os esforços para preservar e promover os arquivos feministas. À frente do *Centre des Archives du Féminisme*¹⁶, em Angers, França, suas reflexões nos inspiram. Recentemente, na obra *Les féministes et leurs archives*" (Bard et al., 2023), participamos com um capítulo sobre o LEGH (Wolff; Pedro; Silva, 2023).

O diálogo com outros espaços e ou instituições congêneres é importante, especialmente, para pensar na definição de nosso arquivo e nas ações de preservação e consulta, tendo em vista sua riqueza para a pesquisa histórica.

O arquivo do LEGH guarda algumas características particulares, que precisarão atender à legislação que regula a formação de arquivos no Brasil, especialmente a Lei de Arquivos e a Lei de Acesso à Informação e as resoluções internas concernentes às Instituições Federais de Ensino e à Universidade em particular. Para além da legislação no trato das questões documentais, as referências no campo da história e arquivologia estão nos auxiliando.¹⁷ Ainda assim, nos perguntamos: e para os estudos feministas, não seria o momento de pensarmos metodologias para organizarmos acervos que já conhecemos, respeitando o conhecimento arquivístico, mas trazendo outras questões para os olhares que podem adensar as análises de documentação? Não seria esta uma forma de dar visibilidade ao nosso acervo? O nosso acervo acadêmico de pesquisa e a possibilidade de pensá-lo como um "arquivo", pode contribuir com a visibilidade das lutas feministas no Brasil no período das ditaduras? O acervo do LEGH pode ser perspectivado como um espaço de memória?

O feminismo do Brasil e em outros países do Cone Sul tem uma rica história de resistências e conquistas e as fontes documentais constituem o acervo que acumulamos e construímos.

16 Ver mais em: <https://bu.univ-angers.fr/CAF>.

17 Ver: Heymann (2009); Camargo (2009) e Prochasson (1998).

Pensar nos espaços como locais que salvaguardam e valorizam este tipo de fundo documental é importante. As reflexões sobre a constituição e os usos de acervos feministas pode ser uma maneira interessante de ampliar o debate sobre as fontes produzidas a partir da história oral, com narrativas de mulheres, para a construção de textos históricos. As estratégias, os afetos e os “jogos de gênero”, como menciona Luc Capdevila (2021), podem nos ajudar a compreender as ações de mulheres na construção de suas narrativas de vida. Nas “aventuras[s] de contar-se”, parafraseando o título do livro de Margareth Rago (2013), nossas entrevistadas também informam como querem ser lembradas.

Como ressalta Alessandro Portelli, a “história oral é uma arte de escuta” (2016), e sobre esta escuta, também é importante perceber que na construção da metodologia oral, às vezes, somos surpreendidas. A maioria das pessoas que entrevistamos foram procuradas por nós e/ou indicadas por pessoas próximas, a chamada metodologia da “bola de neve”. Foi assim que entrevistamos tantas pessoas nos diferentes países. As entrevistas, às vezes, eram realizadas por mais de uma pesquisadora e, outras vezes, as entrevistas eram com mais de uma pessoa ao mesmo tempo. Quando a entrevista envolvia, além das pesquisadoras, mais de uma entrevistada, muitas vezes, entre elas, procuravam “lembrar de coisas” para melhor nos contar.¹⁸ Enfim, apesar de termos roteiros para realizar as entrevistas, todas são únicas, singulares.

Se, de maneira geral, são as pesquisadoras que estabelecem o contato com as possíveis entrevistadas, uma situação específica nos chamou a atenção: a necessidade de narrar, de ser ouvida, de Eva Carmona Sepúlveda, filha de Lucia Sepúlveda e Augusto Carmona Acevedo, ambos militantes do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Esta organização política criada em 1965, no Chile, foi muito importante no combate à ditadura chilena, instaurada

18

Sobre os primeiros anos da pesquisa, ver “relato de viagens e algumas reflexões” (Pedro; Wolff, 2011).

a partir de 11 de setembro de 1973, pelo General Augusto Pinochet. Eva nasceu, em 1974, quando os pais estavam na clandestinidade e, portanto, sem registro. Antes de completar quatro anos seu pai foi assassinado e, com sua mãe, passou a infância e juventude vivendo na clandestinidade. Eva teve sua história marcada por mudanças de endereços e de nome. Fez questão de contar que desde muito pequena aprendeu rapidamente a mudar de nome. A entrevista dela foi riquíssima, mas gostaríamos de nos deter aqui ao fato de ter sido ela que nos procurou para ser entrevistada: “[...] *necessita hablar [...] hace bien hablar [...]*” (Sepúlveda, 2013).

Em setembro de 2013, a professora Janine Gomes da Silva e Cintia Lima Crescêncio e Tamy Amorim da Silva, na época estudantes, estavam no Chile para realizar a pesquisa. Em pleno período das comemorações dos 40 anos do “11”, referência ao golpe de 11 de setembro de 1973, a cidade de Santiago recebia, entre outras pessoas, jornalistas de diferentes países, fazendo a cobertura das atividades que visavam mostrar ao mundo os horrores do golpe e da ditadura que se seguiu. “Lembrar, para nunca mais esquecer”.

As pesquisadoras estavam animadas com a pesquisa e tinham uma lista de pessoas que gostariam de entrevistar. Sem sucesso com alguns dos contatos, pois muitas estavam envolvidas com a programação e/ou concedendo entrevistas para a imprensa internacional, as pesquisadoras visitaram os arquivos, bibliotecas, universidades e acompanharam a extensa programação. Em uma visita à biblioteca da *Universidad Diego Portales*, em Santiago, para fazer fotocópias de artigos e capítulos sobre a ditadura chilena, a professora Janine comentou com as funcionárias o fato de não ter conseguido agendar algumas entrevistas. No outro dia, Eva a procurou no hotel em que estava hospedada, pois queria contar a sua história. Eva ficou sabendo, por uma amiga, funcionária da universidade, que tinha uma pesquisadora no Chile. Era tudo que ela sabia, mas foi o suficiente para nos procurar. Ela disse que estava acompanhando as atividades alusivas aos 40 anos do golpe, que muitas

mulheres e homens estavam também envolvidos com as entrevistas para a imprensa, mas que pouco se falava do sentimento de quem era criança na época. Que conhecia as dores da clandestinidade, mesmo sem saber, no início, pois era uma criança. Apesar de carregar as marcas da ditadura, pouco era ouvida, pois as pessoas queriam ouvir os relatos daqueles que eram adultos na época, como a sua mãe. E as filhas e filhos? E as infâncias clandestinas? Segundo ela, histórias ainda pouco conhecidas e ela, Eva, também tinha uma história para contar:

Cuando recibí la invitación, contándome que estaban realizando la investigación me dieron inmediatas ganas de aceptar, participar, porque es muy difícil atravesar septiembre, ya en agosto uno empieza a atravesar septiembre, y este año a sido más...no se, se conmemoran los 40 años, y uno vuelve a escuchar, vuelve a ver, el ambiente está muy conmocionado, y uno necesita hablar, tiene como la garganta apretada y hace bien hablar, y sabes que yo siento además que sobre la experiencia de la clandestinidad se ha hablado poco, es un tema escueto, ya escueto...un tema sobre el cual es muy de costado se trata, es por lo menos mi percepción y más todavía en los casos de los niños que vivimos la clandestinidad, acompañando a nuestro padres [...]. (Sepúlveda, 2013, p.).

Ouvindo Eva, é possível conhecer diferentes aspectos da sua história, sua infância na clandestinidade, a admiração por aqueles que “tomaram”. Mas, ao mesmo tempo, perceber como “contar-se” pode ser importante para aquelas/es que narram. Em diferentes momentos, pediu para desligar o gravador, para narrar o misto de sentimentos que a atravessavam. Entre as ambigüidades que as “comemorações do 11” deixavam mais afloradas, estava a admiração pela luta de seu pai e, ao mesmo tempo, a falta que sentia de ter crescido com um pai.

Es difícil cuando uno ha vivido de cerca como hijo que no lo decidiste tu, es difícil a veces transmitir esta ambigüedad que es el sentir lo valioso que haya habido tanta gente que resistió, que fue parte de la resistencia a la dictadura, que lucho..., la admiración que uno siente por

todas las personas, por los militantes, el sentir que menos mal que existen gente como ellos, no solamente en Chile si no en toda América latina y en general [...] eso es lo que choca digamos con la ambigüedad de lo que implica, el dolor que uno como hija siente por hecho de que por esas circunstancias históricas y por tener unos papás que decidieron valientemente enfrentarse, ser parte activa de la resistencia, al papá de uno lo mataron y la vida de uno se vio afectada para siempre totalmente, entonces es una ambigüedad que es complicada, porque yo no te podría decir "mira yo hubiera preferido que mis papas hubieran sido unos cobardes y se hubieran ido", no te puedo decir eso, pero tampoco te puedo decir "mira realmente prefiero lo que todo lo que viví, o sea, es complicado... Lo que realmente hubiera preferido es que no haya habido golpe de estado, me entiendes (Sepúlveda, 2013, p.).

A narrativa de Eva nos toca, e é apenas um exemplo das diferentes situações vivenciadas na construção da metodologia da história oral. Uma metodologia que nos possibilitou criar um arquivo de entrevistas tão rico e que, acreditamos, pode contribuir com outras pesquisas. Eva, de certa maneira, nos questiona sobre "que memórias queremos preservar", e se se tem direito de apresentar uma narrativa e/ou memórias "de adulto" que contenham as imprecisões das lembranças de infância.

Para concluir, reafirmamos as muitas possibilidades que acervos acadêmicos de pesquisa apresentam para pensarmos a relação arquivos e memórias, especialmente quando tratamos de coleções para refletirmos sobre as abordagens feministas. Neste sentido, alguns estudos que tematizam os desafios e as oportunidades que surgem dos "encontros com sujeitos de arquivo femininos", nos inspiram, como por exemplo, a coletânea organizada por Helen M. Buss e Marlene Kadar (2001), que apresenta estudos de diferentes mulheres trabalhando com coleções de arquivos de escrita feminina ou arquivos de mulheres. É esta relação, da memória, das questões de gênero, dos feminismos e das ditaduras do Cone Sul que tem marcado a trajetória do LEGH.

ENTREVISTAS

CARDOZO, Maguiorina Balbuena. [Entrevista concedida a] Cristina Scheibe Wolff. **Acervo do LEGH/UFSC**. Assunção, Paraguai, 22 fev. 2008.

CELIBERTI, Lilian. [Entrevista concedida a] Cristina Scheibe Wolff. **Acervo do LEGH/UFSC**. Montevideú, Uruguai, 28 mar. 2008.

FEMENÍAS, María Luisa. [Entrevista concedida a] Cristina Scheibe Wolff. **Acervo do LEGH/UFSC**. Córdoba, Argentina, 25 out. 2006.

HIRATA, Helena. [Entrevista concedida a] Cristina Scheibe Wolff. **Acervo do LEGH/UFSC**. Florianópolis, 28 ago. 2008.

SEPÚLVEDA, Eva Maria Carmona. [Entrevista concedida a] Janine Gomes da Silva. **Acervo do LEGH/UFSC**. Santiago do Chile, 06 set. 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. [Entrevista concedida a] Joana Maria Pedro. **Acervo do LEGH/UFSC**. São Paulo, 24 ago. 2005.

REFERÊNCIAS

ACKELSBERG, Martha. Arquivos, história social e história das mulheres. **Cadernos AEL**, n. 5/6, 1996/1997, p. 37-50. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2453/1863>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BARD, Christine; BOIVINEAU, Pauline; CHARPENEL, Marion; GRAILLES, Bénédicte; LASSERRE, Audrey (Org.). **Les féministes et leurs archives**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2023.

BORGES, Luiz Augusto Possamai; NUNES, Alina dos Santos; SILVA, Janine Gomes da; WOLFF, Cristina Scheibe. O acervo feminista de história oral e afetiva do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC. In: SOSSAI, Fernando C.; FONTOURA, Arselle de A.; COELHO, Ilanil (Org.). **Espaços de história oral no sul do Brasil**: trajetórias, experiências e perspectivas. Joinville: Editora Univille, 2022. p. 141-159.

BUSS, Helen M.; KADAR, Marlene (Org.). **Working in Women's Archives: researching Women's Private Literature and Archival Documents**. Canada: Wilfrid Laurier University Press, 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Ana Maria. Arquivos Pessoais são Arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 2, pp. 26-39, jul-dez. 2009.

CAPDEVILA, Luc; ROCHA, Sofia Rocco Stainsack; PEDRO, Joana Maria. Resistência civil e jogos de gênero. França – Alemanha – Bolívia – Argentina (Segunda Guerra Mundial – Anos 1970 – 1980). **Bilros**, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 160-191, jul.- dez., 2021.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e Arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, n. 21, p. 129-149, 1998.

COSTA, Albertina de Oliveira *et al.* (Org.). **Memórias de mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980

CRESCÊNCIO, Cintia Lima; WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria; BRISTOT, Lidia Schneider. História, gênero, rede de pesquisas e afetos: Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH. *In*: CRESCÊNCIO, Cintia L.; SILVA, Janine G.; BRISTOT, Lidia S. (Org.). **Histórias de Gênero**. São Paulo: Verona, 2017. p. 6-12.

EICHHORN, Kate. **The Archival turn in feminism: Outrage in order**. Philadelphia: Temple University Press, 2013.

FEMENÍAS, María Luisa (Comp.). **Perfiles del Feminismo Iberoamericano**. Buenos Aires: Catálogos, 2002.

HEYMANN, Luciana. O Indivíduo Fora do Lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 2, p. 40-57, jul-dez 2009.

IRE, Binah; SILVA, Janine Gomes da. O acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH: pesquisas e histórias feministas. *In*: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (Org.). **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019. p. 349-367.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana; Nueva York: Social Science Research Council, 2002.

MARCELLINO, Binah Ire Vieira. Para pensar arquivos feministas: o acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2020.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, vol. 8, n. 2, p. 9-41, Florianópolis, 2000.

NICKSON, Andrew. El régimen de Stroessner: 1954-1989. *In*: BREZZO, Liliana; TELESCA, Ignacio *et al.* (Org.). **Historia del Paraguay**. Asunción: Taurus, 2010.

NUNES, Alina; ZACCHI, Lara Lucena. Por uma pedagogia feminista: possibilidades da produção de fontes digitais para o ensino de história das mulheres. **Revista Eletrônica História em Reflexão**. Dourados, v. 14, n. 27, p. 231-250, jan.-jun. 2020.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué hace el género a la memoria? *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 13-30.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. A pesquisa sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: um relato de viagens e algumas reflexões. *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe, VEIGA, Ana Maria (Org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 9-36, jun. 2001.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, fev. 1997.

PROCHASSON, Christophe. 'Atenção: verdade!' Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 11, no. 21, 1998.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: "Não imagine que precise ser triste para ser militante". São Paulo: Intermeios; FAPESP, 2013.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história contra a ditadura militar (1964 - 84). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. p. 108-132, 2013.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (Coord.). **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, n. 8, p. 29-42, junho de 2005.

SAPRIZA, Graciela. "Nos habíamos amado tanto". Años revueltos. Mujeres, colectivos y la pelea por el espacio público. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, set/dez, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, Jul/dez. 1990.

SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria; WOLFF; Cristina Scheibe. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 71, p. 193-210, dez. 2018.

TEGA, Danielle. **Tempos de dizer, tempos de escutar**: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina. São Paulo: Intermeios; FAPESP, 2019.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios; FAPESP, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **Les abus de la mémoire**. Paris: Arléa, 1998.

WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria; SILVA, Janine Gomes da. Mémoires du féminisme et activisme au Cône Sud: la construction d'un fonds d'archives orales. *In*: BARD, Christine; BOIVINEAU, Pauline; CHARPENEL, Marion; GRAILLES, Bénédicte; LASSERRE, Audrey (Org.). **Les féministes et leurs archives**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2023, p. 95-108

WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

WOLFF, Cristina Scheibe. Posfácio: Casa da mãe Joana. *In*: CRESCÊNCIO, Cintia L.; SILVA, Janine G.; BRISTOT, Lidia S. (Org.). **Histórias de Gênero**. São Paulo: Verona, 2017, p. 416-419.

WOLFF, Cristina Scheibe Wolff. Em armas: Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 423-446.

2

Camila Nascimento Azevedo

Eloisa Rosalen

Lucimari de Oliveira Siqueira

Mariane Silva

Musa Santos

Tauana Olívia Gomes Silva

RESISTÊNCIAS E FEMINISMOS:

**AS MEMÓRIAS DAS MULHERES
SOBRE A DITADURA BRASILEIRA**

O Brasil, assim como os outros países do Cone Sul, também esteve sob uma ditadura civil-militar na segunda metade do século XX, especificamente entre os anos de 1964 e 1985. Durante este período, as mulheres estiveram presentes nos mais diversos setores de resistência, mesmo que, para isso, tivessem que abrir mão de suas próprias vidas. A mobilização contra a ditadura ocorreu através de várias frentes, como o movimento estudantil, os grupos de esquerda - armados ou não -, e os grupos de mulheres, que também tinham por objetivo discutir questões que até então não tinham espaço para serem debatidas.

Na ditadura militar, prisões ilegais foram realizadas, partidos e organizações que não compactuavam com o regime, assim como diversas associações de trabalhadores e estudantes, foram retirados da legalidade, e instaurou-se o bipartidarismo. Esse processo deu início ao surgimento de grupos políticos clandestinos: quem escolhia continuar na militância sabia que a possibilidade de viver na clandestinidade, uma hora ou outra, surgiria. Contudo, a luta contra a ditadura não foi combatida apenas com armas na mão e com o discurso revolucionário.

A participação de mulheres nas várias resistências e lutas durante a ditadura vem sendo estudada e pesquisada ao longo dos anos. Uma grande parcela dessas pesquisas tem sido realizada por pesquisadoras e pesquisadores que fizeram e/ou fazem parte do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), que vem produzindo diversos trabalhos vinculados ao projeto "Gênero, Ditaduras e Feminismos no Cone Sul".

Durante a década de 1960, algumas pesquisadoras, como Anette Goldberg, apontaram para uma série de transformações comportamentais presentes no Novo Estatuto da Mulher Casada (1962) e nas publicações da Revista Cláudia, entre outros veículos de comunicação (Goldberg, 1987). Segundo Goldberg, essas mudanças podem ser consideradas como uma "modernização relativa", por não ter havido tempo para a concretização de mudanças subjetivas. Neste momento, o "ser moderno tornou-se automaticamente sinônimo de transgredir" (Goldberg, 1987, p. 20).

Anette Goldberg também atenta para o fato de que esses novos comportamentos não anularam os anteriores. Ao mesmo tempo em que algumas jovens experimentavam uma maior liberdade sexual, como o “amor livre”, e realizavam “ritos de passagens”, como deixar de ser virgem enquanto símbolo de vanguarda, outras tantas seguiram “uma trajetória sem rupturas radicais, no começo da vida adulta, mas que já se revelava menos linear e previsível do que aquela das suas mães” (Goldberg, 1987, p. 26).

Percebe-se, também, como forma de transgressão às normas, o questionamento da postura do Partido Comunista, que já não se apresentava como uma organização de resistência para essas pessoas. As organizações da denominada “nova esquerda” admitiam a “existência de uma nova moral ‘mais avançada’, que estaria presente nos meios estudantis, e que permitia uma gama de comportamentos sexuais mais abertos e de relações de gênero mais igualitárias” (Wolff, 2010, p. 143). Vale ressaltar que estas transformações dizem respeito à camada média e urbana da esquerda, e também não ocorreram sem tensões.

Com o mercado de trabalho absorvendo mais mão de obra feminina, uma quantidade maior de mulheres brancas de classe média passou a aspirar por uma carreira profissional, passando a possuir também uma jornada dupla de trabalho. Muitas dessas mulheres podiam pagar pela redução de seus serviços domésticos que seriam, então, executados por mulheres negras e indígenas, cujas jornadas de trabalho eram, na maioria das vezes, excessivamente árduas, penosas, sobrecarregadas e fastidiosas, visto que não tinham condições de terceirizar o cuidado de suas próprias casas e não contavam, também, com equipamentos sociais que ajudariam a reduzir a sobrecarga de tarefas impostas a elas, como creches e postos de saúdes próximos à sua moradia. Uma vez que estas mulheres não encontraram apoio no trabalho e nem dentro de casa, restou para elas apenas o apoio umas das outras. Foi assim que, durante a ditadura, as mulheres das classes populares foram construindo, aos poucos, um sistema de apoio e solidariedade.

É nesse cenário que as mulheres brancas, negras, indígenas, de classe média ou de baixa renda e clandestinas de organizações de esquerda estavam inseridas: resistindo à ditadura, vivendo e trabalhando nos subúrbios e periferias. Contudo, apesar do discurso revolucionário de muitas das organizações, as questões que diziam respeito às mulheres e ao feminismo eram vistas como menos importantes naquele momento, isso quando eram discutidas, porque as direções políticas não queriam “perder tempo” com algo que era visto por muitos como um desvio pequeno burguês.

Acerca do número de mulheres:

Não existe um levantamento do número de militantes [presentes nas] organizações armadas, muito menos de mulheres que se integraram a esses movimentos. Na publicação *O perfil dos atingidos*, há um cálculo de que aproximadamente 12% do total de militantes das organizações de esquerda eram mulheres (Teles; Leite, 2013, p. 36).

Embora o percentual de 12% possa parecer pequeno, sua presença em grupos de esquerda era considerável, já que em outros contextos as mulheres sequer possuíam espaço. No entanto, não foi somente dentro das organizações de esquerda e do movimento estudantil que as mulheres estiveram presentes. Muitas foram aquelas que acabaram por deixar o país pelos mais diversos motivos e circunstâncias: as banidas que foram trocadas num dos quatro sequestros de embaixadores; as que se autoexilaram, com documentação legal ou não, por rejeitar o clima em que se vivia no país; as que eram alvo de perseguição da polícia ou as que estavam em confronto direto com a ditadura e decidiram sair; as que não eram alvo da polícia política, mas se exilaram para acompanhar o cônjuge; as que nasceram no exílio; as que partiram sozinhas ou com a família; as que foram enquadradas como refugiadas e receberam ajuda no Estádio Nacional do Chile, no qual passaram a viver; as que tinham dinheiro e as que não tinham; as que tinham ou não rede familiar ou amigos como suporte de apoio; entre tantos outros casos (Rollemberg, 1999).

Ainda durante a ditadura, as memórias das mulheres começaram a ser publicizadas, como no livro *Memórias das Mulheres do Exílio* (Costa *et al.*, 1980), que recolheu entrevistas no final da segunda metade da década de 1970 e foi publicado em 1980. Mas foi com o fim da ditadura que as memórias sobre este período, tão marcante da história do Brasil, começaram a ganhar mais espaço e a serem escutadas. Apesar do fantasma da repressão aterrorizar até hoje suas vítimas, muitas delas tiveram e continuam tendo coragem de rememorar e contar suas lembranças do que viveram, do que testemunharam, do que sentiram.

Em virtude das poucas publicações de memórias e autobiografias de mulheres, muitas entrevistas foram realizadas para suprir esta ausência de fontes. No entanto, em um primeiro momento, tais relatos não garantiram visibilidade às mulheres, pois a maioria destas narrativas continuavam enfatizando a atuação masculina. Assim, nas páginas seguintes, estão as memórias de quatro mulheres que tivemos o privilégio de entrevistar e que gentilmente compartilharam conosco suas experiências na resistência à ditadura.

Diversas pesquisas apontam que, a partir da década de 1970, o feminismo brasileiro emergiu e se organizou majoritariamente no campo da esquerda. É partindo deste viés que apresentamos estas quatro mulheres, com seus baús de memórias abertos. Em suas narrativas, existem pontos transversais a todas, sendo um deles a relação que cada uma tem com o feminismo.

A primeira delas é Arabela Pereira Madalena, que foi militante da Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, em 1971, foi presa na cidade de Belo Horizonte. Na França, em 1973, cursou mestrado em Geografia e participou dos movimentos feministas no exílio. Em 1977, trabalhou em Moçambique como professora e dedicou-se à criação da Comissão de Mulheres do Partido Comunista. Em 1979, de volta ao Brasil, participou brevemente do Movimento Negro Unificado (MNU).

Em seguida, está a entrevista com Olívia Rangel Joffily, que começou a participar de manifestações estudantis em 1968, quando ainda cursava o secundário, atual Ensino Médio. Na década de 1960, Olívia se filiou ao PCdoB. Com a perseguição, foi enviada para a Albânia, onde trabalhou em uma rádio clandestina e teve seu primeiro contato com os movimentos de mulheres.

A terceira entrevista é com Elisabeth Therezinha de Vargas e Silva, que militou no movimento estudantil universitário no Rio Grande do Sul e no Partido Operário Comunista (POC). Esteve exilada no Chile a partir de maio de 1971. Após o golpe de 1973, no Chile, foi para a Suíça, onde conseguiu asilo político, frequentou a universidade e passou a ser representante do *Movimiento Izquierda Revolucionária* (MIR). Em 1975, mudou-se para Paris, lugar onde passou a ter maior envolvimento com o feminismo a partir do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.

A última entrevista apresentada neste capítulo é com Silvia Pimentel, que passou a ter contato com o feminismo após retornar à universidade, na década de 1970, onde teve consciência da violência psicológica que vivia no casamento. Assim, sua atuação passou a ser em prol do direito das mulheres. Participou da fundação de uma das primeiras ONGs feministas e foi fundadora da Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR), visando construir um feminismo militante dentro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

As vidas destas mulheres foram permeadas por lutas, muitas vezes utilizando-se dos próprios corpos como campos de batalhas e conquistas. Muitas sobreviveram à prisão e ao sofrimento causado pelas dificuldades enfrentadas ao longo do caminho; tendo sobrevivido há um tempo sem sol, também tiveram alegrias e vitórias, conquistadas com muito suor, descobertas e feminismos.

Relações com familiares também aparecem em algumas das narrativas como responsáveis pela identificação com o feminismo. Olívia Rangel Joffily (2009), por exemplo, cita uma revolta, uma rebelião ligada à experiência pessoal: a relação conflituosa com seu pai a

auxiliou no reconhecimento da necessidade de uma luta mais específica para que mulheres e homens possuíssem posições sociais mais equitativas. Já Sílvia Pimentel (2005) aponta que foi após a sua aproximação com o feminismo que se deu conta que vivenciava uma situação de violência psicológica no casamento e, por isso, todo o seu trabalho na área dos direitos das mulheres estava relacionada a essa experiência traumática.

Também mencionamos outras mulheres que foram entrevistadas pela equipe do LEGH/UFSC ou por outras pesquisadoras e que, apesar de não terem suas entrevistas publicadas aqui, tiveram experiências semelhantes. No caso de Maria do Espírito Santo, conhecida como Santinha (Santos, 2005), entrevistada pelo LEGH em 2005, seu pai aparece como um grande estimulador e apoiador em sua busca por autonomia e independência. Para ele, ela deveria trabalhar e ter uma profissão “de homem”; por isso Santinha acabou optando pela faculdade de medicina. Também em entrevista fornecida ao laboratório, Moema Toscano cita sua família como grande incentivadora para que ela trabalhasse e estudasse; sua mãe “nunca apontou o casamento como uma saída para as mulheres” (Toscano, 2005).

Em outras entrevistas, elas nos narram que passaram a se relacionar com o feminismo fora do Brasil, como Olívia Rangel Joffily, Elisabeth Therezinha de Vargas e Silva e Arabela Pereira Madalena, onde mantiveram de maneiras muito diferentes o contato nos grupos de estudos de mulheres, grupos de consciência e/ou nas rodas de apoio femininas. Foi citado também que, antes disso, não tinham uma consciência totalmente formada sobre as questões específicas das mulheres e do feminismo. Algumas mulheres permaneceram no Brasil, outras, apesar de terem ido para o exílio, retornaram para o seu país de origem, e outras, ainda, continuam vivendo no exterior até os dias de hoje.

Esperamos que os relatos aqui disponibilizados provoquem boas reflexões e fortes emoções. Como escreveu Loreta Valadares

(2005, p. 230)¹, “por caminhos diversos construímos este tempo, que não queremos caduco (...), um tempo em que o presente passado, o futuro é hoje, em um perene entrelaçar histórico”.

“SER MULHER NEGRA NO BRASIL É UMA LUTA!”: ARABELA PEREIRA MADALENA²

Em 1964, eu estava no Ensino Médio. Eu não entendia nada de ditadura militar. Passava e via um monte de soldados deitados no chão. Aí eu cheguei em casa e falei para minha mãe: “Mãe, mas que coisa esquisita, hoje lá no Parque³ tinha um soldado deitado no chão”. Aí meu pai falou assim: “Ah, é a revolução!”. Em 1967, eu entrei na Universidade, na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, que ficava no bairro Santo Antônio⁴, e ali era o “bochicho” todo.

O primeiro ano na Faculdade de Filosofia foi tudo bem, mas quando foi 1968 eu fui convidada [a participar do movimento]. Convidada entre aspas, porque naquela época era tudo clandestino, então as pessoas vinham, conversavam com você, te sondavam, aí você começava a participar das passeatas e das manifestações, era convidada para panfletar contra a ditadura. A gente entrava no cinema,

- 1 Loretta Valadares foi uma militante da Ação Popular (AP), uma das moças de Minas de Luiz Manfre-dini, falecida devido às sequelas causadas pelas torturas vivenciadas no período da ditadura. Para saber mais, ver: Valadares, 2005.
- 2 A entrevista com Arabela Pereira Madalena foi realizada em agosto de 2015, no contexto da pesquisa de campo para a tese de doutorado intitulada *Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)*, de autoria de Tauana Olívia Gomes Silva, defendida em setembro de 2019 na Université Rennes 2 em cotutela internacional com a Universidade Federal de Santa Catarina.
- 3 Parque Municipal Américo Renné Giannetti, situado na cidade de Belo Horizonte.
- 4 A partir de 1962, a Faculdade de Filosofia foi instalada na Rua Carangola, Bairro Santo Antônio. Em 1966, passou a integrar a atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH). Em 1990, foi inaugurado seu prédio no Campus da Pampulha, sede atual do Departamento.

jogava lá de cima um monte de panfletos e saía correndo. Ia nas passeatas e jogava bolinha de gude para os cavalos caírem quando vinha a cavalaria, e corria. Você ia em passeata, você ia em manifestação.

Um dia, nós ficamos presos na Faculdade de Direito⁵ com a polícia do lado de fora. Eu me identificava [com os manifestantes] porque eles pareciam pessoas de classe média baixa. Meu pai tinha sido operário há muitos anos atrás - ele já não era mais, trabalhava na prefeitura de Belo Horizonte, em repartição pública mesmo, pegando papel e levando para lá e tal -, e o grande sonho dele era que eu passasse no concurso da prefeitura e fosse trabalhar na prefeitura. Então era isso, sabe, era uma identificação. [Pensava:] “Bom, se aquele cara ali, ele está falando em derrubar a ditadura, derrubar a burguesia, contra o capitalismo, contra o imperialismo, ele se parece comigo, não é?”

Eu não tinha muito bem essa coisa formada na cabeça, mas essa questão da Aliança Operária Camponesa⁶ me dizia mais. Eu acho que pela minha origem, por eu ter nascido numa cidade e ser filha de uma mulher que veio do campo. Ela trabalhou em fazenda de café, apanhando café com o padrasto e com a mãe dela. A mãe dela morreu quando ela tinha nove anos. Aí esse negócio me sensibilizava mais, do pessoal que trabalha no campo. A minha mãe era lavadeira. Naquela época não tinha máquina de lavar, então as pessoas pegavam roupa na casa das pessoas mais ricas, levavam para lavar em casa, aí passava e levava.

5 A Faculdade Direito foi integrada à Universidade de Minas Gerais em 1927. Em 1901, foi instalada definitivamente na Praça Afonso Arinos, no centro da cidade de Belo Horizonte. Historicamente, é ponto de manifestações estudantis.

6 A teoria leninista revolucionária, ao pensar a ação dos países colonizados e dependentes, formulou a proposta da aliança entre camponeses e proletariado industrial no contexto do projeto de superação do paradoxo campo-cidade. Tratava-se também da eficácia do proletariado em compor uma aliança de classes, em especial com a massa camponesa, contra o capitalismo. Em relação aos povos colonizados e dependentes, propunha-se a formação de uma Frente Única “formada pela burguesia nacional, também contrariada em seus interesses pela invasão imperialista, pelo proletariado recém-formado pelo surto de desenvolvimento industrial promovido pelo capitalismo internacional e pelo campesinato em luta pela terra. Sob responsabilidade dessa Frente Única, de que participariam igualmente a classe média e a intelectualidade urbana, se processariam revoluções democrático-burguesas, tendencialmente hegemônicas pelas burguesias nacionais” (Filho, 1991, p. 108-109).

Toda mulher negra vem de gente muito pobre. Eu acho que hoje começamos a ver pessoas [negras] que são filhas de advogado, de professor, mas na nossa época não. Os nossos pais eram batalhadores, não eram ricos, eram de classe média baixa. Então, ser mulher negra no Brasil é uma luta. Primeiro, porque nasceu mulher. Segundo, ou primeiro também, porque nasceu negro. É uma batalha! Hoje em dia claro que as coisas evoluíram, mas na minha época era bem difícil. Era aquela pergunta: “Por que você não está na cozinha, lavando roupa?”. Minha mãe era negra e era lavadeira⁷. Ela falava assim: “Não, você é preto, não se mete, não”. Mas não no sentido de falar “não vai lá por que eles são brancos”, é mais no sentido de nos proteger. Se bem que, na nossa vizinhança, a gente tinha mais contato com pretos mesmo, mas aqueles que se julgavam um pouquinho mais brancos já chamavam [a gente] de “nega do cabelo duro”.

Eu sofria discriminação, mas eu não tinha uma consciência de que deveria lutar por isso e não baixar a cabeça, retrucar. Não tinha isso. Era um sentimento. Sabe onde eu fui ter essa consciência? Na França. Sabe por quê? Por causa dos africanos. Aí eu passei a ter contato com africanos, foi maravilhoso. E havia, na época, também, o movimento negro nos Estados Unidos, os *Black Power*⁸. O símbolo da luta contra o racismo nos Estados Unidos, a Angela Davis⁹.

- 7 Resquíio da escravidão, o trabalho doméstico e outras ocupações como servente, cozinheira e lavadeira/passadeira foram, desde a Abolição, uma das principais atividades profissionais executadas pelas mulheres negras brasileiras. Para Bento, o lugar da mulher negra no mercado de trabalho “[...] é o gueto da subalternização e da realização de atividades manuais. Nos serviços domésticos, por exemplo, as negras estão representadas quase três vezes mais do que as brancas” (Bento, 1995, p. 482).
- 8 *Black Power* foi um movimento que ocorreu nos Estados Unidos no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 e, em seguida, alcançou as pessoas negras de outros países da diáspora. O *Black Power* focalizou o orgulho racial e a constituição de instituições culturais e políticas negras empenhadas no fortalecimento e ascensão dos interesses coletivos e dos valores dos povos negros.
- 9 Angela Yvonne Davis foi membro do Partido Comunista dos Estados Unidos e dos Panteras Negras na década de 1960-1970. Durante esse período, ela se engajou pelos direitos das mulheres e contra a discriminação racial. Tornou-se internacionalmente conhecida ao ser acusada de conspiração, sequestro e homicídio, em 1970, e integrar a “Lista dos Dez Fugitivos Mais Procurados do FBI”. Atualmente é professora e filósofa.

Ela era o símbolo da luta para emancipação dos negros. Dizem que eu me parecia muito com ela (risos). Eu fiz muitos amigos, os amigos negros da África e, sobretudo, o pessoal de Guadalupe, Martinica, Porto Rico.

Na minha organização, eu era a única negra. Na faculdade, havia outras mulheres negras, mas foi a nossa base operária que não foi presa. Não tinha [outras negras] nem no grupo em que eu fui presa. As mulheres, no DOPS¹⁰, ficaram todas numa sala só. Eu era a única negra, não tinha ninguém negro. Quer dizer, pelo menos não se achava, tinha uma moça que era... Ela se dizia morena, ela não se achava negra, ela se achava morena. Se fosse nos Estados Unidos era preta, mas aqui [não era vista assim], então não tinha ninguém negro comigo.

[Na prisão] eles foram bem sutis. Disseram assim: "Seus pais são pobres, são negros, porque é que você está metida com isso aí?" Eu não posso te dizer que ele falou assim, "ah, você é negra, vai para beirada do fogão." Eu acho que foi uma coisa que se referia à minha condição de pobre e negra. Não posso te dizer que foi assim, "oh, você é negra devia estar lavando roupa como sua mãe," mas "seus pais são pobres, são negros, por que você está metida..." Tipo assim, "você não é dessa classe social desse povo que foi preso, o que você está fazendo aí?"

Eu fui da Ala Vermelha do PCdoB¹¹. Eu fui presa em 70. Não tinha nenhuma prova contra mim. Um dia, eu fui para a Faculdade

10 DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), órgão de repressão aos movimentos políticos e sociais e centro de tortura durante o regime militar (1964-1985).

11 A Ala Vermelha foi fundada em 1966, após uma luta interna no seio do PCdoB. O grupo de militantes dissidentes, influenciado pela proposta maoísta de revolução, promoveu uma análise direcionada às questões políticas e ideológicas da organização - enfatizando a necessidade de uma reconstrução partidária. O Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha desenvolveu uma crítica aos posicionamentos e práticas do PCdoB e apresentou suas próprias táticas para o desencadeamento da revolução brasileira, principalmente em relação à guerra popular, às ações armadas e ao trabalho em conjunto com o proletariado urbano e o trabalhador do campo. Nesse sentido, os "militantes que viriam a se constituir no núcleo da dissidência que formaria a Ala Vermelha, debatiam os métodos e o trabalho dos dirigentes [Comitê Central] do PCdoB" (Silva, 2006, p. 55). Para eles, "[...] a resolução apenas poderia se dar através de uma 'luta interna ativa, que vá de baixo para cima, atingindo todos os escalões do Partido, sob a forma de revolução cultural'" (Silva, 2006, p. 65).

assistir aula, aí chegou uma amiga minha e falou: “O que é que você tá fazendo aqui?” “Eu vou assistir aula.” Ela falou assim: “Você está louca, foi decretada sua prisão preventiva, está no jornal de hoje”. Aí essa menina correu, me escondeu no Convento das Beneditinas.

Eu fui presa em maio de 1970. Fiquei presa até o final do ano. Como não havia nada que provasse - eu não tinha nenhuma ligação, nada, não tinha uma expressão naquela organização, ninguém achou nada que me compromettesse, não achou arma na minha casa, não achou nenhum documento, nenhum papel -, então não tinha motivo para eu ficar presa. Alguém falou que eu era da Ala Vermelha, mas eu não falei. Contaram [e por isso fui presa].

A minha mãe descobriu que eu estava presa na penitenciária feminina porque uma vizinha nossa trabalhava na penitenciária. Ela morava na outra rua. Aí ela foi lá e contou para a minha mãe, e falou assim: “Olha, sabe o que é, eu vi sua filha entrar na penitenciária de mulher, ela está presa lá”. Minha mãe não sabia ler nem escrever, mas ela é uma guerreira. Foi no DOPS e falou: “Quero falar com o Sargento Marcelo”. Foi o que me prendeu. “Eu sei que minha filha está na penitenciária de mulheres e eu quero falar com ela”. Aí ele [respondeu]: “Está bom, a senhora vai fazer o seguinte, daqui a uma semana a senhora volta aqui que a senhora vai falar com ela”. Voltou uma semana depois. Aí foi ela, meu irmão caçula, minha irmã mais nova do que eu e meu irmão mais velho.

Então, acho que nos bairros da periferia tem muito essa coisa da solidariedade. Na outra rua tinha um cara que era do DOPS. Alguém, não sei quem, falou para a minha mãe assim: “Fala para sua filha que tome cuidado. Fica um agente do DOPS de manhã e à tarde aqui no bar olhando quem entra e sai da sua casa”. A gente morava há muito tempo no bairro e todo mundo conhecia meu pai e minha mãe, eu dava aula numa escola do bairro.

Aí tem dois fatos interessantes. Um é esse da prisão, que minha mãe foi lá buscar, e o outro é dessas pessoas que moravam no mesmo bairro. A solidariedade avisando.

Eu fui presa... Ah, foi uma coisa horrível, terrível. Eles pensavam que a minha casa era um aparelho. Então, a Polícia Especial do Exército, da qual esse tenente Marcelo [fazia parte], fez um escarcéu. Sabe por que todo mundo ficou sabendo que eu fui presa? Porque ele cercou o quarteirão inteiro. Cercou tudo e não foi direto na minha casa. Ele foi na casa do vizinho, chamou o vizinho, levou o vizinho para bater na minha porta para ver se ia ter alguma reação, se tinha gente, aí ele chegou atropelando todo mundo. Eu estava dormindo, entrou quarto adentro: "Cadê as armas, cadê as armas, cadê as armas?". Eu falei: "Minha arma é minha caneta." Nossa, ele quase bateu no meu pai. Estava tirando uma, não é? Muito triste, muito triste. Minha mãe, quando eu estava sendo jogada dentro do carro do grupo do Exército, falou assim: "Não bate nela não". Sabe o que é que ele falou para ela? "Pode deixar!" Assim, sabe, quer dizer, eu vou moer na pancada, não é? Fui bastante [torturada]: pau de arara, choque elétrico, telefone sem fio...

Eu fui presa e não vivi na clandestinidade. Nunca entrei na clandestinidade, só mudei para Brasília. Em 1972, mudei porque eu tinha uma amiga que estava morando em Brasília, ela era professora também e falou que lá era muito bom porque além da gente conseguir emprego, o DOPS não sabia quem a gente era. Eles não tinham informação. Então, eu fui presa em Belo Horizonte, quando eu fui para a França, eu fui lá e tirei passaporte e não constava nada. Eu tirei meu passaporte em Brasília, fui morrendo de medo, mas não tinha nada. Em Belo Horizonte já era manjada, manjada, tipo assim, eu morava em um bairro pobre na periferia, no Salgado Filho. Porque você foi presa, você está para sempre marcada, "os caras" não iam te dar sossego nunca.

Eu fui julgada e fui absolvida. Tem dois tribunais, um Tribunal Comum e o Superior Tribunal Militar. Em 1971, eu fui julgada no Superior Tribunal Militar, aí em 72 eu me mandei de lá. No final do

ano [1970], eu fui julgada na base comum, sei lá como eles chamam, no primeiro julgamento. Aí foi lá em Juiz de Fora, na 4ª Região Militar do Exército. Depois, em 71, mais ou menos no final do ano, eu fui julgada no Superior Tribunal Militar, só que eu não precisava estar presente. Aqui eu fui presente, com meu irmão me acompanhando, com meu advogado, e “os caras” me fizeram bastante perguntas. O meu advogado pediu para eu depor sentada, porque eu tenho problema no pé. Eles concederam. Aí o inquiridor, o militar, virou para mim e falou assim: “Você conhece essa pessoa aqui?” e me mostrou nas mãos o papel. Eu me levantei, fui lá, olhei bem de perto e falei: “Não, não conheço”. Então não tinham como me incriminar. Não conhecia ninguém¹². Não pesava nenhuma acusação sobre mim, [somente] aquela lá, que eu estava inclusa no artigo não sei quanto da lei, que eu era considerada uma pessoa perigosa para a nação. Em 71 não provaram nada, eu continuei livre. Em 72, no início do ano letivo, eu mudei para Brasília, porque alguma amiga que tinha

12

No início da ditadura civil-militar, havia a ideia segundo a qual a estrutura jurídica brasileira, estruturada durante o período democrático de 1946-1964, não seria capaz de julgar de maneira eficaz os casos entendidos como de natureza política. O regime militar desconfiava da capacidade e competência da Justiça Comum para deliberar sobre os crimes contra a Segurança Nacional. Essa crítica gerou vários conflitos e tensões de jurisdição entre a Justiça Comum e a Militar. Diante desse contexto, ocorreram diversas ações para coordenar a Justiça Militar a fim de evitar discordâncias de competência e jurisdição dos órgãos da justiça brasileira, e autorizar a instância castrense a atuar no processo e julgamento de civis. Em 1965, com a instituição do AI-2, acontece, então, a permutação da responsabilidade no processo e julgamento dos crimes de natureza política, que passa da Justiça Civil para o encargo da Justiça Militar. A partir desse ato institucional nº 2, os civis acusados de crimes definidos na Lei de Segurança Nacional passam a ser julgados de acordo com os interesses militares. Em 1967, a Auditoria da 4ª Região Militar recebia “[...] processos provenientes de duas Regiões Militares (4ª, em Minas Gerais, e 11ª, em Brasília), o Auditor alegou a necessidade de que algumas medidas fossem implementadas, com o intuito de agilizar a tramitação dos processos, principalmente aqueles referentes à segurança nacional. Sugeriu [...] que o auditor substituto fosse convocado [para] [...] realizar as audiências de testemunhas, qualificações e interrogatórios; justificações” (Silva, 2011, p. 104). Durante a ditadura, é possível observar uma excessiva troca de informações entre Auditorias e os diferentes corpos militares. “No plano prático, podíamos observar a existência de uma cadeia montada para garantir a defesa da segurança nacional, composta por órgãos distintos, que envolvia desde aqueles destinados à segurança e repressão, passando pelas autoridades militares responsáveis pelos IPMs, chegando ao aparelho jurídico, através do Ministério Público Militar, das Auditorias Militares e, finalmente, do STM” (Silva, 2011, p. 131).

mudado para lá falou: “Olha, muda para cá também, porque você não vai ter essa encheção de ficar gente do DOPS andando atrás de você”

Em 1973 foi a coisa mais maravilhosa. Eu fazia pesquisas para um professor francês. Eu tinha essa ideia na cabeça que eu tinha que ir. Comecei a estudar francês, e um dia eu falei com ele: “Eu quero ir estudar na França, tudo bem?” Um colega da turma já tinha ido. Aí ele falou: “Faz um projeto, eu te recomendo”. Aí ele me recomendou, eu fui na Embaixada [da França], em Brasília, fiz a solicitação e uma prova de francês. Eu estudava na Aliança Francesa, passei a estudar na Aliança Francesa lá de Brasília também, e fui. Eles me deram uma bolsa, ganhei uma bolsa do governo francês. Essa bolsa do governo francês era tudo de bom. Eu segurava, mandava dinheiro para a minha mãe, assim economizei, economizei e ainda mandava para ela no final do mês. Eu estudei em Bordeaux, Geografia Tropical.

Na França, é uma coisa assim maravilhosa. Partido Comunista, partido comunista russo, movimento trotskista, era aquela coisa. Então você participava de tudo, ficava de boca aberta. Depois de viver num país de ditadura militar, chegar lá parecia tudo escrachado. Era exilado político, todo mundo era bem recebido pelas organizações de esquerda. Tinha uma organização que chamava CIMADE¹³, que é uma organização religiosa, mas que recebeu todos os exilados do Brasil, do Chile, da Argentina.

13

A CIMADE - Service Ecuménique d'Entraide (Serviço Ecumênico de Ajuda) foi criada em março de 1940, sob a presidência de Jane Pannier, após o início da Segunda Guerra Mundial e o processo de exílio das populações da região da Alsace e da Lorraine. A organização atuou no Campo de Gurs (França), no qual se encontravam ciganos, comunistas, judeus, refugiados políticos e intelectuais de diversos países, inclusive dos países latino-americanos. Membro da Federação Protestante da França, a CIMADE tem como objetivo auxiliar refugiados, exilados e imigrantes independente da origem, da opinião política e da convicção religiosa.

Lá na França, eu conheci essa questão do feminismo, depois eu também me vinculei ao Partido Comunista Brasileiro¹⁴. O trabalho das mulheres era uma frente. A gente trabalhava as questões de gênero e, também, a questão da Anistia. Eu trabalhei muito com [a Zuleika Alambert]¹⁵, porque ela pedia para eu digitar para ela as coisas. Modéstia à parte, naquela época eu escrevia bem. E ela gostava que eu fizesse as coisas porque ela achava que eu escrevia muito bem, era muito articulada. Eu ia muito na casa dela. Quando ela saía, viajava, me deixava lá, tomando conta do gato. Aprendi a gostar de gato com ela. Eu sou muito amiga da irmã dela. Elas foram à Paris, as duas irmãs, e a Zuleika falou: “Você pode sair com a gente?”, e eu falei: “É claro que eu posso”. Ela falou assim: “Então quer ir no *Moulin Rouge*, passear nos *bateaux mouches*?”. Aí a gente foi passear juntas em Paris.

14 O Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado na cidade de Niterói, em março de 1922. O principal objetivo da organização era proporcionar a revolução proletária no país e obter o poder político para efetuar a substituição do sistema capitalista pelo sistema socialista. A maioria dos militantes do PCB provinha dos movimentos anarquistas e só aderiram ao comunismo após a vitória da Revolução Russa de 1917. A modificação do nome para Partido Comunista Brasileiro aconteceu durante a Conferência Nacional, em agosto de 1961, com o propósito de favorecer o registro eleitoral do partido e a sua legalização. Entre 1922 e 1985, a organização permaneceu durante a maior parte da sua trajetória na ilegalidade, mesmo em períodos democráticos. Os militantes do PCB vivenciaram o “exílio externo”, principalmente no Estado Novo “varguista” (1937-1945) e na ditadura civil-militar (1964-1985). Porém, foi no decorrer do segundo regime autoritário que o exílio alcançou números mais relevantes. Nesse momento, o exílio deixou de ser uma ação individual para se tornar uma política oficial de preservação do partido, com o deslocamento do Comitê Central do partido para o exterior, principalmente entre 1974 e 1975. As principais experiências do exílio ocorreram no Chile, na França e na URSS, mas entre os militantes negros houve também um exílio em direção dos países africanos, especialmente nos territórios lusófonos que, na década de 1970, estavam inscritos nos processos de independência (Napolitano, 2014, p. 41-58).

15 Nascida em Santos, no dia 23 de dezembro de 1922, Zuleika Alambert começou sua trajetória política nos anos 1940, momento no qual se engajou em defesa dos presos políticos, da anistia e da redemocratização do país. Em 1947 foi eleita Deputada Estadual pelo Partido Comunista do Brasil. No interior do PCB foi a primeira mulher a se tornar membro do Comitê Central. No início dos anos 1970, exilou-se no Chile onde criou o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exílio e organizou o Seminário Latino-Americano de Mulheres para discutir questões direcionadas à problemática da mulher no continente. Porém, esses eventos tiveram um caráter mais feminino do que feminista. Em seguida, Zuleika foi para a França, momento no qual teve contato com diversas teorias feministas e contribuiu para a consolidação do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, em abril de 1976. Na Europa, Zuleika interveio nas discussões sobre as mulheres e sobre o feminismo no interior do Partido Comunista Brasileiro. Em 1979, voltou ao Brasil após a Lei da Anistia e, em 1983, foi uma das fundadoras do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo.

Ela [Zuleika] era do Partido Comunista Brasileiro¹⁶ e responsável pelo trabalho tanto dentro do partido como das mulheres brasileiras. Eu a conheci em reunião. Primeiro de feminismo e, depois, em reunião do Partido. Ela era muito ligada às mulheres francesas, às feministas francesas. Então, ela começou essa luta com as mulheres brasileiras e arrebanhou gente para esse trabalho na França, com as mulheres brasileiras que estavam lá. E ela era uma pessoa muito entusiasmada com esse tema. A Zuleika era do Comitê Central¹⁷, então defendia essas questões no Comitê Central. Ela era a pessoa responsável por trabalhar a questão feminina, grupo de discussão sobre a questão feminista. A gente discutia liberdade sexual, mas a liberdade sexual veio com a pílula, o anticoncepcional. A gente lia

16 Em 1974, com a influência direta das mulheres pecebistas, foi consolidada em Paris uma Fração Feminina através da qual se desenvolveu um grupo de estudos aberto que, em seguida, colaborou para a reconstrução da Seção Feminina do partido. Ademais, Zuleika Alambert contribuiu para a formação do Comitê de Mulheres Feministas no Exterior, que contou com a participação de feministas e não feministas, trabalhadores, estudantes etc. Nesse grupo, liderado pelas mulheres do PCB, houve também a atuação das militantes do grupo Campanha, de orientação trotskista, e do grupo Debate, composto principalmente por intelectuais e teóricos. A articulação entre essas três organizações era complexa e plena de conflitos e tensões. Assim, os membros do coletivo Campanha, insatisfeitos com a linha adotada pelo Comitê - Grupo de Estudos, leituras e debates - decidiram romper com a entidade e lançaram o Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias (GBMR), que tinha como objetivo representar uma "vanguarda feminista revolucionária, classista" (Back, 2013, p. 85). Em 1976, o GBMR/Campanha, que visava criar "um movimento autônomo de mulheres com base na luta de classes" (Back, 2013, p. 86), instituiu o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. "Em síntese, definiam politicamente o grupo: a ênfase ao caráter específico da opressão feminina, a necessidade de organização igualmente específica das mulheres, a integração da luta das mulheres ao contexto da luta de classes e a defesa da autonomia dos movimentos de mulheres" (Back, 2013, p. 89), além "[...] da solidariedade às lutas das brasileiras, notadamente das operárias e presas políticas, luta pela anistia e contra a ditadura" (Back, 2013, p. 94). Porém, no interior do GBMR também houve várias divergências e conflitos, uma vez que a maioria das mulheres que compunham esse organismo era ligada aos movimentos político-partidários. O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, que surgiu após uma cisão com a organização fundada pelas militantes do PCB, foi progressivamente estendido aos membros de outros agrupamentos políticos. As principais organizações que fizeram parte do Círculo foram: o Campanha, o MR-8, o Partido Operário Comunista (POC), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o PCB.

17 O Comitê Central é a instância suprema responsável pela regulamentação e deliberação no seio do partido comunista ou socialista. Para os outros partidos políticos, esse organismo normalmente representa a executiva nacional.

textos sobre essa condição da mulher. A gente tinha muitos livros em francês sobre a questão feminina.

Era um negócio muito difícil, naquela época, porque todo mundo tirava sarro, ria, torcia o nariz [para o movimento feminista]. Até o pessoal de esquerda, até o pessoal do Partido Comunista, pelo menos os comunistas brasileiros, viam com um pouco de restrição. “Quando o proletariado estiver no poder não vai haver sociedade de classe, então não vai haver opressão da mulher”. É a mesma coisa com o negro. Inclusive, um camarada do Partido uma vez falou para mim assim: “Agora vai dizer que você é comunista negra ou negra comunista?” Eu falei: “Claro que é negra comunista. Eu nasci negra, o comunismo foi uma escolha”. Ele levou um susto, porque era um cara brilhante até. Mas no Partido lá na França eu era a única mulher negra. Não tinha outra negra, só eu. [O movimento feminista das brasileiras em Paris também] não lidava com as questões específicas da mulher negra, nem da favela. Sobre a questão racial, nada. Eram “mulheres”.

Eu voltei em novembro de 1979, seis anos depois. Não da França, porque eu fui para Moçambique em 1977 para ser professora. Eu já tinha terminado meu mestrado. Eu tinha vindo ao Brasil, voltado para a França, e estava lá meio sem saber o que fazer da vida. Aí tem uma coisa muito interessante. Luiz Hildebrando¹⁸, brasileiro, era um médico de Ribeirão Preto muito famoso na USP. Ele era do Partido Comunista, saiu do Brasil em 1964 com a ditadura militar

18

Luiz Hildebrando Pereira da Silva nasceu em Santos/SP, em 1928, e foi um cientista que pesquisou doenças tropicais. Depois de se formar em medicina pela Universidade de São Paulo, em 1953, e obter o título de doutor em 1960, ele trabalhou como professor de parasitologia na mesma universidade. Militante de esquerda, em 1964 teve seu cargo cassado pelo regime militar e, em seguida, foi para a França, onde se tornou pesquisador do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) e trabalhou no Instituto Pasteur. Em 1968, retornou ao Brasil para assumir o cargo de professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/SP, mas, um ano depois, em 1969, foi novamente impedido de trabalhar na instituição. Luiz Hildebrando voltou, então, para a França, onde decidiu exercer sua profissão de professor e cientista até sua aposentadoria, em 1996. Durante sua carreira científica publicou vários artigos, além dos livros *O fio da meada* (1980), *Crônicas de nossa época* (2001) e *Crônicas subversivas de um cientista* (2012).

e foi mandado embora. Ele se tornou diretor do Instituto Pasteur. Um brasileiro, professor, que se tornou um diretor do Instituto Pasteur na França. A pesquisa dele era sobre malária. Então, ele foi convidado para montar a Universidade Eduardo Mondlane¹⁹, depois da independência [de Moçambique]. Ele tinha sido convidado pelo governo e estava levando currículos de brasileiros que estavam na França, na Europa como um todo, que queriam ser professores em Moçambique. Caiu como uma luva para mim. Professora de Geografia já não existe quase em lugar nenhum, quer dizer, no Brasil e na África, falando português.

[Eu trabalhei em] escola pública secundária e dei aula na Universidade também, na Eduardo Mondlane. Depois, eu trabalhei no Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação, que era ligado ao Ministério da Educação. Lá, a gente elaborava textos, porque não tinha livros, os livros eram livros portugueses. Eram livros dos colonizadores. Não tinha livros sobre a Geografia de Moçambique, sobre a História de Moçambique, não tinha. Então a gente elaborou os primeiros livros. Muito joia!

Uma coisa é ser professora, uma coisa profissional, e outra coisa era a militância. Eu fui para Moçambique para fazer esse trabalho entre as mulheres - do Partido e com as mulheres brasileiras. Dentro do Partido Comunista eu fui para abrir uma Comissão de Mulheres do Partido. A gente fez um negócio legal lá através de festas. As mulheres latino-americanas organizavam festas. A gente ajudava todas as mulheres, organizava festas de entrosamento, a gente participava das festas das mulheres moçambicanas, [discutia] a emancipação, o trabalho assalariado, o trabalho, o que era importante.

19

A Universidade Eduardo Mondlane (UEM) é a mais antiga instituição pública de ensino superior em Moçambique. Foi criada em 1962, sob a designação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique e, em seguida, em 1968, seu nome foi modificado para Universidade de Lourenço Marques. Em 1976, a instituição foi denominada Universidade Eduardo Mondlane, em homenagem ao líder da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que lutou contra o domínio colonial português e pela independência do país.

Em 1979 eu fui para São Paulo. [Em] 80, 81 eu já estava nas organizações de base do Partido, na célula do Partido, aqui em Pinheiros mesmo. Quando eu voltei para o Brasil já tinha o movimento negro. Movimento Negro Unificado. Eu participava das discussões, eu ia, militava, mas [os conflitos] eram uma coisa que me deixavam muito triste, chateada, e foi por isso que eu saí. Os representantes eram dos movimentos de esquerda, então o Movimento Negro Unificado devia unificar todas essas tendências, só que era uma briga. Era muita divisão, muita divisão, brigavam uns com os outros, sabe? Eu falei: "Meu Deus, mas porque eles estão discutindo se eles estão lutando pela mesma coisa?" Eu acho que tem um negócio de muita divisão, como a divisão dos movimentos de esquerda. Em vez de lutar pela luta do negro, cada um queria levar sua posição, da sua organização política. Daí eu saí. Não podia não, eu fiquei muito decepcionada com o Movimento Negro Unificado. O pessoal que seguia a Lélia Gonzalez²⁰, outro que não seguia a Lélia Gonzalez, era aquela briga de foice no escuro.

A Anistia foi em 1979. Acontece que no meu documento da ABIN, o documento que você pede à polícia política²¹ - eu pedi isso para [documentar] a minha Anistia -, eles me acompanharam até 1982. A polícia política do Brasil me acompanhou até 82 porque lá eles falam que eu participei de um Congresso Nacional do Negro das Américas²²

20 Lélia Gonzalez foi uma professora, política, intelectual e antropóloga brasileira. Nos anos 1970-1980, ela contribuiu para a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), o Instituto de Pesquisas e Culturas Negras (IPCN) e o Coletivo de Mulheres Negras N>Zinga. Atuou no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) desde sua criação, em 1985, e, nos anos seguintes, foi eleita sucessivamente deputada federal (PT) e deputada estadual (PDT). Autora de várias obras literárias e científicas, Lélia é uma referência para os estudos de gênero e raça no Brasil.

21 ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) é o serviço de inteligência do Brasil desde 1999, quando substituiu o SNI, Serviço Nacional de Informação, que centralizava, durante a ditadura, informações sobre militantes.

22 O 3º Congresso de Cultura Negra das Américas foi realizado pelo IPEAFRO - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, presidido por Abdias Nascimento, nas dependências da PUC-SP, em agosto de 1982. Esse evento internacional reuniu delegações das Américas e da África para debater sobre a cultura africana e diaspórica. O Brasil, pela primeira vez, recebeu uma representação do Congresso Nacional Africano da África do Sul, partido de Nelson Mandela.

na Câmara Municipal de São Paulo, em 1982, e falam mais uma coisa de Movimento Negro. Então, quer dizer, a Anistia foi em 79, mas até 82 a polícia sabia o que eu andava fazendo.

Nos anos 70, falar de feminismo no Partido já era uma batalha. Agora da mulher negra, da questão da mulher negra, só fui ouvir falar, eu acho que foi em 1991, 90, quando eu fiz um curso na PUC de Psicologia Social. Tinha uma professora que trabalhava com essa questão. Ela falava da duplicidade de exploração. Essa questão da mulher que trabalhava em casa, que era empregada doméstica, chegava na casa dela, ela tinha que [continuar trabalhando]. A maioria era isso mesmo. Trabalhavam como empregadas domésticas, viviam sem marido, tinham filhos. Mulheres negras e trabalhadoras. Eu nunca participei de movimento de favela e de morro, nunca. Hoje eu tenho uma aproximação, uma atuação com uma favela em São Paulo.

Eu nasci na favela, mas a favela não saiu ainda de dentro de mim e nunca vai sair. Eu acho que a gente pode morar na Europa, mas se você vem da favela, não tem jeito. A pessoa que nasceu na favela, perto da favela, estudou na Universidade Federal e foi para a França. É, minha filha, é bonito, não é?

“[...] EU TINHA UMA REBELDIA
ANTERIOR, UMA BUSCA
DE UMA VISÃO MAIS EQUITATIVA
ENTRE HOMENS E MULHERES”:
OLIVIA RANGEL JOFFILY

Meu nome é Olivia Rangel Joffily. Nasci em Salvador, em 5 de novembro de 1950. Quando eu tinha dois anos de idade, meu pai, que se formou em medicina e queria fazer pesquisa, foi para São Paulo.

Eu fiz escola pública, no [então] ginásio e colegial. Depois, eu entrei na Unicamp [Universidade Estadual de Campinas] para fazer Ciências Sociais. A minha família tinha uma tradição de esquerda, embora não militasse em nenhum partido. Meu pai foi, inclusive, perseguido no período da ditadura, foi indiciado em processos, denunciado como comunista. E, então, em 1964, nós fomos para Paris. Ele recebeu uma proposta do Instituto Pasteur para fazer pesquisa na área que ele queria [microbiologia] e, como estava preocupado com o processo, temendo uma prisão, juntou as duas coisas.

Nós éramos seis irmãos. Eu tinha 14 anos. Papai não tinha dinheiro para a passagem de todos e viajou antes com a mamãe e os filhos menores, e nós três mais velhos ficamos com a minha avó materna um ano na Bahia, depois ficamos um ano na França. Voltamos porque meu pai consultou a família sobre a possibilidade de permanecer na França e nós fomos todos contra. E ele também achava que tinha que fazer alguma coisa no Brasil. Ele tinha sido indiciado, mas não condenado.

No Colégio Alberto Levy, onde entrei no segundo grau, comecei a participar da luta pela organização de um grêmio, que na época era proibido. Eu e alguns colegas, entre os quais Renato Janine Ribeiro²³, tentamos fundar um grêmio na escola. Chegou 1968, começaram aquelas grandes manifestações estudantis, eu ainda era secundarista. Atrasei um pouco o prazo escolar aqui no Brasil por causa da diferença com a França, mas fui para as manifestações. Eu ia por conta própria, inclusive algumas vezes tive que fugir de casa, porque meu pai trancava a porta com medo de que eu fosse ferida pela repressão. Fui assim mesmo, porque eu achava que tinha que estar lá. Para mim, era muito importante fazer parte daquele movimento.

Numa passeata, conheci um grupo de estudantes do grupo teatral Politécnico (GTP), que era da escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), e que congregava estudantes

de várias áreas, inclusive líderes estudantis. Foi aí que eu conheci o Honestino Guimarães²⁴, a Tereza Lajolo²⁵, entre outras pessoas. Comecei a participar desse grupo de teatro e acabamos escrevendo uma peça, que estreamos em dezembro de 1968. No dia seguinte, veio o Ato Institucional nº 5 (AI-5). O teatro estava cercado e nós não pudemos nos apresentar. A repressão quis saber quem eram os responsáveis pela peça. Como tínhamos feito o espetáculo em grupo, achamos que éramos todos responsáveis. Acabaram salvando-se todos, mas eu já estava nessa participação de luta. Nessa altura, nossa família mudou-se para Campinas, porque o papai foi convidado pelo Zeferino Vaz²⁶ a dar aula na Unicamp.

Fiz exames de maturidade, vestibular e entrei na USP. Fiquei seis meses em São Paulo e, depois, meu pai me levou meio à força para Campinas, porque achou que eu estava envolvida com grupos de esquerda. Ele estava preocupadíssimo. De fato, eu conheci vários grupos, gente de várias organizações, e tinha uma grande amiga, cujos pais eram da direção do PCB. Conheci um dirigente do Partido, o Montenegro, e nesse período muita gente tentou me recrutar, mas eu ainda não tinha segurança de onde eu deveria entrar mesmo. Então eu ajudava todos, panfletava folhetos contra a ditadura etc., mas não entrei em nenhuma organização. No meio do ano, como eu disse, o meu pai conseguiu me transferir da USP para a Unicamp. No final daquele ano, eu fui para Salvador, Bahia, em férias. Eu tinha acabado de fazer 20 anos. Lá conheci um cara, um advogado, e me senti atraída por ele. A gente transou. Foi minha primeira vez.

Quando voltei para São Paulo, o papai soube através de uma tia que a filhinha dele não era mais virgem, e meu pai surtou completamente. Ele disse que eu não ia mais sair de casa, que se

24 Foi militante da Ação Popular (AP) e uma liderança do Movimento Estudantil (ME). Faz parte da lista de desaparecidos políticos da ditadura de 1964.

25 Foi presidenta da Comissão Municipal da Verdade de São Paulo.

26 Que, na época, era presidente da Comissão Organizadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

eu insistisse ele matava todo mundo, matava a família. Eu fiquei um mês presa no quarto que eu dividia com minha irmã Adriana, dez anos mais nova do que eu. E só podia sair para tomar banho e ir ao banheiro. Até a comida era servida dentro do quarto. Era punição mesmo. Ele não queria que eu “contaminasse” meus irmãos.

Começou o período letivo e eu queria voltar a frequentar aulas na Unicamp. Tivemos uma discussão e ele permitiu que eu fosse, mas era assim: ele me levava e me trazia de carro. Claro que na Unicamp eu tinha contato com outras pessoas, conhecia o Sérgio Arouca²⁷, e ele me ajudou a achar um psiquiatra, o Vilallobos. O psiquiatra, que trabalhava numa casa de repouso, achou que eu deveria me internar ali, de livre e espontânea vontade, para que ele pudesse intervir, falar com meu pai e ajudar a resolver o problema. Mas acabei banida de casa. Meu pai decidiu que, então, eu não voltava mais, não era mais filha dele. Saí do hospício só com uma roupa do corpo e algumas outras que minhas colegas da Unicamp me mandaram, porque era inverno. Me lembro bem do dia que eu tive alta: saí, sentei no degrau da porta com a trouxinha de roupa do lado e fiquei pensando “para onde eu vou?” Eu me sentia como o personagem do Chaplin, o garoto com o cachorrinho do lado, só que não tinha o cachorrinho, só tinha a trouxinha de roupa (risos). E, ao mesmo tempo, eu me dizia: “não faz drama porque você tem que sobreviver. Siga em frente”. A gente não tinha muito tempo para chorar.

Fui para a casa de uma amiga da Faculdade, Claudia Tubino, que me recebeu muito bem, me acolheu. Comecei a dar aulas de francês e literatura brasileira em cursinhos pré-vestibular, e quando comecei a receber fui para uma república com outras estudantes. Nesse ínterim, minha mãe, após um período de depressão, tinha começado a entrar em contato comigo e começou a me ajudar, primeiro escondido do meu pai, mas depois ele soube e fingia que não via.

27

Foi um dos principais líderes do “movimento sanitarista” e um dos idealizadores do Sistema Único de Saúde (SUS).

Mamãe foi me visitar e levou o que tinha sobrado das minhas roupas - porque uma parte o meu pai queimou e rasgou.

Foi nessa época que conheci o meu companheiro, na casa da Cláudia. Ele militava na AP (Ação Popular), a mesma organização do Honestino Guimarães, que eu já conhecia e onde militava também um ex-namorado meu. Aí eles vieram novamente conversar, para recrutar. A AP era uma organização popular, originada na Igreja Católica. Eu tinha simpatia pelo PCdoB e entrei no partido. Casei com meu companheiro, Bernardo, e ficamos na periferia de Campinas para fazer trabalho clandestino com a população. Um trabalho de base, na periferia, junto com um padre que era ligado ao Bispo Dom Casaldáliga, do PCdoB. Nós montamos um curso de madureza (como se chamava naquela época) para o pessoal do bairro. Eu dava aula, também, para o cursinho de admissão de quinta série para entrar no ginásio. E aí nós acabamos virando moradores do bairro.

Como eu tinha contato com estudantes de medicina da Unicamp, tentei reorganizar a associação de bairro da região. Os homens não quiseram, mas as mulheres sim. E aí nós criamos uma nova associação de bairro. Convidei colegas da medicina que também militavam e tinham simpatia pelo trabalho para formarem essas mulheres na área. Nós montamos um curso para formar uma espécie de agente de saúde. Fizemos um estudo das epidemias e endemias da região, ensinamos como se fazia um diagnóstico, o que era sintoma. E elas visitavam as casas e traziam os doentes para a sede da associação com o diagnóstico já pronto! 99% dos diagnósticos que chegavam estavam certíssimos, inclusive da tuberculose ganglionar, que não é uma coisa muito comum, mas lá era endêmica. Foi um trabalho muito interessante.

Nesse período, eu também tive a minha filha. Até que o partido nos ofereceu a possibilidade de trabalhar na rádio Tirana, na Albânia. O Bernardo estava sendo perseguido, vivo ou morto, nós estávamos com uma filha pequena, e a gente preenchia as condições para trabalhar na rádio. A gente escrevia bem e eu falava


francês fluentemente. A rádio teve um papel muito importante nesse período, porque era uma rádio de ondas curtas, muito potente, que divulgava tudo que chegava lá sobre a ditadura no Brasil. E era muito ouvida no interior do Brasil, inclusive na região da Guerrilha do Araguaia. De acordo com a Amelinha Teles²⁸, a Criméia²⁹, irmã dela, soube pela rádio da morte do marido. A edição era diária de uma hora de duração para o Brasil.

Então nós fomos para o exílio, que foi uma coisa muito complicada, porque, ao mesmo tempo que era um exílio, já que eu estava saindo do Brasil, não era considerado exílio para o partido, pois eu estava cumprindo uma tarefa partidária. Mais tarde, por conta disso, eu fiquei com muita crise de identidade: afinal de contas sou exilada ou não sou exilada? Sou perseguida ou não sou perseguida? Uma coisa muito complicada, porque a gente tinha sido clandestina. Eu até casei com meu companheiro com outro nome. E a Mariana também foi registrada com outro nome. Viajamos, e quando a gente chegou à Albânia, a gente era “clandestino” lá, tivemos que adotar outro nome. Isso porque a gente ficou muitos anos lá, convivendo com outros brasileiros que, depois, voltaram para o Brasil, e o partido tinha medo de que, caso alguém fosse preso, poderia falar sob tortura. Todas as pessoas que moravam na Albânia viviam com pseudônimos, o meu era Maria.

Ficamos cinco anos trabalhando na Albânia, e foi uma experiência ímpar, porque todo mundo falava tanto da Albânia, daquele país fechado, daquela dificuldade, de um país ditatorial etc., mas, para mim, primeiro, era a chance de estar em um local sem repressão, onde eu podia estar com a minha filha sem medo de que ela fosse morta ou de que eu fosse presa, e meu marido também. Além disso,

28 Militante do PCdoB, foi presa e torturada pela ditadura. É diretora da União de Mulheres de São Paulo, coordenadora do Projeto Promotoras Legais Populares, além de atuar na Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.

29 Militou pelo PCdoB, atuou na região da Guerrilha do Araguaia, foi presa e torturada. Atualmente, atua na Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos.



embora fosse um país muito pobre, como eu sou de origem social simples, isto não me incomodava. As famílias do meu pai e da minha mãe também são famílias de origem humilde. Minha avó paterna era quase analfabeta, a materna era professora primária e parteira. Ambas criaram muitos filhos enfrentando grandes dificuldades. Enfim, a pobreza de que falavam tanto sobre a Albânia, para mim, era uma coisa normal. E uma coisa eu observava: era pouco, mas todos tinham [o suficiente], e isso, para mim, era uma realização das utopias, dos sonhos. Por outro lado, a Albânia de antes da libertação, em 1944, era um país atrasadíssimo, 90% de pessoas analfabetas e alguns costumes tribais. As mulheres casavam e levavam como dote uma bala de revólver, porque se o marido achasse que ela não correspondia podia matá-la. Então, a gente precisa circunstanciar as coisas. Quando eu cheguei lá, não havia mais mulheres analfabetas, todas as mulheres trabalhavam e faziam de tudo, tinha creche para todas as crianças, hospital para todo mundo. A Mariana, inclusive, ficou em creche. Eu estive doente lá e fui hospitalizada, então eu conheci tudo por dentro. Nós aprendemos bem a língua, andávamos por toda Albânia, tínhamos muito interesse em conhecer a população.

Lá eu também me interessei pelo movimento de mulheres, que era muito forte e muito bem organizado. Aliás, é uma tradição dos comunistas, eles fazem muitos trabalhos com as mulheres. No período em que estivemos lá, não tinham ainda uma concepção propriamente feminista, mas tinham grande preocupação de incorporar as mulheres à luta. E as mulheres, de fato, passaram a ter participação significativa, inclusive no Comitê Central do partido e na direção do Estado. Também existia uma organização de mulheres bastante forte e com muita participação.

Por outro lado, eu tinha uma rebeldia anterior, uma revolta pelo que tinha me acontecido pessoalmente. Eu tinha uma busca de uma visão mais equitativa entre homens e mulheres. Aos poucos, lá na Albânia, eu fui entendendo que não bastava participar apenas da luta geral, porque tinha questões que não eram debatidas, como,

por exemplo, a questão da violência nunca foi debatida pela União de Mulheres lá, mas eu tenho certeza absoluta de que tinha, apesar de não ser discutido. Era um tabu. E o aborto era proibido, sob alegação de que a Albânia era um país pequeno, que precisava crescer. Ora, eu sempre fui a favor da legalização do aborto, eu achava que isso era questão do direito da mulher. A única coisa que tenho é meu corpo, se eu não tenho direito sobre isso, eu nunca terei direito a nada, inclusive na família e na sociedade. Para mim, isso era uma contradição terrível. Comecei a discutir isso no partido. Quando eu voltei, fazia palestras sobre a Albânia e não sabia como me posicionar a respeito. A direção não queria debater este assunto.

Eu voltei em março de 1979, e ainda pude me incorporar à luta do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA). Em seguida, comecei a ter contato com todos os movimentos feministas que existiam aqui no Brasil. No começo, o partido olhava com um pouco de desconfiança, pois importava trazer as mulheres para a luta contra a ditadura, para a luta geral, pois a libertação da mulher se daria na luta do socialismo. Mas, aos pouquinhos, a gente foi vendo que as coisas eram muito mais complexas do que isso. Eu me tornei feminista mesmo quando retornei ao Brasil, pensando e refletindo sobre a experiência da Albânia e vendo a dificuldade de trabalhar essa questão dentro do próprio partido. Comecei a observar que nas estruturas do partido não tinha grande número de mulheres na direção, e foi aí que eu comecei a entender que a gente tinha uma luta específica, além da luta de classes.

As companheiras que tinham voltado do exílio, de um lado, traziam novas ideias e concepções para cá, mas muitas de nós éramos vistas com desconfiança por parte do movimento feminista, porque os grupos achavam que os partidos queriam instrumentalizar a luta.

Como o movimento feminista surge, principalmente, pelas mulheres urbanas, a esquerda também o viu com certa desconfiança, por se tratar de um movimento pequeno-burguês, senão burguês.

Mas, ao mesmo tempo, nós fomos criando núcleos de mulheres, depois criamos as uniões de mulheres, onde participavam não só as mulheres do partido, mas mulheres de outras forças, ou mulheres sem partido nenhum. E aí eu comecei a estudar, comecei a pesquisar mais sobre isso, resolvi estudar de novo. Cursei jornalismo, fui procurar por graduação, fiz mestrado na PUC na área de violência doméstica, fui procurar tudo que eu achava sobre a questão da mulher. Tudo que me chegava às mãos, inclusive de outros países, eu tinha interesse em ler, em formar uma concepção, porque eu também não concordava com muitas coisas do movimento feminista, dos movimentos, na verdade - não se pode falar em apenas um movimento.

Eu observava que, aqui, tinha um movimento das mulheres dos bairros que faziam grupos de mães, movimento contra carestia e da panela vazia, mas que, ao mesmo tempo, não eram consideradas feministas, eram mulheres que levavam suas reivindicações econômicas e sociais e estavam na rua, lutando e enfrentando a ditadura. E o movimento feminista também não entendeu isso, achava que elas eram atrasadas, porque tinham outra visão. E, também, tinha um pouco um viés de classe ali, porque aquelas eram mulheres populares e que começaram também no movimento sindical a organizar encontros de mulheres metalúrgicas, têxteis etc. e tal, e o movimento feminista tenta chegar, mas sempre tem uma tensão entre as chamadas "políticas" que eram, segundo elas, atreladas aos partidos, e esse movimento social que estava ali constante e forte. Eu achava que tudo aquilo ali tinha que ser junto. Achava que, de alguma forma, tinha que ter alguma teoria que pudesse entender esse conjunto.

Eu acho que, hoje, grande parte das teorias feministas, ou pelo menos a maioria, já compreende assim. Compreende a importância de se ter o viés de classe, o viés étnico-racial, que também foi um problema no início - não por acaso as mulheres negras se organizaram especificamente. E, também, por incrível que pareça, para as mulheres lésbicas também foi difícil. O movimento feminista era muito avançado em algumas coisas e muito conservador em outras,

porque não conseguia incluir as lésbicas e, quando a gente conversava com elas, éramos discriminadas; com negras, as operárias e trabalhadoras também tínhamos dificuldade. Um movimento fortíssimo, silencioso, mas fortíssimo. Era o momento que entrava a pílula e que, objetivamente, ocorreu, desenvolveu-se, e que, querendo ou não, se refletiu em todas nós com muita força para a gente questionar o nosso relacionamento com os nossos companheiros. A gente tinha as pílulas e isso mudava muito a concepção da sexualidade. Então, eu fui sempre procurando juntar todas essas coisas.

Depois, o partido avançou muito com a participação de todas nós feministas, acho que a gente teve um papel importante de trazer essa discussão. Eu me lembro de um diálogo interessante com o João Amazonas³⁰, que estava preocupado com a nossa participação. A questão era se nós não estávamos criando uma dissidência, aí eu disse para ele: “João, eu não sei se tem dissidência, eu não sou dissidente. Agora, se as mulheres estão se reunindo em separado é porque tem coisas que vocês não estão querendo resolver. E as mulheres estão precisando falar de si!” E ele me disse: “Você tem razão.”

E acho que ele começou a ter um olhar muito diferenciado, e ele tinha também essa preocupação, embora de uma forma talvez mais institucional, de juntar as mulheres. Mas ele também avançou muitíssimo com o decorrer do tempo, tanto que nos estimulou a participar dos movimentos e, também, a criar a revista *Presença da Mulher*, em 1986, com o nosso esforço, das mulheres. Fui trabalhando nesta revista, lutando para que, de um lado, o movimento comunista compreendesse a visão do movimento feminista de forma política. Eu acho que o movimento feminista tinha que ter um projeto global, pensar apenas na libertação das mulheres é pouco. Eu acho que isso não pode se fazer sozinho. Nós temos que ter uma visão global de libertação social. E, hoje, eu acrescento que a gente tem que pensar também nesse projeto: tem que trabalhar, também, com

30

Membro do Comitê Central do PCB. Após sua expulsão do partido, foi um dos idealizadores do PCdoB.

a questão étnico-racial, que é um debate pouco desenvolvido teoricamente no Brasil. O feminismo tem uma produção teórica, o movimento antirracista não tem, ainda não tem, na minha opinião. Está se criando, aqui no Brasil, ainda muito espelhado no movimento dos Estados Unidos, e nossa realidade é muito diferente. Talvez nós precisaremos criar outras coisas, outros conceitos, outras categorias de análise. O feminismo avançou muito teoricamente, e isso permitiu a gente avançar e compreender que tínhamos que trabalhar aliadas a outros movimentos, com o movimento antirracista, com o movimento contra homofobia e todos os movimentos sociais, sindicais, assim como com todos os homens e mulheres que queiram pensar em um mundo mais igual.

Quando nós voltamos da Albânia, eu liguei de Paris para a minha casa, porque eu queria que mamãe se encontrasse conosco em Assunção, no Paraguai. A orientação do partido era de pedir que algum familiar fosse nos encontrar. Ela foi com meu irmão Egon e, também, com a minha sogra. Nossa preocupação era ter testemunhas do retorno, porque alguns militantes que tinham retornado tinham sido mortos, tinham desaparecido exatamente no retorno. Minha preocupação maior era com a Mariana. Se nós fôssemos presos, poderíamos deixá-la com a família e, também, teríamos alguém para fazer a denúncia de nossa prisão. Felizmente, entramos no Brasil sem problemas e, então, fomos para Campinas. Ficamos na casa de uma amiga, já que não podíamos ir para casa de minha família. Depois, fomos morar em São Paulo, na Lapa e, nesse tempo todo, a mamãe fazendo esforço para a gente fazer as pazes. E aí, ela teve uma estratégia de pegar a Mariana e levar para casa. Meu pai, no começo, ficou durão, mas, já no dia seguinte, ela dormiu na cama entre os dois. Ela tinha seis anos, era lindinha, uma graça, falava com o sotaque espanhol, porque a gente lá trabalhava com muitos companheiros de língua espanhola na rádio, então ela ouvia muito e chamava todo mundo de "Señor". Era uma coisinha. Mas papai continuava dizendo que não queria me ver.

No dia dos pais, que era em agosto (nós tínhamos chegado em abril), ele foi à casa de minha tia Hildete, irmã dele, também médica, em São Paulo. E minha tia me ligou e disse: “Seu pai veio aqui para almoçar. É dia dos pais, se você tiver coragem vem para cá e vamos resolver esse negócio”. E eu falei: “Vamos lá”. A Mariana entrou primeiro, meu pai viu a Mariana e depois viu o Bernardo junto com ela. Quase teve um ataque, ficou nervosíssimo. Aí todo mundo começou: “Meu filho, faz as pazes com ela. Ela está te esperando lá fora”. E ele não queria, não queria, ficou tão nervoso que derrubou a mesa toda. Depois, ele começou a chorar compulsivamente e aí parou de dizer “não” e minha mãe foi me buscar lá fora. “Vamos lá minha filha, seja o que Deus quiser”.

Entrei. Eu estava também muito tensa, achando que ele iria me agredir, mas, ao mesmo tempo, sentia muita emoção. Meu pai estava sentado em uma cadeira, aos prantos. Aí eu entrei, me ajoelhei na frente dele e me abracei com ele e falei: “Ô pai, vamos fazer as nossas pazes. Eu não fiz nada contra você, era a minha vida e você tem que entender isso, eu não fiz nada contra você. Eu apenas vivi a minha vida. Eu tinha o direito de viver a minha vida, isso não tem nada a ver com o amor que eu tenho por você”. Ele estava com as mãos apertadas em torno do joelho e eu puxei e abri, fiz ele me abraçar. E aí foi um chororó, a família toda.

Hoje, meu pai é outra pessoa. Quem o conheceu depois desta história tem dificuldades de acreditar nela. Ele suavizou essa dureza dele, abriu a mente para compreender as coisas e se deixou influenciar pela mamãe, pelos filhos, e ele mudou muito com isso. É uma trajetória muito interessante que eu tive toda possibilidade de percorrer, de discutir, tudo isso com a minha família, com meu pai, com minha mãe, com meus irmãos, porque todo mundo foi afetado, evidentemente.

“ENTREI PARA O CURSO DE HISTÓRIA DA UFRGS E ENCONTREI OS GRUPOS DE ESQUERDA COM ATUAÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL”: ELISABETH THEREZINHA DE VARGAS E SILVA

Nasci em 1948, em Roca Sales/RS, e com 10 anos mudamos para Encantado, cidade próxima e um pouco maior. Quando completei o segundo grau, fui para Porto Alegre e não voltei mais. Minha mãe tinha 21 anos quando nasci, era professora, e meu pai era mecânico. Eram de famílias de classe média baixa, coisa que, naquela época (anos 50), em cidades pequenas, não fazia muita diferença: a gente frequentava o mesmo clube, o mesmo cinema, a mesma escola que os poucos ricos da cidade.

Minha mãe lecionava em povoados (picadas) distantes da cidade, e fiquei basicamente aos cuidados do meu pai. Ele me levava para o Grupo Escolar todas as manhãs e, depois das aulas, para a oficina mecânica onde trabalhava (adorava o cheiro de gasolina). Eu ia para a jogatina no bar na sexta à noite, para pescar com amigos no domingo e para as manifestações políticas. Eu gostava muito dessa “programação”. Ele detestava a Igreja Católica e seus padres e freiras, dizia que eram todos hipócritas que viviam da exploração dos pobres. No dia da Primeira Comunhão, minha mãe estava em Porto Alegre fazendo um curso e meu pai nem cogitou me levar à igreja. Dormia na manhã de domingo, e minha avó me levou debaixo de chuva, com meu vestido de noiva arrastando no chão.


Ele era uma pessoa bastante politizada para a época e situação. Foi pracinha na Segunda Guerra e tanto ele quanto minha mãe eram antifascistas. Já meu bisavô materno e minha avó, imigrantes italianos, eram fascistas. Quando ele retornou da guerra, casou com

minha mãe, foi trabalhar na oficina mecânica de um amigo e [começou] a militar no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Getúlio, Brizola, Jango. Me levava no colo aos inúmeros comícios e manifestações. Me lembro de Brizola descendo de helicóptero no campo de futebol. Anos mais tarde, quando houve a tentativa de golpe ao governo Jango, fui com ele a Porto Alegre buscar armas para a guerra civil que iria começar em breve (ele me dizia que poderia cuidar dos feridos).

Assim vivi minha infância: basicamente em um mundo masculino. A liberdade e a “politização” iniciais foram muito importantes, assim como a leitura. Na falta de irmãos, eu tinha livros. Lia tudo o que caía na minha mão. Cheguei a ler o segundo volume de *Guerra e Paz* antes de ler o primeiro (não estava na Biblioteca no momento). Costumava ir todo ano a Porto Alegre para comprar livros na Feira do Livro. Aos 14 ou 15 anos, li o *Manifesto Comunista* e me apaixonei pelo Marx. Minha tia e madrinha (com quem passava todas as férias de verão e inverno) que vivia em Porto Alegre, foi quem me abriu portas para a cultura e, também, para um mundo feminino.

Assim que concluí o segundo grau, fui para Porto Alegre. Morei com minha tia e sua família até conseguir um emprego (meus pais não tinham dinheiro para me sustentar integralmente). Quando consegui, fui morar em uma república de moças do interior mais ou menos da minha idade, que trabalhavam ou estudavam em Porto Alegre. Mais tarde, aluguei um apartamento com uma amiga porto-alegrense para ter liberdade.

Em 1968, eclodiram as manifestações contra a ditadura pelo país afora. Eu acompanhava todas. Estava à procura de um grupo político e quase entrei em um deles, porém, minha perspectiva de militância era no movimento estudantil, já que estava entrando na universidade, e o grupo exigia militância “profissional”. Pensava (e penso ainda) que qualquer luta (contra a opressão, pela liberdade, por direitos iguais etc.) pode ser de qualquer lugar, cada um




em sua “trincheira”. 1968 também foi o ano da “libertação feminina”. Fumar, beber, falar palavrão, usar minissaia, transar, ler *A Função do Orgasmo*, do W. Reich, e discutir na mesa do bar. E havia o bem-humorado e irreverente *Pasquim*, com seu deboche e seus palavrões que nos libertavam. Mas as gozações sobre as feministas incomodavam. Betty Friedan, feminista americana, era ridicularizada por ser feia, por não usar *soutien* (parei de usar) e, supostamente, por não gostar de homens. Só muito mais tarde descobri que eu já era uma feminista mirim. Minha mãe, apesar de esclarecida e moderna, martelava no meu ouvido (quando meus peitinhos começaram a despontar): “ter relações sexuais é obrigação de mulher casada”. Eu ouvia e pensava: “ninguém me obrigará a fazer nada que eu não queira, não vou casar nunca”.

Na adolescência, quando os hormônios começaram a se manifestar, a relação entre meninos e meninas mudou. Nos baillinhos, reuniões e festinhas, o romance e o sexo estavam no ar. Eu gostaria de ter um namorado me amassando no portão, mas temia perder a maldita virgindade e, com ela, a liberdade. Acho que foi quando decidi que precisava “perder” a virgindade para me livrar do casamento (quem casaria com uma não virgem?). Quando me mudei para Porto Alegre, resolvi este “problema”. Pensei seriamente em como fazê-lo. Tinha medo de transar com um desconhecido e, então, procurei um cara da minha cidade, mais velho (e quem me deu o *Manifesto Comunista* para ler). Fui procurá-lo, contei meu propósito e ele, obviamente, topou. Não teve graça, eu estava muito tensa, mas deu certo, “perdi” o raio da virgindade.

Comecei a tomar pílula. Era preciso de receita médica, coisa difícil de conseguir. Na faculdade ficou mais fácil: os companheiros da medicina conseguiam amostras grátis e todo mês a pílula era de um laboratório diferente.

Entrei para o curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e encontrei os grupos de esquerda




com atuação no movimento estudantil. Descartei alguns, como os maoístas, que preconizavam o cerco das cidades pelos camponeses, a AP (Ação Popular), por ser ligada à igreja, um grupo trotskista demente, que acreditavam que o homem do futuro teria um cérebro imenso, e o velho Partidão, já muito desmoralizado com o declínio do stalinismo. Gostei mais de uma organização trotskista chamada POC [Partido Operário Comunista]. Era a união da dissidência do PCB [Partido Comunista Brasileiro], do Rio Grande do Sul, com a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), de São Paulo. Fiquei surpresa ao descobrir que não havia nenhum operário na organização, mas logo aprendi que seríamos a vanguarda de um movimento que cresceria. Líamos muito sobre o socialismo, política, cultura, fazíamos reuniões, participávamos de assembleias estudantis, além de panfletagens (panfletos impressos em mimeógrafos nos porões das faculdades) em bairros operários na calada da noite. Conseguimos até publicar um jornal chamado *Universidade Crítica*. Este período foi muito bom e me sentia parte de um projeto para toda a vida. Também comecei a namorar um companheiro, o que era comum nas organizações clandestinas (era muito perigoso namorar alguém não militante).

Nessa época descobrimos que meu pai estava com câncer na próstata. Tinha 44 anos.

A militância estudantil não durou muito. Depois do sequestro do embaixador americano, em 1969, por um grupo de estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a repressão ao movimento estudantil recrudesciu. Os militares já estavam dentro da faculdade (no início de cada semestre davam uma aula de moral e cívica), de farda ou sem ela. Havia os infiltrados, que podiam ou não ser estudantes que circulavam discretamente pelos cafés das faculdades, Centros Acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes (DCE). A situação saiu do controle em fevereiro ou março de 1970, quando um grupo de jovens ligados à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) tentou sequestrar o cônsul americano em Porto Alegre.

Nós não sabíamos, mas o DOPS já tinha nossas fichas, com foto e endereço fornecidas pela reitoria, e prendeu alguns companheiros e simpatizantes. De repente, passamos para a clandestinidade sem nenhum treinamento para isso. Felizmente, contávamos com a solidariedade de colegas da faculdade. Meu primeiro esconderijo foi no apartamento dos pais de uma colega. Ela me disse: “contei a eles que tu vais dormir uns dias lá em casa porque estão pintando teu apartamento e é alérgica a tinta”. Se a mãe achou estranho o fato de eu passar o dia no quarto e sair ao escurecer, não fiquei sabendo, mas deve ter levado um susto quando nossas fotos saíram no Correio do Povo como procurados.

Não lembro como, mas ficamos sabendo que deveríamos ir para São Paulo, onde já estavam outros companheiros, para não sermos presos. Obedecemos e, para não correremos o risco de nos prenderem juntos, viajamos em ônibus diferentes. Ele foi no primeiro e eu logo a seguir. Não sabíamos que as Forças Armadas haviam descoberto que Lamarca, da VPR, estava tentando começar uma guerrilha no Vale do Ribeira. As estradas foram fechadas, mas o ônibus de meu companheiro conseguiu passar. O meu foi detido. Para não passar a noite na estrada, o motorista propôs aos passageiros fazer um caminho alternativo. Fiquei aliviada. Eu levava uma maleta com placas de carros do RS. Se houvesse alguma revista, estaria frita. Deveria chegar a São Paulo duas horas depois dele, mas cheguei quase 20 horas depois. Demoramos uns 2 ou 3 dias para encontrar nossos companheiros. Minha tarefa na organização era encontrar “aparelhos” (lugares para morar ou esconder alguém ou algo) para alugar. Conheci São Paulo inteira andando de ônibus. A outra tarefa era trocar documentos com outras organizações (certidões em branco, espelho de carteira de identidade, título eleitoral). Marcávamos “pontos” (encontros) em lugares comuns onde houvesse várias pessoas para passar despercebido. Para identificar a pessoa, usávamos “códigos”, como levar uma revista na mão, perguntar a hora, responder a hora errada e ouvir “ah, bom, que bom que é você”.




Em São Paulo, moramos numa pensão no bairro onde hoje moro. Como não dava para esconder o sotaque gaúcho, contei que viemos para São Paulo porque nossos pais eram contra o nosso casamento. Parece que as pessoas gostavam dessas histórias de amor. Eu me chamava Lúcia e ele, Renato. Eu era magricela e tinha cara de menina bobinha. Quando passávamos por cercos da polícia ou militares vasculhando pertences, eu me antecipava e pedia informações: “o que está acontecendo, seu guarda?”. Meu companheiro ficava danado. “E se te pedirem documentos”? Eu só tinha uma carteira de identidade absurdamente falsificada, mas nunca pediram. Nesse período, também trabalhamos clandestinamente no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Eu pesquisava reportagens nos jornais sobre as greves operárias em Osasco e Contagem para um professor que estava fazendo um doutorado, meu companheiro fazia algo semelhante para outro professor.

Lembro do último jogo da Copa do Mundo no México, quando o Brasil conquistou o tri. Fomos assistir na casa do namorado de uma amiga gaúcha que estudava em São Paulo com a condição de sairmos assim que o jogo terminasse. Saímos ouvindo os foguetes e as buzinas estridentes dos carros, com mulheres nuas enroladas em bandeiras do Brasil cantando o hino nacional. Sempre gostei de futebol, mas não consegui comemorar a vitória da seleção. Pelo contrário, senti uma imensa solidão.

Em setembro de 1970, [no ano em que] Allende foi eleito presidente do Chile, no Brasil, a ditadura estava cada vez mais agressiva. “Brasil, o país do Futuro! Ninguém segura este país!” Havia total censura aos meios de comunicação e a repressão estava cada vez mais eficiente nas torturas e assassinatos. Nossos dirigentes foram para a Europa para fazer contatos.

A vitória do socialista Allende foi um alento para as esquerdas da maioria dos países da América Latina que haviam sucumbido a ditaduras militares. Imediatamente, começou uma “corrente migratória”



para o Chile. Chegamos a 1971 num clima de terror. Comecei a pensar que passar um tempo fora poderia ser a salvação. Falei com os companheiros que queria “dar um tempo” no Chile. Me disseram que, se saísse, seria expulsa do POC. Continuei insistindo que não fazia sentido, a “repressão” estava chegando cada vez mais perto, não tínhamos dinheiro nem infraestrutura, praticamente apenas sobrevivíamos. Finalmente, concordaram que eu poderia sair do país, mas sem apoio. Uma companheira decidiu sair comigo. Fomos à Porto Alegre e de lá à Uruguaiana. Um amigo de meu pai - que, neste momento, estava fazendo tratamento na Santa Casa -, que era caminhoneiro, nos levou a Passo de Los Libres, na Argentina, sem parar na polícia da fronteira. Ele conhecia os guardas. Fomos para Buenos Aires e, de lá, a Santiago. Eu e meu documento horrivelmente falso com o nome Maria Helena. Meu companheiro ficou em São Paulo aguardando um documento para ir ao meu encontro. Duas semanas depois da chegada a Santiago, recebi a notícia que ele havia sido preso no CEBRAP, juntamente com alguns professores. Liguei para seus pais, estavam tentando localizá-lo na famigerada Operação Bandeirantes (OBAN) ou no DOPS. Estava na OBAN e, depois de algum tempo, foi transferido para o Presídio Tiradentes.

Em Santiago, encontrei conhecidos gaúchos e comecei a me estabelecer. Voltei a estudar, embora sem documento pessoal nem histórico escolar. Também consegui moradia na casa de um amigo que, além de me hospedar, me pagava para datilografar seus trabalhos acadêmicos. Solicitei documentos chilenos, mas não consegui por não ter um documento brasileiro. Cerca de um ano depois, meu companheiro foi solto e conseguiu fugir para o Chile. Posteriormente, no julgamento do processo, eu fui condenada e ele absolvido.

Estimavam que mais de cinco mil brasileiros estavam exilados no Chile, legal ou ilegalmente. A vida era barata e a solidariedade era imensa. Criaram uma “caixinha”, que dava uma mesada aos brasileiros que chegavam. O dinheiro vinha de brasileiros que trabalhavam em organizações internacionais ou eram bolsistas de escolas de pós-graduação.

O governo socialista chileno atraía pessoas (estudantes, professores, artistas, ativistas, curiosos) do mundo inteiro. Concertos, shows, encontros culturais, seminários sobre temas políticos e sociais eram constantes. Havia muita informação circulando.

Fiquei pasma quando soube que o Partido Comunista chileno tinha mais de 400 mil filiados e o Socialista quase o dobro, isso para uma população de 14 milhões. O analfabetismo havia sido erradicado há décadas e havia creches (*guarderías*) e tribunais de pequenas causas nos bairros. Uma reforma agrária estava em curso no sul do país. Fiz um estágio durante as férias no Instituto de Reforma Agrária e conheci agricultores de fazendas desapropriadas. Viver em um país verdadeiramente democrático foi uma felicidade.

Em outubro de 1972, meu pai faleceu. Só soube algumas semanas depois porque as comunicações com o Brasil não eram fáceis. No final do ano, a minha mãe e meu irmãozinho (nascido depois que saí de casa) foram nos visitar em Santiago.

A situação política no Chile estava muito conturbada e a disputa entre esquerda e direita no Parlamento foi para as ruas. Manifestações contra e a favor do governo eram quase diárias. Nesse contexto, a “questão feminista” trazida por algumas mulheres que haviam passado pela Europa não empolgava. O contexto político era muito mais importante. Entrei no MIR³¹ e fui às fábricas que haviam sido tomadas pelos operários para conversar sobre a revolução socialista, marxismo-leninismo, essas coisas. Nunca ninguém me perguntou de onde eu era e o que estava fazendo ali.

No primeiro semestre de 1973, a “luta de classes” foi radicalizando dia após dia. Para piorar a situação, os caminhoneiros financiados pelo governo americano (conheci a ação da CIA) entraram

31

O *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) foi criado em agosto de 1965, como uma organização revolucionária de tendência marxista-leninista. Para saber mais, veja o capítulo: “Nós não tivemos o medo como possibilidade: mulheres e feminismos no Chile (1970-1990)”, neste livro.

em greve e os gêneros sumiram dos mercados e supermercados. Comida só havia no “mercado negro” a preços exorbitantes. Uma noite fui com uma amiga comprar açúcar numa casa na periferia, perguntamos o preço e o rapaz disse: “Depende. Se for açúcar cubano é mais barato.” Ficamos indignadas e não compramos o açúcar doado por Cuba. A China doou carne de baleia, muito estranha para o nosso paladar.

Em junho, houve uma tentativa de golpe e milhares de pessoas foram às ruas defender o governo. Participei de todas as manifestações. Começamos a nos preparar para a resistência ao golpe que certamente viria. A questão era se haveria resistência. Os mais otimistas aguardavam uma ajuda (soldados armados ou, pelo menos, as armas) da China e, certamente, de Cuba. Mas, quando o golpe ocorreu, nada disso aconteceu.

Em 11 de setembro, fomos despertados por um amigo que avisou que tanques e soldados circulavam e bloqueavam ruas na cidade. Pretendíamos permanecer no Chile lutando contra o golpe, e a ordem era que cada um fosse para seu local de trabalho ou estudo. Fomos para a Faculdade de Economia e lá passávamos o dia ouvindo a BBC para saber notícias do Chile. O tiroteio era contínuo, o que demonstrava que havia resistência.

No terceiro dia após o golpe, pudemos sair da faculdade com outras pessoas. Fomos presos por uma patrulha minutos depois e levados para um Hospital Militar onde simularam um fuzilamento. Não tive medo de morrer. Só achei que deveria ter feito coisas mais importantes. Ambulâncias saíam e voltavam com militares feridos. Parecia haver resistência. À tarde, nos levaram com as mãos na cabeça para uma delegacia de polícia perto do bairro em que morávamos. Havia uma fila de delatores entregando parentes e vizinhos: “são comunistas, são socialistas”. Foi deprimente. Nos soltaram no fim do dia, durante o toque de recolher, e conseguimos chegar até nossa casa correndo por ruas secundárias. Passamos a noite queimando

jornais e documentos comprometedores. Nos dias que se seguiram, elegantemente vestidos, perambulamos pelo centro da cidade e pudemos ver corpos descendo pelo Rio Mapocho. Soubemos que nossa casa havia sido invadida e não voltamos mais.

Embaixadas e organizações internacionais davam abrigo aos estrangeiros. Decidi procurar uma embaixada. Descobri que todas estavam lotadas. A única que ainda “recebia” refugiados era a da Argentina. Meu companheiro, que tinha um documento legal, decidiu esperar a abertura das fronteiras. Decidi tentar a embaixada da Argentina. Era uma mansão com jardins na frente, situada numa grande avenida. Estava cercada por soldados e tanques. Enquanto meu companheiro me observava, atravessei a rua calmamente e quando passei em frente ao portão aberto percebi que os soldados estavam distraídos. Não pensei, entrei correndo ouvindo tiros e gritos. Uma mão me puxou por uma porta. Estava salva. Era uma manhã fria naquele 18 de setembro de 1973.


A ida para a Argentina só ocorreu em meados de novembro, depois de muita pressão internacional e da própria ditadura chilena que queria fechar a embaixada que abrigou mais de mil pessoas. Os argentinos eram imediatamente “repatriados”; os demais, mais de 700 pessoas, dentre elas umas 100 crianças e algumas grávidas, não eram bem-vindas. Encontrei amigos brasileiros e me “associei” a eles, compartilhando o mesmo colchão e dividindo a parca comida. Brasileiros e uruguaios eram a maioria, mas havia “representantes” de todas as ditaduras latino-americanas. O corpo diplomático havia sido retirado e aos poucos todos os funcionários chilenos foram embora. Ficamos à nossa própria sorte, cercados por tanques.

De vez em quando, chegavam doações da Cruz Vermelha e de brasileiros anônimos. Um deles mandou entregar pizzas. Como pensávamos que ficaríamos pouco tempo, dormíamos amontoados em qualquer lugar, mas o tempo foi passando e tivemos que nos organizar por nacionalidade, cada uma com seu representante.

Criamos grupos para limpar e cozinhar. A sujeira já havia provocado o aparecimento de piolhos e sarna. Formamos um grupo com os uruguaios, “Grupo 4 de Cocina”, e fazíamos o café da manhã. Tínhamos que ser muito criativos para fazer milagres com uma dúzia de ovos e alguns pães. Todos nós emagrecemos muito.

Um belo dia, um jovem diplomata se apresentou anunciando a retirada dos exilados da embaixada, por exigência da Junta Militar chilena. A partir da manhã seguinte seríamos retirados em aviões da Força Aérea Argentina. Grupos foram formados por ordem alfabética. Entrei no primeiro grupo. Depois de algumas horas de voo, sem chegar a Buenos Aires, começamos a temer que fôssemos devolvidos para o Brasil, mas não. Nos entregaram ao Exército Argentino em um aeroporto no meio do nada. Lá, fomos interrogados, fotografados e fichados. Percebemos que não éramos bem-vindos. Finalmente, nos levaram em ônibus para um *pueblito* de pescadores na fronteira com o Paraguai e com o Brasil. Não tinha telefone, mas tinha cabaninhas com banheiro, um restaurante e um táxi para ir a Corrientes, capital da Província. No dia seguinte, chegou outro avião e, nele, estava um amigo brasileiro que veio logo me contar que, depois da nossa saída da embaixada rumo ao aeroporto, um representante da embaixada suíça foi me procurar porque haviam me concedido asilo. Havia esquecido que um dia apareceu um militar suíço encarregado de “selecionar” exilados para asilo no país. Queriam casais e, preferencialmente, operários. Por falta do que fazer, apesar de não me encaixar no perfil, decidi falar com ele. Resumi minha história de estudante perseguida no Brasil e no Chile, concluindo que queria continuar estudando. Ele foi embora, não pensei mais no assunto, havia esta oportunidade, caso não pudesse ficar em Buenos Aires.

Consegui ligar para uma amiga que vivia em Buenos Aires que localizou meu companheiro que já estava lá. Foi me visitar em Paso de La Pátria e contou que a situação na Argentina estava ruim com o retorno do Perón e que provavelmente não daria para permanecer no país. Conteí a história do militar suíço.



Depois de umas duas semanas, os militares argentinos nos puseram em um ônibus e nos levaram para outra cidade (Empedrado), bem maior que a anterior e mais distante de Corrientes, mas tinha correios, telefones e o hotel era fantástico. Levas de parentes dos exilados chegavam todos os dias. Aos poucos, a “população” exilada foi diminuindo, sumindo. Resolvi pedir autorização para ir a Buenos Aires. Consegui um visto, depois de muita burocracia, e em Buenos Aires teria que me apresentar à polícia. Encontrei meu companheiro e fomos à Embaixada Suíça. Com relutância, aceitaram me “deportar”, mas teria que ser em um avião que fazia escalas em Porto Alegre e em São Paulo. Me recusei, argumentando que seria retirada do avião em qualquer uma das duas cidades. Responderam que era a única possibilidade. Fiquei meio desorientada e sem saber o que fazer. Fomos para um bar no centro da cidade, onde se reuniam exilados e jornalistas de vários países, e contei a história da Embaixada Suíça. Na manhã seguinte, alguém me avisou que “meu caso” era a manchete do Jornal *Clarín*. Dizia mais ou menos o seguinte: “Exilada brasileira ameaçada pela Embaixada Suíça”. Na mesma manhã, um funcionário da embaixada ligou pedindo para eu retirar minha passagem (em voo direto) para Genebra. No avião, estavam amigas e amigos brasileiros exilados que iam para outros países da Europa. Estávamos ansiosos e felizes.

Somente tarde da noite consegui chegar a Lausanne, onde se encontravam outros exilados latino-americanos em um hotelzinho. Encontrei conhecidos também. Já estávamos em dezembro de 1973. Recebi um passaporte das Nações Unidas para refugiados e fui passar o Natal em Paris, onde estavam amigos e, inclusive, meu companheiro. Em janeiro, voltamos a Genebra, fiz um curso de francês na Universidade de Genebra com outros exilados e me inscrevi no curso de História Econômica, o mais parecido que havia com o que eu queria estudar. Conseguimos uma quitinete de uma senhora suíça que participava de um grupo de apoio aos exilados. Fizemos

contatos com os chilenos do MIR e passamos a trabalhar para levantar fundos para a resistência chilena, isto é, o MIR.

No primeiro aniversário do golpe no Chile, 11 de setembro de 1974, houve manifestações em quase todas as grandes cidades da Europa. O MIR me mandou ir para Milão discursar no comício organizado por grupos de esquerda e de feministas que queriam uma mulher para falar sobre a solidariedade com o povo chileno. Obedientemente fui morta de medo, medo de travar, desmaiar, vomitar, enfim, dar um vexame. Deu tudo certo, graças a um amigo que me ensinou um truque: descobrir na plateia alguma pessoa interessada e fazer o discurso para esta pessoa. Segurei o medo, olhei para a plateia, e havia um velhinho bem na frente. Discursar em espanhol para ele, que me aplaudia e sorria e, no final, me deu flores. Na mesma noite, tomei um trem de volta abraçada nas flores.

Depois de um ano, troquei Genebra por Paris e descobri o feminismo. No início, acompanhava da calçada as manifestações das mulheres pela legalização do aborto e por direitos iguais. Meu coração ficava apertado de emoção, mas sentia uma certa vergonha de estar ali enquanto as ditaduras grassavam pelo mundo, mas logo comecei a frequentar a Livraria das Mulheres e conhecer feministas. Li Simone de Beauvoir pela primeira vez.

Continuei minha militância no MIR chileno e voltei a estudar, dessa vez Sociologia, na Universidade de Paris 8 (Vincennes). Um dia, soube que havia o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, criado por um grupo pequeno de mulheres exiladas e estudantes (algumas muito jovens). Se reuniam na Casa do Brasil (que fazia parte da *Cité Internationale Universitaire de Paris*). O Círculo foi crescendo e chegou a ter 120 mulheres. Criamos grupos temáticos de saúde, sexualidade, educação política etc. Fazíamos encontros pequenos, reuniões gerais, participávamos das manifestações e de passeatas das feministas francesas e europeias (pela legalização do aborto, por exemplo, por direitos iguais). Incorporamos o discurso feminista francês e

um assunto consensual: do direito ao nosso corpo e à nossa sexualidade, com o “nosso corpo nos pertence”. A crítica ao machismo nas organizações da esquerda brasileira, onde as mulheres eram relegadas a tarefas menos importantes e onde suas (nossas) vozes não eram ouvidas, começou a incomodar os companheiros homens.

Também fazíamos coisas meio que de autoajuda, como teatro, por exemplo, para “soltar o corpo”. Escrevíamos para os grupos feministas que editavam os jornais (*Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*), criticando o espaço dedicado à “luta geral” (contra a carestia, por exemplo) em detrimento da luta de “nós mulheres”.

Nessa época, meu companheiro mudou para Paris e voltamos a ficar juntos. Alugamos um apartamento com um casal de amigos e continuei estudando e trabalhando. Como é possível perceber, tivemos muitas idas e vindas. Foi nessa época, em 1977, que comecei a pensar em ter um filho. Tinha amigas com filhos, alguns nascidos no Chile, e adorava cuidar deles nos fins de semana, levá-los a museus e cinemas. Por que não cuidar do meu próprio filho? Esse desejo me levou a pensar em mim e me dei conta que não tinha vivido uma vida adulta no Brasil. No Chile, na Suíça e na França cheguei perto disso. Além de estudar, trabalhar e militar, havia uma rotina no cotidiano que me levava a observar os direitos e deveres do cidadão.

Nesse período, ventos de liberdade chegavam do Brasil. Comissões pela anistia se manifestavam e crescia o clamor pelo fim da ditadura. Eu havia sido condenada a dois anos de prisão. Meu advogado no Brasil solicitou prescrição da pena por decurso de prazo. Fiquei aguardando. Voltar para o Brasil, adulta e, por que não, com um filho?

Por incrível que possa parecer, foi a militância feminista que me fez pela primeira vez pensar na maternidade não como decorrência “normal” de um relacionamento, mas como desejo. Meu eterno companheiro não queria e eu não iria obrigá-lo. A solução era encontrar outro pai ou apenas um doador. Para isso, teríamos que nos separar. Quando ele percebeu que eu estava decidida,

concordou. Tinha a sensação que meus hormônios estavam em ebulição total. Levei alguns meses para engravidar. Meu filho nasceu em 1978, de parto normal. Fomos registrá-lo no Consulado brasileiro, em Paris, e não aceitaram registrá-lo. Lembrei da Argentina e avisei a imprensa francesa. No dia seguinte, telefonaram pedindo desculpas. A imprensa livre é uma maravilha!

No final do ano voltamos para o Brasil. Apesar de minha pena estar prescrita, a ditadura ainda não tinha acabado e fui detida no aeroporto, em Campinas. Havia muita gente nos aguardando, parentes, amigos, membros do Comitê da Anistia, jornalistas... Depois de algumas horas de interrogatório, fui liberada. Deveria me apresentar uma vez por semana numa delegacia. Fui duas ou três vezes. Faziam perguntas ridículas e desisti de me "apresentar".

Decidimos morar em São Paulo. Arrumei um trabalho de professora de História em um colégio particular e entrei para a Associação de Mulheres, um dos grupos feministas que criticávamos na França. O grupo não existe mais, mas ainda nos encontramos de vez em quando. Afinal, continuamos feministas.

Nosso relacionamento instável não sobreviveu ao Brasil. Nos separamos e, alguns anos depois, tive uma filha com outro companheiro, de quem também me separei mais tarde. Eles, por sua vez, casaram com outras pessoas e, hoje, todos nós fazemos parte de uma grande família.

Finalmente, para o bem ou para o mal, consegui viver uma vida cidadã no meu próprio país.

“EU NUNCA HAVIA TRABALHADO
COM O TEMA SOBRE MULHERES.
O ESCOLHI PORQUE TINHA MUITO
A VER COM MEU CORAÇÃO”:
SÍLVIA PIMENTEL

Meu nome é Silvia Pimentel. Nasci em 1º de março de 1940, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Sou professora de Direito na PUC [Pontifícia Universidade Católica] há 33 anos. Durante esses anos todos, lecionei nas cadeiras de Introdução ao Estudo do Direito e Filosofia do Direito. [Em 2005, estava começando] a cumprir meu mandato na Organização das Nações Unidas, como *expert* no Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher (CEDAW)³². Esse Comitê monitora a implementação pelos Estados-parte da Convenção da Mulher. Eu fiz a Faculdade de Direito na PUC em duas fases, sendo que a primeira fase foi antes do meu primeiro casamento.


Eu me casei em novembro de 1962 e, em dezembro de 1963, um ano e pouco depois do casamento, eu tive meu primeiro filho. Depois que me casei, durante seis anos, não trabalhei e nem estudei. Eu tive quatro filhos. Tranquei a minha matrícula na Universidade. Mas, depois de seis anos, eu retornei. Foi então que fiz o quarto ano e o quinto ano de Direito e prossegui estudando. Inicialmente, fiz pós-graduação em Psicologia da Educação e, depois, outros cursos de pós-graduação. Cursei cadeiras isoladas em Sociologia e em Filosofia. Então, só depois deste preparo multidisciplinar é que fui fazer a pós-graduação e meu doutorado em Filosofia do Direito, lá na PUC também.

Eu tive uma professora orientadora maravilhosa, Haydée Maria Roveratti. Ela é socióloga e jurista. Uma criatura que foi muito importante na minha vida por me dizer “Silvia, você está com dificuldade de escolher o tema para sua tese, escolha um tema que te diga muito de perto, à tua inteligência e ao teu coração”. Eu fiquei um mês pensando e, então, apresentei os meus temas, que são os que continuam me interessando até hoje, todos na área dos direitos da mulher.

A minha tese de doutorado se chama “A Evolução dos Direitos da Mulher: norma, fato e valor”, e tem a perspectiva tridimensional, do professor Miguel Reale, que compreende o fenômeno jurídico como norma, fato e valor. Eu escolhi o tema em 1976, e a tese foi elaborada ainda [no mesmo ano] e eu defendi em fevereiro de 1977. Eu tive uma espécie de coorientador, uma pessoa muito próxima a mim, o professor André Franco Montoro, de quem eu era assistente. Ele era professor na PUC, além de político. Eu só fiz Direito porque meu pai queria muito e foi uma forma de demonstrar o meu reconhecimento pelo seu carinho e por todo investimento cultural que fez em mim. Quando eu me formei, no quinto ano, eu estava praticamente decidida a entrar na faculdade de Psicologia e foi o assistente do professor Montoro no quinto ano, o professor Roberto Aguiar, quem me sugeriu uma solução, meio mineira ou tancrediana: não deixar de respeitar esse anseio meu de me aproximar da psicologia, mas também não desconsiderar ou desperdiçar esses cinco anos que eu fiz de Direito, tão bem estudados e aproveitados.

Eu nunca havia trabalhado com o tema das mulheres, o escolhi porque tinha muito a ver com meu coração. Eu estava vivendo um casamento muito difícil e que me fez sofrer muito. Experimentei a dor da violência psicológica. Mas só depois que eu me aproximei do movimento de mulheres é que descobri que se tratava de violência psicológica, muito forte e perversa.

Morávamos em um bairro que tinha um mato lindo, mas eu não tinha telefone nem automóvel. Essa já foi uma das formas que



ele encontrou para melhor exercer o seu poder sobre mim. Quando eu tinha, às vezes, certos embates com ele, sobre certas coisas que me desagradavam, ele me dizia: “A porta é a serventia do lar, você sabe que pode sair à hora que quiser, só que você sairá sem seus filhos, porque você sabe que nós somos muito importantes na área jurídica”. E era verdade. Os padrinhos dele eram todos desembargadores. Mas onde é que estaria a vulnerabilidade da minha família? A vulnerabilidade que eu tinha era a seguinte: a minha mãe, quando chegou à menopausa, enlouqueceu. Ela, por sua vez, tinha um irmão internado há vários anos pela mesma doença. Muito depois eu vim saber que o outro irmão dela também tinha a mesma doença. Eu também tinha uma irmãzinha – muito querida – limítrofe. O meu primeiro marido utilizou-se dessa vulnerabilidade familiar. Desde antes de nascer meu primeiro filho, ainda grávida, escutei: “Sílvia, eu posso te levar para a casa dos seus pais, mas eu aviso que você vai sair da Maternidade São Paulo sem o seu filho nos braços. Eu tiro seu filho dos braços!”. Ele não deixava que eu imaginasse qualquer outra coisa; ele deixava bem claro, ele explicitava que ele alegaria que eu era louca, como [as pessoas de] minha família. E isso foi durante 10 anos!


Então, isso foi desde o primeiro ano de casamento. Como prossegui e fiquei casada dez anos com esse homem? Por ingenuidade e por acreditar que, com amor, a gente é capaz de mudar as pessoas. Eu tinha muita paciência, muita condescendência - não sei qual seria a palavra adequada -, eu achava que através do diálogo eu conseguiria ter uma família feliz, acreditava que poderia mudá-lo e preservar a minha família, porque ele era uma pessoa que tinha qualidades também.

Em 1973, eu me separei. Nessa época, eu já tinha retornado aos estudos, eu já tinha muita clareza que se esse homem alegasse que eu era louca, como minha família, seria muito importante que eu estivesse em outros espaços, que pudessem atestar a minha sanidade. Então, o que eu fiz além de voltar à PUC? Eu comecei a fazer uma terapia para comprovar para mim mesma que eu não era louca. Quando voltei para a universidade, logo comecei a trabalhar

como monitora e, depois, como auxiliar de ensino da disciplina de Introdução ao Ensino do Direito.

Quanto à separação, busquei suporte e orientação jurídica em dois grandes advogados da área: Luiz Olavo Baptista e Jorge Lauro Celidonio. Eles me alertaram que apenas o testemunho das empregadas, dos guardas do bairro ou dos vizinhos “de que eu era uma santa e, meu marido, um estúpido e que gritava muito” de nada adiantaria para justificar uma separação judicial. “Só no dia em que você sofrer uma violência física nós conseguiremos realizar a separação”. Então, eu decidi enfrentar o meu marido até ser machucada. Às cinco horas da manhã de uma quinta-feira, quando ele ia para a fazenda, eu escutei o movimento, me levantei e lhe disse que precisava que me deixasse um dinheiro para levar um de nossos filhos ao médico, pois seu ouvido havia purgado toda a madrugada. Ele disse: “Mas mulher é um saco! Mulher só sabe pedir dinheiro! Você acha que é hora de me pedir dinheiro, às cinco horas da manhã? Eu não vou te dar dinheiro algum!”. E me empurrou. Eu me pus diante da porta. Ele era um homem de 1 metro e 85 e eu de 1 metro e 60, e eu me pus na frente dele e lhe disse: “Dessa vez você não vai sair daqui, porque eu não vou pedir dinheiro nem para os meus pais, nem para os seus pais. Isso é uma vergonha, eu ter que passar por uma situação como essa. Nós não estamos precisando, se nós precisássemos, fôssemos carentes financeiramente, tudo bem, mas nós não somos!”. E empurra de lá, empurra de cá, eu tive vários chumaços de meus cabelos arrancados, fiquei com a cabeça toda machucada. Tudo isso consta no laudo do Instituto Médico Legal. E, a partir daí, então, os civilistas que estavam cuidando da causa pediram um mandado de separação de corpos, mas o meu marido foi mais rápido e, antes, conseguiu um mandado de busca e apreensão das crianças. Aconteceu exatamente o que ele ameaçava.

Quando os meus advogados não conseguiram o mandado de separação de corpos, eles me orientaram que saísse de São Paulo imediatamente com as crianças. Fomos para um sítio de parentes de



uma amiga. Lá ficamos um tempo. Depois, eu voltei para conversar com meus advogados, na tentativa de tudo resolver, mas nada caminhava. Eu tive que, novamente, ir para uma fazenda de uma colega minha de escola, e fiquei lá quase um mês. Foi aí que ele fez a pressão maior. Inicialmente, o processo foi litigioso, mas acabou sendo amigável. Quando eu voltei do meu “exílio”, sempre orientada por meus advogados, à minha espera e das crianças estava a assistente social, o advogado e, inclusive, o meu marido! Ele me pediu, dizendo que não estava “preparado psicologicamente para sair dessa casa imediatamente” e que sairia alguns dias mais tarde. Eu disse a ele que tudo bem, se isso o violentava tanto, tudo bem.

Ele demorou oito meses para sair de casa. Nós fizemos toda a separação amigável, com ele dentro da minha casa e ocupando o quarto principal da casa. Você sabe qual foi a poção mágica, o “pózinho de pirilimpimpim” que usei para resolver essa situação? Foi dizer: “se você ainda não está pronto psicologicamente para deixar os seus filhos e as suas coisas, então eu te faço uma proposta: eu continuo esperando o teu tempo psicológico, mas eu passo para o quarto em que você está e, você, que é hóspede nesta casa, fica no escritorzinho”. Ele não me disse nada. No dia seguinte, às cinco da manhã, ele tinha saído e levado todas as suas roupas. Essa situação ocorreu em 1974, no início do meu doutorado.

Para poder escrever a tese, tive contato com Simone de Beauvoir, por exemplo. Li, também, Évelyne Sullerot, Gisèle Halimi. Durante a década de 1970, estavam circulando muitas leituras feministas, e estas foram as três primeiras feministas francesas que li. Mas só a partir do momento em que eu terminei a tese é que fui me aproximando do movimento [feminista], em 1977. Além das leituras internacionais e, tão importante quanto essas três, em termos brasileiros, é a obra de Heleieth Saffioti, que representa o grande passo inicial para o feminismo acadêmico no país. No Direito, eu não tive acesso a uma doutrina feminista jurídica brasileira, porque ainda não havia. Contei com leituras feministas sociológicas e políticas no

Brasil, mas jurídicas não. A partir de minha formação multidisciplinar, fui lendo também textos e livros estrangeiros, principalmente europeus, alguns italianos e espanhóis. A Betty Friedan eu li, como também li algumas outras americanas. Mas as americanas nunca foram, para mim, tão importantes quanto as francesas. Talvez porque eu tenha estudado numa escola francesa, será?

Nesse período, eu fiquei muito instigada a me aproximar do movimento [feminista], e fui me aproximando aos poucos. Depois, comecei a ser demandada pelas mulheres do ABC, de São Paulo, que começaram a me chamar e a discutir a criação dos primeiros departamentos femininos daqueles sindicatos. Fui a pessoa que dialogou com elas e ofereceu suporte técnico-jurídico para a elaboração de alguns regulamentos.

Nessa época, eu tinha absorvido todos aqueles estereótipos, preconceitos e discriminações em relação ao movimento feminista e, claro, fazia a crítica deles, mas todo o processo de mudança leva algum tempo. Nesse momento, 1976, 1977, 1978, instalou-se uma fase de abertura política no país, muitas mulheres retornaram [do exílio] trazendo experiências feministas muito ricas. Muitas da França, várias de outros países. Eu fui me aproximando delas, da mesma forma que eu fui me aproximando dos partidos políticos e das mulheres que estavam atuando nestes partidos. Eu frequentava as reuniões dos sindicatos do ABC, e foi muito interessante que, nessa época, eu passei a ser disputada tanto pelo PMDB quanto pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Inicialmente, tive dificuldades de me decidir entre estes dois partidos, mas um argumento de um dos sindicalistas do PT me afastou. Ele disse que eu “não deveria ir para o PMDB, pois, para este partido estava indo o PC, o PCdoB e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)³³. São os comunistas que

33

O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) foi uma organização brasileira de orientação marxista-leninista que promoveu combate armado contra a ditadura civil-militar instaurada, no Brasil, entre os anos 1964 e 1985.

vão para lá. Você tem que ficar do lado de cá. Se você tem uma sensibilidade social você deve ficar conosco". Eu falei para ele: "Quer saber, acabo de decidir que eu não vou para o PT, porque vocês são desrespeitosos com a história da esquerda no Brasil. Quantos do Partido Comunista foram torturados e morreram pela causa da Justiça Social? Vocês podem ter uma proposta diferente da deles, mas essa não é a forma de vocês argumentarem comigo, desrespeitando-os". Então eu fui para o PMDB.

O próprio Montoro é um dos fundadores do PMDB, e eu, pela minha experiência, principalmente junto às mulheres, fui construindo meu feminismo militante, um feminismo com democracia. Eu reconhecia essa inter-relação, mas houve muita tensão dentro do movimento de mulheres do PMDB. Não foi nada fácil conviver com as suas várias facções.

No PMDB, tínhamos um núcleo, o PMDB-Mulher, e eu fui uma das que o constituiu. Este núcleo era composto de mais ou menos vinte mulheres, e a partir deste núcleo realizamos a campanha de algumas candidatas mulheres, inclusive eu fui uma delas. Candidatei-me a Deputada Federal. Mas vale a pena explicar um pouco mais. Eu era da Frente de Mulheres Feministas, junto com a Ruth Escobar e um bando de grandes nomes como Marta Suplicy, Bruna Lombardi, Leilah Assunção, Lélia Abramo, Carmen Barroso, Fúlvia Rosemberg, Irede Cardoso, Ida Maria Jancsó... A sede era uma casa linda e antiga no [bairro] Bexiga. Era a nossa casa da Frente de Mulheres Feministas, que foi criada em 1979.

Sobre as eleições que se avizinhavam, discutimos a importância de apresentarmos nossas mulheres candidatas e, no meio da discussão, escuto: "Olha, Sílvia, você tem que ser candidata". Eu falei: "Eu não vejo condição, com um bando de filhos pequenininhos". Insistiram: "Não, de forma alguma, você tem facilidade para falar, você isso, você aquilo". Nunca verbalizaram, mas eu acho que estava no subtexto o fato de eu ser da PUC, assistente do Montoro, que seria

candidato a governador. O fato de ser da direção do partido também deve ter contado. Eu viajei para o interior todo com o Mário Covas, então presidente do PMDB-São Paulo, e com a Regina Covas, prima dele, e eu considerava o Mário um grande político e um grande amigo.

Palmilhei aquele interior todo do estado, mas nunca havia pensado em fazer política no sentido de ser candidata. As mulheres da Frente de Mulheres Feministas estabeleceram que a Irede Cardoso, do PT, sairia à vereadora, e a Ruth, eu e a Ida Maria formaríamos uma trinca feminista do PMDB. A Frente de Mulheres Feministas era suprapartidária. Eu obtive muito espaço na mídia na década de 1980, plantado a partir da Frente de Mulheres Feministas. Mas, quanto à nossa trinca, surgiu um problema, pois a Ruth descobriu que não poderia ser candidata a Deputada Federal porque a Constituição Brasileira anterior à de 1988 não admitia que uma portuguesa naturalizada brasileira fosse deputada em nível federal. Então, ela indagou se eu sairia como candidata a Deputada Federal, ao que respondi que não poderia ser, por não ter cacife político para tanto. Eu teria cacife político para ser Deputada Estadual, principalmente porque faria, também, uma dobradinha com o Mário Covas, candidato a Deputado Federal. Aí a Ruth disse: “Não interessa, não há outra solução”. E, então, a Ruth, que sempre foi um trator - digo isto com todo respeito, pois ela é admirável sob vários aspectos -, conseguiu o que queria. A Marta Suplicy foi uma das pessoas da Frente que mais me alertou a não aceitar ser candidata a Deputada Federal porque não conseguiria me eleger.

Saí a Deputada Federal e tive 25.574 votos (por coincidência, o meu número de candidata era o 574), o que foi muito, tendo em vista as dificuldades de minha campanha, pois foi uma campanha muito pobre. Contei com alguns programas de rádio e de televisão, e escrevia com frequência na Folha de São Paulo. Era aquela feminista jovem, emergente; o pessoal me achava muito bonita, creio que isso também colaborou para o espaço que tive, principalmente na TV e nas revistas. Coincidência (ou não), comecei a ser menos chamada

pela televisão quando eu fui chegando aos 50 anos. Essa experiência foi maravilhosa. Quero dizer, o quanto foi sensacional essa campanha, [pois] foi uma campanha [que se deu] antes do fim da ditadura. [Porém,] o fato de não ter conseguido me eleger não foi fácil, é claro. Mas deu para enfrentar muito bem.

Esta campanha teve enorme significado democrático para todo o país. Era uma campanha em que nossa trinca reuniu a mensagem feminista com a mensagem de democracia. Esta campanha de 1982 sedimentou o solo para a Campanha das Diretas Já! que, se não foi bem-sucedida de um lado, foi bem-sucedida de outro. Jamais poderemos dizer que a campanha Diretas Já! não representou um grande avanço, embora não tenha tido a efetividade de eleger o Presidente da República de forma direta naquele momento.

[Nessa eleição], André Franco Montoro foi eleito ao governo do estado de São Paulo. Nós, mulheres do PMDB, tínhamos como um dos acordos da nossa campanha a criação de um Conselho Estadual da Mulher. Delineamos todo o seu eixo, suas linhas de ação, objetivos, estatuto etc. Só após surgiu a questão da presidência deste Conselho. Das vinte e poucas mulheres que faziam parte desse núcleo forte das mulheres no PMDB, todas me apontaram e disseram que eu deveria ser a presidente do Conselho, além do mais, eu tinha saído também de uma campanha com [um número de votos considerável]. Mas não aceitei, alegando motivos pessoais, e solicitei que elas respeitassem minha decisão.

Antes de falar sobre a minha eleição como *expert* do Brasil no CEDAW, há alguns antecedentes significativos que eu gostaria de relatar. Em 1985, aconteceu, em Nairóbi, a terceira Conferência que fechou a Década da Mulher da ONU. A primeira foi no México, a segunda em Copenhague. A Conferência contou com 12 a 14 mil participantes mulheres e havia centenas de eventos interessantíssimos acontecendo ao mesmo tempo. Eu fiquei doze dias participando das reuniões que deram origem à rede internacional, a

Ação Internacional de Direitos das Mulheres (IWRAP)³⁴, e à rede latino-americana, o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Assim, tornei-me uma das fundadoras dessas duas grandes redes. Aliás, a palavra de ordem do momento era que todos os esforços buscassem se inter-relacionar, potencializando-se através de redes nacionais, regionais e internacionais. O objetivo do IWRAP era observar e monitorar a atuação do CEDAW, que era relativamente novo (de 1981). Acompanhei as reuniões do CEDAW durante dez anos.

Em 2002, Flávia Piovesan foi convidada pelo Itamarati para elaborar o relatório brasileiro ao CEDAW, referente ao cumprimento pelo Brasil das obrigações estabelecidas na Convenção da Mulher, e a Flávia respondeu que só aceitaria se pudesse contar comigo. Dessa forma, nós duas fomos as coordenadoras deste relatório, que contou com a participação de um consórcio de ONGs e feministas especializadas nas várias áreas da Convenção. Quando foi apresentado ao CEDAW, o relatório brasileiro foi elogiado, principalmente pela seriedade, pois era um documento crítico. Foi muito gratificante.

A minha indicação para integrar o CEDAW deu-se por meio do Ministro Hildebrando Tadeu Valadares, Ministro e Chefe do Departamento de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, que me consultou a respeito. A Secretaria Especial dos Direitos da Mulher aprovou a decisão do movimento de mulheres, que havia apontado meu nome. Nisto, a Marlene Libardoni, da [ONG] AGENDE³⁵, teve um papel muito grande nessa articulação.

34 Na sigla, em inglês, *International Women's Rights Action Watch*.

35 A AGENDE é uma organização feminista da sociedade civil, criada em 1998 e sediada em Brasília. Atua no âmbito nacional e internacional. Tem por missão firmar a perspectiva feminista na agenda política para promover o fortalecimento da cidadania e da democracia. Busca a formulação e implementação de políticas públicas para a igualdade entre mulheres e homens, para a promoção da igualdade racial, bem como o cumprimento dos compromissos firmados nos tratados e conferências internacionais. Sua forma de atuar é caracterizada pela adoção da perspectiva de gênero, raça e dos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais como marcos, bem como a utilização de pesquisas para as suas análises e ações de *advocacy*.

Então, fui indicada pelo governo brasileiro como candidata à eleição do CEDAW, em que havia vinte e cinco candidatas para onze lugares. Há eleições a cada dois anos, sendo eleitas onze e doze representantes, respectivamente. São vinte e três *experts* ao todo. Estive três vezes em Nova Iorque, chamada pela missão brasileira para participar da Campanha, e mantive entrevistas pessoais com 120 delegações dos vários países. O embaixador Ronaldo Sardenberg deu muita força, e toda equipe dele em Nova York também. Esta campanha na ONU também foi um grande momento de exercício democrático e feminista. O fato de eu falar várias línguas e de ter certa postura diplomática, própria da educação que recebi, me ajudou. Mas houve momentos hilários! Imagine que, às vezes, de repente, pessoas das delegações começavam a falar de futebol e do Pelé comigo! E aí eu me lembrava do quanto eu aprendi de futebol com meu atual marido feminista, que é apaixonado por futebol.

Quando eu fui eleita, em agosto de 2004, vivi um momento de muita emoção. A eleição ocorreu em uma daquelas grandes salas de conferência da ONU. Foi uma eleição formal, com escrutínio secreto e a participação de delegações de todos os Estados-parte da Convenção. Eram de oito a dez urnas, de forma solene, que circulavam carregadas pelos funcionários da ONU e, nelas, os votos eram depositados. Após o recolhimento dos votos, suspenderam a sessão por vinte minutos e, em seguida, leram os nomes das pessoas eleitas. Quando ouvi “Sílvia Pimentel – Brasil” fiquei muito emocionada, muito gratificada, e me lembrei muito do estímulo que eu recebi, em termos de cidadania e de participação política, dado pelo meu grande mestre e amigo, André Franco Montoro. E, ao mesmo tempo, senti uma responsabilidade muito grande. Não senti em momento algum uma euforia, oba-oba, mas, sim, gratificação e responsabilidade.

ENTREVISTAS

JOFILLY, Olivia Rangel. [Entrevista concedida a] Joana Maria Pedro, Joana V. Borges e Sérgio S. Júnior. **Acervo LEGH/UFSC**. Florianópolis/SC, Brasil, 07/05/ 2009.

MADALENA, Arabela Pereira. [Entrevista concedida a] Tauana Olívia Gomes Silva. São Paulo, Brasil, 09/08/2015. Acervo Pessoal.

PIMENTEL, Silvia. [Entrevista concedida a] Joana Maria Pedro. **Acervo LEGH/UFSC**. Santo Amaro/SP, Brasil, 26/08/2005.

SANTOS, Maria do Espírito Santo Tavares dos. (Santinha). [Entrevista concedida a] Roselane Neckel. **Acervo LEGH/UFSC**. Rio de Janeiro, Brasil, 14/02/2005.

SILVA, Elisabeth Therezinha de Vargas e. [Entrevista concedida a] Eloisa Rosalen. **Acervo LEGH/UFSC**. São Paulo/SP, Brasil, 07/04/2015.

TOSCANO, Moema. [Entrevista concedida a] Roselane Neckel. **Acervo LEGH/UFSC**. Rio de Janeiro, Brasil, 16/02/2005.

REFERÊNCIAS

BACK, Lilian. **A Seção Feminina do PCB no exílio: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979)**. 2013. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BENTO, Maria Aparecida. Silva. Mulher negra no mercado do trabalho. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, nº 2, p. 479-488, 1995.

COSTA, Albertina de Oliveira *et al.* (Org.). **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FILHO, Daniel Aarão Reis. O Maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. *In*: FILHO, Daniel Aarão Reis (Org.). **História do marxismo no Brasil / O impacto das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 105-133.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. 217 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, nº 80, p. 41-58, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: Entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. **Ditadura e Justiça Militar no Brasil**: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980). 2011. 222 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História CPDOC, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Tadeu Antonio Dix. **Ala Vermelha**: revolução, autocrítica e repressão judicial no Estado de São Paulo (1967-1974). 2006. 293 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

VALADARES, Loreta. **Estilhaços**: em tempos de lutar contra a ditadura. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

LISTA DE SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AGENDE	Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento
AI-5	Ato Institucional Número 5
AP	Ação Popular
BBC - Chile	British Broadcasting Corporation ("Corporação Britânica de Radiodifusão", mais conhecida pela sigla BBC)
Casa Dandara	Projeto de Cidadania do Povo Negro
CCR	Comissão de Cidadania e Reprodução
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDAW	Committee on the Elimination of Discrimination against Women
CIA	Agência Central de Inteligência
CIMADE	Serviço Ecumênico de Ajuda
CLADEM	Comitê Latino-americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNRS	Centre National de la Recherche Scientifique
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GBMR	Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias
GTP	Grupo Teatral Politécnico
IPCN	Instituto de Pesquisas e Culturas Negras
IPEAFRO	Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros
IWRAP	International Women's Rights Action Watch
LEGH	Laboratório de Estudos de Gênero e História
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria

MNU	Movimento Negro Unificado
MR8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
N'Zinga	Coletivo de Mulheres Negras
OBAN	Operação Bandeirante
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMDB - Mulher	Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Mulher
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RS	Rio Grande do Sul
SUS	Sistema Único de Saúde
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abramo, Lélia 102
 Adriana 72
 Aguiar, Roberto 97
 Alambert, Zuleika 64, 65
 Allende, Salvador Gossens 86
 Almeida, Criméia Alice Schmidt de (Criméia) 74
 Arouca, Sérgio 72
 Assunção, Leilah 102
 Baptista, Luiz Olavo 99
 Barroso, Carmen 102
 Beauvoir, Simone de 93, 100
 Bernardo 73, 80
 Brizola, Leonel 82
 Cardoso, Irede 102, 103
 Casaldáliga, Bispo Dom 73
 Celidonio, Jorge L. 99
 Chaplin, Charles 72
 Cláudia 73
 Davis, Angela 58
 Egon 79
 Escobar, Maria Ruth dos Santos (Ruth Escobar) 102
 Friedan, Betty 83, 101
 Goldberg, Anette 50, 51
 Gonzalez, Lélia 68
 Goulart, João Belchior Marques (Jango) 82
 Guimarães, Honestino 71, 73
 Halimi, Gisèle 100
 Hildebrando, Luiz 66
 Hildete 80
 Jancsó, Ida Maria 102
 Joffily, Olívia Rangel 54, 55, 69
 Lajolo, Tereza 71
 Lamarca, Carlos 85
 Libardoni, Marlene 105
 Lombardi, Bruna 102
 Lúcia (pseudônimo Elizabeth de Vargas e Silva) 86
 Madalena, Arabela Pereira 53, 55, 56
 Mandela, Nelson 68
 Maria (pseudônimo de Olívia Rangel Joffily) 74
 Mariana 74, 75, 79, 80
 Marx, Karl 82
 Montenegro 71
 Montoro, André Franco 97, 102, 104, 106
 Nascimento, Edson Arantes do (Pelé) 106
 nova esquerda 51
 Novo Estatuto da Mulher Casada 50
 Perón, Juan Domingo 91
 Pimentel, Sílvia 54, 55, 96, 106, 107
 Piovesan, Flávia Cristina 105
 Reale, Miguel 97
 Reich, Wilhelm 83
 Renato (pseudônimo do companheiro de Beth Vargas) 86
 Ribeiro, Renato Janine 70
 Rosemberg, Fúlvia 102
 Roveratti, Haydée Maria 97
 Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani 100
 Santo, Maria do Espírito (Santinha) 55, 107
 Sardenberg, Ronaldo 106
 Sargento Marcelo 60
 Silva, Elisabeth de Vargas 54, 55, 81
 Sullerot, Évelyne 100
 Suplicy, Marta 102, 103
 Telles, Maria Amélia (Amelinha) 74
 Toscano, Moema 55
 Valadares, Hildebrando Tadeu 105
 Valadares, Loreta 55, 56, 108
 Vargas, Getúlio 82
 Vaz, Zeferino 71
 Vilallobos 72

ÍNDICE REMISSIVO

A

aborto 76, 93
 Ação Popular 56, 71, 73, 84
 AI-5 71
 Ala Vermelha do PCdoB 59
 Albânia 54, 73, 74, 75, 76, 79
 Aliança Operária Camponesa 57
 Anistia 64, 68, 69, 76, 95
 Argentina 63, 87, 90, 91, 95
 asilo político 54
 Ato Institucional nº 5 71

B

Baptista, Luiz Olavo 99
 Barroso, Carmen 102
 Beauvoir, Simone de 93, 100
 Bernardo 73, 80
 Black Power 58
 Brasil Mulher e Nós Mulheres 94

C

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento 86
 Chile 52, 54, 63, 64, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94
 CIMADE 63
 Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris 54, 64, 65, 93
 clandestinidade 50, 61, 85
 clandestinos 50
 Comissão de Cidadania e Reprodução 54
 Comissão de Mulheres do Partido Comunista 53
 Comitê Brasileiro de Anistia 76
 Comitê Central 59, 64, 65, 75, 78
 Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher 96
 Congresso Nacional do Negro das Américas 68
 Conselho Estadual da Mulher 104

Constituição Brasileira 103
 Convenção da Mulher 96, 105
 Cruz Vermelha 90

D

Defesa dos Direitos da Mulher 105
 Departamento de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores 105
 Diretas Já 104
 ditadura 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 74, 76, 77, 82, 86, 90, 94, 95, 101, 104, 108
 ditadura militar 50, 56, 63, 66
 DOPS 59, 60, 61, 63, 85, 87

E

Embaixada 63, 92
 Escobar, Maria Ruth dos Santos (Ruth Escobar) 102
 exilada 54, 74, 92
 exilados 63, 87, 91, 92
 exílio 52, 53, 55, 63, 64, 74, 76, 100, 101, 107, 108

F

feminismo 52, 53, 54, 55, 64, 65, 69, 79, 93, 100, 102, 107, 108
 feminismo acadêmico 100
 Folha de São Paulo 103

G

guerrilha 85, 108

I

Independência de Moçambique 67
 Instituto de Reforma Agrária 88

J

Justiça Social 102

M

Madalena, Arabela Pereira 53, 55, 56
 mandado de separação de corpos 99

manifestações estudantis 54, 57, 70

militância estudantil 84

Moçambique 53, 66, 67

movimento de mulheres 75, 97, 102, 105

movimento estudantil 50, 52, 54, 81, 82, 84

movimento feminista 66, 76, 77, 78, 101

Movimento Negro Unificado 53, 68

Movimento Revolucionário Oito de Outubro 101

Movimiento de Izquierda Revolucionaria 88

mulher negra 56, 58, 66, 69

N

nova esquerda 51

Novo Estatuto da Mulher Casada 50

O

Organização das Nações Unidas 96

P

Partido Comunista 51, 53, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 84, 88, 102

Partido Comunista Brasileiro 64, 65, 84

Partido do Movimento Democrático Brasileiro 54

Partido Operário Comunista 54, 65, 84

pílula 65, 78, 83

Polícia Especial do Exército 61

Presídio Tiradentes 87

prisão 54, 59, 60, 61, 70, 79, 94

R

rádio Tirana 73

refugiados 63, 90, 92

repressão 53, 59, 62, 70, 71, 74, 84, 86, 87, 108

Revista Cláudia 50

revista Presença da Mulher 78

S

Secretaria Especial dos Direitos da Mulher 105

sindicatos 101

Superior Tribunal Militar 61, 62, 108

T

tortura 59, 74

U

Universidade de Paris 8 93

V

Vanguarda Popular Revolucionária 84

violência psicológica 54, 55, 97

A woman with long dark hair in a ponytail, wearing glasses and a dark t-shirt, is running from left to right. She is in front of a wall covered in graffiti. The graffiti includes large letters 'M', 'U', 'L', 'H', 'A', 'I', 'A' and a sign that says 'COM REPRES... Humildade 20/10 2018'. The background is a mix of green, orange, and red colors, with a large yellow number '3' on the right side.

3

*Ana Maria Veiga
Joana Vieira Borges
Soraia Carolina de Mello*

AUTORITARISMOS, GUERRILHAS E TEORIA FEMINISTA:

**HISTÓRIAS QUE SE CONECTAM
NA ARGENTINA**

Em meados da década de 1960, a Argentina, assim como outros países latino-americanos, vivenciava um processo de modernização e de acelerado crescimento urbano, acompanhado por constantes mobilizações populares a favor de reformas estruturais nos setores econômicos, políticos e culturais (Borges, 2013). Diante dessa situação, consolidou-se no país uma juventude intelectualizada, oriunda, sobretudo, das classes médias, ligada às universidades, aos grupos políticos e às manifestações artísticas. Para muitas mulheres argentinas, mudar-se para os grandes centros, como Buenos Aires, ou mesmo dividir um apartamento com uma amiga, por exemplo, foram experiências que se tornaram cada vez mais comuns a partir da década de 1960 (Barrancos, 2007, p. 225).

Foi também a partir dos anos 1960 que os avanços tecnológicos possibilitaram a difusão da pílula anticoncepcional, que forneceu subsídios para que acontecesse, de fato, uma revolução nos costumes e, conseqüentemente, nas configurações familiares. Nesse contexto, a censura moral ganhou a cena, porém teve que dividi-la com novos padrões, comportamentos e sensibilidades que surgiam: as saias de comprimentos cada vez mais curtos, as experiências homoeróticas, maior liberdade sexual das mulheres, o rechaço ao modelo de “dona de casa” e à maternidade compulsória, entre outros. Ou seja, ser jovem nesta época, na Argentina e em outros países latino-americanos, significava buscar romper com a ordem e tentar estabelecer novas formas de ser e sentir, ainda que isso se chocasse com o imaginário tradicional e com as demandas colocadas pela resistência aos contextos ditatoriais.

As argentinas dessa geração vivenciaram um momento em que as mulheres passavam a ter maior atuação na sociedade, ocupando cada vez mais lugares na educação, nos postos de trabalho (formais e informais) e em outros setores econômicos e políticos, sendo estes locais de debate político por excelência. Tais fatores, entre outros, geraram um clima ideal para a eclosão de uma revolução cultural e sexual em diversas partes do mundo, mas que nos países latino-americanos encontrou limites devido ao contexto político.

A Argentina vivenciou, nessa época, dois períodos de ditaduras militares - separados por um breve e turbulento período de “democracia”, com as ameaças do poder paramilitar¹. O primeiro, entre 1966 e 1973, começou com a deposição de Juan Domingo Perón e o governo do general Juan Carlos Onganía². Já o segundo, entre 1976 e 1983, teve como personagem principal do poder militar o general Jorge Rafael Videla. Os governos militares instalados a partir de 1976 deram início a um período conhecido como “guerra suja”, um regime de violenta perseguição aos opositores do regime, tornando o momento político ainda mais violento no país. “Guerra suja” é uma expressão que foi utilizada pelo general Videla a partir de 1977, perante a imprensa, para designar e justificar o enfrentamento “necessário” dos militares e paramilitares frente à subversão promovida pelos então considerados “inimigos” do país (Novaro; Palermo, 2007, p. 365). Entretanto, os grupos de oposição continuaram a buscar estratégias de resistência à ditadura militar para manterem suas articulações.

Nesse período, mulheres argentinas não somente lutaram contra a ditadura, através de manifestações e organizações que tinham por objetivo a redemocratização e o respeito aos direitos humanos, mas ainda atuaram no redimensionamento dos papéis sociais de gênero naquele período (Trebisacce, 2010, p. 63-81). Há uma extensa produção bibliográfica que discute a participação delas na resistência ao regime militar e na atuação política entre as décadas de 1960 e 1980, sendo que parte dela será encontrada no decorrer deste capítulo.

As experiências extremas e dolorosas das ditaduras militares impeliram as mulheres a se unirem em grupos em prol dos direitos humanos e, enquanto umas tinham conhecimentos explicitamente ideológicos, outras se vincularam, inicialmente, por uma

1 Entre o final de 1973 e início de 1976, um grupo paramilitar de extrema-direita, conhecido como *Triple A - Alianza Anticomunista Argentina*, foi responsável por uma série de ameaças, violências e mortes, executando aproximadamente 900 pessoas (Novaro; Palermo, 2007, p. 105; Larraquy, 2011).

2 Sobre a década que se inicia em 1966 na Argentina, cf. De Riz (2010).

“lógica do afeto” (Jelin, 2010, p. 63) em relação aos familiares e amigos presos ou desaparecidos, como é o caso das *Madres de la Plaza de Mayo* (Beluchi, 2000, p. 270; Bianchi, 1994, p. 675-699). De qualquer forma, as mulheres foram figuras centrais nos movimentos de direitos humanos na Argentina³, mas é necessário lembrar que participar desses movimentos não as tornava automaticamente feministas ou parte dos movimentos feministas. Pelo contrário, o diálogo entre as que se identificavam como feministas e aquelas que rejeitavam essa nomeação foi tenso (Jelin, 2010, p. 64), e pode ser entendido como uma característica dos movimentos de mulheres em alguns países da América Latina em relação ao feminismo internacional daquele momento. No entanto, como algumas migraram para os movimentos feministas posteriormente, não devemos tratar esses grupos como totalmente apartados entre si, já que compartilhavam uma situação.

Parte do feminismo na Argentina nasce de dentro das organizações de esquerda, sendo que muitas mulheres atuaram na luta armada entre os anos de 1960 e 1970. Para elas, ingressar nos grupos armados significava uma transgressão ainda maior do que para os homens, devido aos modelos familiares e sociais que compunham os papéis femininos desejados naquele momento, ou seja, que correspondessem aos ideais de esposa, mãe e dona de casa. A inserção de mulheres na guerrilha refletia os progressos de liberação delas em relação às lutas políticas, ainda que a “revolução nos costumes” e as mudanças em relação ao gênero no período não tivessem alcançado a sociedade no geral, nem mesmo os grupos de esquerda. Em alguns casos, nos grupos de esquerda armada, esperava-se que as mulheres assumissem comportamentos ditos masculinos - *viris* -, e muitas o fizeram para não serem tomadas como inábeis por seus colegas (Wolff, 2007, p. 19-38).

3

Devemos considerar ainda a atuação nos “bastidores”, participando individualmente da resistência ao fornecerem abrigo, dinheiro e apoio aos companheiros, filhos e filhas, netos, pais, irmãos e amigos.

As mulheres (que já haviam participado dos movimentos peronistas anteriores a 1976) se alistaram aos diversos grupos de esquerda daquele momento, sendo que alguns deles optaram pela luta armada, como as *Fuerzas Armadas Peronistas* (FAP) e os *Montoneros*.⁴ Outros grupos que tiveram participação na luta armada desde os anos 1960 foram o *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT), o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP)⁵ e as *Fuerzas Armadas de Liberación* (FAL). Assim como os *Montoneros*, o PRT-ERP definiu, para as mulheres da organização, ações estratégicas vinculadas aos setores populares onde atuavam. Entretanto, esses grupos armados não fomentavam debates com temáticas feministas ou sobre a liberação das mulheres e, por essa razão, ou desconsideravam totalmente essas pautas ou as tinham como secundárias à revolução. Mulheres argentinas participaram da luta armada em diferentes localidades, como Buenos Aires, Córdoba e Santa Fé, inclusive com algumas posições de liderança (Barrancos, 2007, p. 212; Oberti, 2015).

Estima-se que o percentual de mulheres nos grupos armados na Argentina tenha sido de aproximadamente 30%, considerando o número de desaparecidos pela *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) (Joffily, 2011, p. 223). No entanto, esse número pode ser até maior se considerarmos que muitas mulheres não participaram efetivamente das ações armadas, mas executavam atividades majoritariamente nos “bastidores”

- 4 Grupo que atuou na luta armada de 1970 a 1979. Tornou-se conhecido e perseguido pelas forças militares após o assassinato do ex-presidente Pedro Aramburu, em 1970 (Fausto; Devoto 2004).
- 5 “O PRT foi fundado em 1965 a partir da confluência entre o FRIP e Palabra Obrera. Três anos depois, em 1968, sofreu a primeira cisão: às vésperas da realização de seu IV Congresso, um grupo de aproximadamente cem militantes identificados com Nahuel Moreno abandonou o partido e construiu o PRT-La Verdad, mantendo para si o nome que até o momento havia sido do jornal do partido (*La Verdad*). Por sua vez, os militantes identificados com as posições de Mario R. Santucho assumiram o nome de PRT-El Combatiente (PRT), denominação alusiva à decisão deste último grupo de iniciar imediatamente a luta armada na Argentina como parte de sua estratégia para a tomada de poder.” No ano de 1970, o PRT criou o *Ejército Revolucionario del Pueblo*. Cf. Carnovale (2011, p. 12-13, tradução nossa).

(organização dos “aparelhos”, apoio e logística, produção de documentos etc.), e, assim, poderiam ter escapado à prisão e ao desaparecimento (Joffily, 2005, p. 146-152).

As argentinas também participaram, em condições de desigualdade, das atividades da luta armada em espaços onde as relações de gênero reiteravam as concepções sociais dominantes a respeito do que era determinado para cada sexo (Seminara; Viano, 2009, p. 69-86). Da mesma forma, a repressão política também se dirigiu às mulheres de maneira diferenciada em relação aos homens, utilizando estrategicamente métodos de tortura com caráter sexual e específicos, principalmente no que se refere à maternidade.⁶

O período compreendido entre os anos 1960 e 1980 foi também marcado pelas manifestações dos movimentos feministas latino-americanos que, nesses casos, denunciaram não somente as intervenções repressivas dos regimes militares, mas as amarras e imposições de uma sociedade pensada segundo os critérios do patriarcado⁷. Nesse contexto, nos países do Cone Sul, as atuações dos movimentos feministas combinaram, muitas vezes de maneira tensa, a atuação na militância política contra os regimes militares, as lutas a favor dos direitos humanos e as reivindicações de um feminismo internacional, cuja ascensão se tornou posteriormente conhecida como a “segunda onda” do feminismo.

Mesmo diante das repressões dos regimes militares e, ainda, frente à oposição de setores da esquerda, houve, na Argentina, uma grande mobilização em benefício das questões das mulheres, como

6 Essa diferença em relação às estratégias de tortura perpetradas pelos agentes repressivos não desconsidera, no entanto, o fato de que os homens também sofreram torturas de cunho sexual que buscavam colocá-los em situações submissas e vulneráveis, no intuito de lhes imputarem uma postura entendida como feminina (passiva). Ver, a esse respeito, D’ Antonio (2005, p. 241-259).

7 Patriarcado entendido na época como um sistema de “dominação masculina” estruturado tanto nas instituições da vida pública quanto privada (Hirata, 2009, p. 175). O termo voltou ao vocabulário feminista nos últimos anos, deixando evidente que o debate está longe de ser superado.

a organização de grupos e eventos. No início dos anos 1970, foram criadas importantes associações feministas, como a *Unión Feminista Argentina* (UFA), em 1970; o *Movimiento de Liberación Femenina* (MLF), em 1972; o *Movimiento Feminista Popular* (MOFEP), em 1977; a *Asociación para la Liberación de la Mujer Argentina* (ALMA), em 1974; e a *Frente de Lucha por la Mujer* (FLM), em 1975 (Grammatico, 2005, p. 20; Vassalo, 2005, p. 61-88; Lozano, 1994, p. 881-902). Algumas organizações político partidárias, entre elas a *Frente de Izquierda Popular* (FIP), o ERP e *Confederación Socialista Argentina*, facilitaram o crescimento das organizações de mulheres em plena ditadura. Em 1977, a FIP, por exemplo, criou, além do MOFEP, a *Asociación de Mujeres Argentinas* (AMA), constituída por mulheres da FIP-Corrente Nacional e antigas integrantes da UFA e do *Movimiento de Liberación de Mujeres* (MLM). Um ano depois, isso resultaria na *Asociación de Mujeres Alfonsina Storni* (AMAS) (Grammatico, 2005, p. 20).

Os movimentos feministas ditos de “segunda onda” começaram a se organizar sobretudo durante os primeiros anos de 1970, ainda que a atuação dos movimentos de mulheres tenha se dado anteriormente. Como em outras partes do mundo, as feministas adotaram a metodologia dos “grupos de consciência” (ou de “*concienciación*”, como preferiam), com reuniões para a discussão de textos que permitiam às participantes debaterem as questões feministas em voga, inclusive no exterior. Na Argentina, alguns grupos como o MLM, que passou a atuar em meados de 1960, e o *Centro de Investigación y Conexiones sobre la Comunicación Hombre-Mujer*, fundado em 1968 pela italiana Gabriella Roncoroni de Christeller⁸, também adotaram o formato de grupos de “*concienciación*”⁹.

8 Gabriella de Christeller foi uma das fundadoras da *Unión Feminista Argentina* (UFA), ao lado de María Luisa Bemberg, Leonor Calvera e Nelly Bugallo. Cf. Veiga (2009, p. 47).

9 Enquanto no Brasil foram utilizadas as expressões “grupos de reflexão” ou “grupos de consciência”, na Argentina foi utilizado o termo “*grupos de concienciación*” (Barrancos, 2008, p. 155).

Mulheres latino-americanas exiladas em países europeus e nos Estados Unidos participaram desse tipo de grupo no exterior e tiveram contato com diversos textos feministas. Com os processos de redemocratização iniciados nos anos 1980, as feministas exiladas retornaram aos seus países trazendo em suas bagagens novas leituras, experiências e discussões, arregimentando, desta forma, os movimentos feministas nacionais. Outras, embora não exiladas, mantiveram contato com pessoas no exílio através de correspondências ou pelo contato com mulheres que tinham a possibilidade de viajar ao exterior (Borges, 2013).

O exílio é um tema presente nos relatos de entrevistadas argentinas, uma vez que, para algumas delas, foi a partir dessa experiência que passaram a ter contato com os movimentos de mulheres e feministas.¹⁰ Lucrécia Oller, uma das feministas argentinas entrevistadas para o Projeto Cone Sul¹¹, e que se exilou na Europa por conta das ameaças da *Triple A* (como era conhecida a *Alianza Anticomunista Argentina*), narra que teve contato com algumas brasileiras, como Danda Prado, que forneceu a ela e às demais argentinas exiladas materiais fotocopiados que eram lidos e discutidos em conjunto (Oller, 2007). Outras feministas argentinas tiveram contato com os feminismos em seus períodos de exílio, como é o caso de Dora Barrancos que, no Brasil, participou do *Movimento Feminino pela Anistia*; de Nora Llaver, na Suíça; e de Blanca Ibarlucia, no Peru, onde participou do grupo *Flora Tristán*.

Grupos formados por mulheres, nem sempre declaradamente feministas, elaboraram uma série de documentos e, em alguns casos, desenvolveram publicações periódicas classificadas como imprensa alternativa. Na Argentina, destacamos duas publicações dentre as que

10 Sobre exílio e feminismo, cf. Franco (2009, p. 127-145).

11 Este amplo projeto de pesquisa do LEGH/UFSC, conta com cerca de duas dezenas de entrevistas realizadas por pesquisadoras/es com feministas argentinas. Para este capítulo, escolhemos algumas delas.

circularam durante os períodos de repressão “democrática” e ditatorial: o *Brujas*, fundado em 1983, e o *Persona*, criado em 1974, que encerrou suas atividades dois anos depois por conta do início da ditadura, retomando a circulação somente em 1983, com a redemocratização.

O grupo responsável pela edição do *Persona* até 1976 foi o MLF, liderado por María Elena Oddone - lembrada por outras feministas, como Sara Torres e Leonor Calvera, por sua personalidade centralizadora e pelas afinidades com o feminismo francês (Torres, 2008; Calvera, 2007; Calvera, 1990, p. 42). Nos números publicados durante a década de 1980, os textos não assinados foram escritos por Oddone. A partir de 1980, o MLF retorna à cena como *Organización Feminista Argentina* (OFA).

Já o *Brujas* foi fundado no final da ditadura militar argentina e início do período democrático. Editado pela *Asociación de Trabajo y Estudio sobre la Mujer* (ATEM), o periódico surge no momento em que o *Persona* diminui sua circulação. Em pautas editoriais, *Brujas* priorizou temas como trabalho doméstico, sexualidade, discriminação das mulheres, sexo, violência, entre outros considerados como parte das lutas especificamente feministas.¹² A ideia original, veiculada no primeiro número do jornal, era desenvolver um espaço onde todas as mulheres pudessem colaborar e nele compartilhar as discussões feministas correntes naquele período de abertura democrática, bem como lutar pelo acesso delas às esferas públicas de poder (Brujas, 1983, p. 01).

Na primeira metade da década de 1980, com o processo de redemocratização - que se consolidaria com o fim da ditadura, em 1983 -, novos lugares e projetos feministas foram habilitados, tanto estatais como em grupos políticos e demais organizações que surgiram.¹³ Muitas mulheres, incluindo as feministas, passaram a

12 Os mesmos temas aparecem em periódicos brasileiros, como o *Nós Mulheres*. Sobre o trabalho doméstico, uma temática privilegiada entre as feministas latino-americanas, ver Mello (2010).

13 Ver, a esse respeito, Alvarez (2000).

compor esses novos espaços como vereadoras, deputadas, editoras e coordenadoras, diretoras, professoras e pesquisadoras nas instituições de ensino superior etc.

Sua presença nas universidades argentinas foi crescente a partir dos anos 1960. Na década de 1970, passaram a integrar substancialmente o quadro de professoras e muitas delas começaram a desenvolver, a partir dos anos 1980, investigações sobre os estudos da mulher e os feminismos, principalmente nas ciências humanas.

Foi a partir de meados dos anos 1980 que começaram a ser formados equipes, institutos e pós-graduações nas universidades argentinas, suscitando uma verdadeira eclosão dos "*Estudios de la Mujer*" - atualmente "*Estudios de la/s mujer/es*" e "*Estudios de Género*" -, especialmente por influência das pesquisas teóricas sobre o tema (Femenías, 2002, p. 231). Estes estudos se tornaram massivos nas universidades argentinas na metade da década de 1990, a partir do financiamento dado por algumas agências de fomento.¹⁴ Entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, ocorreu ainda uma série de encontros interdisciplinares que aproximaram pessoas que realizavam estudos sobre as mulheres de maneira solitária e não tinham um reconhecimento formal.

Como vimos, a atuação das mulheres nos movimentos feministas organizados na Argentina foi múltipla e vinculada, principalmente, às questões conjunturais vivenciadas pelos países latino-americanos. Nos anos 1970, passaram a refletir sobre o que significava ser mulher e a se mobilizar coletivamente por suas lutas específicas.

Os testemunhos editados a seguir apresentam-se como amostras das possibilidades de atuação das mulheres argentinas durante os períodos ditatoriais, reconhecendo que tantas outras

14

A partir de 1987, a Universidad de Buenos Aires passou a oferecer uma especialização interdisciplinar em estudos da mulher. Cf. Meler (2010, p. 295).

versões da história ficaram de fora¹⁵ e considerando que não é possível, nas poucas páginas que nos cabem, tratar de todas as questões centrais para os feminismos argentinos nos anos de ditadura.

Começaremos com a entrevista de Leonor Calvera, que atuou no feminismo argentino dos anos 1970 e 1980; depois, passaremos pelo duplo testemunho de Alejandra Ciriza e Nora Llaver, que estiveram em grupos de esquerda no período da última ditadura argentina; e finalizaremos com as palavras de María Luisa Femenías, que aderiu ao feminismo como estudante, no período recortado, e acabou se tornando uma das referências acadêmicas sobre o feminismo na Argentina.

"UFA! BASTA! ACABOU! ESTAMOS FARTAS!": LEONOR CALVERA

Nos anos 1970, nós estávamos começando a segunda onda do feminismo na Argentina, com enormes dificuldades, por várias razões. Primeiro, porque se havia perdido a memória do feminismo do começo do século, era como se nunca tivesse havido nada relacionado com isso. É como se o feminismo fosse feito de grandes picos: ele aparece e desaparece; há um refluxo, depois avança e aparece novamente, mas entre um momento e outro faltam os nexos, e é como se sempre estivéssemos começando do zero. Devo dizer, com toda dor, que isso novamente aconteceu, de algum modo, na Argentina¹⁶. Temos certa dificuldade para reconhecer o que outras

15 Como as entrevistas de Dora Barrancos, Sara Torres, Mirta Henault, Nora Domingues, entre outras.

16 Essa entrevista com Leonor Calvera foi realizada em 2007, então as percepções dela acerca do feminismo Argentino datam desse período.

mulheres fizeram anteriormente, e os homens também, alguns muito esclarecidos. O feminismo, a meu ver, não é uma condição só de gênero, mas um estado mental. E há mulheres feministas e mulheres machistas, homens feministas e homens machistas.

Eu me aproximei do feminismo por meio de uma amiga, Nelly Bugallo, que se reunia com María Luisa Bemberg¹⁷ e Gabriella Christeller. Juntas, começamos o feminismo num bar - o Café Tortoni - muito tradicional de Buenos Aires. Reuníamos-nos, pois ainda não sabíamos o que iríamos fazer, já que essa condição nos inquietava. Manejávamos o idioma inglês, então nos organizamos e começamos a traduzir obras como "*Notes from the first year*", "*Notes from the second year*"¹⁸, que eram todos pequenos artigos [publicados no *Women's Liberation*] sobre distintos aspectos da condição da mulher, um pouco para resgatar isso e para mostrar que não se havia perdido o que tinham feito as feministas do começo do século, que eram muito avançadas aqui na Argentina. [Quanto ao nome do grupo,] pusemos "união", pelas velhas uniões: *Unión Feminista Argentina*, e brincamos com o UFA, uma expressão de "Ufa, basta! Acabou! Estamos fartas!"

Logo passamos a nos reunir em uma sede, que todas do grupo pagavam. Era muito difícil encontrar um lugar para nos reunir, pois não tínhamos dinheiro e lutávamos contra a política. Então, começamos com os grupos de "*conscienciação*" - não era "*conscientização*", pois nós queríamos nos diferenciar da esquerda, era "*tomada de consciência*", evitando o verbo conscientizar. Esta era uma diferença importante, eram duas coisas completamente distintas.

17 Tendo nascido em uma das famílias mais ricas da Argentina, María Luísa Bemberg tornou-se uma cineasta de grande projeção a partir dos anos 1980. Seu filme *Camila* (1984) chegou a ser indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro. Seus primeiros curtas-metragens, *El mundo de la mujer* (1972) e *Juguetes* (1978), foram realizados com o apoio das companheiras da *Unión Feminista Argentina* - UFA.

18 Textos coletivos publicados pelo grupo *New York Radical Women*, a partir de 1967, que incluía, entre outras, Sulamith Firestone. Os originais podem ser encontrados na coleção digital da Biblioteca da Duke University, em: <https://repository.duke.edu/dc/wlmpc/wlms01037>.

Tentávamos encontrar uma raiz comum entre nós, então começamos com algumas pequenas ações, porque não era nada visível o tema da mulher. A esquerda, naquele momento, estava totalmente contra os anticoncepcionais e o aborto, por exemplo, porque dizia que a América Latina não estava totalmente povoada e era preciso povoá-la. Em algum momento, nos aproximamos da Associação de Proteção Familiar e [as militantes de esquerda] quase nos mataram, porque pensavam que estávamos trabalhando junto com o imperialismo. Era uma interpretação negativa de tudo o que se fazia, tínhamos que explicar tudo.

Com o gênero era um pouco diferente. Havíamos inventado uma espécie de *slogan* que dizia: “Estamos sempre num jardim de infância”, recomeçando com cada pessoa que se aproximava. Às vezes, vinham homens que monopolizavam o discurso e ninguém mais falava, então fizemos com que não viessem mais, porque as mulheres publicamente não tinham muita prática em falar de si mesmas, nem por si mesmas. Então, era comum o que chamávamos as “bocas de entrada”, as “bocas de acesso”; não as tínhamos, então estávamos o tempo todo repetindo as mesmas coisas, que o político era uma coisa, que o pessoal era político, que escovar os dentes era um fato político, determinado pelos parâmetros culturais. Era a época que Perón estava para voltar, o que significava que a politização era terrível, ela como que nos invadia. Em um determinado momento, estávamos sendo ameaçadas pela direita e pela esquerda. A esquerda nos considerava reacionárias e a direita nos considerava subversivas, de modo que tudo era muito confuso.

Além disso, também tínhamos que explicar, nos nossos trabalhos, que o feminismo tinha a ver com uma condição. Naquele momento, não falávamos em gênero. Eu escrevi um livro chamado *O gênero mulher*, que publiquei em 1982, e que é a primeira vez que se fala de gênero [na Argentina]. Eu não tenho nenhuma referência anterior a 1982 em que se usasse a palavra gênero. Falava-se de sexismo, disso e daquilo, e já era tremendamente difícil.

Tínhamos que explicar tudo também às feministas, porque dizíamos que o feminismo era uma maneira de ver o mundo, uma cosmovisão tão ampla da opressão que produzia vertigem. Então, eu sentia que era uma tarefa muito grande, pesada, pois o mais comum era retroceder e seguir dizendo: “eu não sou feminista”, sobretudo porque ser feminista era sinônimo de ser lésbica. O mal-entendido era a ideia de que o feminismo era só lutar pelos direitos das lésbicas.

Então, ser feminista era ser excluída, com o perigo de sermos expulsas dos trabalhos. Não havia coisas como assédio sexual ou assédio trabalhista, não falávamos nisso, nem passava pela cabeça de ninguém que se poderia levar alguém à justiça por uma exclusão desse tipo. Ser feminista era ter esse rótulo de lésbica, era ser assassina de crianças por ser a favor do direito ao aborto, por exemplo. Fizemos um panfleto para pedir a liberdade sobre o próprio corpo, porque dizíamos e seguimos dizendo “que nenhuma mulher apoia o aborto, que não é essa a finalidade, e que ninguém fica contente em abortar”. Entretanto, a questão era [a falta de] uma boa educação sexual, de uma revisão do esquema sexual que não fosse simplesmente genital. Uma italiana, Carla Lonzi, trazia esse tema: por que a sexualidade tinha que ser somente genital?

Apesar disso, lutávamos pelo aborto legal, ou seja, que em última instância, quando se tinha que fazer um aborto, no caso de uma violação ou do que fosse, que se tivessem melhores condições clínicas para fazê-lo. Isso era tão terrível que eu me lembro que ficou para mim a tarefa de procurar uma gráfica para imprimir os panfletos, já que ninguém queria fazer isso, porque pensavam que podiam ir presas por imprimir um folheto. As condições eram duras. Não existia computador, não existia a fotocópia; fazer um panfleto era todo um trabalho, depois o repartíamos. Fazíamos folhetos para o dia das mães - um que eu me lembro dizia: “Mucama ou rainha, mas nunca uma pessoa”. Fazíamos pequenas ações, o que nos permitiam.

Houve divergências dentro do grupo. Eu, pessoalmente, voltei a me encontrar constantemente com esta confusão entre o feminismo e a militância política. Falávamos que não podia haver uma dupla militância, que não se podia militar em um partido político e, também, ser feminista. Em algum momento se tinha que priorizar as ordens do partido ou do que tínhamos que fazer como feministas. Havia o tema do aborto, que ninguém aceitava, nem a direita nem a esquerda. Então, isso nos deixava num lugar muito marginal, muito diferente. Éramos bastante incomuns e fazíamos bastante barulho, apesar de tudo. Quando fechou esse lugar onde nos reuníamos, seguimos nos reunindo em casas particulares, foi quando veio a ditadura com o estado de sítio, e já não podíamos nos reunir, não diretamente. Uma parte da UFA (*Unión Feminista Argentina*) continuou, já com ações definitivamente políticas, mesmo que fosse para apoiar mulheres de um bairro carente, o que não era a ideia original.

Não se esqueça que estamos falando dos anos 1970, quando todos queriam mudar tudo, e nós também. O mundo inteiro tinha que mudar, as relações humanas, as relações de poder tinham que mudar. Então, naquele momento, estávamos convencidas de que se uma mulher tomasse consciência, essa coisa ia se expandir: outras tomariam consciência e isso se multiplicaria ao infinito, criando-se uma verdadeira revolução. Mas sabíamos que era preciso tomar medidas consideradas reformistas, pequenas coisas que foram dando a pauta de que nós mulheres tínhamos uma condição diferente.

Nós pensamos e consideramos que, naquele momento, o que poderia ser menos provocativo era a modificação do regime de *pátria potestad*¹⁹ (pátrio poder). Criticávamos, nesse momento, que a mulher era sempre relacionada com a criança mas, de algum modo,

19

A lei do pátrio poder foi modificada na Argentina em 1985, após a mobilização conjunta dos grupos feministas, garantindo direitos e deveres iguais para homens e mulheres sobre os filhos. A campanha era divulgada entre as mulheres nas páginas dos dois principais periódicos feministas argentinos da época: *Brujas*, lançado em 1983, e *Persona*, em 1974.

aceitava-se muito mais os direitos da criança do que os direitos da mulher. Entrávamos, então, por um terreno meio estranho, através de medidas definitivamente reformistas, como era a modificação do pátrio poder. Nós sabíamos disso, mas nos servia como uma boa desculpa para ganhar consciência e falar de outros temas. Pouco a pouco - estamos falando de 1979, época duríssima na Argentina, em plena ditadura - reunimos cinco mil assinaturas, que foram entregues ao ministro da justiça que, acredito eu, não entendia nada do que estávamos pedindo. O que era isso? Existe uma anedota que contavam, que disseram à mulher de Videla²⁰: "estão fazendo uma campanha pela *pátria potestad*", e ela disse: "Ah, sim, as mulheres querem a *pátria potestad*! Vou dizer a Rafael que lhes dê, porque tem que dar a elas a pátria, às mulheres". Então aquilo foi uma confusão, mas, com isso, começamos a mover um pouco a opinião pública.

Depois, com o pessoal do Direitos Iguais para a Mulher Argentina (DIMA), com Sara Rioja, ocorreu a ideia de se fazer um congresso para ver em que ponto estávamos. Havia pessoas que começavam a voltar - estávamos em 1982 -, e elas voltavam da Europa com ideias modificadas. Sempre o que se escuta fora parece mais importante do que as vozes nativas, não? Temos uma coisa estranha de acreditar em tudo que o que nos dizem de fora e suspeitar totalmente do que nos dizem partindo daqui. Ninguém é perfeito em sua terra. Aqui nunca houve o reconhecimento de que havia teoria, nem mesmo de que as teóricas daqui, dentre as quais eu me encontro, éramos as que faziam as ações.

Fizemos três congressos. Um deles foi organizado pela esquerda, um congresso sobre a mulher, mas não puderam dizer meia palavra, porque chegaram os militares e as levaram todas.

20


O general Jorge Rafael Videla foi o primeiro presidente militar argentino após o golpe de Estado que derrubou Isabelita Perón, tendo permanecido no poder de 1976 a 1981. Foi julgado e condenado por crimes de lesa-humanidade e morreu em 2013, aos 87 anos, na prisão de Marcos Paz, em Buenos Aires.

Depois, fizemos outro numa associação de donos de veículos ou concessionárias, que durou três dias. Fizemos oficinas e ficamos surpresas porque algo havia acontecido ao feminismo entre 1974 e 1982: as mulheres vinham com muito mais ideia do que era a condição da mulher. Foram dois congressos: "A mulher no mundo de hoje" e, no ano seguinte, o "Congresso da criatividade", a partir do qual se criou outro espaço de encontros chamado Lugar de Mulher. Além das ideias, nós tínhamos o trabalho, mas sempre a nós, mulheres, nos custou trabalhar em equipe.

Havia um pequeno grupo que estava sempre junto, que era María Luisa Bemberg, Alícia D'Amico, Nelly Bugallo, depois Sara Rioja, que vinha de Lima, e Susana Finkestein, que emprestava o escritório para nos reunirmos. Mas eu saí, não pude continuar no Lugar de Mulher por razões pessoais. Também não me interessava continuar, porque a luta é como uma mudança, e isso é belíssimo! É o ir da solidão à solidariedade, em direção ao grupo, mas também voltar a ser o "si mesmo" e alimentar-se de outra maneira que não através do grupo.

Depois disso, começamos a campanha pelo divórcio, que também era uma medida reformista. Dizia-se que não haveria mais o casamento, porque se existisse o divórcio, todo mundo iria se divorciar e haveria uma "orgia de divórcios". Tudo parece bobo agora que passou, mas enquanto as coisas estão acontecendo... Como dizia Einstein, desintegrar um átomo é mais fácil do que um preconceito. Um átomo já pode ser desintegrado, mas os preconceitos aparecem quando menos se espera, da maneira mais impensada. E, assim, fomos fazendo coisas diferentes. Produzi, entre uma coisa e outra, uma publicação que se chamou *Imprensa de mulheres*, depois outra que se chamou *Mulheres para o terceiro milênio*, sempre conduzindo as publicações de modo a se chegar depois ao tema proposto.

Os congressos foram nos anos 1980. Nos [anos] 1970 não há registros escritos. Por isso, aparecem agora, [mais de] trinta anos



depois, rivalidades dessa época. María Luisa Bemberg era o nosso passaporte de acesso aos meios [de comunicação]. Ela sempre podia comparecer nos acontecimentos porque não perderia o emprego [era rica] e não era suspeita de ser esquerdista. Você a vê quase que exclusivamente aparecer nas publicações daquela época porque tínhamos medo de perder os empregos. Vivíamos do trabalho, e não era fácil aparecer e depois ficar sem nada. Quando a repressão estava muito forte aqui, María Luisa ia para a Áustria, porque seu pai tinha uma casa lá, assim não tinha muitos problemas. Ela aparecia nos meios, falava da UFA e pessoas diferentes se aproximavam. Chegamos a ser - não creio que era demais - umas duzentas, trezentas mulheres. Eu, naquela época, tinha uma militância fortíssima, estava todas as noites lá, a partir das seis da tarde, todos os dias até às duas da manhã, também nos sábados e domingos.

O local da UFA, no bairro Chacarita, abria às cinco ou seis da tarde e cada uma ficava parte do tempo dando informações, o que era muito desgastante. Chegava alguém novo e tinha que começar a explicar tudo outra vez. Havia muitas mulheres com processos abertos, gente de esquerda com processo aberto, o que se tornava realmente perigoso. Logo nos inteiramos de que neste local, pela manhã - nunca o soubemos -, havia gente [da repressão] no mesmo local e sem saber, de modo que abria todas as correspondências, toda a correspondência que chegava lá em cima.

Uma das temáticas à qual me dediquei toda a vida foram as religiões orientais e seus distintos idiomas e, nessa época, estava estudando muito o russo - mas porque me interessava o idioma, assim como me interessou o chinês em outro momento - e isso se voltava como... tudo era muito suspeito. Não sabíamos quem era do serviço [secreto], onde íamos parar; tínhamos pavor das pessoas que anotavam nossos endereços em cadernetas. Era a clandestinidade, mas não era 1976, era a clandestinidade em 1970, com a *Triple A*; não se provocava, senão te matavam diretamente. Nos jornais da época, apareciam mortos aqui e ali, como um quebra-cabeça.

Matavam as pessoas no meio da rua, não a repressão, mas a *Triple A*. Quem andava na rua não sabia o que ia acontecer, jogavam uma bomba e você morria. Era tudo uma coisa meio de catacumba!

Da gente dessa época, muitas já estão morrendo. Se passaram os anos, ficaram coisas muito fortes, laços muito sólidos, para além das condições sociais. Era o que nós pretendíamos: a famosa "irmandade", *la sorerité*, *sisterhood*, como queiram chamar a irmandade, que são as "irmãs de gênero". Parecia que éramos muitas, pois as críticas eram tão terríveis e nos atacavam tanto e nos cercavam tanto! Contudo, não éramos tantas, apenas um punhado, mas havia algo que incomodava profundamente a todos.

Havia, também, o periódico *Persona*, publicado por María Elena Oddone, com quem tínhamos o outro único grupo que era feminista. Era de direita, mas tinha uma boa linha feminista, e eu escrevi e entreguei à María Elena os dois primeiros editoriais de *Persona*. Naquele momento, ela não se sentia confortável para escrever, depois aprendeu, era professora.

Depois, começou uma coisa, que eu creio que existe muito no feminismo... Eu me dei conta que essa espécie de voluntarismo, onde alguém colocava trabalho, esforço, desapareceu por completo. Porque o feminismo militante, o feminismo como eu o entendo, é uma ida e vinda, do papel à realidade. Muda a realidade e, ao mudar, há que repensá-la teoricamente, e a partir do pensamento teórico, deve-se buscar a realidade.

Líamos os materiais das norte-americanas, líamos a [feminista italiana] Carla Lonzi, com o seu *Cusparamos sobre Hegel* (*Sputiamo su Hegel*, 1970). Líamos antropologia e sociologia, estudávamos todos os aspectos, e eu me lembro das grandes discussões, que éramos sempre um grupo das discussões, doze ou treze. O resto não se interessava sobre o tema, como se interessariam em discutir? O material era trazido principalmente por María Luisa Bemberg e Gabriela Christeller. Traduzíamos para quem não sabia; éramos as

vozes, e pensávamos. Quem sabe o nosso grande erro foi não ter deixado as coisas por escrito. Era tudo verbal, um pouco também porque tínhamos medo do escrito.

Queimamos uma quantidade incrível de materiais. Eu conto, no livro *Mulheres e Feminismo na Argentina*, que eu havia traduzido do sânscrito *O canto do senhor*, um texto de dois mil e quinhentos anos, o diálogo entre Krishna e Arjuna, entre deus e o príncipe, e na feira do livro de 1977 levaram todas as edições e me procuraram por toda Buenos Aires. Eu não entendia nada, porque quem ia suspeitar de um texto religioso? Acontece que o segundo decreto da Junta [Militar] era contra os Hare Krishnas, e como o livro dizia “Krishna”, os censores o viram e levaram todas as edições. Vejam até que ponto vão as coisas! Brutos! Então, eu não posso contar as bibliotecas que se queimaram, que nós queimamos, porque se entrassem nas casas as “forças conjuntas” e encontrassem certo tipo de material, era certo que não sobreviveríamos. Nós não podíamos sair [para o exílio] porque não tínhamos dinheiro para ir. Foi terrível. A única coisa que podíamos fazer era pensar, porque outra coisa não se podia. E por isso nos reuníamos de tempos em tempos, porque não podia parecer uma reunião, era estado de sítio, podiam te prender se fosse uma reunião de mais de três pessoas.

Os protestantes nos emprestaram lugar nas igrejas, ou nos reuníamos no escritório da Susana para fazer os congressos. Havia uma espécie de terror que nos fazia olhar para ver se estávamos sendo seguidas ou não. Para as que ficaram, foi muito difícil se ver em um estado de terror e não saber [o que fazer]. Além disso, já se sabia que havia muitos desaparecidos. Não sabíamos se as mulheres que se aproximavam não estavam buscando informação para nos entregar. Tudo isso causou muita confusão. Hoje não se pode nem imaginar o que era, há outro tipo de censura, mas não uma censura que te custe a vida. Naquele momento, era brutal, direta; era “não” e bastava, sem entrar na análise de nada. A repressão das ditaduras foi a forma extrema do patriarcalismo, foi a forma letal do patriarcalismo.

A desconfiança nos impregnava, e também desconfiávamos dos demais. Como se você viesse agora e estivesse me perguntando tudo isso e eu pensasse: “e depois, se ela vai embora daqui e me denuncia?” Então dizíamos coisas, mas menos do que queríamos dizer, e respondíamos constantemente “não, você me interpretou mal”. Começava-se a falar com rodeios, não encarando o tema e não fazendo o que se queria fazer de fato.

Houve sempre pequenos grupos. Eu não acredito que tenha havido um movimento organizado fora do que nós fizemos, e por isso se volta tanto à UFA, porque foi um momento em que o movimento era pequenino, menor do que parecia, mas era um movimento.

Eu me distanciei do feminismo depois, por diversas razões: porque segui com as religiões orientais, porque escrevi outras coisas. Depois, as minhas intervenções passaram a ser esporádicas. A concepção feminista, escreva o que eu escrever, está sempre aí, mas a militância já não volto a fazê-la, de estar doze horas por dia num grupo de gente, eu creio que não, também não faria sentido agora. A questão é que, depois de fazermos os congressos em 1982, eu pensei que houvesse acalmado o assunto do feminismo, porque quando todas as exiladas voltaram, voltaram como feministas - a partir de 1983, na volta da democracia, porque antes ninguém era feminista, isso é claro, eram grupos políticos, não eram grupos feministas.

Creio que a contribuição da ditadura foi dissolver o feminismo. E o dissolveram, primeiro, pela ação direta: ter estado de sítio no país, ter esse medo, não contribuiu para que houvesse nenhuma ação de nenhuma ordem. E, logo quando terminou a ditadura, as que ficaram na ditadura eram mal vistas por aquelas que se exilaram. As que vinham do exterior, que tiveram maior possibilidade econômica de ir, de repente nos olhavam como algo assim, como colaboracionistas, quando nós tínhamos ficado com um terror espantoso. Então, direta e indiretamente, a ditadura contribuiu para desfazer o movimento feminista: diretamente porque não nos deixavam reunir; e indiretamente porque, depois, quem ficou aqui se cobriu de suspeitas.

Penso que estamos num momento [2007] de refluxo do feminismo, de um retrocesso. Claro que é um momento que se faz necessário despertar. Quer dizer, me parece que o feminismo é um grande sistema ético, que tem que estar presente sempre. A mim, pessoalmente, tudo o que tenha a ver com o poder me parece suspeito, então sempre vou estar com as pessoas que não têm nada, mas levando consciência - não porque não possuem nada, há uma dialética muito mesclada: eu, superior, vou a ele, inferior, para dizer-lhe o que tem que fazer. Entende? Há que se ter muito cuidado. Há que se deixar que o outro tire dele mesmo. Se você respeita o outro, não vai explorá-lo. Se você respeita o outro, nunca vai poder se declarar superior a ele. Sou diferente, não superior. Do meu ponto de vista, as diferenças raciais, de cor, de religião, de aparência física, começam a cair quando você tem uma atitude feminista real.

Chega de coisas que nos ensinaram a ver. Se você muda a perspectiva, tudo muda, então é preciso tratar de abrir os horizontes mentais. E o feminismo é isso: a abertura dos horizontes mentais. Na época em que eu pensava o que é fazer feminismo, cunhei uma frase: "O feminismo é um humanismo que busca abolir-se a si mesmo". Eu creio que o que o feminismo quer é que não haja mais condições para que ele próprio exista.

“COMPANHEIRA, TEM QUE TER PACIÊNCIA...”: ALEJANDRA CIRIZA E NORA LLAYER²¹

Nora – [Nos primeiros anos de 1970] entramos em uma espécie de rua sem saída. No caso dos *Montoneros* - e ninguém vai te contar isso a partir do PRT -, se propõe uma política de massa, com o partido autêntico, o movimento autêntico, voltado a intervir nas eleições. A ideia era, como diziam os peronistas, armar uma frente eleitoral. Alguns dos velhos peronistas, que participaram da resistência e haviam também participado ou estavam próximos dos *Montoneros*, se alinhavam com a política de massas, que consistia em não continuar desenvolvendo uma política militar e criar a possibilidade de uma política de proximidade com as pessoas. Por isso digo que estava se formando uma “rua sem saída”, um paradoxo, porque quase já não havia esse espaço, não havia essa possibilidade com a ultradireita armada. Saíram a nos caçar, não podíamos entrar nos bairros, não podíamos frequentar os lugares que frequentávamos. Este foi o primeiro golpe para mim, uma ruptura que se produziu nessa intenção da política de massa. Também já não era possível, principalmente nos lugares pequenos como Mendoza, San Juan, San Luis, porque já nos identificavam como militantes regionais ou de organizações. Era o drama de pertencer ao peronismo, sustentar o peronismo como âmbito a partir do qual traçamos nossa política, mas com um projeto diferente.

Aqui [na Argentina], dizem que os *Montoneros* não teriam um projeto diferente ao projeto do peronismo, mas eu creio que não

21 A escolha de manter esse texto de forma unida, indicando a quem pertence a fala no início do parágrafo, se dá pela forma como foi produzida a entrevista. Alejandra Ciriza e Nora Llaver foram entrevistadas juntas por Cristina Scheibe Wolff, em 2006, para compartilharem com a equipe do LEGH suas trajetórias e experiências durante a ditadura na Argentina. Acreditamos que essa seja a melhor maneira de apresentá-la.

era assim. Não era algo exatamente alinhado com as categorias clássicas do marxismo, mas assim se traçava o socialismo nacional e havia uma diferença com relação ao que o peronismo sustentava. Por exemplo, partindo do peronismo tradicional, o movimento em seu conjunto não falava em pátria socialista. Nós falávamos, mas foi algo que foi se delineando, não estava presente desde o primeiro momento. Eu creio que foi se radicalizando em direção ao socialismo, mas em um momento em que se evidenciava uma separação cada vez mais profunda entre a organização, as políticas que definem a organização, e as possibilidades reais de levá-las na prática. Neste sentido, em toda frente havia o aspecto militar, até nas estruturas mais baixas, que já eram armadas porque, se não fosse assim, te enchiam de porrada. Então, era um paradoxo fazer política de massa sem pensar e enfatizar a questão militar.

Alejandra – Acho importante marcar isso, porque me parece que pensam que o processo de militarização foi nosso. Entretanto, eu creio que o crescimento da ofensiva dos paramilitares e a ferocidade com que perseguiram os militantes praticamente nos obrigou à militarização. Para podermos realizar atividades que não tinham realmente nenhum conteúdo militar, como panfletar em uma fábrica para apoiar uma “voz operária”, fazer uma pichação na rua ou armar um ato-relâmpago, precisávamos ir com companheiros armados, porque precisávamos nos defender. Quando eu comecei, a situação realmente era outra. Comecei a militar quando tinha 17 anos, naquilo que era oficial: colaborava com as discussões dos combatentes, redigia alguns panfletos, ajudava a organizar um ato-relâmpago, visitava operários... Era basicamente essa a militância, esse tipo de atividade, até que a coisa começou a ficar mais pesada. Eu vivia em Córdoba, tudo era extremamente complicado. À medida que 1975 foi avançando, cada vez mais se estabelecia essa questão de que, para qualquer atividade, um companheiro armado era necessário, ou então aprender você mesmo a usar armas. Mas isso implicava em passar para a clandestinidade.

Nora – Claro, as dificuldades dos lugares relativamente pequenos era que era impossível passar para a clandestinidade. Este era meu caso em San Luís, uma cidade de 60 mil habitantes naquela época, se bem me recordo. Eu tinha 18, 19 anos quando comecei a militar, e a que equivalia isto? Bem, era absolutamente insustentável, porque num lugar tão pequeno, morreram duas pessoas. Era até engraçado. Em 1974, faziam as visitas oculares, nas quais chamavam a Polícia Federal. Em que consistiam as visitas oculares? Vinha a Federal, fazia revista completa, anotava todos os dados, te levavam à delegacia, olhavam - por isso ocular. Foi imensa a quantidade de visitas oculares que nos fizeram durante o ano de 1974. Quando a organização começou a tomar decisões, nos deslocavam nas províncias, para mudar as caras... Quando nos detinham, todos nos conheciam. Muitas vezes conheciam seu nome, seu nome de guerra. Se chegava a cair um, ia todo mundo junto.

Meu trabalho de militância era nos bairros pobres. Trabalhava e fazia universidade, mas a minha frente de trabalho era o bairro. Eu ficava ali com os meninos e as meninas, crianças, mulheres, jovens. Com reivindicações que iam desde água até condições materiais de assistência, digamos, e de organização. Fazíamos trabalho político, de alfabetização, trabalhamos muito com Paulo Freire e tudo o que significava, armamos centros culturais, a estrutura da ideia de educação de jovens e adultos tomada pelos *Montoneros*... Toda a política para trabalhar nos bairros em educação era muito interessante. Em San Luís praticamente não havia indústria e havia uma ou outra frente, inclusive da juventude trabalhadora peronista, mas foi ficando cada vez mais difícil sustentar um trabalho aberto de massa que, ao mesmo tempo, era clandestino e atuava em questões operativas. Esses lugares eram considerados lugares mais de retaguarda onde, na realidade, por uma questão também histórica, havia armas. Mas, em geral, em Mendoza não havia. Era um lugar de retaguarda, de proteção, e fazíamos poucas ações armadas; fazíamos panfletos, atirávamos coquetel *molotov*. Propaganda se fazia,

mas depois da morte de Perón e depois de todas as questões que se desenrolaram rapidamente, ficamos sem condições de dar respostas massivas. A sociedade civil e os partidos políticos estavam muito desmoralizados com o governo de Isabel de Perón, sua terceira mulher. Foi nefasta! Fez um governo nefasto, absolutamente nefasto, no qual favoreceu a direita, porque ela pertencia à extrema-direita, e a verdade é que fomos ficando sem iniciativa política e sem capacidade de construir um projeto.

Fico me perguntando agora: era possível? Era viável, por exemplo, a proposta que elaboraram de descentralizar a organização, repartir o dinheiro e as armas e ficar cada um em um lugar? As pessoas que sobreviveram no exílio interno, as que eu conheço, se desvincularam totalmente, mas eu não sei se seria possível sobreviver pertencendo a uma organização, operando político ou militarmente, por mais que a organização estivesse descentralizada. Creio que, além de fazer uma revisão crítica das organizações, não podemos deixar de pensar no que significou o terrorismo de Estado, e como os militares planejaram e desenvolveram a estratégia deles. Veja este último dado que está no *Nunca Más*, que 50% dos desaparecidos são companheiros da fábrica, dos lugares internos, trabalhadores. Por mais que as organizações oferecessem outra linha política, essas pessoas não podiam fugir, não podiam deixar de trabalhar, não podiam sair de um bairro. Alguns viajavam de Mendoza ou de Buenos Aires, mas, convenhamos, muitos não estavam nas organizações armadas. Se assim fosse, teríamos vencido. Se todos os desaparecidos da Argentina, que são trinta mil, houvessem sido quadros armados das organizações político-militares, nós teríamos tido um exército regular, que eles não tinham. Porque nós tínhamos algo que eles não tinham: a mística e um projeto.

Além disso, o exército usou os pobres oficiais e os pobres *pendejos*²², meninos de 15 anos, para fazer a guarda dos centros clan-

22

²² "Pendejos": sem-vergonhas, covardes, moleques, imaturos.

destinos de detenção, eram cadetes. Nós não, pois é uma mentira que alguém era obrigado a pertencer a uma organização político-militar, como ninguém foi obrigado a voltar para a contraofensiva militar. A contraofensiva militar dos *Montoneros* foi um delírio. Eu estava no exílio, na Suíça, e nos reunimos uma noite com esses oficiais da organização e nós decidimos não voltar. Uma amiga minha e um amigo quiseram voltar e estão desaparecidos. Nós lhes imploramos naquela noite: não voltem! Voltaram, e a pergunta é: como poderíamos ter feito? Porque entendo que seja possível fazer uma revisão crítica: fizemos mal isso e aquilo, erramos onde?

Alejandra – Uma coisa que é muito importante para pensar a história das organizações armadas é que não se pode descontextualizar, não se pode analisar o surgimento da luta armada, o nascimento das organizações armadas, a forma como foi adquirindo importância o aparato militar sobre a tarefa político-social das organizações, sem levar em conta como foram se dando as relações de força na sociedade civil. Porque convenhamos, quando Isabel [Perón] autorizou a atuação dos paramilitares de maneira desenfreada na Argentina, você olhava o jornal e todos os dias se deparava com a notícia de um companheiro morto. E o fato é que isso foi aumentando, de maneira significativa, a importância do aparato militar e a importância das atividades militares dentro das organizações: atividades para conseguir dinheiro, atividades para conseguir armas, atividades para garantir a segurança dos companheiros que faziam parte do exército. Para manter esses homens e mulheres armados, precisava-se de, pelo menos, quatro militantes de intendência e logística por [cada] militante armado. Então era muito difícil, porque se armava gente para substituir os companheiros que caíam ou que não suportavam mais a vida no Monte²³. Desse modo, parece que fomos perdendo muita energia, fomos perdendo a capacidade de discussão política, não havia essa possibilidade, não podíamos discutir nada, e não por estupidéz.

Eu creio que os projetos não eram tão claros. Eram projetos em formação, dos militantes e das militantes, em docência na luta política. Acredito que havia coisas que eram claras, mas outras íamos fazendo com a prática e, na prática, as coisas nunca eram tão claras. O que foi acontecendo era que tínhamos de sobreviver em condições duríssimas. Eu lembro de ter escondido uma companheira de 14 anos durante uma semana em casa; essa criatura não tinha aonde ir. Eu era muito mais velha, eu tinha 18, então eu tratava de protegê-la com minha família. Mas, como íamos discutir política? Tratava-se simplesmente de sobreviver, de despistar a polícia, de não deixar o exército descobrir onde estávamos, de transferi-la da minha casa para outra casa um pouco mais segura. Esta foi a tarefa da militância nos últimos meses antes do golpe. O exército argentino era um exército grande e poderoso e usou sua força.

Nora – Aqui não foi uma guerra popular no sentido que foi o Vietnã, com todo poderio militar. Nós não contávamos com isso. De todas as maneiras, também houve deterioração do apoio popular, e eu creio que o terror incidiu enormemente nessa deterioração.

Alejandra – Quando a gente foi tirar os presos políticos, em 25 de maio, da cadeia, foi uma situação realmente insólita: quem poderia pensar que um movimento popular com milhares de pessoas iria à cadeia, com guerrilheiros, os nossos companheiros?

Nora – Tudo isso está documentado, era outro clima.

Alejandra – Era um clima político, realmente. Uma das coisas que lembro com mais emoção: eu estava em Córdoba, na praça que se chama Praça do Índio, que estava cheia de gente. Tinha Chicho Allende, tinha El Gringo (Agustín Tosco), que era um dirigente histórico, de força, que pertenceu à Frente Anti-Imperialista Pelo Socialismo - mais do que um dirigente, era um operário de primeira linha, um sujeito muito lúcido com uma enorme capacidade, não somente de condução prática política, mas um intelectual orgânico de verdade.

Nora – Ele foi jogado na cadeia como protagonista das organizações armadas, mas era um dirigente sindical. Todos esses quadros estão mortos ou desaparecidos, é só olhar os nomes do Partido Comunista Revolucionário, como Alírio Lopez, vice-governador de Córdoba, que sofreu um golpe de Estado na época de Isabel e acabaram matando-o.

Militantes operários foram as primeiras baixas. Eram poucos ainda, porque na organização não havia muitos além dos reconhecidos fundadores. Muitas das coisas pelas quais passamos nos anos 1980 e 1990, na América Latina e no Cone Sul, têm a ver com a eliminação de uma geração. Vocês viveram isso também no Brasil. O Brasil encabeça, inaugura cronologicamente [as ditaduras]. Quem sabe, envoltos nessa expansão da Revolução Cubana e tudo o que viviam os movimentos de liberação nacional, não pudemos perceber, naquele momento, o que viria. Quando veio o golpe em 1973, no Chile, me lembro que estávamos numa assembleia na universidade, e todos nos expressávamos - era aluna naquela época. Nossos professores todos (como López, que foi nosso reitor e está desaparecido) tinham discursos de solidariedade. Mas, naquele momento, não pudemos realmente nos dar conta que isso logo aconteceria conosco.

Alejandra – E isso é incrível, porque era gente lúcida, gente que tinha muita capacidade de análise política, e sem rabo preso, que não se deu conta que o 11 de setembro - a crônica de uma morte anunciada - se tratava de nós.

Nora – E depois, no Uruguai. Tudo era sintomático.

Alejandra – Já se anunciava o que vinha.

Nora – Achávamos que íamos fazer a revolução russa.


Alejandra – A revolução num só país. [...] Eu era uma feminista e isso é uma questão, porque, na realidade, eu era muito precoce neste ponto de vista, era muito madura. As coisas que eu tinha

lido, devorado, era literatura feminista. Tinha lido *O Segundo Sexo* (de Simone de Beauvoir) e tinha lido Margareth Mead, também literatura feminista, e biografias pessoais de personagens políticos. Eu tive minha avó materna, que ficou viúva muito jovem e era independente - e assim nos queria também -, por isso todas as suas netas se tornaram feministas. Então, quando eu comecei a militar nas organizações de esquerda eu já era feminista, e a primeira iniciativa que tive foi começar a revisar Alexandra Kollontai para levar suas ideias às tradicionais reuniões de célula.

Lembro-me da discussão de que ser feminista não era necessariamente ser burguesa, que havia feministas burguesas, mas que havia feministas socialistas. Para mim, com o nascimento da propriedade privada, formava-se a família burguesa. Assim, as feministas socialistas deveriam lutar pela igualdade com os homens e contra toda forma de opressão que a burguesia havia organizado nas relações familiares. A demanda de liberdade sexual não era uma demanda puramente burguesa, mas uma demanda de liberdade para as mulheres, que Engels apontava. Isso porque eu era uma rebelde. Lembro que a resposta sistemática que eu recebia frente às demandas a incorporar nos panfletos era que não. Porque não eram somente discussões teóricas, mas demandas feministas a incorporar - teríamos as reivindicações habituais, em relação, por exemplo, às creches para os filhos nos locais de trabalho. A resposta era sempre que não, que era uma contradição secundária, e que eu ia ver que quando chegássemos ao socialismo... "Companheira, tem que ter paciência", esse era o argumento. Frente às atitudes machistas dos companheiros, [diziam] que tínhamos que ter paciência, que estávamos num momento que não era socialismo e que era lógico que os companheiros fossem machistas, porque a sociedade capitalista também é uma sociedade machista.

Nora - Era uma explicação marxista bem ortodoxa.

Alejandra - Sim. E quando o socialismo chegasse, poderíamos construir uma sociedade de iguais, porque não se poderia



imaginar a divisão sexual do trabalho, no sentido tradicional, como socialista. Haveria um lugar igualitário para nós, essa era a resposta. Claro que havia atitudes machistas, mas, ao mesmo tempo, os companheiros tinham muito respeito e muita consideração com as companheiras, como iguais. Sua opinião não era desqualificada por ser uma mulher. Talvez por alguma outra razão, porque seu argumento não era politicamente bom, mas não podiam te tratar como inferior por ser uma mulher. Pelo menos essa foi minha experiência pessoal, na qual os contatos eram por célula. Tive uma experiência de igualdade em compartilhar ideais revolucionários com os homens, mas a especificidade feminista recebia uma atenção muito limitada, sempre com a resposta clássica do marxismo de que estas eram contradições do capitalismo, e teríamos que esperar.

Nora – No caso de minha experiência nos *Montoneros*, devo dizer que foi diferente da de Alejandra. Eu não era feminista. Eu vinha da esquerda e “me fiz” peronista, o que era bastante diferente de “ser” peronista. Eu me converti em peronista, basicamente, atraída por duas razões fundamentais que tinham a ver com a relação com o povo, uma categoria muito ampla. Onde eu vivia, o povo não era necessariamente a “classe trabalhadora”; não havia indústria, o povo era a gente que tinha trabalhinho, vivendo em bairros muito pobres. Em San Luís, havia bairros marginais, sem os serviços básicos. Essas pessoas eram peronistas e me produziu um efeito, eu diria, magnético, a figura de Eva Perón. Antes, eu rechaçava o peronismo, pois venho de uma família tradicional radical. Se guardei algo do radicalismo, era essa aversão a Perón. Nasci quando morria Eva Perón, então eu me criei num ambiente antiperonista, mas, ao mesmo tempo, um ambiente sensível ao povo. Minha aproximação com o peronismo não tinha nada a ver com Perón, mas sim com Eva Perón. Ela significou, para mim, compreender o fenômeno ou certos aspectos do fenômeno maldito do peronismo. Nos bairros, fazia um trabalho cotidiano com as mulheres donas de casa que, naquela época, não saíam tanto para trabalhar fora. Quem trabalhava eram os

homens, pois com isso mais ou menos se ajeitavam ou, então, elas trabalhavam em serviços domésticos, o tradicional. Trabalhávamos muito nos bairros para ter serviços de saúde, para ter creches; organizávamos oficinas de costura... Era o tradicional, se visto da perspectiva do feminismo, mas, ao mesmo tempo, isso nos permitiu nos organizarmos para trabalhar solidariamente e com frentes diferentes.

Eram fortes os preconceitos sociais, e éramos muito jovens, algumas muito bonitas, mas fomos tratadas com muitíssimo respeito, também pelos homens. Tratadas como companheiras. Isto é interessante, porque não estou falando das organizações, estou falando do povo, com enormes preconceitos, com machismo. Jamais, por exemplo, dissemos que não iríamos trabalhar em tal bairro por causa dos homens. Eu trabalhava com jovens da minha idade que, muitas vezes, eram pedreiros. Saía para fazer pichações nas ruas com eles; às vezes, éramos duas ou três meninas trabalhando com dez homens, de madrugada, e jamais tive um tratamento vulgar. Estou falando de gente comum, de trabalho de base em favelas.

Alejandra – Nem especialmente culta, nem especialmente educada, gente de cultura popular.

Nora – Cultura operária, com enormes preconceitos que se desarmavam quando já tinha passado uma, duas semanas. A primeira vez que eu entrei na favela, quando ia ensinar, os garotos que já sabiam ler e escrever vinham, porque eu era a professora jovem. Eu vinha toda bonitona, e só me dei conta depois, mas não me importou, pois acabamos consolidando um grupo legal e isso foi se dissolvendo.

Quanto à frente de política de massa, à organização político-militar, como a da juventude peronista, eu diria que havia alguns machistas, mais nas individualidades, mas o trato era igualitário. Claro que não posso generalizar. Eu jamais li um documento que houvesse prescrito determinadas questões para um cargo ou uma função por se tratar de mulher ou homem. Havia hierarquia e podia-se ascender.

Se houve mais ascensão de homens do que de mulheres aos níveis mais altos de posição, pode-se ler como um dado de machismo, mas devo dizer que, na prática cotidiana que tínhamos, não havia diferenciação. Os companheiros nos respeitavam. Participávamos de igual para igual nas práticas militares e nas práticas políticas. Eu, casada, às três da manhã, às vezes, vinha alguém me acordar para fazer alguma atividade política, e jamais meu companheiro me questionou como eu sairia àquela hora com um sujeito. Também tenho que dizer que esse grupo em que militei era bastante particular. Dizia-se que os *Montoneros* tinham uma moral rígida, com certas proibições. É possível que isso tenha sido praticado em alguns âmbitos, em outras províncias, mas onde eu estava a experiência foi diferente.

Integramos este grupo humano e político, onde realmente estas prescrições não existiam. Escutávamos *rock n'roll*, vínhamos de diferentes experiências, alguns *hippies*, alguns vinham da igreja, outros vinham do marxismo. Se existiram essas regras, se relaxaram em uma época em que os *Montoneros* tiveram mais problemas. Havia estruturas celulares e, se não nos vigiássemos nesse sentido, nada teria existido, mas o tratamento era igualitário. Para escrever essa história, recomendo, além de recorrer aos testemunhos, ler os documentos, analisar as políticas que escreviam, se não termina sendo muito subjetivo e muito como ponto de vista. Eu estou falando agora, neste momento, de minha experiência. Devo reconhecer que foi a experiência que me permitiu sentir que realmente estávamos construindo outro mundo, mas não no futuro e, sim, na prática cotidiana, solidária, comprometida. E essa paixão que tínhamos também estava presente com relação aos nossos companheiros e companheiras.

Alejandra – Em meu caso também. Então, creio que o que Nora fala é absolutamente assim, o mundo novo era construído todos os dias, a partir da subjetividade.

Nora – Éramos novos, homens e mulheres. Isto que tanto dizia Che [Guevara], para nós, era cotidiano, tinha de ser assim, não

era sacrifício algum. Nessa época, eu não era feminista, nem pensava como penso hoje. Quando voltei do exílio, pela primeira vez tive uma casa, tive coisas que eram minhas. Nunca me esqueço de quando me encontrei com um companheiro, que era um amigo, numa situação complicada - porque ele estava lá e eu já não estava mais. Era um chefe, chegou tarde naquela noite, sentou-se à mesa e disse à sua companheira, que vivia com mais um monte de gente, que lhe trouxesse a comida. Ele era chefe, e eu lhe disse: "Você tem muita coragem! Como chega e diz a ela que traga a comida, gordo de merda?" Algumas companheiras não tinham essa atitude, mas é importante dizer que não éramos donas de casa, éramos estudantes. Eu não era operária, e havia mulheres que faziam política conosco nos bairros que vinham às nossas reuniões. Não sei se não percebiam essas coisas porque não as trazíamos como problema.

"HAVIA TODO UM APARATO TEÓRICO,
FILOSÓFICO, QUE LEGITIMAVA UM
ESTADO DE COISAS COM AS QUAIS
MEUS IDEAIS NÃO COINCIDIAM":
MARÍA LUISA FEMENÍAS

Minha memória de trabalho e de estudo sobre esses temas [feministas] vem com a restauração da democracia na Argentina, no final do ano de 1983, início de 1984, quando estávamos nos organizando. A partir daí, havia muitíssimas mulheres que tinham militado na década de 1960, mas que, por problemas geracionais, eu não conheci pessoalmente, só muito mais tarde. Elas voltaram ao país e começaram a tratar de trabalhar espaços que reconstituíssem as "edificações" anteriores à ditadura, porque muitas agrupações haviam sido desfeitas, ou tiveram que se dissolver por problemas

de segurança, ou seus membros tiveram que se exilar, o que criou obviamente um vazio prático e, também, um vazio teórico.

Com a democracia, havia como reconstruir esses grupos que, originariamente, eram da década de 1970, e trabalhar para a reforma da Constituição em um conjunto de questões que agrupava quase todas as mulheres, ainda que não fossem feministas: a lei de divórcio, o reconhecimento de filhos matrimoniais e extramatrimoniais - pois, devido à falta da lei de divórcio, havia casais não reconhecidos e seus filhos caíam numa situação de ilegalidade. Então, a lei de pátrio poder (*patria potestad*) compartilhado e a lei de divórcio foram dois pontos centrais que juntaram praticamente todas as mulheres, ainda que não se reconhecessem como feministas - salvo, obviamente, um setor muito fechado, muito conservador. A partir daí, começamos a trabalhar com alguns temas. Eu me incorporei não pelo feminismo, mas, sim, pelo interesse por essas questões da reforma da Constituição, pela lei do nome - para poder conservar o nome da mãe ou só ter o nome da mãe -, uma série de temas que nos agrupavam.

Paralelamente, o Senado Nacional convidou Celia Amorós²⁴, Graciela Hierro²⁵ e Paola Di Cori²⁶ (que, neste momento, estava em Roma), para dar um ciclo de conferências especializadas. Isso mobilizou muitíssimas mulheres. As duas que procediam fundamentalmente da filosofia eram Celia Amorós e Graciela Hierro. Eu escrevia umas coisas iniciais, muito precárias, mas eu as dei para Celia Amorós ler. Ela se interessou e, assim, me convidaram para ir à Madri para eu fazer um doutorado com ela sobre o tema, e, então, me engajei nos estudos feministas. Comecei a fazê-lo de forma sistemática, principalmente [a partir de] 1986, porque houve todo esse período de transição, de debate e instalação do tema.

24 Celia Amorós (1944-) é uma filósofa espanhola, teórica do feminismo. Referência no feminismo de igualdade.

25 Graciela Hierro (1928 - 2003), filósofa latino-americana, nascida na Cidade do México.

26 Paola Di Cori é uma historiadora argentina, radicada na Itália, tendo sido professora da Università di Urbino.

Assim, com um grupo de colegas de filosofia, fundamos a *Asociación Argentina de Mujeres en Filosofía*, que trabalhou dez anos publicando uma revista, a *Hiparquia*. [Foram] dez anos para instalar o tema nos congressos nacionais de filosofia que vinham do meio acadêmico, para encontrar e formar centros e institutos de estudos sobre o tema, onde começamos a nos vincular com colegas de outras disciplinas, como literatura, história, serviço social, psicologia, sociologia, para ir formando centros. Na Universidad de Buenos Aires (UBA), formamos o *Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género* (IIEG); em Salta, formou-se outro instituto: *Comisión de La Mujer*; em Córdoba, em La Plata, nos Pampas, em quase todas as universidades nacionais, e tratamos de discutir o tema na academia. Gerou-se uma espécie de roda de transmissão a partir da experiência com os movimentos que começaram a se formar novamente, com temas pontuais e da academia, dando embasamento teórico para alimentar isso.

Depois, tivemos uma maior inserção na psicologia, com toda uma revisão do freudismo ortodoxo, do lacanismo ortodoxo, onde a mulher não tinha desejos, não tinha intervenções realmente importantes, onde elas não apareciam. Houve uma reinserção e um intercâmbio muito interessante, quando estava pautada a reforma da Constituição, pelos direitos, as leis de controle, a violência de gênero etc. Eram grupos, digamos, constitucionalistas, que estavam na política, mas com os quais nos juntamos e tratamos de fazer uma via de transmissão dos temas. E, depois, nos grupos de serviço social e de sociologia que começaram a trabalhar nos bairros.

Nos bairros, as mulheres estavam organizadas, porém, em geral, a organização sempre se centrou ao redor das paróquias. Então, a partir das organizações vinculadas diretamente com o trabalho social dessas paróquias, entraram grupos mais jovens, que começaram a se inserir para fazer com que as mulheres mantivessem essas redes, mas se posicionando de forma diferente, não dependendo tanto da sede paroquial nos projetos que tinham um perfil mais amplo, para propor seus próprios projetos, em coordenação também

com seus companheiros: moradias cooperativas, trabalho cooperativo. Ao longo do tempo, nossos fracassos econômicos mostraram que a rede social das mulheres era muitíssimo mais forte do que a dos homens. Em épocas de desemprego, elas sustentaram emocionalmente os homens que, sem trabalho, se encontravam totalmente perdidos. Eram elas que sustentavam, muito fortemente, seus lares e seus companheiros, o trabalho e todo o movimento. Em muitos lugares, os movimentos de fábricas recuperadas também organizaram mulheres de setores populares nas fábricas. Isso prosperou, lamentavelmente, em épocas muito difíceis.

Da parte da academia, o que começamos a organizar foram grupos que se inserissem em lugares menos acadêmicos, uma área de extensão. Nela, começaram a entrar garotas mais novas. Começamos a fazer debates, seminários e cursos, baixando um pouco o nível na questão do vocabulário técnico da instituição para se inserir em diferentes favelas. Muitas mulheres se inscreveram nesses cursos de extensão e foram aos bairros falar, o que foi muito importante. Isso foi gerando um movimento, e muitas mulheres acharam que havia um impasse teórico. Eu senti que havia penetração do tema em outros setores, e me pareceu também um trabalho importante. Isso nos leva a repensar como certas teorias permeiam níveis nos quais se perde de vista aonde vão chegar, porque, se você fica na concha teórica, se você só faz teoria e nada mais, como é possível ir a uma favela contar-lhes coisas? Há, contudo, meninas por aí, que sabem se lançar nesses espaços, então há uma prolongação de alguns temas onde nós já os perdemos de vista. Existe um retorno de perguntas, inquietudes e consultas, e isso me parece muito, muito interessante, me parece importante.

Eu comecei a estudar filosofia no ano de 1972, era governo militar; depois foi democrático e, em 1976, foi governo militar de novo. Então, cada vez que mudava de governo, mudavam os planos de estudo de forma bastante brusca. Finalmente terminei no ano de 1977, já no governo militar e, nessa época, eu trabalhava ensinando

na escola primária. Comecei a trabalhar na escola secundária dando algumas disciplinas, não necessariamente filosofia, mas vinculadas diretamente à filosofia. Eu comecei a trabalhar na universidade quando retornou a democracia. Nesse ínterim, estive um período fora, nos Estados Unidos, estudando alguns temas de filosofia da educação, mas, então, teve a guerra das Malvinas e eu tive que retornar, porque não renovaram meu visto e eram tempos muito instáveis, de muita insegurança.

Com a recuperação da democracia, comecei a ler textos e a me dar conta que havia todo um aparato teórico, filosófico, que legitimava um estado de coisas com as quais meus ideais não coincidiam, não estavam de acordo. Quando eu ingressei [como professora] na universidade, em 1984, eu trabalhava com filosofia antiga, e larguei a filosofia e passei a fazer diretamente teoria feminista ou teoria de gênero, como queira chamar. Interessou-me muito mais, me senti muito mais comprometida, como mulher, com o projeto teórico de revisar os fundamentos que construíram uma discriminação, uma inviabilização, a falta de reconhecimento. Pareceu-me que a filosofia realmente não havia sido ingênua ao longo desses 2.500 anos de sua história e, bom, isso viria a ser minha tese de doutorado, que eu fiz anos depois.

Eu aprendi a ler o cotidiano desse outro lado. Estava trabalhando há muitos anos com filosofia antiga, basicamente filosofia aristotélica, e me centrando nos argumentos, no que ela dizia. De repente, me dei conta, numa vivência totalmente empírica, quando apresentei um trabalho em um congresso de estudos clássicos, da situação da mulher na política de Aristóteles, que era terrível. As pessoas se mexiam e se levantavam, batendo com os pés, arrastando as cadeiras. Então a minha pergunta foi: quanto ficou do que ele dizia - já faz 2.500 anos - para que as pessoas se sentissem tão incomodadas ao ouvirem aquilo? E creio que, nesse momento, em 1984, 1985, eu fiz uma mudança de sintonia e comecei a ler e a ver os temas por outro lado.

No feminismo, de teoria feminista, o que eu li primeiro, nesse momento, foi Celia Amorós, *Crítica da relação patriarcal*, porque [a obra] faz uma espécie de revisão do pensamento filosófico. Foi a partir daí, de alguma maneira, que eu li autores clássicos como Hegel, ou Kierkegaard, e outras como Genevieve Lloyd²⁷ [e sua obra *Man of reason*] *O menor juízo*. Eu comecei a buscar bibliografia. Era mais fácil buscar em inglês do que em castelhano, então me pus a procurar. A partir daí, eu senti que tinha uma pilastra onde me apoiar, o que depois eu chamei, num pequeno artigo, de uma mudança de paradigma, [sendo] o patriarcado um paradigma que invisibilizava todo aquele que não estava explicado e compreendido no lugar que este pensamento piramidal o punha. Uma mudança de paradigma, que esperava levar a igualdade entre homens e mulheres até as últimas consequências, não porque somos iguais em nossos corpos, mas porque como pessoas humanas temos que ser iguais. Ver os pontos de invisibilização teórica entre os filósofos é muito rico, pois nos permite ver como a filosofia, conscientemente ou não, vem construindo a visão normal da discriminação, com a finalidade de que não se veja a discriminação.

Eu tive um estágio com Celia Amorós. Ela tinha um seminário que se chamava *Feminismo e Ilustración*, e realmente foi muito importante porque revisamos desde Christine de Pizan²⁸ até outras leituras que não se veem. Por exemplo, como havia utopias feministas na idade média, como os direitos das mulheres já eram discutidos. Essa é toda uma história que não se mostra, uma genealogia que não se conta, pois cada uma que trabalha esse tema crê e pensa que está sozinha, e que não há outras que trabalharam antes. Quando começamos a fazer isso, encontramos algo mais em todas as épocas: argumentos teóricos e práticos das mulheres reclamando

27 Genevieve Lloyd é uma australiana, que foi diretora do departamento de Lógica e Filosofia da Universidade de Sidney.

28 Filósofa e poetisa italiana da virada do século XIV para o XV, autora do livro *A cidade das mulheres*.

seus direitos, coisas que só agora reparamos, porque é nossa atualidade, porém, cada mulher, em sua atualidade, teve esse debate, esse reconhecimento.

Quando você vê Christine de Pizan, que em 1405 escrevia utopias feministas e vivia de escrever romances, não podem nos dizer que só as mulheres do século XIX escreveram, num sentido de reivindicação. Isso é uma das estratégias de invisibilização para com essa cadeia de mulheres, com essa história que quer nos fazer acreditar que sempre partimos do zero. Ressalto, porém, que em cada época houve debates em torno do direito das mulheres e que sistematicamente foram apagados.

A relação foi sempre muito complicada na Argentina, porque temos inúmeras discontinuidades na democracia. Assim, o que fica são sempre "rachas" de períodos anteriores nos quais se trata de anular a memória. Por isso, neste momento [2006], o tema da memória é um tema muito importante, porque temos um século XX com discontinuidades, temos 25, 30 anos seguidos de democracia, o que é pouco tempo. Existem jovens que nasceram na democracia, mas são muito jovens, então tem que se construir sua memória de outros tempos. São relações muito complicadas. Os partidos de esquerda apontam para algum sentido progressista, mas nem tanto, e os marxistas mais ou menos ortodoxos nunca viram, ou viram com muita dificuldade, que o signo do gênero é diferente do signo de classe. Então, às vezes, os choca porque parece que estamos dificultando a luta de classes. Custa muito a eles entender.

Nos anos 1990, no *Encuentro Nacional de Mujeres*, havia grupos de extrema-direita tratando de impedir o debate, o avanço sobre diversos temas, como a saúde reprodutiva, a legalização do aborto, e a esquerda tentava intervir solidariamente. Porém, existem espaços, como o imaginário proletário, nos quais nunca se teve o imaginário das operárias. Historicamente sempre foi conflituoso. De fato, uma parte bem grande dos partidos de esquerda no início do século

XX, aqueles que tinham representação no parlamento, por exemplo Alfredo Palacios, pediam o voto feminino, porém o resumiam a uma coisa um tanto burguesa, que não aprofundava outras questões. Então, abriam-se para alguns pontos, mas não foi entendido profundamente que o gênero era transversal à classe.

A esquerda da Argentina está muito desmembrada, muito atomizada em pequenos partidos, nem sempre dialogando entre si, o que é um problema. Outro problema que me parece existir é uma distorção da memória histórica de uma figura que foi historicamente muito importante, que é a figura de Eva Perón, mas que tapa toda a memória prévia, constituindo-a como pioneira e, de fato, não é assim. Em finais do século XIX, antes do liberalismo, do anarquismo e até do socialismo, o movimento feminista na Argentina era muito forte, uma quantidade de escritoras, de mulheres conferencistas, que tinham um nível cultural interessante. Tudo isso se passou antes da década de 1940 e, de alguma maneira, se invisibilizou ou se obscureceu a partir da figura da Eva Perón. É bom lembrar que ela obteve o voto [para as mulheres], mas a partir de um partido, o peronista, e que fagocitou o partido feminista que havia naquele momento.

Sim, havia um partido feminista, [com] Julieta Lanteri, que era de La Plata - eu trabalho na Universidad Nacional de la Plata (UNLP), por isso a menciono. Era médica e foi uma das primeiras que exigiu o direito ao voto, muito militante mesmo, e ela fundou um partido feminista argentino (o *Partido Feminista Nacional*). Como não lhes haviam dado o direito a voto, elas inventaram uma votação onde as mulheres, por militância, iam e votavam simbolicamente, porque não tinham nenhum reconhecimento legal. Entretanto, tinham a força simbólica de dizer: "olhem, nós mulheres votamos também!" Era um período de repressão muito forte e essas ações ficaram invisibilizadas. Tudo isso na metade ou no final da década de 20.

[Na última ditadura] o governo proibiu, primeiro, todas as reuniões de mais de três pessoas, salvo familiares; segundo,

muitas [mulheres] militavam também em partidos de esquerda, e todos os partidos políticos foram proibidos; terceiro, muitas delas, senão seus companheiros, tiveram que fugir ou desapareceram. Existe uma revista que se chama *Travesías*, editada por Silvia Chejter, que tem dois números dedicados ao feminismo nos anos 1960 e 70, onde ela rastreia todos esses grupos que depois iriam se autodissolver por necessidade. Alguns membros foram exilados para o México, a Espanha, o Brasil e, depois, finalmente, a Europa. Os grupos vão se desmembrando e, se algum resiste, é totalmente clandestino. O que mostra a importância dos grupos de mulheres é que são elas que protestam nos espaços públicos, que saem a reclamar. São as *Madres de la Plaza de Mayo* não porque têm alguma vocação feminista - algumas talvez sim, mas a maioria não -, mas porque havia um solo fértil para escutar palavras de mulher, uma espécie, digamos, de aceitação da força que provinha das mulheres que reivindicavam coisas.

Eu creio que aí se produziu algo muito importante: a reversão do discurso da ditadura. Eu recordo perfeitamente, na TV, em um daqueles momentos, um dos ministros da educação dizendo: "Você sabe onde está seu filho, senhora? Pois você tem a obrigação de cuidar dele, saber onde está, que companhias tem etc." Então, claro, ao desaparecer um filho, a pergunta se reverteu: "queremos saber onde estão agora, com que companhias estão etc." É uma maneira de devolver a pergunta e começar a sair para o espaço público. Do dever privado vêm para o público: mudam de âmbito, de interlocutor, e passam a outros a obrigação de responder o que sempre lhes disseram que tinham obrigação de saber. Produz-se como que um jogo, que eu chamaria de dialético, e que é muito importante porque, precisamente, é o que lhes dá tanta legitimidade. A veracidade da reclamação vem do fato de ter assumido um encargo a tal ponto que reverte ao outro a obrigação de prestar conta. Isso me parece muito importante, somado ao fato de que muitas mulheres desapareceram ou foram fagocitadas nesse momento. Muitas apareceram depois,

e haviam sido torturadas. Mulheres que pertenciam ao movimento feminista, amparadas por partidos sociais. Por exemplo, o *Partido Comunista* (PC) tinha um importante braço feminista, com todas as contradições entre classe e gênero, mas que incomodava a ponto de haver mulheres “desaparecidas”.

Em La Plata, na última abertura de artigos da Comissão da Memória, apareceu precisamente a experiência de mulheres feministas que estavam vinculadas à UMA, que é a *União de Mulheres Argentinas*, vinculada ao PC, e nunca saberemos se desapareceram porque eram vinculadas ao PC, ou porque eram feministas, ou porque sabiam o nome de alguém. Isso é difícil de rastrear, mas o certo é que muitas mulheres da UMA desapareceram. E a UMA foi fundada na década de 1940, com mulheres que não pertenciam ao peronismo, ou seja, que estavam como grupo de oposição. Coisa que está registrada, e a Comissão da Memória de La Plata, que é do Estado, está revelando muito desse material que tínhamos ignorado e que foi revelado por uma das meninas da minha equipe. Ela era socióloga, estava precisamente trabalhando nessa comissão de memória e foi quem teve a oportunidade de revelar esses legados. Isso mostra redes muito intrincadas, que não sabemos com precisão o que aconteceu em muitos casos, somente que se potencializou o trabalho de militância política partidária com o trabalho na militância política feminista.

Temos que começar a ver os mecanismos materiais, os mecanismos sociais da discriminação, e aí é onde o feminismo da diferença tem uma posição interessante, de buscar entender como uma pessoa vai formando sua identidade, com abordagens a partir das leituras sociológicas e psicológicas de como se movem as redes sociais etc. Por outro lado, é necessário, para se exigir direitos, escancarar, mostrar as discriminações cotidianas que têm a ver com um tecido social que está muito constituído a partir de hierarquizações, a partir de “não vejo, não quero” “não quero, não vejo”, e que, também, tem que se reconstruir em alguma medida. Nos países dos

quais viemos, com períodos fortes de ditadura, temos um autoritarismo incorporado que é muito difícil reverter. Porque uma coisa é dizer que os autoritários são os outros, e outra coisa é ver o quanto de autoritário tem em cada uma de nós no manejo da vida cotidiana. Isso não é simples.

Havia um espaço chamado *Lugar de Mujer*, que organizava grupos de conscientização relacionados com a violência, mulheres espancadas, a chamada “violência doméstica”, mas que excedeu o doméstico, e, na Secretaria da Mulher da municipalidade de La Plata, se fizeram muitos grupos de reflexão. Existiram grupos de capacitação para agentes policiais também, para a tomada de denúncias, para saber como tratar esses casos, para gerar outros tipos de atitudes quando chega alguém fazendo esse tipo de denúncias. Neste momento, nos pedem colaborações junto à polícia. Até este momento, os poderes policiais eram aqueles que diziam que não precisavam de nada, porque tinham a lei, e a lei era tudo; agora, vêm pedir para darmos palestras e cursos. Outros grupos, sobretudo com defensores públicos, em defensorias oficiais de menores, de mediação para divórcios, para a tutela dos filhos - que seja para a aplicação da lei -, começam a introduzir uma visão diferente, uma escuta distinta, e estamos aproveitando o interesse para ir “metendo a colher”.

Em La Plata, temos nosso grupo de gênero e o grupo de pobreza, que tem uma variável de gênero distinta, onde também há um compromisso com o social, com as várias periferias de La Plata, com as zonas marginais. Um trabalho muito importante. É uma das obrigações dentro de uma universidade como a nossa, que é pública e gratuita, e que deve algo à sociedade que a mantém. Então, quem pode, compartilha essa ideia. Na medida do possível, fazemos nossa parte.

Às vezes não nos damos conta porque só olhamos o que nos falta. Porém, percebemos que temos um grupo extenso quando nos colocamos a falar sobre o que estamos fazendo. Geralmente, ficamos

presas ao que falta, e eu queria fazer tudo, mas não posso. Porém, alguma coisa eu faço. É bom para nossa América que saibamos que podemos formar redes, sobretudo para nos fortalecer teoricamente. Essa é a única possibilidade de gerarmos outras teorias com nossas próprias especificidades, com nossas próprias idiosincrasias, e tudo o que signifique nos comunicarmos entre nós me parece vital, me parece importante.

ENTREVISTAS

CALVERA, Leonor. [Entrevista concedida a] Ana Maria Veiga. **Acervo do LEGH/UFSC.** Buenos Aires, Argentina, 01/03/2007. Disponível em: Acesso em:

CIRIZA, Alejandra; LLAYER, Nora. [Entrevista concedida a] Cristina Scheibe Wolff. **Acervo do LEGH/UFSC.** Córdoba, Argentina, 27/10/2006. Disponível em: Acesso em:

FEMENÍAS, María Luisa. [Entrevista concedida a] Cristina Scheibe Wolff. **Acervo do LEGH/UFSC.** Córdoba, Argentina, 25/10/2006. Disponível em: Acesso em:

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. A "Globalização" dos Feminismos Latino-Americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. *In*: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos:** Novas Leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la sociedad argentina:** una historia de cinco siglos. 1a ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

BARRANCOS, Dora. **Mujeres entre la casa y la plaza.** 1a ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

BELUCHI, Mabel. El Movimiento de Madres de Plaza de Mayo. *In*: LOZANO, Fernanda Gil *et al.* **Historia de las Mujeres en Argentina. Siglo XX**. Buenos Aires: Taurus, 2000.

BIANCHI, Susana. Madres de la Plaza de Mayo. *In*: MORANT, Isabel (Dir.). **Historia de las Mujeres en España y América Latina: del siglo XX a los umbrales del XXI**. Madrid: Cátedra, 1994.

BORGES, Joana Vieira. **Trajetórias e leituras no Brasil e na Argentina (1960-1980)**. 2013. 355 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.

BRUJAS, Publicación Feminista. Año 1, n. 1, p. 01, ATEM - “25 de noviembre”. 1983.

CALVERA, Leonor. **Mujeres y Feminismo en Argentina**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

CARNOVALE, Vera. **Los Combatientes**: historia del PRT-ERP. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

D'ANTONIO, Débora. Lo viril como garantía de victoria y la erotización de la dominación. Mujeres carceleras durante la última dictadura militar argentina. *In*: ANDÚJAR, Andrea *et al.* (Comp.). **História, género y política en los 70'**. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

DE RIZ, Liliana. **Historia Argentina - la política en suspenso 1966/1976**. Buenos Aires: Paidós, 2010.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Ed. 34, 2004.

FEMENÍAS, María Luisa (Comp.). **Perfiles del Feminismo Iberoamericano**. Buenos Aires: Catálogos, 2002.

FRANCO, Marina. El exilio como espacio de transformaciones de género. *In*: ANDÚJAR, Andrea *et al.* (Comp.). **De ninifaldas, militâncias y revoluciones**: exploraciones sobre los 70 en la Argentina. Buenos Aires: Luxemburg, 2009.

GRAMMATICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: ¿Un diálogo (im)posible? *In*: ANDÚJAR, Andrea *et al.* (Comp.). **Historia, género y política en los 70**. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005.

HIRATA, Helena *et al.* (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

JELIN, Elizabeth. Perspectivas e desarrollos convergentes: derechos humanos, memorias y género en las ciencias sociales latinoamericanas. *In*: BOHOSLAVSKY, Ernesto *et al.* (Comp.). **Problemas de historia reciente del Cono Sur**. Vol. 1 Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. 2005. 170 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

JOFFILY, Mariana R. Os Nunca Más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991). *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Org.). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras do Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

LARRAQUY, Marcelo. **López Rega, el peronismo y la Triple A**. 3 ed. Buenos Aires: Aguilar, 2011.

LOZANO, Fernanda Gil. Las experiencias de la “segunda ola” del feminismo en Argentina y Uruguay. *In*: MORANT, Isabel (Dir.). **Historia de las Mujeres en España y América Latina: del siglo XX a los umbrales del XXI**. Madrid: Cátedra, 1994.

MELLO, Soraia Carolina de. **Feminismos de segunda onda no Cone Sul: problematizando o trabalho doméstico (1970-1989)**. 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010.

MELER, Irene *et al.* Feminismos Argentina y Academia Feminista: Encuentros, Distancias, Entreveros. *In*: MIÑOSO, Yuderlys Espinosa (Coord.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. 1 ed., vol. 1. Buenos Aires: En la frontera, 2010.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do Golpe de Estado à Restauração Democrática**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

OBERTI, Alejandra. **Las revolucionarias. Militancia, vida cotidiana y afectividad en los setenta**. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

OLLER, Lucrécia. [Entrevista concedida a] Ana Maria Veiga. **Acervo LEGH/UFSC**. Buenos Aires, Argentina, 24/02/2007. Disponível em: Acesso em:

SEMINARA, Luciana; VIANO, Cristina. Las dos Verónicas y los múltiples senderos de la militancia: de las organizaciones revolucionarias de los años 70 al feminismo. *In: ANDÚJAR, Andrea et al. (Comp.). De ninifaldas, militâncias y revoluciones: exploraciones sobre los 70 en la Argentina.* Buenos Aires: Luxemburg, 2009.

TORRES, Sara. [Entrevista concedida a] Ana Maria Veiga. **Acervo LEGH/UFSC.** Buenos Aires, Argentina. 01/03/2008, Acervo LEGH/UFSC. Disponível em: Acesso em:

TREBISACCE, Catalina. Modernización y experiencia feminista de los años setenta en Argentina. *In: ANDÚJAR, Andrea et al. Hilvanando historias: mujeres y política en el pasado reciente latinoamericano.* Buenos Aires: Luxemburg, 2010.

VASSALO, Alejandra. "Las mujeres dicen basta": movilización, política y orígenes del feminismo argentino en los 70. *In: ANDÚJAR, Andrea et al. (Comp.). Historia, género y política en los '70.* Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005.

VEIGA, Ana Maria. **Feminismos em rede?** Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985). 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2009.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 27, n. 55, p. 19-38, dez., 2007.

LISTA DE SIGLAS

AAA [Triple A]	Alianza Anticomunista Argentina
ALMA	Asociación para la Liberación de la Mujer Argentina
AMA	Asociación de Mujeres Argentinas
AMAS	Asociación de Mujeres Alfonsina Storni
ATEM	Asociación de Trabajo y Estudios sobre la Mujer
CONADEP	Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas
DIMA	Direitos Iguais para a Mulher Argentina
ERP	Ejército Revolucionario del Pueblo
FAL	Fuerzas Armadas de Liberación
FAP	Fuerzas Armadas Peronistas
FIP	Frente de Izquierda Popular
FLM	Frente de Lucha por la Mujer
IIEG	Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género
MLF	Movimiento de Liberación Femenina
MLM	Movimiento de Liberación de Mujeres
MOFEP	Movimiento Feminista Popular
OFA	Organización Feminista Argentina
PRT	Partido Revolucionario de los Trabajadores
PC	Partido Comunista
UBA	Universidad de Buenos Aires
UFA	Unión Feminista Argentina
UMA	Unión de las Mujeres Argentinas
UNLP	Universidad Nacional de La Plata

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Amorós, Celia 143, 147
Barrancos, Dora 116, 119
Beauvoir, Simone de 138
Bemberg, María Luisa 115, 120, 125, 126, 127
Calvera, Leonor 115, 117, 119
Chejter, Silvia 150
Christeller, Gabriella Roncoroni de 115, 120, 127
Ciriza, Alejandra 119, 131
Cori, Paola Di 143
Ernesto, Guevara (Che) 141
Femenías, María Luisa 119, 142
Finkestein, Susana 125
Freire, Paulo 133
Ibarlucia, Blanca 116
Hegel, Friedrich 127, 147
Hierro, Graciela 143
Kierkegaard, Soren 147
Kollontai, Alexandra 138
Lanteri, Julieta 149
Llaver, Nora 116, 119, 131
Lloyd, Genevieve 147
Lonzi, Carla 122, 127
Mead, Margareth 138
Oddone, María Elena 117, 127
Oller, Lucrecia 116
Onganía, Juan Carlos 111
Palacios, Alfredo 149
Perón, Eva (Evita) 139, 149
Perón, Juan Domingos 111, 121
Perón, María Estela Martínez de (Isabelita) 124, 134, 135
Pizan, Christine de 147, 148
Prado, Danda 116
Rioja, Sara 124, 125
Torres, Sara 117, 119
Videla, Jorge Rafael 111, 124

ÍNDICE REMISSIVO

A

aborto 121, 122, 123, 148

Alianza Anticomunista 111, 116

Argentina 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 128, 131, 134, 135, 142, 144, 148, 149, 153, 154, 155, 156

Asociación Argentina de Mujeres en Filosofía 144

Asociación de Mujeres Alfonsina Storni (AMAS) 115

Asociación de Mujeres Argentinas (AMA) 115

Asociación para la Liberación de la Mujer Argentina (ALMA) 115

B

Brujas 117, 123

C

Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) 113

Concienciación (grupo de consciencia) 115

E

Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) 113

Encuentro Nacional de Mujeres 148

F

Feminismo 128, 147, 154, 156

Feminista 115, 117, 120, 123, 149, 154, 155

Frente Anti-Imperialista Pelo Socialismo 136

Frente de Izquierda Popular (FIP) 115

Frente de Lucha por la Mujer (FLM) 115

Fuerzas Armadas de Liberación (FAL) 113

Fuerzas Armadas Peronistas (FAP) 113

G

género 111, 112, 114, 120, 121, 127, 144, 146, 148, 149, 151, 152, 155, 156

Guerra no Vietnã 136

H

Hiparquia 144

I

Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género (IEG) 144

Isabelita 124

L

liberdade sexual 110, 138

M

Madres de la Plaza de Mayo 112, 150, 154
modernização 110

Montoneros 113, 131, 133, 135, 139, 141

Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), 116

Movimiento de Liberación de Mujeres (MLM) 115

Movimiento de Liberación Femenina (MLF) 115

Movimiento Feminista Popular (MOFEP) 115

N

Nunca Más 134, 155

O

Organización Feminista Argentina (OFA) 117

P

paramilitar 111

Partido Comunista (PC) 151

Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT) 113

pátrio poder (patria potestad) 143

peronismo 131, 132, 139, 151, 155
peronista 133, 139, 140, 149
Persona 117, 123, 127
pílula anticoncepcional 110

R

Revolução Cubana 137
revolução cultural 110
Revolução dos Costumes 110, 112

S

segunda onda 114, 115, 119, 155
sexismo 121

T

teoria feminista 109, 146, 147
Travesías 150
Triple A 111, 116, 126, 127, 155

U

Unión Feminista Argentina (UFA) 115
Universidad de Buenos Aires (UBA) 144
Universidad Nacional de la Plata (UNLP) 149

V

voz operária 132

4

*Fernando Damazio dos Santos
Gleidiane de Sousa Ferreira
Heloísa Nunes dos Santos*

CONSTRUIR ESPAÇOS E FABRICAR IDEIAS:

**A LUTA (EM CURSO) POR DEMOCRACIA,
JUSTIÇA SOCIAL E MEMÓRIA NA
HISTÓRIA RECENTE DA BOLÍVIA**

A BOLÍVIA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964-1982)

O ano de 1964 marcou o início de uma série de golpes militares na Bolívia, país que detém o recorde mundial em golpes militares: no período de 1964-1980, nove golpistas assumiram a presidência de forma ilegal em governos de cunho ditatorial (Coggiola, 2001, p. 58). O primeiro deles, de 1964-1969, foi o do general René Barrientos. Em seu governo, foi arquitetado o Pacto Militar-Camponês (PMC), que visava utilizar o forte sindicalismo do campo que, desde a Revolução de 1952, gozava de certa autonomia organizativa e inserção popular, especialmente, com a criação da *Central Obrera Boliviana* (COB). A tentativa de controlar as organizações sindicais pela construção de um vínculo interdependente com o exército nacional buscava tutelar a estrutura sindical para favorecer os interesses da recém-montada ordem ditatorial.

É importante ressaltar que nesse momento, na Bolívia, o sujeito indígena ainda não aparecia como o grande protagonista dos discursos políticos dos movimentos sociais e da relação destes com o Estado Nacional. Notoriamente, isso não significa dizer que este não existisse como presença individual, social e cultural, mas é possível afirmar que até então os grupos étnicos estavam marcadamente nominados desde uma categorização produtiva: o camponês e a camponesa. É precisamente a partir da década de 1970 e da emergência dos discursos étnicos e raciais como centrais nas disputas políticas e na construção de pautas frente ao Estado, que o sujeito indígena se fortalece enquanto visibilidade política¹. É possível dizer que, desde os anos 1940, sucessivos governos civis e, posteriormente, militares organizaram os/as camponeses/as no

1 O debate sobre a emergência do sujeito indígena é bastante amplo e possui perspectivas e enfoques diferentes. Para este texto, nos baseamos nas análises desenvolvidas pela socióloga brasileira Alice Guimarães (2009, p. 75-104).

seio de entidades corporativas na forma de “sindicatos” – que assumem formas diferenciadas, mais próximas da organização tradicional do que do modelo moderno de organização da classe trabalhadora com base em critérios econômicos (Costa, 2010, p. 12). Nesse sentido, essa priorização da categoria de camponês-camponesa por parte do Estado se relacionava à tentativa de introduzir esses grupos sociais a partir do projeto nacionalista de desenvolvimento social e econômico que se buscava para o país.

Durante o período militar, o Pacto Militar-Camponês (PMC) funcionou razoavelmente sob a liderança de Barrientos: “A *Central Obrera Boliviana* ficou isolada e desta maneira a confrontação entre ela e as Forças Armadas tornou-se o eixo de toda a luta política até a transição à democracia” (Mayorga, 1999, p. 345). Neste mesmo momento, Ernesto “Che” Guevara tentou criar um foco guerrilheiro na remota região de Ñankaguasu, na expectativa do apoio dos/as mineiros/as e da adesão dos/as camponeses/as. Como se sabe, o fracasso da iniciativa resultou na morte do revolucionário, durante o governo Barrientos.

Entre 1969 a 1971, sob o comando dos generais Alfredo Ovando Candia e Juan José Torres, houve certa abertura política que aproximou ainda mais o ativismo urbano dos intelectuais aimarás com o sindicalismo camponês que permanecia em defesa dos *ayllus*². O Pacto Militar-Camponês enfrentou problemas à medida que uma nova geração de líderes sindicais resistiu às interferências dos governos ditatoriais. O acordo ruiu durante os massacres do governo de Hugo Bánzer Suárez (1971-1978), quando todos os partidos e sindicatos foram proibidos, e a oposição presa ou exilada.

Neste cenário, as mulheres apareceram como um dos grupos de maior destaque no que se refere à luta contra as prisões e

2 Unidade territorial e cultural baseada em critérios étnicos, que definem algumas comunidades indígenas atualmente, e que remontam aos núcleos organizativos do Império Inca.

exílios no período da ditadura de Bánzer, ainda que pouco se fale sobre isso. O episódio com maior destaque foi a greve de fome iniciada por quatro companheiras de trabalhadores mineiros em 1978, que lutavam pela anistia de lideranças mineiras que haviam sido presas (Pedro, 2010, p. 121-122). Entre estas mulheres estava Domitila Barrios Chungara, que em 1975 representou os trabalhadores bolivianos na Conferência Mundial das Mulheres, realizada no México, dentro da programação da ONU no Ano Internacional da Mulher. Após 22 dias de greve de fome, com apoio de mineiros/as, camponeses/as, da igreja, somando mais de mil pessoas, Bánzer torna-se obrigado a ceder e, meses depois, abandona o poder. A greve de fome é considerada por muitos intelectuais como catalisadora de um movimento nacional de resistência (Croissant, 1978).

Tal resistência organizava protestos e manifestações que eram reprimidas com violência, com ataques de blindados e artilharia contra manifestantes, que resultaram, por exemplo, nos massacres de Tolata, Epizanga e Melga (Hashizume, 2010, p. 94), justificados pelo governo como a maneira de eliminar focos subversivos. A lista de desaparecidos/as, mortos/as, torturados/as e exilados/as durante o governo de Hugo Bánzer é extensa. Centenas de estudantes, dirigentes e líderes políticos e sindicais foram presos, torturados e mortos. A articulação do governo na chamada “Operação Condor”³ propiciava que muitas atrocidades fossem cometidas para além do solo boliviano.

No entanto, mesmo com tanta repressão, já no fim do período autoritário de Hugo Bánzer, surgiu na Bolívia um forte movimento contestatório de base rural, que se expressava tanto em termos de classe social como, também, de identidade indígena, conhecido

3 Hugo Bánzer participou da “Operação Condor” que conectava as ditaduras da Bolívia, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil, que não só era uma comunidade de inteligência militar, mas uma aliança e estratégia de apreensão, captura, tortura, assassinatos de militantes em qualquer um desses países.

como Movimento Katarista⁴. Silvia Rivera Cusicanqui em seu clássico trabalho *Oprimidos pero no vencidos: lucha del campesinado aymara y qhechwa, 1900-1980*, ressalta que o surgimento do Movimento Katarista resultou de três fatores: o não atendimento das demandas agrárias, a repressão do Estado e o nascimento de novos setores de liderança indígena. O fracasso das políticas “desenvolvimentistas” do Estado boliviano gerou profundos agravantes na condição social da população camponesa, também majoritariamente indígena. Não sem conflitos, os *kataristas*, com seu trabalho paralelo e subterrâneo ao longo da ditadura militar, foram os primeiros a ter condições de exprimir sua oposição ao regime militar e retomar o funcionamento das organizações políticas e sindicais independentes do governo (Cusicanqui, 2010a, p.175-209).

Sob a liderança de Jenaro Flores em julho de 1979, formou-se a *Confederación Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB), que incentivou a convocação de uma assembleia para novembro de 1979, em que se pretendia a articulação de uma organização de mulheres, que viria a ser a *Federación de Mujeres Campesinas de Bolivia - Bartolina Sisa*, desempenhando um papel importante no processo de resistência aos ditames ditatoriais.

Com o fim da ditadura de Bánzer em 1978, iniciou-se a tentativa de uma transição para a democracia através de eleições. No entanto, até 1980, eleições e golpes militares se sucederam, criando um período de instabilidade política que só terminaria em 1982. Em primeiro de novembro de 1979, o general Alberto Natusch Busch derrubou o governo democrático através de um golpe sangrento, que impediu a convocação do congresso. Em resposta, houve uma revolta popular que foi liderada pela *Central Obrera Boliviana* (COB), o que gerou uma violenta repressão generalizada, conhecida como “massacre de todos os santos”. Tal ação resultou na morte de mais

4

O movimento leva este nome em homenagem a *Tupac Katari*, líder da grande insurreição indígena do século XVIII.

de 100 pessoas e 30 desaparecimentos (Asociación, 2008, p. 24). Dezesesseis dias depois, a resistência popular forçou Natusch Busch a devolver o poder ao Congresso, que elegeu a presidente da Câmara dos Deputados, Lidia Gueiler Tejada, como Presidente da República interina até as eleições de 29 de junho do ano seguinte.

Em 1980, Hernán Siles Zuazo, político de centro-esquerda, foi eleito presidente, mas foi impedido de assumir por um novo golpe liderado pelo general Luis García Meza, apoiado por paramilitares recrutados pelo criminoso de guerra nazista Klaus Barbie e o terrorista italiano Stefano Delle Chiaie, que derrubaram a presidente interina constitucional Lidia Gueiler Tejada. Este foi o momento de maior paralisação das organizações tanto para os homens como para as mulheres. Como destacado por Virgínia Aillon, o golpe de Meza “acabou e deu início a uma outra faceta na construção de organizações populares de homens e mulheres” (Aillon, 2006, p. 83, tradução nossa)⁵.

O Governo García Meza pode ser caracterizado pela repressão brutal de seus oponentes, registrando prisões, assassinatos e desaparecimentos forçados realizados pelo Ministério do Interior que tinha à frente Luis Arce Gómez (Salvatierra, 1997, p. 229-233). O pouco apoio da população pobre e da comunidade internacional, bem como provas de vínculos com o tráfico de drogas, levaram o governo de fato ao fim em 1981 (Coggiola, 2001, p. 44), encerrando-se, assim, o turbulento período de ditaduras militares na Bolívia.

Todavia, vale ressaltar o trabalho da justiça boliviana, que condenou Luis García Meza Tejada e Luis Arce Gómez a 30 anos de prisão por crimes cometidos durante a ditadura. Ambos cumpriram pena até suas mortes, em 2018 e 2020, respectivamente.

5 No texto original: “dío fin y dio inicio a una faceta diferente en la construcción de las organizaciones populares de hombres y mujeres” (Aillon, 2006, p. 83).

Por outro lado, o general Hugo Bánzer, falecido em 2002 vítima de câncer no cérebro, permaneceu impune até sua morte, inclusive retornou à presidência do país durante o período de 1993-1996, por vias eleitorais. Na ditadura militar boliviana, assim como em outros países da América do Sul, mesmo depois de mais de 30 anos de retorno à democracia, muitas vítimas das inúmeras violências aos direitos humanos esperam por justiça.

As histórias de vida das mulheres selecionadas para esta publicação, Loyola Guzmán Lara e Silvia Rivera Cusicanqui, tangenciam muitas das experiências, lutas e debates mobilizados ao longo da ditadura militar e dos anos que se seguiram, como o exílio, a dor do luto e das separações vividas nesse contexto, a construção de novas articulações políticas – como a organização de familiares de desaparecidos/as políticos e organizações indígenas –, a aclamação por justiça aos ditadores e torturadores e o esforço político e intelectual de entender e superar as hierarquias históricas que atravessam a sociedade boliviana, buscando contribuir para a consolidação de uma democracia mais ampla e sólida.

Nesse sentido, a trajetória dessas mulheres nos mostra algumas das importantes formas de atuação política existentes nas últimas décadas no país e que estiveram mediadas pela violência do contexto ditatorial, mas, também, pelas sequelas desse período na democracia que emergia nos anos de 1980. A necessidade de reconstruir a institucionalidade democrática e os valores e princípios que a sustentam, assim como de promover reparações pessoais e sociais pelas violências promovidas na ditadura, foram questões que direta ou indiretamente fizeram parte suas vidas, permitindo releituras do mundo e de si mesmas enquanto pessoas engajadas na transformação social. Acreditamos que, a partir da vivência dessas mulheres, podemos refletir sobre aspectos importantes da história recente da Bolívia, assim como sobre os caminhos ideológicos seguidos, seus diferentes percursos, suas distintas filiações, sonhos e decepções.

LOYOLA GUZMÁN: UMA VIDA DE LUTA CONTRA A INJUSTIÇA E O ESQUECIMENTO

“A partir de hoje, todos os que se opõem ao governo devem andar com seu testamento debaixo do braço” (Molina, 2018, tradução nossa)⁶, declarou, em 1980, Luis Arce Gómez, ministro do Interior do governo do general García Meza. A tensão e o medo eram sentimentos constantes na vida daqueles/as que foram contrários às ditaduras militares na Bolívia. Eles/elas temiam por suas vidas, de seus familiares; tiveram que conviver com a possibilidade de serem mortos a qualquer momento.

A ação da repressão foi brutal, produzindo assassinatos, desaparecimentos forçados, desarticulando organizações político-sociais durante os anos de 1964 a 1982, quando a Bolívia foi assombrada por sucessivos golpes militares. Intelectuais, estudantes, militantes de esquerda, mineiros, camponeses e populares que resistiram e contestaram os abusos e atrocidades cometidas pela ditadura militar foram alvos da repressão. Com forte apoio dos Estados Unidos, que pretendeu impedir o avanço de pautas progressistas e garantir que seus interesses econômicos e políticos se estabelecessem na América Latina, diversas ditaduras militares de viés conservador foram instauradas, como ocorreu na Bolívia.

No entanto, mesmo diante deste cenário de brutalidade, muitos/as jovens buscaram participar da vida política do país. A esquerda, nesse momento, tinha um protagonismo no mundo: muitos movimentos sociais e políticos na Europa e na América Latina, por exemplo, motivaram os/as jovens a querer transformar

6

Texto original: “A partir de hoy todos los opositores deberán caminar con su testamento bajo el brazo”. (Molina, 2018).

suas realidades. Loyola Guzmán de Lara foi uma dessas jovens que viu na militância em organizações de esquerda a possibilidade de alcançar esta transformação.

Nascida em 29 de julho de 1942 na cidade de La Paz, Loyola tem sua trajetória política, tanto de militância na esquerda quanto na defesa dos direitos humanos, reconhecida pelas inúmeras lutas e batalhas que vem travando ao longo de sua vida, almejando sempre igualdade e justiça. Quando jovem, foi militante da *Juventud Comunista de Bolivia* e do *Ejército de Liberación Nacional*, integrou o grupo de apoio à Guerrilha de Ñancahuazú. Foi presa pela primeira vez quando fotos suas com Che Guevara foram encontradas pelo exército boliviano na região de Ñancahuazú. Liberada em 1970 em troca dos reféns alemães capturados em Teoponte, voltou à luta clandestina do *Ejército de Liberación Nacional* durante a ditadura de Bánzer. Foi novamente detida em 1972, quando esperava seu segundo filho; nesse episódio “desapareceram” com seu esposo, Félix Melgar. Em 1978, Loyola Guzmán, que já havia se afastado de atividades políticas partidárias, engajou-se na organização de familiares das pessoas desaparecidas e mortas na guerrilha em Teoponte.

A partir disso, este texto tem como objetivo evidenciar aspectos de sua trajetória de vida, utilizando-se de entrevistas concedidas ao LEGH/UFSC, a programas de rádio e periódicos, assim como textos que foram escritos por Loyola Guzmán de Lara e sobre ela.

Embora tenha nascido em La Paz, foi na cidade de Oruro que Loyola Guzmán cresceu e estudou, e isso, segundo ela mesma, foi importante para o desenvolvimento de “sua consciência sobre a realidade de seu país” (Guzmán, 1999). Devido à exploração de estanho, à atuação dos sindicatos de mineiros, às greves e às mobilizações sociais, a atividade política esteve muito presente no dia a dia dos moradores de Oruro. Segundo Guzmán, foi quando ainda era criança que se envolveu nas primeiras atividades políticas.

[...] Oruro era um centro muito importante, com muita atividade política. Todos esses elementos influenciaram para que muitos jovens, desde crianças, passassem a ter uma atitude consciente para com a realidade do nosso país. [...] O clima na cidade de Oruro era muito politizado; as pessoas estavam sempre discutindo os problemas políticos do país e isso influenciava os jovens. Começamos a militância na Juventude Comunista, digo que começamos porque éramos um grupo de dez ou doze pessoas, a partir dos doze anos. Éramos muito jovens (Guzmán, 1999, s/p, tradução nossa).⁷

As tarefas que Loyola desempenhava na *Juventud Comunista de Bolivia* (JCB), destacamento do *Partido Comunista de Bolivia* (PCB) fundado em 27 de junho de 1953, segundo sua narrativa, foram muito importantes para a politização de outros/as jovens. Com o passar dos anos, enquanto era estudante de Filosofia e Letras na Universidad Mayor San Andrés (UMSA), suas atividades políticas se ampliaram, ficando responsável pela tarefa de difundir ideias comunista entre os/as jovens bolivianos/as.

Na minha juventude fui militante da *Juventud Comunista de Bolivia*, e nessa condição eu fiz parte do trabalho que o partido comunista tinha nas minas e na cidade. Eu como membro da direção do comitê nacional da juventude comunista da Bolívia, acredito que era a única mulher neste grupo de dirigentes, mas a nossa missão era de organizar a juventude, ganhar militantes para a juventude comunista, era uma tarefa muito importante a formação, não somente estar aí, mas saber porque estávamos, conhecer a doutrina, estudar realmente os teóricos marxistas e fundamentar o porquê estávamos lutando. Além disso, como jovens comunistas podíamos influenciar em

7

Texto original: "Oruro fue un centro muy importante, con mucha actividad política. Todos estos elementos influyeron para que mucha juventud, desde casi niños, comenzara a tomar una actitud de conciencia frente a la realidad de nuestro país. [...] El ambiente en la ciudad de Oruro era muy politizado; la gente siempre estaba discutiendo los problemas políticos del país y eso influía en los jóvenes. Empezamos a militar en la Juventud Comunista, digo empezamos porque éramos un grupo de diez o doce personas, a partir de los doce años. Éramos muy chicos" (Guzmán, 1999).

outros setores da juventude, então trabalhava em colégios na federação de estudantes, na universidade trabalhava com os professores, com outros militantes para poder influenciar os outros setores da juventude, para fazer parte da direção destes centros estudantis universitários e poder difundir nossa ideologia, nossa visão política (Guzmán, 2008, p. 3, tradução nossa).

O trabalho de base com os/as jovens “era fundamental”, como revela Loyola, para compor novos quadros da JCB. As discussões teóricas e os estudos faziam parte do trabalho de organizar o grupo, e principalmente, ocupar espaços, para alcançar outros setores da juventude. Neste trecho também percebemos que, mesmo timidamente, Loyola estava atenta para o fato de acreditar “ser a única mulher neste grupo de dirigentes”. Sua reflexão é realmente pertinente e diferentes pesquisas revelam que era incomum, naquela época, que mulheres chegassem a ser dirigentes dessas organizações (Pedro; Wollf; Veiga, 2011; Insuela, 2011; Rosa, 2013; Tega, 2015).

Mesmo que os anos 1960 tenham sido marcados por rupturas – devido ao fato de que algumas mulheres entraram de forma mais significativa na vida pública –, existe uma continuidade que pode ser evidenciada ainda na existência de um machismo, inclusive nas próprias organizações. Geralmente, às mulheres foram reservadas posições secundárias, que acabavam por reforçar os preconceitos difundidos na sociedade patriarcal. No entanto, em entrevista às pesquisadoras do LEGH/UFSC, Loyola fez questão de destacar que havia uma importante militância de mulheres na juventude comunista.

[...] sempre se diz que os partidos de esquerda, e, neste caso, o Partido Comunista, não fizeram um esforço especial organizando as mulheres ou por ver os problemas das mulheres. Mas minha experiência de vida diz o contrário, havia uma importante militância de mulheres na juventude comunista e também havia um interesse especial em organizarmos não somente como militantes de partido, mas como uma organização muito mais ampla.

Esta seria uma primeira experiência em relação a como as mulheres de um partido de esquerda planejavam a tarefa de organizar outras mulheres que não eram do partido, mas com critérios mais amplos (Guzmán, 2008, p. 4, tradução nossa).

Desse modo, a participação das mulheres na vida política representava uma marcante transgressão, um rompimento com os padrões que a família e a sociedade esperavam delas naquela época, ou seja, com os padrões de gênero, classe e raça. Esse rompimento representava, para as que fizeram parte de uma organização de mulheres naquele contexto, um importante passo para que suas lutas e reivindicações tivessem espaço em meio a muitas outras pautas políticas. Na mesma entrevista, Loyola assinala que houve iniciativas do Partido Comunista para organizar as mulheres, quer fosse em comitês de dona de casa ou mesmo na União de Mulheres da Bolívia.

Tenho que destacar que no Partido havia uma organização onde participavam as mulheres. Foi uma experiência interessante ver as minas, principalmente uma no norte de Potosí, ali o Partido tinha uma forte organização, ali também as mulheres militantes estavam organizadas e graças ao impulso da organização das mulheres comunistas, se organizaram os comitês de donas de casa. [...] Então esta foi uma das experiências que tive em trabalhos com mulheres. [...] Outra experiência que tive em trabalhos com mulheres que também começou no Partido Comunista foi que as mulheres feministas que lutavam pela paz iniciaram uma organização de União de Mulheres da Bolívia (Guzmán, 2008, p. 3, tradução nossa).

Os chamados “Comitês de Amas de Casa”, por exemplo, foram muito importantes no período das ditaduras na Bolívia como núcleo de resistência. As mulheres organizadas nesses comitês “protagonizaram greves de fome, saíram em manifestação, participaram das atividades e reivindicações dos trabalhadores, além de desenvolverem certas atividades próprias, com a finalidade de conseguir melhores condições de vida para homens, mulheres e crianças,

das minas” (Viezzler, 1977, p. 30). Uma dessas mulheres foi Domitila Chungara, uma das dirigentes do *Comité de amas de casa del Siglo XX*, que, ao lado de outras companheiras, participou de greves de fome, articulou apoio aos trabalhadores no Massacre de San Juan e, em consequência, disso foi presa e torturada. Em 1975, Domitila foi ao México para participar da Tribuna no I Conferência Mundial sobre a situação da Mulher, sendo a única mulher representante da classe trabalhadora. Em seu discurso, denunciou a experiência traumática dos regimes ditatoriais do general René Barrientos Ortuño (1964-1965; 1966-1969) e do general Bánzer Suárez (1971-1978). Foi pela voz de uma mulher que o mundo ficou sabendo da triste realidade em que vivia o povo boliviano.

Segundo Elizabeth Ferreira (1996, p. 87-90), os comportamentos impostos social e culturalmente para as mulheres foram duplamente rompidos ao se tornarem militantes, opondo-se à repressão militar e, ainda, ao tentarem conquistar um espaço público, em que pudessem discutir, participar das decisões e debater assuntos específicos de mulheres. Percebemos como houve, naquele momento, uma ruptura do estereótipo da mulher, válido principalmente para as brancas, mestiças e de classes médias e altas, restrita ao espaço privado e doméstico. Essa e outras transformações sociais engendraram um novo perfil de sociedade.

Foi a partir dos anos de 1960 que surgiu um novo pensamento, fortemente influenciado pelas agitações sociais e culturais que ocorreram em todo mundo. Os movimentos contra a guerra do Vietnã, a favor dos direitos civis e do “poder negro” que aconteceram nos EUA, a Revolução Cubana, a “nova esquerda”, a Revolução Sexual contagiaram muitos/as jovens a lutarem por uma nova sociedade (Santos, 2009, p. 495). Para alguns/mas destes/as jovens, a revolução só iria se concretizar através da luta armada nas guerrilhas.

A experiência da guerrilha foi compartilhada entre as décadas de 1960-1970 por vários países latino-americanos, como Brasil,

Colômbia, Venezuela, Argentina, Peru, Nicarágua e outros. De um modo geral, salvo as especificidades de cada organização e país, a guerra de guerrilha se apresentou como uma estratégia de luta pelo poder. Na Bolívia não foi diferente.

[...] havia toda uma influência da Revolução Cubana, da Guerra do Vietnã, era todo um ambiente internacional que estava relacionado ao nacional que fez com que tanto um grupo do Partido quanto da Juventude considerasse que o caminho para produzir uma mudança em nosso país era a luta armada através da guerrilha rural (GUZMÁN, 1999, s/p, tradução nossa)⁸.

Em novembro de 1966, Ernesto Che Guevara, ainda laureado pela vitória na Revolução Cubana, chega à Bolívia e propõe a luta de guerrilha ao Partido Comunista da Bolívia. No entanto, em consequência de alguns entraves políticos, o partido decidiu não apoiar Guevara e a luta armada (Silva, 2014, p. 4). Diante disto, em 1967, os relatos indicam que Loyola e outros companheiros, tanto da Juventude quanto do Partido Comunista, decidiram acompanhar Guevara e fundaram o *Ejército de Liberación Nacional - ELN*.

O foco da guerrilha se estabelece na região do rio Ñancahuazú, que é coberta por uma mata densa, cortada por córregos, mangues e montanhas, a 250 quilômetros ao sul da cidade de Santa Cruz. O acesso à região é difícil, portanto, Coco Paredo foi encarregado de conduzir Loyola e outros companheiros até o encontro de Che Guevara. Sobre esse encontro, ela narra,

Bem, Che chegou à Bolívia em novembro de 1966. Eu só soube que ele estava aqui em janeiro de 67, quando fui para a região de Ñancahuazú. Eu não sabia que ali era Ñancahuazú. A gente tinha primeiro um encon-

8 Texto original: "Había toda una influencia de la Revolución Cubana, de la guerra de Vietnam, era todo un ambiente internacional ligado a lo nacional que hacía que por lo menos un grupo tanto del partido como de la Juventud considerara que el camino para producir un cambio en nuestro país era la lucha armada por la guerrilla rural." (Guzmán, 1999).

tro marcado em Camiri, ali eu sabia onde estava, Coco Peredo nos encontrou e nos levou para um lugar que não sabíamos como se chamava e nem como se chegava. Não era o acampamento central, era um acampamento intermediário para os guerrilheiros. Eu tinha 24 anos. Chegamos à noite, porque não se ia para lá durante o dia. E tivemos que caminhar um pouco de onde deixamos os veículos. Eles também deixaram o acampamento central para nos encontrar em algum ponto intermediário. Che se reuniu com cada um individualmente e depois com todos juntos para explicar o que era o projeto, quais eram as perspectivas (GUZMÁN, 1999, s/p, tradução nossa).⁹

Em seu diário, Che Guevara registrou este encontro: “Loyola me impressionou muito. Ela é muito jovem e serena, mas dá para ver uma determinação total”, e continuou: “Loyola será a encarregada de controlar as finanças, estou enviando por ela 80 mil, dos quais 20 são para Calvimonte comprar um caminhão” (Guevara, 2009, p. 55, tradução nossa)¹⁰.

Loyola Guzmán foi designada pelo guerrilheiro para, junto com o médico Wálter Pareja Fernández, o peruano Julio Dagnino e Tania, organizarem a *Red Urbana* do ELN. “Meu papel era fazer parte da rede urbana. Era parte de um trabalho político na cidade, de várias coisas, convencer as pessoas para apoio, apoio econômico, etc.” (Guzmán, 2008, p. 6). Com a *Red Urbana*, pretenderam

9 Texto original: “Bueno, perspectivas el Che llegó a Bolivia en noviembre del ‘66. Yo supe que estaba en enero del ‘67, cuando fui a la zona de Ñancahuazú. Yo no sabía que era Ñancahuazú. Teníamos primero una cita en Camiri, allí sí sabía dónde estaba, pero allí nos recogió Coco Peredo y nos llevó a un lugar que nosotros ignorábamos cómo se llamaba y cómo se podía ir. No era el campamento central, era un campamento intermedio de la guerrilla. Yo tenía 24 años. Llegamos por la noche, porque no se iba en el día. Y tuvimos que caminar bastante desde el lugar donde abandonamos los vehículos. Ellos también salieron del campamento central para encontrarnos en un punto intermedio. El Che se reunió con cada uno individualmente y después en conjunto para explicarnos cuál era el proyecto, cuáles eran las perspectivas” (Guzmán, 1999).

10 Texto original: “Loyola me hizo muy buena impresión. Es muy joven y suave, pero se le nota una cabal determinación. [...] Loyola será la encargada del control de finanzas y se le envían 80 mil, de los cuales hay 20 para un camión que debe comprar Calvimonte” (Guevara, 2006, p. 16).

estabelecer vínculos de apoio por toda a Bolívia e, principalmente, manter contato com os/as guerrilheiros/as. Apesar dos esforços, tanto os poucos recursos financeiros como a espera constante por notícias da “montanha”, foram decisivos para o insucesso da empreitada. “Infelizmente, no final de março a comunicação entre a rede urbana e a zona guerrilheira foi cortada e o contato não pode mais ser feito” (Guzmán, 2017a, s/p, tradução nossa) ¹¹.

Mas o trabalho na *Red Urbana* continuou por mais um tempo. Publicaram e distribuíram, com seus próprios recursos, boletins do *Ejército de Liberación Nacional*, na tentativa de mostrar para as pessoas que através da guerrilha é que se poderia mudar a realidade do país (Terán, 2005b, p. 166). Entre agosto e setembro de 1967, o exército boliviano e a inteligência norte-americana fecharam ainda mais o cerco às montanhas. A situação na região de Ñancahuazú estava muito difícil para a guerrilha, já havia várias baixas no grupo de Che Guevara. Em uma dessas investidas contra a guerrilha, o exército do país encontrou fotos e documentos em um dos acampamentos em Ñancahuazú, que comprovaram o envolvimento de Loyola com Che Guevara e a guerrilha.

Não demorou muito para o exército boliviano encontrar Loyola Guzmán. Em setembro de 1967, ela foi detida em uma emboscada. Durante seu interrogatório, atirou-se da janela do segundo andar do Ministério do Interior em La Paz, pois não delataria seus camaradas. Ficou presa até 1970 (Guzmán, 2008, p. 2).

Poucas semanas depois, a guerrilha de Ñancahuazú, que naquele momento contava apenas com 17 homens já muito debilitados, entrou em enfrentamento com os soldados bolivianos; quatro guerrilheiros morreram em combate, outros foram feridos e capturados. Em 9 de outubro de 1967, um dia após o combate, Che Guevara

11

Texto original: “Lamentablemente a fines de marzo se cortó la comunicación entre la red urbana y la zona guerrillera y no se pudo hacer contacto” (Guzmán, 2017a).

foi assassinado em La Higuera, o que causou o desmantelamento do ELN e o fim do sonho guerrilheiro (Terán, 2005a, p. 187-193).

Porém, nem mesmo o fim trágico da guerrilha de Ñancahuazú impediu que, em 1970, o *Ejército de Liberación Nacional*, reorganizado, e a nova guerrilha da Bolívia, compostos por líderes estudantis, jovens estrangeiros e campesinos articularassem um novo foco guerrilheiro, agora em Teoponte, norte de La Paz. “Não havia espaço para renunciar a luta armada, esta seguia sendo a via pela qual acreditavam que chegariam ao poder e transformariam a sociedade” (Guzmán, 2014, tradução nossa)¹², reconheceu ela em entrevista à *Educación Radifónica de Bolívia* – ERBOL, em 2014.

Em uma ação dos guerrilheiros de Teoponte, revela Loyola Guzmán, “pegaram como reféns dois técnicos alemães, na zona de exploração de ouro. Então pela libertação deles nos libertaram: alguns homens e eu fui a única mulher” (Guzmán, 2008, p. 8). Da prisão, Loyola Guzmán foi para o Chile e de lá, junto a seu esposo, Félix Melgar Antelo, foram direto para Cuba, onde ficaram exilados por um tempo.

Em 1971, voltaram como clandestinos para a Bolívia para continuar com suas atividades políticas. Em um encontro com a repressão, seu esposo foi ferido e, assim, foram presos novamente. Quando foi presa pela segunda vez, Loyola Guzmán estava grávida de seu segundo filho, que nasceu em 1972, na prisão. Sobre esse momento ela lembra: “Quando fui ter o meu filho, me levaram a um hospital militar, depois ele ficou preso comigo até os sete meses, depois disso, minha irmã, que também estava presa, saiu e ficou com meu filho” (Guzmán, 2008, p. 10).

Muitas mulheres militantes, que foram presas grávidas ou acompanhadas de seus filhos, foram submetidas à incontáveis sessões de tortura psicológica e física. A tortura, como se sabe, foi institucionalizada e usada como instrumento integrante da

12

Texto original: “No había lugar para renunciar a la lucha armada, este seguía siendo el camino por lo que creían que llegarían al poder y transformarían la sociedad” (GUZMÁN, 2014).

política de Estado não só na Bolívia, mas em todas as outras ditaduras militares do período. Na busca incessante para obter informações, os agentes da repressão torturavam mulheres, homens, idosos, crianças ou gestantes. Filhos foram torturados na presença dos pais, mulheres perante os maridos, colocavam-se frente a frente companheiros na mesma sessão de tortura (Merlino; Ojeda, 2010, p. 87-89).

As memórias da tortura geraram traumas que acompanham ex-militantes até os dias de hoje. Loyola afirma não ter sofrido tortura física, “mas foram horas de pressão psicológica, me deixavam num lugar fechado sem janelas, sem nada, mas claro a outros companheiros fizeram coisas piores” (Guzmán, 2008, p. 10). A violência psicológica e o ataque verbal eram constantes nos interrogatórios; os torturadores questionavam os valores e a moral que o sujeito deveria ter, sobretudo, as mulheres. Usavam a palavra, através de xingamentos e ofensas, como ferramenta de humilhação e destruição da autoestima das militantes.

Após passar dois anos na cadeia, Loyola Guzmán foi liberada durante a ditadura de Bánzer (1971-1980), o que não significou, na prática, que estava livre, pois passou a ter “uma liberdade vigiada”. Em suas reflexões, compreendeu que esteve exilada em seu próprio país, “para ir ao interior eu tinha que pedir permissão ao ministério” (Guzmán, 2008, p. 10). Loyola teve todos os seus passos vigiados pelos agentes da repressão, que atuaram com muita violência contra os militantes de esquerda, abolindo o movimento trabalhista, suspendendo todos os direitos civis e políticos e enviando tropas para os centros de mineração (Barbian, 2008, p. 23). Foram tempos difíceis os vividos sob o regime de Hugo Bánzer.

Em 1978, chegou ao fim a ditadura de Bánzer e Loyola Guzmán, que já havia se afastado de atividades políticas partidárias, engajou-se na organização de familiares das pessoas desaparecidas e mortas na guerrilha em Teoponte. Segundo ela, os grupos de familiares de desaparecidos já vinham se organizando desde 1970, no entanto, na medida em que se produziram mais mortes e desaparecimentos, mais fortes esses grupos precisaram ser.

Na Bolívia, o primeiro grupo de parentes foi organizado em 1970. As mães, irmãs e esposas dos guerrilheiros de Teoponte começaram a se organizar para que os restos mortais fossem devolvidos a elas, a fim de que as vidas dos feridos e dos presos fossem respeitadas. Elas fizeram uma greve de fome e alguns deles foram devolvidos. Depois, com a ditadura de Banzer, golpe de 17 dias do coronel Alberto Natush Busch e García Meza, de 81 a 82, o número de desaparecidos e executados aumentou (Guzmán, 1999, s/p, tradução nossa).¹³

Foi comum nos países latino-americanos que viveram sob ditaduras militares, a articulação de organizações de familiares de mortos/as e desaparecidos/as que reivindicavam por investigações dos crimes e abusos cometidos, assim como, realizavam denúncias de violações aos direitos humanos. O afeto, certamente, permeia a militância de Loyola Guzmán pela causa dos/as mortos/as e desaparecidos/as, já que seu marido é um desaparecido político. Em setembro de 2017, ao ser entrevistada por Aline Quispe Zerrillo, ela expressa dor e indignação ao falar sobre o assunto.

Muitas pessoas faleceram nas ditaduras sem que se soubesse o paradeiro de seus restos mortais, assim seus familiares continuam na busca por verdade e justiça. Um caso é o do meu companheiro Félix Melgar, que foi ferido e desapareceu na ditadura de Banzer; foi dito que ele estava enterrado no Cemitério Geral (La Paz), mas quando se fez a exumação de uma área extensa e identificou-se vários restos, os seus não foram encontrados, ele continua desaparecido. Não saber onde estão os restos mortais de de um ente querido é uma tortura eterna para os familiares (Guzmán, 2017a, s/p, tradução nossa).

13

Texto original: "En Bolivia el primer grupo de familiares se organizó en 1970. Las madres, hermanas y esposas de los guerrilleros de Teoponte se comenzaron a organizar para que les devuelvan los restos, para que se respetara la vida de los heridos y de los presos. Hicieron una huelga de hambre y lograron la devolución de algunos de ellos. Luego, con la dictadura de Banzer, un golpe de 17 días del coronel Alberto Natush Bosch y el de García Meza, del '81 al '82, aumentaron los desaparecidos y los ejecutados" (Guzmán, 1999).

A dor e a frustração de não ter uma resposta sobre o paradeiro de um ente querido não eram sentimentos isolados de uma família, ao contrário, eram sentimentos compartilhados por muitas famílias de militantes políticos. Desse modo, muitos parentes foram se unindo à organização de familiares das pessoas desaparecidas e mortas. A cada nova família que se juntava à organização, o número de denúncias de violações aos direitos humanos aumentava, o que chamou a atenção da repressão.

Em 17 de julho de 1980, o general Luis García Meza realizou um novo golpe de Estado, que derrubou a presidente interina constitucional Lidia Gueiler Tejada, e a repressão, mais uma vez, agiu brutalmente contra todos/as que questionaram e se mobilizaram contra os governos autoritários. Não foi diferente com a organização de familiares de pessoas desaparecidas e mortas. Muitos/as deles/as foram presos/as e Loyola Guzmán, já muito visada por sua atuação política, foi para o exílio.

No tempo em que esteve no exílio na Suécia, pouco mais de dois anos, ela estudou e se manteve firme no propósito de retornar à Bolívia e ajudar a consolidar a organização de familiares de pessoas desaparecidas e mortas. E assim foi. Em 1983, retornou ao país e, junto com outros familiares, fundou a *Asociación de Familiares de Detenidos-Desaparecidos y Mártires por la Liberación Nacional* - ASOFAMD. Para Loyola Guzmán, a trajetória política dos mortos e desaparecidos políticos deve ser sempre lembrada. "Reivindicamos o fato de que eles lutavam por uma mudança, por uma revolução, destacamos a militância política dos companheiros porque eles caíram por isso e os familiares não têm o direito de apagar sua identidade" (Guzmán, 1999, s/p, tradução nossa).¹⁴

A ASOFAMD foi presidida por Loyola Guzmán desde sua fundação até o ano de 2009. Na sua incansável busca por esclarecimentos

14

Texto original: "Nosotros reivindicamos el hecho de que ellos luchaban por un cambio, por una revolución, destacamos la militancia política de los compañeros porque ellos cayeron por eso y los familiares no tenemos derecho a borrar su identidad." (Guzmán, 1999).

sobre o desaparecimento forçado de seu esposo e de todos/as os/as outros/as militantes, ela esteve também como secretária executiva na *Federación Latinoamericana de Asociación de Familiares de Desaparecidos* - FEDEFAM. No boletim informativo *Hasta encontrarlos!* da FEDEFAM de março-abril de 1991, ela assina um manifesto intitulado *¡No a la impunidad!, los familiares no callarán*, onde expressa toda sua revolta e preocupação com a possível tolerância dos crimes cometidos pelo Estado.

Os familiares dos desaparecidos e detidos consideramos que a impunidade é a ocultação da verdade, é a injustiça institucionalizada, é imoral porque não é justa nem serve ao bem comum e, por isso, rejeitamos o argumento que os governos dão ao aprovar as leis de anistia, perdões, etc., como condição para os processos de pacificação e reconciliação. É verdade que devem ser criadas condições para a paz social, mas não admitimos que para isso se sacrifique a justiça. É difícil para o carcereiro e a vítima apertarem as mãos através das grades da cela, e que se perdoe aqueles que reivindicam sua ação repressiva, enquanto os poderosos continuem dominando, os torturadores permanecem em seus postos, os desaparecidos permanecem desaparecidos, as crianças desaparecidas não sejam devolvidas às suas verdadeiras famílias e não há justiça para os assassinados, torturados, presos políticos e outras vítimas, falar de Paz e Reconciliação nestas condições é tornar-se cúmplice da injustiça e do crime. Por isso, continuaremos nossa luta contra o Desaparecimento Forçado e contra a Impunidade (Guzmán, 1991, p.1, tradução nossa).¹⁵

15

Texto original: "Los familiares de los detenidos-desaparecidos, consideramos que la impunidad es el ocultamiento de la verdad, es la injusticia institucionalizada, es inmoral porque no es justa ni sirve al bien común y por ello rechazamos el argumento que dan los gobiernos al dictar leyes de amnistía, indultos, etc., como condición para los procesos de pacificación y reconciliación. Es cierto que hay que crear condiciones para la paz social, pero no admitimos que para ello se sacrifique la justicia. Es difícil que el carcelero y la víctima se den la mano a través de los barrotes de la celda y que se perdone a quienes reivindican su acción repressiva y mientras los poderosos sigan dominando, los torturadores se mantengan en sus puestos, los desaparecidos sigan desaparecidos, no se restituya a los niños desaparecidos a sus verdaderas familias y no haya justicia para los asesinados, torturados, presos políticos y otras víctimas, hablar de Paz y Reconciliación en estas condiciones es hacerse uno mismo cómplice de la injusticia y del crime. Por ello continuaremos nuestra lucha contra la Desaparición Forzada y contra la Impunidad" (Guzmán, 1991, p., ???).

É inaceitável que, mesmo depois de tantos anos, ainda existam famílias que não saibam a verdade do que aconteceu com seus familiares. As palavras de Loyola Guzmán nos tocam profundamente: “não saber onde estão os restos mortais de um ente querido é uma tortura eterna para os membros da família” (Guzmán, 1991, p.1, tradução nossa).¹⁶ A atuação das organizações de familiares de mortos/as e desaparecidos/as políticos/as junto a organismos internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, se faz no sentido de exigir o direito à verdade e à memória, reivindicando que as vítimas de violações de direitos humanos sejam ouvidas, que o Estado seja responsabilizado pelas atrocidades cometidas e que o esquecimento deste tempo jamais recaia sobre a sociedade.

Vale lembrar que, na década de 1980, já se iniciavam tentativas de comissões e buscas, por parte do governo, pelos/as desaparecidos/as políticos/as na Bolívia. Em 1982, no primeiro governo democrático, o presidente Hernán Siles (1982-1985) criou a *Comisión Nacional de Investigación de Desaparecidos*, a primeira na América Latina. Esta comissão foi responsável por reunir provas de 155 desaparecimentos forçados registrados entre 1964 e 1982. Infelizmente, esta comissão não conseguiu concluir as investigações devido à instabilidade política e econômica que vivia o país. Houve outras comissões durante o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), no entanto, tratava-se de casos específicos, como a busca pelos restos mortais de Che Guevara e integrantes da guerrilha de Ñancahuazú, que foram encontrados e identificados; e o caso de Marcelo Quiroga e Juan Carlos Flores Bedregal, que infelizmente não teve o mesmo êxito (Barbian, 2008, p. 35).

Desde 2009, Loyola Guzmán segue participando da vida política da Bolívia e continua sendo uma ativista pelos direitos humanos, todavia, sua atuação agora se dá de uma maneira mais autônoma.

16

Texto original: “el no saber dónde están los restos de un ser querido es una tortura eterna para los familiares” (Guzmán, 1991, p., ???).

Ela segue lutando e acreditando que é através do direito à verdade e à memória que se pode construir uma sociedade de fato democrática, em que a justiça e a igualdade imperem. Graças aos esforços de pessoas como Loyola Guzmán, em abril de 1993, o ditador García Meza foi condenado a 30 anos de prisão, ao lado do ex-ministro do Interior Luis Arce Gómez.

Loyola Guzmán foi apoiadora do governo Evo Morales e participou da Assembleia Constituinte do país, pelo MAS – Movimiento al Socialismo (2006-2007). No entanto, não demorou muito para afastar-se e fazer oposição ao projeto político do presidente Evo Morales e seus aliados. Seu posicionamento sobre o governo é enfático: “pessoalmente, não concordo com o governo de Evo Morales, não acredito que esteja construindo o socialismo. Um governo que nasceu com grande expectativa para o povo, que tanto mentiu, que se contradiz tanto, diz uma coisa e faz outra, não acho que mereça ser apoiado” (Guzmán, 2017c, s/p, tradução nossa).¹⁷ Uma das angústias de Loyola Guzmán foi que, somente em 2017, o presidente Evo Morales, no cargo desde 2006, decretou a criação da *Comisión de la Verdad de Bolivia*, para investigar os crimes de lesa-humanidade praticados pelos ditadores entre 1964-1982. Sobre isto ela avalia,

A Comissão da Verdade tem vários problemas, porque seu escopo é muito amplo. Deve esclarecer assassinatos, desaparecimentos forçados, tortura, detenções arbitrárias e violência sexual. Em contrapartida, a primeira comissão investigou apenas desaparecimentos forçados e o resto das comissões e processos investigaram casos muito específicos (Guzmán, 2017a, s/p, tradução nossa).¹⁸

17 Texto original: “Personalmente no estoy de acuerdo con el gobierno de Evo Morales, no creo que esté construyendo un socialismo. Un Gobierno que nació con muchas expectativas para el pueblo, que ha mentido tanto, que se contradice tanto, dice una cosa y hace otra, no creo que merezca ser apoyado” (Guzmán, 2017c).

18 Texto original: “La Comisión de la Verdad tiene varios problemas, porque su alcance es muy amplio. Debe esclarecer asesinatos, desapariciones forzadas, torturas, detenciones arbitrarias y violencia sexual. En cambio, la primera comisión solo indagó las desapariciones forzadas y el resto de los comités y procesos investigaron casos muy concretos” (Guzmán, 2017a).

Loyola Guzmán Lara (2017a), critica o governo e suas ações afirmando que “quando há vontade política se alcançam os resultados”¹⁹, ao se referir à demora na conclusão das investigações da *Comisión de la Verdad de Bolivia*. Nas eleições de 2020, Loyola Guzmán fez dura oposição ao governo Morales e apoiou Carlos Mesa, “Ainda sou uma revolucionária, porque continuo achando que é preciso construir uma sociedade mais igualitária, porque agora vejo que o viver bem não aconteceu, não está se cumprindo”²⁰ (Guzmán, 2017b, s/p, tradução nossa). Seu anseio é a construção de uma Bolívia com liberdade, justiça e respeito aos direitos humanos e à natureza.

Por fim, como podemos perceber, a trajetória de vida de Loyola Guzmán - que começou muito cedo na militância política, passando pela experiência da prisão, da perda do marido assassinado pela ditadura, e do exílio - foi o fio condutor para lançarmos nosso olhar sobre a resistência, a participação das mulheres, a guerrilha, as atrocidades cometidas pelo Estado, mas também, para visibilizarmos esta mulher notável e entendermos, a partir dela, um pouco mais sobre a história do período ditatorial na Bolívia.

A REBELDIA DE UM TEMPO HISTÓRICO NA TRAJETÓRIA DE SILVIA RIVERA CUSICANQUI

Pensar a trajetória de Silvia Rivera Cusicanqui é caminhar, através de uma experiência de vida, por parte importante da história recente da Bolívia e do Cone Sul latino-americano. Seu percurso é

19 Texto original: “cuando hay voluntad política se logran resultados” (Guzmán, 2017a).

20 Texto original: “Sigo siendo una revolucionaria, porque sigo pensando que hay que construir una sociedad más equitativa, porque ahora veo que no se da el vivir bien, no se está cumpliendo” (Guzmán, 2017b).

desafiador porque, para observá-lo, é necessário entender, de modo imbricado, ideias, sentimentos e expectativas de um momento histórico, qual seja, a segunda metade do século XX naquele país. Longe de oferecer uma visão adensada sobre a vida de Cusicanqui, o objetivo deste texto é pincelar aspectos gerais que oferecem reflexões sobre a história recente da Bolívia por meio de algumas narrativas de e sobre a socióloga, historiadora, intelectual-militante-professora boliviana, coletadas de entrevistas disponibilizadas em áudio, vídeo ou por escrito, e de alguns textos de sua extensíssima obra.

As efervescentes elaborações intelectuais em curso na segunda metade do século XX na Bolívia – relacionadas ao esfacelamento do projeto político de conciliação social e nacional que esteve em marcha desde a Revolução de 1952, à emergência das ditaduras militares na região na década de 1960 e o retorno à institucionalidade democrática em fins dos anos de 1980 – fazem da experiência de Cusicanqui reveladora das potencialidades do debate social que ocupou o país, entendida por meio das ações e subjetividades dos sujeitos.

De ascendência também indígena, a intelectual mestiça teve uma trajetória significativa na busca por suas genealogias pessoais, que estiveram sombreadas na sua experiência familiar, mas que foram escavadas ao longo de sua vida, permitindo o reconhecimento de vínculos hereditários com grupos indígenas; elemento denotado, segundo ela mesma, pelo sobrenome herdado de sua mãe: Cusicanqui (Cusicanqui, 2018a). Assim como acontece na vida de muitos sujeitos que vivem em sociedades de experiência colonial, cujas ideias e valores de “mestiçagem” apontam para um convite permanente ao branqueamento e à ocidentalização, as ascendências indígenas ou afro-americanas não são, em muitos contextos, espontaneamente memoradas, sentidas, compartilhadas na narrativa familiar. Em alguns contextos, elas são significadas e reivindicadas através de uma consciência política produzida pelos sujeitos no decorrer de suas trajetórias.

No caso de Silvia Rivera Cusicanqui, nascida em 1949, essa consciência atravessou os afetos construídos desde a sua infância e juventude, em uma família de brancos e mestiços de classe média, marcada, por exemplo, por um convívio paradoxal com mulheres *cholas*²¹, em especial de uma cuidadora que é lembrada carinhosamente em entrevista concedida ao *Canal Encuentro* em 2018, e que possibilitou percepções iniciais sobre o modo como essas sociedades se constituíram estruturalmente dependentes de sujeitos racializados e marginalizados, ao mesmo tempo que endossam códigos de convívio social excludentes e hierarquizadores. O que a autora chama de "*complejo de aguayo*"²², ou seja, um sentimento conflitante produzido quando uma criança é cotidianamente cuidada por uma mulher *chola* e, ao crescer, é estimulada a vê-la de modo inferiorizado e depreciativo (Cusicanqui, 2018a), parece ter construído bases subjetivas e afetivas desde cedo para a observação crítica de distintas e articuladas desigualdades no país, característica que acompanhará sua vida política, afetiva e intelectual. As relações étnico-raciais, de classe e de gênero, dentre muitas outras, mostram-se interligadas nas leituras de mundo que acompanham sua trajetória, aparecendo direta ou indiretamente problematizadas em memórias e ações, seja na experiência individual ou coletiva.

Em entrevista, Silvia conta sobre a importância do seu universo familiar, destacando uma maior proximidade com o pai que, segundo ela, teve um papel importante na consolidação de uma visão política sobre o país e sobre a dignidade com que as pessoas deveriam viver no que se refere às oportunidades e aos tratamentos sociais (Cusicanqui, 2015). Essas memórias infantis e juvenis nos

21 Segundo o Diccionario Real Academia Española, *chola* ou *cholo*, significa: "Mestiço de sangue europeu e indígena" ou "Dito de um índio: que adota costumes ocidentais" (Tradução nossa). Disponível em: <https://dle.rae.es/cholo#8xj3EL8>. Acesso em: 17 jan. 2021.

22 *Aguayo* é, segundo o Diccionario da Real Academia Española, "peça retangular de lã colorida que as mulheres utilizam como complemento de sua vestimenta, ou para levar crianças e carregar coisas" (Tradução nossa). Disponível em: <https://dle.rae.es/aguayo?m=form>. Acesso em: 17 jan. 2021.

permitted specular sobre construções de si sensíveis às contradições da sociedade boliviana que, atrelada à condição de classe média, ao dar mais oportunidades de ascender à escolarização e à educação formal, davam sustentação à sua formação inicial.

Em fins dos anos de 1960 e ao longo da década de 1970, essas referências se cruzaram com seus primeiros envolvimento políticos. Os mais importantes que aparecem nas narrativas da autora são as mobilizações por liberdade universitária na cidade de La Paz em 1970, e, principalmente, a progressiva aproximação com o movimento katarista-indigenista boliviano e o pensamento autonomista e anarquista²³ que seguiram vivos ao longo do século XX no país. Esses processos de identificação foram acompanhados por estadias em distintos países da América Latina - como Argentina, Colômbia, México e Peru -, pelo nascimento dos filhos e por distanciamentos familiares, todos experimentados num contexto político de forte instabilidade, repressão e incertezas promovidas pelos golpes militares.

Desde então, Silvia Rivera Cusicanqui tem se destacado na observação e na participação crítica do debate político boliviano, tanto durante os governos ditatoriais como no retorno da governabilidade democrática nos primeiros anos da década de 1980 e, também, no estabelecimento do “*proceso de cambio*” protagonizado pelo MAS-IPSP²⁴ de Evo Morales (2006-2019). Crítica aos projetos econômicos empreendidos nas últimas décadas e de alguns discursos mais essencialistas que acompanharam parte do protagonismo indígena nos últimos anos, o *ser dual* mestiço como um *estar* político assumido pela autora é um dos elementos mais interessantes na sua experiência existencial e histórica, sendo uma ferramenta intelectual

23 Em 1988, Cusicanqui, em parceria com Zulema Lehm Ardaya, publicou um importante estudo sobre a experiência anarquista na Bolívia de inícios do século XX, intitulado *Los artesanos libertarios: y la ética del trabajo*. Esse título foi republicado mais recentemente pelas editoras *Tinta y Limón* e *Madreselva*. Ver: (Cusicanqui; Ardaya, 2013).

24 *Movimiento al Socialismo - Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos*.

e de identificação potente na sua presença pública na Bolívia e no exterior, e mais do que isso, para a compreensão das mudanças e das continuidades sociais observadas na segunda metade do século XX.

No contexto que envolve os diferentes golpes militares do país (1964-1982), Silvia Rivera Cusicanqui estudou, trabalhou, foi presa, teve filhos, fugiu de perseguições, se exilou, retornou ao país, escreveu e participou de distintas lutas intelectuais e políticas. A partir desse período, ela foi se estabelecendo como uma pensadora importante na interpretação dos desafios e das crises vividas na história do país, produzindo estudos que tematizam desde o período colonial até os dilemas mais contemporâneos. Um dos eixos mais importantes de seus estudos foi entender como as oligarquias e elites, que desde décadas (ou séculos) anteriores controlaram os projetos e imaginários do que seria e poderia ser a Bolívia, entram em profundo conflito com a progressiva ascensão da força política de camponeses-indígenas, que, principalmente ao longo do século XX, expõem e descentram essas hegemonias.

Em um de seus trabalhos mais clássicos, *Oprimidos pero no vencidos: lucha del campesinado Aymara y Qhechwa (1900-1980)*, publicado em 1984, vemos uma reflexão processual das relações que marcaram a vida de camponeses e/ou indígenas no país ao longo do século XX e suas muitas resistências. Escrito no clima político próprio do fim do autoritarismo militar em inícios de 1980, a obra é o resultado de uma série de experiências sociais, culturais e políticas da autora e é fruto de uma escrita marcada pelo exílio e por diferentes diálogos intelectuais, cujas limitações de acesso a documentos, livros e materiais coletados para a sua feitura não foram suficientes para afetar a potência das análises empreendidas na obra.²⁵ Tratando-se de um

25

Em entrevista concedida em 2015, a intelectual comenta que seu pai teve papel importante na finalização da obra enquanto ela estava fora do país, pois ele a auxiliou recuperando e enviando bibliografias e documentos que foram perdidos em algumas perseguições que viveu na ditadura. Essas informações também foram compartilhadas na entrevista publicada no *Canal Encuentro*, em 2018.

trabalho de síntese e dedicado a examinar a história de movimentos populares do Altiplano e dos vales Cochabambinos, o livro é uma referência para quem busca compreender a permanência das relações e dos imaginários coloniais na formação da Bolívia e, em certa medida, das sociedades latino-americanas, destacadamente ao longo do século XX. Cusicanqui empreende análises complexas, capazes de observar as intertemporalidades do fazer político dos sujeitos sociais subalternizados e suas organizações, refletindo como suas lutas estão imbricadas em necessidades, pertencimentos e memórias construídas em curtos e longos processos históricos.

O livro foi um esforço significativo de compreensão das articulações políticas locais e nacionais no âmbito rural e urbano, e um exame detido dos desafios políticos, econômicos, sociais e subjetivos de superação das condições de exploração e segregação de camponeses e/ou indígenas no país. Nele, a autora abordou as lutas “antioligárquicas” desenvolvidas desde as primeiras décadas do século XX, apontando também os limites do projeto instaurado desde a Revolução Boliviana de 1952, que reposicionava as forças políticas nacionais, a exemplo do sindicalismo camponês que assumia um protagonismo mediado pelas estruturas de controle do Estado. Os processos colocados em marcha desde então buscavam pacificar as reivindicações camponesas, além de instaurar uma nova camada de subsunção do sujeito indígena, incorporado dentro de uma linguagem da cidadania e da mestiçagem (Cusicanqui, 2010a, p. 77).


Nesse momento, apareciam as claras preocupações da autora em observar criticamente as opressões sociais inscritas na história boliviana tomando como centro de análise a população camponesa, majoritariamente indígena, e a indiscutível heterogeneidade cultural que constituía o país. Relações étnicas e classistas foram problematizadas de forma entrecruzada na observação de estruturas políticas, discursos, identidades e subjetividades sociais. Essas questões podem ser observadas nas próprias escolhas metodológicas, de termos, conceitos e reflexões encontradas na obra.

A heterogeneidade, complexidade e variabilidade histórica de tais relações [a dupla natureza das relações de dominação] me levaram a fazer uso de vários termos neste trabalho. Falarei de “camponês-índio”, “camponês-aimará” ou “camponês-quechua” nas situações e contextos em que essa dupla relação seja mais evidente, ou irei desconsiderar quando pertinente para a análise. Em vez disso, reservarei o termo “camponês” para aquelas regiões e momentos históricos em que as demandas de classe predominam e os contornos da fricção interétnica são borrados. Às vezes, falarei simplesmente de “índios” (ou aimarás, etc.) quando a identidade étnica não está necessariamente associada a um determinado status ocupacional ou resistência rural-urbana. É evidente que o uso desses termos está intimamente relacionado à auto-percepção que os próprios atores têm de sua situação e do sistema de relações de poder em que atuam. Aqui está uma razão adicional para não adotar ao longo deste texto uma terminologia formalmente homogênea (Cusicanqui, 2010a, p. 74, tradução nossa).²⁶

Estar atenta às complexidades da constituição histórica da sociedade boliviana - no que se refere às relações de classe, étnico-raciais e de gênero -, assim como considerar as percepções que os próprios sujeitos têm sobre si mesmos e sobre suas lutas são características fundamentais da obra e da prática política da autora.

26

Texto original: “La heterogeneidad, complejidad y variabilidad histórica de tales relaciones [la doble naturaleza de las relaciones de dominación] me han llevado a hacer uso de varios términos en este trabajo. Hablaré de “campesino-indio”, “campesino-aymara” o “campesino-qhechwa” en aquellas situaciones y contextos donde esta doble relación sea más evidente, o la relevaré cuando sea pertinente para el análisis. En cambio, reservaré el término ‘campesino’ para aquellas regiones y etapas históricas en las que predominan las demandas de clase y se borran los contornos de la fricción interétnica. En ocasiones, hablaré también simplemente de ‘indios’ (o aymarás, etc.) cuando la identidad étnica no esté necesariamente asociada a un determinado estatuto ocupacional o de resistencia rural-urbana. Es evidente que el uso de estos términos está en estrecha relación con la autopercepción que tienen los propios actores respecto a su situación y al sistema de relaciones de poder en el que se desenvuelven. He aquí una razón adicional para no adoptar una terminología formalmente homogénea a lo largo del presente texto” (Cusicanqui, 2010a, p. 74).



Entre a década de 1960 e 1980, Silvia trabalhou como professora e pesquisadora dentro e fora do país, viveu em países da América Latina, como a Argentina e o México, e construiu um cabedal de referências e experiências não ortodoxas que apareceram nas suas principais obras a partir da década de 1980. Ela nos narra que, desde a década de 1970, elaborava suas primeiras críticas às esquerdas urbanas, que recorrentemente esboçaram suas reflexões e expectativas revolucionárias associadas à vida dos camponeses, mas que pouco conheciam a realidade do campo e suas dinâmicas próprias (Cusicanqui, 2015). Precisamente por isso, uma experiência destacável na trajetória da intelectual foi a mudança que realizou para a zona rural, na localidade de Pacajes, a partir de um trabalho que conseguiu como professora em meados dos anos de 1970, permitindo o desenvolvimento de estudos preliminares sobre as relações étnico-raciais e classistas nas vivências de camponeses/as da região. Embora narre as relações de afeto que foram construídas com eles/elas no decorrer dessa experiência, nos conta que inicialmente sua presença era vista com estranhamento, dado que muitas pessoas temiam que se tratasse de uma guerrilheira (Cusicanqui, 2015), como as que apareciam em ações políticas na América Latina daquele momento.

Para Cusicanqui, esse momento foi elucidativo das opressões que marcavam o cotidiano do campo e, também, do não entendimento de muitas tendências revolucionárias da esquerda urbana do que era a vida real do campesinato, embora discursivamente defendessem análises marxistas sobre a importância da aliança “operário-camponesa” na luta por mudança social. A autora considera que parte dessa esquerda poderia ser classificada como “colonial” e “racista” (Cusicanqui, 2015), principalmente pelo modo como secundarizava as estratégias e os contributos políticos da população indígena-camponesa do país.

Nesse período, a intelectual já se alimentava de referências teóricas do existencialismo e de autores como Franz Fanon

– destacado como fundamental para uma compreensão crítica de realidades sociais como a boliviana, a partir de outra perspectiva que não a marxista hegemônica – e como Pablo González Casanovas, mencionado como um importante intelectual no desenvolvimento do conceito de “colonialismo interno” (Cusicanqui, 2010b, p. 66), que foi bastante explorado pela autora. Essas influências aportavam para a construção de interpretações sobre os continuísmos elitistas e excludentes das estruturas políticas, econômicas e culturais latino-americanas até a história recente.

O desejo por imergir em outras leituras históricas sobre os grupos oprimidos e suas resistências ao projeto colonial e suas revivificações esteve presente nas suas principais produções e interlocuções intelectuais a partir de então, destacadamente no que se refere aos temas da concentração econômica, das estratificações sociais e das hierarquias cotidianas. O vínculo estabelecido desde a década de 1970 com o importante *Movimiento Tupac Katari* e o pensamento indianista endossava um caminho de produção intelectual que ia além do arcabouço marxista no pensamento crítico desse momento. A criação do *Taller de Historia Oral Andina*, o THOA, em 1983, é uma das iniciativas mais interessantes e significativas desse percurso. Ele foi fruto da ação, por parte de professores e estudantes universitários indígenas e mestiços na cidade de La Paz, vinculados ao curso de Sociologia da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), que buscavam formas mais autônomas e diversas de produzir conhecimento social e histórico.

O THOA teve um papel destacado não apenas nas reflexões teóricas e metodológicas relacionadas à História Oral, mas, principalmente, na compreensão da importância política de conhecimentos produzidos em primeira pessoa (do singular ou do plural) que, para o caso das populações indígenas bolivianas, significava superar a posição de serem reduzidos a objetos de estudo. Cusicanqui, que foi uma de suas principais fundadoras, nos fala que o *taller* questionava o fato dos povos indígenas serem estudados quase que exclusivamente

por brancos e mestiços, mas dificilmente conseguirem pesquisar e falar sobre si mesmos (Cusicanqui, 2015). No *Documental Taller de História Oral Indígena* (Documental, s/d), Silvia comenta que, no contexto de formação do THOA, havia uma demanda por refletir sobre o racismo nas Ciências Sociais e na universidade, assim como uma urgência por conhecer e narrar as histórias de comunidades indígenas na região e no país, enfoques que ficavam limitados pelo uso exclusivo de ferramentas tradicionais da pesquisa histórica e sociológica. Precisamente por isso, a metodologia da História Oral, embora não apenas, foi o principal recurso usado na estruturação dessa proposta intelectual-política. Ao longo do período que funcionou, o THOA desenvolveu inúmeras investigações, atividades e publicações²⁷. Um dos seus estudos mais importantes tratou da experiência da chamada rede de "caciques apoderados", uma articulação de lideranças indígenas que no início do século XX reivindicava seus territórios no altiplano através de disputas jurídicas programáticas e pacíficas com o Estado. Esses caciques usaram como base documentações históricas comprobatórias dos títulos de posse das propriedades desde o período colonial, como forma de impedir a tomada de suas terras em meados dos anos de 1920 (Documental, s/d).

Para Cuneo e Gastó (2014) foi a história de um desses caciques, Santos Marka T'ula, que permitiu ao *taller* transbordar os espaços acadêmicos e chegar às comunidades, ampliando o público que teve acesso às produções do *taller*. De acordo com os autores, isso se deu a partir da transmissão de uma radionovela que contava a luta desse cacique em 1986 e que teve grande sucesso. A partir de então, essas produções foram constantes na experiência do THOA, estendendo seu alcance e importância para a pesquisa social e histórica da região andina, e do país como um todo. Essa questão foi reconhecida na conquista do *Prêmio de Ciencias Sociales y Humanas* oferecido pela PIEB – *Fundación para la Investigación Estratégica en Bolivia*, em 2006 (Comitê Editorial, 2012, p. 5).

A história do THOA é elucidativa para pensarmos a trajetória de Silvia Rivera Cusicanqui, não apenas pelo fato da autora ser uma de suas principais idealizadoras, mas porque as preocupações políticas e investigativas mobilizadas nessa iniciativa acompanharam sua vida intelectual, e porque mostram a reemergência das vozes indígenas no contexto pós-ditatorial.

A potência reflexiva das ideias kataristas e indianistas sobre a política, a economia e a estrutura social bolivianas, colocando no centro do debate das desigualdades étnico-raciais e rejeitando um lugar secundário e de tutela por parte das forças elitistas à direita e à esquerda, seguiram fundamentais nos contextos políticos nas décadas de 1990 e 2000. No longo prefácio encontrado na quarta edição de *"Oprimidos pero no vencidos..."* (2010), com escrita original datada de 2003, Silvia Cusicanqui recontextualiza a contribuição dessa obra e reforça a necessidade de, naquele momento, seguir problematizando a cultura política contemporânea no país, analisando as amarras que a impediam de produzir pactos sólidos para uma transformação profunda. Avaliando o que foram as duas primeiras décadas de retorno à institucionalidade democrática, a autora examina que o contexto foi de frustrações, em razão da manutenção do que seriam relações clientelistas e arrivistas do sistema político.

Vinte anos se passaram desde a redação de *"Oprimidos, mas não derrotados": as lutas dos camponeses Aymara e Qhechwa, 1900-1980*, e dezenove desde sua primeira publicação, em um esforço conjunto entre a Editora La Paz e a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), cuja história e dinâmica ideológica constituem o eixo da terceira parte do livro. O trabalho encerrou com uma visão otimista dos movimentos katarista-indianistas, como os projetos de "renovação da Bolívia" (Nina Qhispi, no arquivo documentário do THOA), que seriam capazes de articular a pluralidade cultural do país em um novo sistema político, hoje diríamos, descolonizado. De minha parte, depois de ter vivido a mais longa ditadura da minha vida, as

esperanças no potencial transformador da democracia não podiam deixar de ser excessivas, pois pensava que as várias correntes kataristas e indianas se uniriam para construir juntas um projeto político viável, onde a maioria governaria as minorias e não o contrário, e onde a sociabilidade de todos os e as bolivianas poderia se organizar de acordo com outras éticas, mais de acordo com a paisagem e com as forças profundas da natureza, do que as sociedades indígenas; [sic] conheceram e com quem têm dialogado por milênios. Logo essas esperanças foram frustradas. A democracia acabou por ser palco da reconstituição da “velha casta *encomendera*” - nas palavras de René Zavaleta -, enquanto a cooptação e o divisionismo clientelista do CSUTCB gerou frutos de desânimo, pré-estabelecimento e abandono dos mecanismos de controle social comunitário no exercício da autoridade, que a longo prazo reproduziu o problema da dissociação entre dirigentes e bases, que “*Oprimidos ...*” analisa de forma detida no contexto da crise do Estado de 52 (Cusicanqui, 2010a, p. 17, tradução nossa).²⁸

28

Texto original: “Han pasado veinte años desde la redacción de *“Oprimidos pero no vencidos”: luchas del campesinado aymara y qhechwa, 1900-1980* y diez y nueve [sic] desde que por primera vez se editara, en un esfuerzo conjunto entre una editorial paceña y la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), cuya historia y dinámica ideológica forman el eje de la tercera parte del libro. El trabajo cerraba con una mirada optimista sobre los movimientos katarista-indianista, como proyectos de “renovación de Bolivia” (Nina Qhispi, en fichero documental THOA), que serían capaces de articular la pluralidad cultural del país en un nuevo sistema político, hoy diríamos, descolonizado. Por mi parte, luego de haber vivido la más larga dictadura de mi vida, las esperanzas en el potencial transformador de la democracia no podían sino ser excesivas, pues pensé que las diversas corrientes kataristas e indianistas se unirían para construir juntas un proyecto político viable, donde las mayorías gobernaban a las minorías y no a la inversa, y donde la sociabilidad de todos los y las bolivianas pudiera organizarse conforme a otras éticas, más acordes con el paisaje y con las fuerzas profundas de la naturaleza, que las sociedades indígenas; [sic] conocieran y con las que dialogaran de tú a tú desde hace milenios. Muy pronto esas esperanzas se vieron frustradas. La democracia resultó convertida en escenario de la reconstitución de la “vieja casta *encomendera*” - en palabras de René Zavaleta -, mientras que la cooptación clientelar y el divisionismo de la CSUTCB engendró frutos de desaliento, prebentación y abandono de los mecanismos de control social comunitario en el ejercicio de la autoridad, lo cual a la larga reprodujo el problema de la disociación entre líderes y bases, que *“Oprimidos...”* analiza con algún detenimiento en el contexto de la crisis del Estado de 52” (Cusicanqui, 2010a, p. 17).

Como é possível observar no trecho, a obra clássica foi reintroduzida pela autora no contexto político de inícios dos anos 2000, através de um balanço do que teriam sido os primeiros vinte anos de democracia na Bolívia. A ponderação das esperanças depositadas sobre um processo de transformação mais profundo e capaz de “articular a pluralidade cultural do país em um novo sistema político, que hoje diríamos, descolonizado” (Cusicanqui, 2010a, p. 17, tradução nossa), foi realizada por meio de avaliações críticas do que a autora percebe como continuidades e “reconstituições” de dinâmicas opressoras, oportunistas e, em certa medida, distantes das dinâmicas populares.²⁹

Ainda segundo as reflexões esboçadas no prólogo de 2003, as muitas crises vividas pelo país na história recente de sua democracia aparecem, de um modo geral, relacionadas à incapacidade das elites de garantirem a soberania dos interesses nacionais frente às imposições dos Estados Unidos e dos países do norte desenvolvido, mas também, de alterar com profundidade seus conflitos internos, engendrados por dinâmicas classistas, racistas e patriarcais, tanto em níveis de Estado e governos, como também, em muitas organizações e movimentos sociais.

Um dos tópicos centrais desse balanço foi o modo como as demandas e os sujeitos indígenas foram se incorporando aos projetos políticos do país ao longo dos governos democráticos. Cusicanqui expõe como a visibilidade e a presença indígena, compreendida de forma folclorizada e dentro de noções que insistiam em ver essas populações enquanto “minorias”, se constituíram características problemáticas desse momento (Cusicanqui, 2010a, p. 66-68). De acordo com Sinclair Thomson (2010, p. 09-10), no prefácio do livro da autora *Verdades (re) encubiertas en Bolivia* (2010)³⁰, há uma forte negatividade

29 Sobre os pactos entre esquerda e direita no processo transitório para a nova institucionalidade democrática na Bolívia, ver Thomson (2010, p.7-10).

30 Esse livro é uma compilação de textos de Sílvia Rivera Cusicanqui que foram produzidos ao longo da década de 1990. Nele a autora revisita e ordena algumas produções, mostrando os diálogos existentes entre os artigos selecionados e o contexto histórico no qual foram produzidos. Além disso, nessa republicação estão alguns textos com as primeiras reflexões da autora quanto às relações de gênero, como *Mujeres y estructuras de poder en los Andes: De la etnohistoria a la política* e *La noción de “derecho” o las paradojas de la modernidad postcolonial: indígenas y mujeres en Bolivia*.

nas produções de Silvia Cusicanqui ao longo da década de 1990. Isso poderia ser contextualizado pelo avanço das políticas neoliberais materializadas desde os anos de 1980 e que produziram percepções pouco otimistas do porvir político do país. Essas questões se tornavam ainda mais complexas quando governos como o de Gonzálo Sánchez de Lozada (1993-1997) concretizava uma agenda de reformas neoliberais enquanto invocava uma retórica multicultural de participação política.

Na efervescência dos anos 2000, as lutas por território, em defesa da folha de coca, a Guerra da Água (2000) e a Guerra do Gás (2003), seriam vistos pela autora como exemplos da persistente força política de setores camponeses e indígenas, que retomavam demandas históricas e seguiam sendo peça fundamental do tecido político da Bolívia. Para ela, os povos, as comunidades e os movimentos camponeses, com destaque para o movimento cocaleiro da região de Chapare e dos Yungas, já apareciam, desde fins da década de 1990, como potências políticas mobilizadoras e, também, eleitorais. No início dos anos 2000, portanto, via-se a retomada de articulações nacionais protagonizadas por esses sujeitos a partir de reivindicações que iam muito além de qualquer demanda setorial, identitária ou que pudesse ser reduzida aos interesses de um grupo populacional. Embora essas dimensões fossem importantes, nesses casos observava-se o avanço de lutas por soberania, por integração das exigências indígenas enquanto interpelações que apontavam para os interesses gerais do país, que questionavam suas estruturas e que não poderiam ser compreendidas enquanto noções restritas, setoriais ou específicas de demandas por direitos. Segundo Cusicanqui, as mobilizações desse período indicariam também um questionamento, na prática política, das perspectivas que promoviam uma *"cosificación de lo indígena"* baseada em uma *"alteridade esencializada"* (Cusicanqui, 2010a, p. 64).

As mobilizações e bloqueios de 2000 e 2003 voltam a lembrar ao mundo urbano ocidental que, ao impor as desigualdades coloniais, as elites também se condenam ao arcaísmo, a crescer e se desdobrar como uma caricatura da modernidade, como uma realização fragmentária

e truncada da civilidade e o pacto cidadão. Mas todo esse processo também nos mostra a política como um palimpsesto, que apaga e desfoca constantemente as imagens alternativas de democracia e nação que emanam das mobilizações do campesinato indígena, tentando depreciá-lo e silenciá-lo. O ideal do Estado e das elites parece ser o reconhecimento do mundo indígena como uma minoria inofensiva e ornamental, encerrá-lo em museus e reservas ecológicas, de onde teria pouca influência no desenho de políticas públicas. Se algo tem se mostrado nas mobilizações mais recentes, é a incapacidade do Estado de cumprir essa tarefa, pois o “despertar do gigante adormecido” agora agita questões de soberania coletiva, como gás, água e coca, e questiona radicalmente, junto com outras camadas da sociedade civil, as brutais desigualdades do Norte Sul que nos são impostas pela lei do mais forte (Cusicanqui, 2010a, p. 66, tradução nossa).³¹

Como podemos extrair dessas observações, as demandas suscitadas pela população camponesa-indígena estariam imersas em desafios colocados para todo o país. Essas análises da autora foram produzidas num contexto em que o assédio dos Estados Unidos da América em relação à produção e ao uso da folha de coca, bem como dos múltiplos financiamentos advindos de países do norte do globo - este permitindo o desenvolvimento do complexo fenômeno de “ongnização” dos ativismos sociais - estavam em marcha e

31 Texto original: “Las movilizaciones y bloqueos del 2000 y el 2003 vuelven a recordarle al mundo urbano occidental que, al imponer inequidades coloniales, las élites también se están condenando al arcaísmo, a crecer y desplegarse como caricatura de la modernidad, como realización fragmentaria y trunca de la civilidad y del pacto ciudadano. Pero todo este proceso nos muestra también a la política como palimpsesto, que constantemente borra y difumina las imágenes alternativas de democracia y de nación que emanan de las movilizaciones del campesinado indígena, intentando empequeñecerlas y acallarlas. El ideal del estado y de las élites pareciera ser el reconocimiento del mundo indio en minoría inofensiva y ornamental, para encerrarla en museos y reservas ecológicas, desde donde poco podría incidir en el diseño de políticas públicas. Si algo se ha puesto en evidencia en las movilizaciones más recientes, es la incapacidad estatal de lograr este cometido, porque el “despertar del gigante dormido” agita ahora temas de soberanía colectiva, como el gas, el agua y la coca, y cuestiona radicalmente, junto a otros estratos de la sociedad civil, las brutales inequidades Norte Sur que nos son impuestas mediante la ley del más fuerte” (Cusicanqui, 2010a, p. 66).

redobravam a importância das discussões sobre autonomia política e soberania dos povos e territórios. Portanto, as adversidades vivenciadas pelo país, embora não apenas por ele, estariam diretamente ligadas ao avanço do neoliberalismo, mas também da longa duração das desigualdades coloniais que estruturam a realidade boliviana. Nesse sentido, o protagonismo reivindicado pelos movimentos sociais camponeses e/ou indígenas em defesa de comunidades, territórios e da natureza pode ser compreendido como uma potência produtora de existências sociais capazes de construir horizontes éticos e políticos comuns a todas/os as/os bolivianas/os.

A partir do pensamento da autora, podemos observar que entender a relevância do sujeito político indígena significava perscrutar sua farta história de luta anticolonial e descolonial. Mesmo antes de maior desenvolvimento acadêmico das discussões pós-coloniais ou de(s)coloniais na América Latina, para as quais ela produziu inúmeras críticas³², Cusicanqui já refletia e teorizava sobre as continuidades da “colonialidade” na formação social do país. Seu diálogo com os conhecimentos formulados pelo katarismo e indianismo esteve reiteradamente presente nas suas reflexões e, nesse sentido, a política foi discutida também considerando a internalização por partes dos sujeitos, à direita e à esquerda, de práticas e relações coloniais. A própria história boliviana recente, durante os governos de Evo Morales, a partir de 2006, poderia ser observada como parte desses paradoxos.

Nesse contexto, a autora manteve-se intensamente reflexiva a respeito das mudanças em marcha no país. A observação atenta dos projetos, narrativas e discursos que assumiam um protagonismo indígena a partir de uma perspectiva do Estado apareceram como objeto de crítica em muitas comunicações públicas da autora. Essa criticidade

32 Conheci essas críticas no livro *Ch'ixinakax Utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*, de 2010. No capítulo de mesmo título, a autora reflete sobre o papel das universidades do norte e dos intelectuais a elas ligados na reprodução do “colonialismo interno” e na “neutralização de práticas descolonizantes” (Cusicanqui, 2010b, p. 63-69).

se apresentou em diferentes dimensões, tanto na ponderação da continuidade, embora em outras chaves, de discursos essencializantes e até “revanchistas” das identidades sociais indígenas, como também, no questionamento dos projetos desenvolvimentistas que teriam norteado a gestão econômica da era Evo Morales, mesmo que sob a retórica da “descolonização” (Cusicanqui, 2018c; Cusicanqui, 2018c; 2019).

Nas produções mais recentes de Silvia Cusicanqui, agora também alimentadas pelo trabalho realizado no *Tambo Colectivo* - um espaço livre de formação intelectual e política na cidade de La Paz - o uso de conceitos e interpretações de cosmologias indígenas, especialmente aimarás, tem tido grande relevo. Através de um leque de estudos em grupo, oficinas e atividades educativas que são realizadas no espaço cultural, esses usos se distanciam de visões essencialistas das experiências históricas da população e dos pensamentos, sejam de origem europeia, indígena ou mestiça. Tais experiências são percebidas como um arcabouço desde onde se pode interpelar e ser interpelado por perspectivas distintas, e assim permitir o brotar de outras ideias. Essa questão foi constituindo-se elemento estruturador da formulação de pensamento promovido pela autora, seja individual ou coletivamente nos últimos anos.

As incursões reflexivas mais recentes de Silvia Cusicanqui nos mostram como a interpretação da sociedade boliviana segue sendo um ponto nodal das suas elaborações intelectuais. Elas também estão intimamente e simultaneamente entremeadas por apreensões que a intelectual tem feito de si mesma. Nota-se, na trajetória de Cusicanqui, um indiscutível entranhamento entre seu pensamento-ação intelectual e a produção de sentidos para uma vida real, concreta e cotidiana. Permanentemente e criativamente, há um *eu* em diálogo com *outros* como forma de criação de pensamentos, que são indubitavelmente impossíveis de crescer sem vida encarnada e experiência orgânica. A definição da ideia de *ch'ixi*, palavra e metáfora de origem aimará, apropriada e reelaborada por Cusicanqui nos últimos anos é um exemplo interessante dessa questão. Sobre a qual a autora diz,

Pessoalmente, não me considero *q'ara* (culturalmente nua, usurpadora do estrangeiro) porque reconheci plenamente minha dupla origem, aimará e europeia, e porque vivo do meu próprio esforço. Por isso, considero-me *ch'ixi*, e considero esta a tradução mais adequada da mistura heterogênea das(os) que são chamamos de mestiças e mestiços. A palavra *ch'ixi* tem várias conotações: é uma cor produto da justaposição, em pequenos pontos ou manchas, de cores opostas ou contrastantes: o preto e o branco, que se confundem na percepção sem nunca estarem completamente misturadas. A noção de *ch'ixi*, como muitas outras (*allqa*, *ayni*), obedece à ideia aimará de algo que é e não é ao mesmo tempo, ou seja, à lógica do terceiro incluído. A cor cinza *ch'ixi* é branca e também preta, seu oposto. (...) O poder do indiferenciado é que ele combina opostos. (...) A noção de *ch'ixi* (...) levanta a coexistência paralela de múltiplas diferenças culturais que não se fundem, mas se antagonizam ou se complementam. Cada um se reproduz das profundezas do passado e se relaciona com os outros de forma contenciosa (Cusicanqui, 2010b, p. 69-70, tradução nossa).³³

Como destacado no trecho, Cusicanqui expõe seus próprios processos de identificação enquanto mestiça (em termos duais) e seu permanente exercício de ver-se como movimento, como transbordamento, como algo fora de um enquadramento simples e estático. Construindo uma crítica à ideia de “hibridismo”, que pressuporia

33

Texto original: “Personalmente no me considero *q'ara* (culturalmente desnuda, usurpadora de lo ajeno) porque he reconocido plenamente mi origen doble, aymara y europeo, y porque vivo de mi propio esfuerzo. Por eso, me considero *ch'ixi*, y considero a ésta la traducción más adecuada de la mezcla abigarrada que somos las y los llamados mestizas y mestizos. La palabra *ch'ixi* tiene diversas connotaciones: es un color producto de la yuxtaposición, en pequeños puntos o manchas, de dos colores opuestos o contrastados: el blanco y el negro, que se confunden para la percepción sin nunca mezclarse del todo. La noción *ch'ixi*, como muchas otras (*allqa*, *ayni*) obedece a la idea aymara de algo que es y no es a la vez, es decir, a la lógica del tercero incluído. Un color gris *ch'ixi* es blanco y también es negro, su contrario. (...) La potencia de lo indiferenciado es que conjuga los opuestos. (...) La noción de *ch'ixi* (...) plantea la coexistencia en paralelo de múltiples diferencias culturales que no se funden, sino que antagonizan o se complementan. Cada una se reproduce a sí misma desde la profundidad del pasado y se relaciona con las otras de forma contenciosa” (Cusicanqui, 2010b, p. 69-70, grifos da autora).

uma fusão de partes distintas, a ideia de *ch'ixi* seria uma espécie de efeito, uma observação da coexistência de elementos que não se anulam ou negam, que resguardam as propriedades de si mesmos, mas que juntos produzem um *estar* possível compartilhado, mediado e autônomo.

Em seguida, exploro o próprio conceito e vejo que ele significa 'cinza', feito das cores branca e preta, mas que vistas à distância parecem uma terceira cor. De perto dá para ver que são dois opostos que não se juntam, nem se fundem ... Branco manchado de preto ou vice-versa. (...) Então essa forma de ser radical, mas ao mesmo tempo, não misturada, não híbrida, supõe memória. Na verdade, é a partir da memória de ambos os eixos que você pode radicalizar isso. (...) O *ch'ixi* é um campo de forças que entrelaça a oposição de forma dinâmica e criativa, mas também capaz de convivência e aceitação mútua (Cusicanqui, 2018b, p.183-184, tradução nossa).³⁴

É nesse sentido que os debates sobre "descolonização", que se disseminaram nos últimos anos tanto na academia quanto em conceituações de política nacional, são perspectivados de modo reflexivo e crítico pela autora. De acordo com a metáfora explorada no conceito de *ch'ixi*, descolonizar não significaria recuperar uma essência perdida pré-colonial, uma estabilidade de sujeitos, uma idealização. Tampouco seria a formulação de novas teorias acadêmicas, reelaboradas a partir de lugares de poder. Descolonizar seria reconhecer os cruzamentos, as invasões de si e por si, para forjar um *eu* em movimento, que não é puro, mas sim ciente das inteirezas que o constituem. A compreensão de si mesma é simultaneamente

34

Texto original: "Luego al propio concepto lo exploro y veo que quiere decir 'gris', hecho de colores blanco y negro, pero que de lejos parecen un tercer color. Y de cerca ves que son dos opuestos que no se juntan, ni se funden... Lo blanco, manchado de negro, o viceversa. (...) Entonces esa forma de ser radical, pero a la vez, no mezclada, no híbrida, supone la memoria. De hecho, es a partir de la memoria de ambos ejes que tú puedes radicalizar eso. (...) lo *ch'ixi* es un campo de fuerzas que entretejen la oposición en forma dinámica, creativa, pero además capaz de convivencia y de aceptación mutua" (Cusicanqui, 2018b).

exposta nessa metáfora, que sem dúvida, interpela as relações históricas que existem entre os grupos sociais do país. Autora e objetos se entrelaçam em distintos momentos. Ao nosso ver, essa é uma capacidade particularmente elucidativa da trajetória intelectual e ativista de Silvia Rivera Cusicanqui: a organicidade de suas elaborações é elemento-chave para entender o seu entrecruzamento com o contexto histórico.

A proposta desse breve texto foi traçar algumas costuras possíveis do contexto social e político da história recente da Bolívia na trajetória intelectual-política da historiadora, socióloga, professora Silvia Rivera Cusicanqui. Podemos dizer que - desde o exame detido das realidades camponesas e indígenas e de suas expressões mais contestadoras na mobilização social ao longo do século XX; da busca por democracia entre 1970 e 80, assim como da percepção de suas limitações a partir de meados da década de 1980; e dos desafios da crítica aos projetos multiculturais e de des-subalternização desenvolvidos nas últimas duas décadas - sua presença enquanto intelectual-ativista foi (e segue sendo) fundamental para o pensamento crítico boliviano e, também, latino-americano. Sua trajetória, como buscamos delinear rapidamente, é de ruptura com os essencialismos, com as hegemonias, com as ortodoxias e com os pensamentos desencarnados. Sua trajetória é expressão da rebeldia de um tempo histórico.

ENTREVISTAS

CUSICANQUI, Silvia Rivera. [Entrevista concedida a] Gleidiane de Sousa Ferreira. **Acervo LEGH/UFSC**. La Paz Bolívia, 25/02/2015. Disponível em: Acesso em:

GUZMÁN, Loyola. [Entrevista concedida a] Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro. **Acervo LEGH/UFSC**. La Paz, Bolívia, 14/08/2008. Disponível em: Acesso em:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AILLÓN, Virginia (Org.). **Gênero, etnicidad y participación política**. La Paz, Bolívia: Diakonia, 2006.

ASOCIACIÓN DE FAMILIARES DE DETENIDOS DESAPARECIDOS Y MÁRTIRES POR LA LIBERACIÓN NACIONAL. **Informe sobre las desapariciones Forzadas en Bolivia**. 2a ed., La Paz: Garza Azul, 2008.

BARBIAN, Luciano. A Ditadura de Segurança Nacional na América Latina e as especificidades do caso boliviano. In: IX Encontro Estadual de História- ANPUH-RS, 2008, Porto Alegre. **Anais....** Vestígios do passado a história e suas fontes, 2008.

COGGIOLA, Oswaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

COMITÉ EDITORIAL. Apresentação. **Historia Oral**: boletín del Taller de História Oral Andina. Chuqi Yapu – Qulla Suyu (La Paz), Aruwiyiri N.º 2, ago. 2012, p. 5-6.

COSTA, Lício Romero. **O retorno de Katari**: Cultura histórica e processo de emergência política do movimento cocalero na Bolívia (1995-2006). 2010. Número de páginas. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

CROISSANT, Pierre. **Huelga de hambre contra la Dictadura en Bolivia**. 1978. n. 39, traducción Oveja Negra. Disponível em: <http://www.noviolencia.org/experiencias/bolivia.htm>. Acesso em: 03 abr. 2021.

CUNEO, Martín; GASCÓ, Emma. Bolivia - Taller de Historia Oral Andina: “Despertamos al descubrir nuestra propia biografía”. **Upside Down World, Bolívia**, 03 de fev. 2014. Disponível em: <https://upside-downworld.org/noticias-en-espa/noticias-en-espa-noticias-en-espa/bolivia-taller-de-historia-oral-andina-despertamos-al-descubrir-nuestra-propia-biografia/> Acesso em: 28 mar. 2024.

CUSICANQUI, Silvia Rivera; ARDAYA, Zulema Lehm. **Los artesanos libertarios**: y la ética del trabajo. 1ª ed. - Buenos Aires: Tinta y Limón y Madreselva, 2013.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **“Oprimidos pero no vencidos”**: lucha del campesinado Aymara y Qhechwa (1900-1980). 4 ed. - La Paz: La mirada Salvaje, 2010a.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch’ixinakax Utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. 1 de. - Buenos Aires: Tinta Limón, 2010b.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Entrevista concedida a Ana Cacopardo para a série **Historias debidas no Canal Encuentro**, La Paz (Bolívia), abr. 2018a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1q6HfhZUGhc>. Acesso em: 12 jan. 2021.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. "Nada sería posible si la gente no deseara lo imposible". Entrevista concedida a Ana Cacopardo. **Andamios**, vol. 15, núm. 37, 2018b, p. 179-193. Disponível em: <https://andamios.uacm.edu.mx/index.php/andamios/article/view/635/1594>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Entrevista concedida a Yael Weiss. **Revista de la Universidad "Utopía ch'ixi"**. Cidade do México (México), 2018c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pHJkCqe2gAk>. Acesso em: 17 jan. 2021.

DOCUMENTAL – Silvia Rivera Cusicanqui. **PIEB – Fundación para la Investigación Estratégica en Bolivia**. La Paz (Bolívia), 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UxN-39WL3zA&t=625s..> Acesso em: 17 jan. 2021.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1996.

GUEVARA, Ernesto Che. **El Che en Bolivia**: Documentos y testimonios. 3ª edição - La Paz, Editorial: La Razón, 2009.

GUIMARÃES, Alice S. A emergência das identidades étnicas na Bolívia contemporânea: processos e atores. In: DOMINGUES, José Maurício *et al.* (Org.) **A Bolívia no espelho do mundo**. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009. p.75-104.

GUZMÁN, Loyola. **¡No a la impunidad!, los familiares no callarán. Hasta Encontralos**: Boletim Informativo da FEDEFAM, Caracas, março-abril de 1991. Disponível em: https://sitiosdememoria.uy/sites/default/files/publicaciones-completas/2024-02/hasta-encontrarlos-n45_f4-1991.pdf Acesso em: 28 mar. 2024.

GUZMÁN, Loyola. Bolívia y la Operación Cóndor. [Entrevista concedida a] Víctor Colomer. **Cara a Cara**. La Paz. 20 nov. 1998. Disponível em: <http://cac.drac.com/199811/19981120.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GUZMÁN, Loyola. "Che, sálvanos de que te conviertan en Dios". [Entrevista concedida a] Luis Bruschtein. **Página/12 Web**, Buenos Aires, dezembro, 1999. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/1999/99-12/99-12-06/pag16.htm>. Acesso em: 14 jan. 2021.

GUZMÁN, Loyola. "No he renegado nunca de lo que hice." **Educación Radiofónica de Bolivia - ERBOL**. La Paz: 2014. Disponível em: https://anteriorportal.erbol.com.bo/podcast/tejiendo_bolivia/loyola_guzman_no_he_renegado_nunca_de_lo_que_hice Acesso em: 28 mar. 2024.

GUZMÁN, Loyola. 'La Familia de los desaparecidos sufre una tortura eterna.' [Entrevista concedida a] Aline Quispe Zerrillo. **La Razón**. Bolívia, 24 setembro, 2017a. Disponível em: <https://latinmemories.org/2017/09/24/loyola-guzman-la-familia-de-los-desaparecidos-sufre-una-tortura-eterna/>. Acesso em: 6 jan. 2021.

GUZMÁN, Loyola. Loyola Guzmán, sobreviviente de la red urbana del Che: "El Che creyó conveniente iniciar su proyecto de lucha continental en Bolivia". [Entrevista concedida a] Alejandro Tapia. **La Tercera**. Las Condes, Chile. 07 de outubro de 2017b. Disponível em: <https://www.latercera.com/noticia/loyola-guzman-sobreviviente-la-red-urbana-del-che-che-creyo-conveniente-iniciar-proyecto-lucha-continental-bolivia>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GUZMÁN, Loyola. "Si ser izquierdista es ser masista, yo no soy izquierdista". [Entrevista concedida a] Isabel Mercado e Mary Vaca. **Página Siete**. La Paz, 8 de outubro de 2017c.

HASHIZUME, Maurício. Tensões e combinações entre classe e cultura na Bolívia contemporânea. *In*: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. **Anais Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. ISSN: 2177-9503. Ano 2010, Londrina, Universidade Estadual de Londrina. p. 93 Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a007.pdf>. Acesso em: 21 set. 2013.

INSUELA, Julia Bianchi Reis. **Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto) biografias (Brasil – 1968-1971)**. 2011. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, , 2011.

MAYORGA, René Antonio. La Democracia o el Desafío de la Modernización Política. *In*: CAMPERO, Fernando (Org.). **Bolivia en el Siglo XX**. La Paz: Harvard Club de Bolivia, 1999.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. **Direito à Memória e à Verdade: luta, substantivo feminino – Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MOLINA, Fernando. Muere a los 88 años el exdictador boliviano Luis García Meza. **El País**. La Paz, 30/04/2018. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2018/04/29/actualidad/1525015337_073807.html#?rel=mas. Acesso em: 16 set. 2023

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do Feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. p.115-137.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. La sociedad "no ha renunciado a su derecho, a su memoria y a su autonomía". [Entrevista concedida a] Gloria Muñoz Ramírez para o site **Desinformémonos**. La Paz (Bolívia), nov. 2019. Disponível em: <https://desinformemonos.org/la-sociedad-boliviana-no-ha-renunciado-a-su-derecho-a-su-memoria-y-a-su-autonomia-silvia-rivera-cusicanqui/> Acesso em: 28 mar. 2024.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. La sociedad "no ha renunciado a su derecho, a su memoria y a su autonomía". [Entrevista concedida a] Gloria Muñoz Ramírez para o site **Desinformémonos**. La Paz (Bolívia), nov. 2019. Disponível em: <https://desinformemonos.org/la-sociedad-boliviana-no-ha-renunciado-a-su-derecho-a-su-memoria-y-a-su-autonomia-silvia-rivera-cusicanqui/> Acesso em: 28 mar. 2024.

ROSA, Sussel Oliveira. **Mulheres, ditaduras e memórias**: "não imaginei que precise ser triste para ser militante". São Paulo: Editora Intermeios; Fapesp, 2013.

SALVATIERRA, Julieta. Que significó la dictadura de Garcia Meza para las mujeres. *In*: ASOFAMD. **Para que no se olvide - la dictadura de Luiz Garcia Meza**. La Paz, Bolívia: ASOFAMD, 1997. p. 229-233.

SANTOS, Jordana Souza. O papel dos movimentos socioculturais nos "anos de chumbo". **Baleia na Rede Revista online do Grupo Pesquisa em Cinema e Literatura**. Vol. 1, nº 6, Ano VI, Dez/2009.

SILVA, Tamy Amorim da. Da luta armada a luta pelos direitos humanos- um estudo sobre a trajetória de militância de Loyola Guzmán. *In*: Encontro Estadual de História "1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado", 15, 2014, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: 2014, p.1 -15. Disponível: http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405881592_ARQUIVO_encontroestaduaaldaanpuhecoloquiditadurasegenero2014.TamyAmorimdaSilva.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

TEGA, Danielle. **Tramas da memória**: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina. 2015. Número de páginas. Tese (Doutorado em xx) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2015.

TERÁN, Carlos Soria Galvarro. **El Che en Bolivia - documentos y testimonios. Traición del PCB?**. T. 04. La Paz: La Razón, 2005a.

TERÁN, Carlos Soria Galvarro. **El Che en la Bolivia - documentos y testimonios. Pensamento Boliviano**. T. 5. La Paz: La Razón, 2005b.

THOMSON, Sinclair. Nubarrones y destellos en la obra de Silvia Rivera Cusicanqui. *In*: CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Violencias (re) encubiertas en Bolivia**. 1ed. La Paz: La mirada Salvaje, 2010.

VIEZZER, Moema. El "Comité de Amas de Casa del Siglo XX", una experiencia política boliviana. **Nueva Antropología**, México, vol. II, núm. 8, abril, 1977, pp. 29-46.

LISTA DE SIGLAS

ASOFAMD	Asociación de Familiares de Detenidos-Desaparecidos y Mártires por la Liberación Nacional
COB	Central Obrera Boliviana
CSUTCB	Confederación Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia
ERBOL	Educación Radiofónica de Bolivia
ELN	Ejército de Liberación Nacional
FEDEFAM	Federación Latinoamericana de Asociación de Familiares de Desaparecidos
JCB	Juventud Comunista de Bolivia
MAS-IPSP	Movimiento al Socialismo Movimiento al Socialismo – Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos
PMC	Pacto Militar-Camponês
PCB	Partido Comunista de Bolivia
PIEB	Fundación para la Investigación Estratégica en Bolivia
THOA	Taller de Historia Oral Andina
UMSA	Universidad Mayor San Andrés

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Aillon, Virginia 166
Ardaya, Zulema Lehm 187
Barbie, Klaus 166
Barrientos, René Ortuño 162, 163, 173
Bedregal, Juan Carlos Flores 182
Busch, Alberto Natusch 165, 166, 179
Candía, Alfredo Ovando 163
Casanovas, Pablo González 192
Chiaie, Stefano Delle 166
Chungara, Domitila Barrios 164, 173
Cusicanqui, Silvia Rivera 165, 167, 184, 185, 186, 187, 188, 189,
190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199,
200, 201, 202, 203
Dagnino, Julio 175
Ernesto, Guevara (Che) 163, 169, 174, 175, 176, 182
Fannon, Franz 191
Fernández, Wálter Pareja 175
Gómez, Luis Arce 166, 168, 183
Lara, Loyola Guzmán 167, 169, 184
Lozada, Gonzalo Sánchez de 182, 197
Melgar, Félix 169, 177, 179
Meza, Luis García 166, 168, 179, 180, 183
Morales, Evo 183, 184
Paredo, Coco 174
Quiroga, Marcelo 182
Suárez, Hugo Bánzer 163, 173
Tejeda, Lidia Gueiler 166
Torres, Juan José 163
T'ula, Santos Marka 193
Zuazo, Hernán Siles 166

ÍNDICE REMISSIVO

A

aliança "operário-camponesa" 191
Ano Internacional da Mulher 164
Aymara 188, 194, 204

C

Central Obrera Boliviana 162, 163, 165, 209
cholas 186
Comisión de la Verdad de Bolívia 183, 184
Comisión Nacional de Investigación de Desaparecidos 182
Comitês de Amas de Casa 172
complejo de aguayo 186
Conferência Mundial das Mulheres 164

D

ditadura de Bánzer 164, 165, 169, 178

E

Ejército de Liberación Nacional 169, 174, 176, 177, 209

F

Federación de Mujeres Campesinas de Bolivia - Bartolina
Sisa 165

G

Guerra da Água 197
Guerra do Gás 197
Guerrilha 169
Guerrilha de Ñancahuazú 169

J

Juventud Comunista de Bolívia 169, 170, 209

M

massacre de todos os santos 165
massacres de Tolata, Epizanga e Melga 164
mestiçagem 185, 189
movimento katarista 187

O

Operação Condor 164
Oruro 169, 170

P

Pacto Militar-Camponês (PMC) 162, 163
Partido Comunista da Bolívia 174

Q

quechua 190

R

Red Urbana 175, 176
Revolução de 1952 162, 185

T

Tribuna no I Conferência Mundial sobre a situação da Mulher 173

A woman with long dark hair in a ponytail, wearing glasses and a dark t-shirt, is running from left to right. She is carrying a flag on a pole. The background is a wall with large, stylized letters, possibly 'MULHER' and 'NÃO'. The image is overlaid with a large, semi-transparent yellow number '5' in the upper right corner. The overall color palette is dominated by warm tones like orange, red, and yellow, with some green and blue accents.

5

*Andreia Amorim
Cintia Lima Crescêncio
Danielle Dornelles*

**“NÓS NÃO TIVEMOS
O MEDO COMO
POSSIBILIDADE”:**

**MULHERES E FEMINISMOS NO CHILE
(1970-1990)**

Em 11 de setembro de 1973, por volta do meio-dia, jatos sobrevoaram o centro de Santiago e bombardearam o coração simbólico da democracia chilena: o Palácio *La Moneda*. Acontecimentos anteriores já deixavam evidente que o governo socialista de Salvador Allende enfrentava uma rebelião das Forças Armadas, que acabou por determinar o fim de sua administração e o início da longa ditadura militar que se instaurou no país por 17 anos. Entre 1973 e 1990, sob a liderança do General Augusto Pinochet, um governo autoritário e violento encerrou a então chamada “Era Allende”, período em que houve uma série de avanços em termos de conquistas sociais.

O governo de Salvador Allende (1970-1973), também chamado de Unidade Popular (UP), liderou uma importante redistribuição da renda nacional. Em um pequeno intervalo de três anos, as populações mais pobres foram as maiores beneficiadas por programas que investiram na melhoria do padrão de vida, na construção de conjuntos habitacionais, no aumento do número de consultas médicas gratuitas e na maior oferta de empregos. O governo Allende criou ainda uma política de distribuição de meio litro de leite gratuito para crianças chilenas diariamente. Pode-se dizer que o Chile, em 1972, tornou-se uma das sociedades mais iguais da América-Latina (Winn, 2010, p. 18).

Nesse contexto, setores da classe média, principalmente integrantes da indústria privada, opunham-se às reformas, ocasionando uma série de conflitos. Greves foram iniciadas no intuito de desestabilizar a economia e disseminar o caos, com forte apoio das elites econômicas e políticas (Winn, 2010, p. 21). Lentamente, a sociedade chilena polarizava-se. Além disso, o governo de Richard Nixon, dos Estados Unidos da América, de forte teor anticomunista, também fomentou certa desestabilização e desempenhou papel importante na efetuação do Golpe de 1973 (Winn, 2010, p. 71), como por exemplo, ao pressionar prestamistas internacionais a não efetuarem mais empréstimos para o Chile.

A madrugada do dia 11 de setembro - a recusa do então presidente em abandonar o Palácio durante a investida das Forças Armadas e sua conseqüente morte - é, atualmente, um episódio explorado pelo cinema, pelo teatro, pela literatura e pela história. O golpe aconteceu, mas não sem resistência, é o que indicavam eventos, manifestações e jornais que comemoravam em 2013 os 40 anos do golpe no Chile. No teatro, a peça *Allende: noche de Septiembre*, encenada em todo mês de setembro de 2013 no Centro Gabriela Mistral em Santiago, reproduzia a luta e coragem do presidente na noite anterior ao golpe. O Museu da Memória e dos Direitos Humanos, localizado na avenida Matucana, no mesmo período, tinha seus corredores abarrotados de visitantes, principalmente grupos escolares. Nas ruas estreitas do centro da cidade, passeios guiados na *Londres 38*, antiga casa de tortura transformada em lugar de memória, eram disputados por turistas. No aniversário do golpe, a cidade e o país eram convidados a relembrar sua história¹.

Na noite de setembro de 1973, quando foram interrompidas as melhorias implementadas pela gestão Allende, uma nova era teve início. O sucesso do golpe inaugurou um período de restrição da liberdade, prisões políticas constantes, desaparecimentos e mortes. A tortura foi utilizada como uma ferramenta de repressão e busca de informações, dentre outras violações dos direitos humanos. O relatório da *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, finalizado em 1996, reconhecia mais de 25 mil vítimas da ditadura no Chile (entre mortes, desaparecimentos e torturas). Essa soma, contudo, não é definitiva. Em 2009, sob o comando da presidente Michelle Bachelet, esses números foram revistos e cogita-se que o número de vítimas extrapole 35 mil. Em termos percentuais, o Chile teve o maior número de assassinatos (Stepan, 1986, p. 26).

1 Os eventos dedicados a relembrar o golpe chileno em 2013, bem como as ações institucionais que se desenvolvem no país nos últimos anos, articulam-se diretamente com as considerações de Paul Ricoeur sobre o pacto entre rememoração, memorização e comemoração que perpassam a necessidade de construção de uma memória oficial que precisa ser comemorada e celebrada publicamente (Ricoeur, 2007, p. 98).

A ditadura que sucedeu a Revolução Chilena de Allende foi responsável, ainda, por privatizações de empresas nacionalizadas pela Unidade Popular (UP), além do banimento de partidos políticos e sindicatos de esquerda. O poder popular de trabalhadores/as, camponeses/as e pobres urbanos foi esmagado. Conforme Peter Winn ressalta: “a ditadura de Pinochet não seria ‘nem branda nem breve’. Seu governo autoritário e Estado de terror durariam mais de dezesseis anos. Suas vítimas incluíam famosos e anônimos” (Winn, 2010, p. 182).

A opção por um regime militar tradicional certamente influenciou o amplo uso da violência. O país era comandado por uma junta de governo, detentora da autoridade máxima que concentrava a maior parte de suas decisões no General Augusto Pinochet que era, ainda, presidente da república e comandante-chefe do exército. Em decreto de 1974 foi definido que a junta, comandada por Pinochet até 1980, tinha total e amplo direito de modificar a constituição de 1925. Assumia-se, assim, mais poderes, os legislativos (Huneeus, 2000, p. 268).

Integrada à realidade vivida pelos outros países do Cone Sul, a ditadura chilena era carente de legitimidade. Consciente disso, o decreto-lei n.º 1 de Pinochet afirmava que o golpe tinha como motivação a restauração da “chilenidade”, da justiça e das instituições ameaçadas. Dias depois, o general prometia uma retomada do sistema democrático (Ansaldi, 2004, p. 41). A promessa não demorou a ser abandonada e invertida: logo as forças armadas passaram a considerar o sistema democrático o causador da crise política (Ansaldi, 2004, p. 43). Sob a doutrina da segurança nacional e do argumento de necessidade de defesa da nação, a frágil busca pela legitimidade animava a resistência.

Houve oposição e resistência ao autoritarismo e falta de legitimidade do governo de Pinochet. A fim de melhor compreender os grupos opositores à ditadura, algumas palavras podem ser ditas para

historicizar ações de grupos de esquerda no Chile. Dois acontecimentos de maior alcance contribuíram para a emergência das ideias de esquerda no país: a resistência dos mineiros no campo de nitrato e as ações de Francisco Bilbao (1823-1865) e Santiago Arcos (1822-1874), influenciadas pelas ideias iluministas. Fruto de golpes e resistências, a história política do Chile foi marcada desde o começo do século XX pelo debate socialista.

Em 1933, foi fundado o Partido Socialista Chileno (PS). O Partido era um alinhamento de socialismo e populismo que absorveu vários grupos sociais, dentre eles anarquistas, trotskistas, mutualistas, social-democratas, camponeses/as, trabalhadores/as. Apesar disso, sua base social e liderança tinham a predominância da classe média. Salvador Allende era filiado exatamente a este partido, e sob sua legenda foi eleito deputado, primeiro-ministro, presidente do senado e presidente, em 1970 (Winn, 2010, p. 47). Além de uma extensa tradição no campo dos partidos de esquerda, a história chilena também foi marcada pela emergência de grupos de resistência, especialmente nos anos de 1960, com o fortalecimento de políticas de esquerda e a consequente reação dos grupos de direita. Um dos grupos mais conhecidos é o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), do qual fez parte Margarita Iglesias, que conta parte de sua história nas próximas páginas deste capítulo.

O MIR, criado em agosto de 1965, definia-se como uma vanguarda marxista-leninista da classe trabalhadora e camadas oprimidas do Chile. Ele foi um movimento de orientação revolucionária com ação política radical – explorava a guerrilha urbana e campesina – se comparado à ação da esquerda tradicional reformista. Sua emergência pode ser mais bem compreendida tendo em vista o contexto de Guerra Fria – período de oposição política e ideológica entre o capitalismo e o socialismo, que disputava programas distintos de organização de mundo –, e o triunfo da Revolução Cubana (1959), que teve forte impacto em toda América Latina. Enquanto a esquerda reformista, representada especialmente pelo Partido Comunista (PC)

e pelo PS, demandava mudanças estruturais por vias institucionais, grupos revolucionários como o MIR defendiam um enfrentamento direto com as classes dominantes e o Estado.

Apesar da fundação do MIR ter sido realizada por estudantes – tais como o sobrinho de Allende, Andrés Pascal e Miguel Enriquez – em sua estrutura posterior encontravam-se diversos setores da sociedade, desde camponeses/as, operários/as, membros da classe média e outros. O MIR trabalhava com o objetivo de divulgar suas ideias de esquerda através de manifestações, trabalhos de base, dentre outras atividades. Margarita Iglesias destaca que sua relação com o movimento começou ainda adolescente, insinuando a preocupação da organização com a construção de um pensamento de esquerda revolucionário nas novas gerações.

Desde 1960 era evidente a forte polarização ideológica, especialmente nas grandes manifestações de rua de grupos de esquerda e de direita. As próprias esquerdas, cindidas por projetos políticos distintos, ora baseados em mudanças via Estado, ora defendendo o enfrentamento, não formavam um grupo coeso. A eleição de Allende em 1970, representando a ascensão da esquerda institucionalmente, provocou uma série de críticas vindas do MIR, pois o movimento defendia uma luta armada para se chegar ao socialismo ao invés das vias políticas (Winn, 2010, p. 57). No entanto, logo a organização apoiou o projeto político de Salvador Allende, que defendia a construção de um Chile Socialista (Winn, 2010, p. 92).

Com o golpe militar de 1973, o MIR, cuja filiação era vista como inevitável por muitos/as militantes, tornou-se um dos principais alvos da estrutura repressora do governo militar. Desde o primeiro momento, muitos de seus e suas militantes viram a necessidade de entrar na clandestinidade para garantir a sobrevivência e manter a participação política que, no momento, era limitada. Muitos militantes foram encarcerados/as, torturados/as, executados/as ou exilados/as, o que contribuiu para desarticular o movimento.

Apesar disso, o MIR – que completou 55 anos de existência em 2020 – ainda atua e busca uma inserção no mundo político por vias institucionais, como um partido legalizado?

Durante a ditadura, o MIR procurou atuar legalmente, mesmo que a maior parte de suas ações fossem clandestinas. Margarita Iglesias refere-se a uma “fachada” de vida regular que garantia o funcionamento do Movimento enquanto estrutura de resistência. Os principais desafios da clandestinidade eram a manutenção financeira de novas identidades, a aquisição de armas e mantimentos para garantir a sobrevivência de militantes que viviam na clandestinidade, o reagrupamento diante de prisões e perseguições e a conquista de novos/as militantes. Segundo a ex-militante mirista Soledad Aranguiz, logo no início da ditadura foi percebida a necessidade de realizar assaltos a grandes negócios para angariar recursos e garantir a sobrevivência de quem estava na clandestinidade (Aranguiz, 2007, p. 80-81).

Como a maioria dos movimentos de resistência às ditaduras no Cone Sul, o MIR contava com a participação de mulheres, muito embora os depoimentos indiquem que os homens eram maior número. De acordo com Tamara Aranguiz, o poder político não era orientado para uma igualdade na participação entre homens e mulheres, sendo assim, o poder político das mulheres era escasso e desproporcional. Havia uma quantidade reduzida de dirigentes mulheres no Movimento e, muitas vezes, as atribuições delegadas para elas eram somente para apoio a operações ou lideranças (Aranguiz, 2007, p. 63-64). De acordo com informe da *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* (1996, p. 1364), 6% das pessoas assassinadas no Chile durante a ditadura militar eram mulheres.

Para além da atuação do MIR, o contexto de emergência de luta das mulheres chilenas merece ser citado. Antes do golpe em 1973, o Chile recebeu exilados e exiladas de vários países, inclusive do Brasil. Zuleika Alambert, por exemplo, criou um grupo de consciência no país. Foi durante o período de redemocratização, iniciado ainda em 1988, fase chamada de "*Concertación*", que os movimentos feministas chilenos puderam efetivamente se organizar, livres das amarras da ditadura. Contudo, isso não impediu a fragmentação.

De acordo com Joana Maria Pedro, a fragmentação é uma característica dos feminismos no Chile (2010, p. 129). Há uma nítida divisão entre o feminismo que se considera autônomo – composto por grupos auto-organizados e sem vinculações partidárias ou institucionais – e o socialista – articulado à tradição do país que, desde o princípio do século XX, viu emergir o debate em torno do socialismo (Richard, 2001, p. 227-239). Grupos fundados ainda nos anos 1970, sob premissas distintas, desdobraram-se em muitos outros. *O Círculo de Estudios de la Mujer*, por exemplo, organização ligada à Igreja, dividiu-se em dois diferentes grupos já nos anos 1980: *Casa de la Mujer La Morada* e *Centro de Estudios de la Mujer*. Havia, ainda, os coletivos articulados a grupos de esquerda e partidos políticos (Tobar, 2003, p. 44). Independente da fragmentação, Joana Maria Pedro aponta a emergência de uma consciência de gênero no país. Através de entrevistas com feministas chilenas, a autora identificou um grande número de referências aos escritos de Julieta Kirkwood (Pedro, 2010, p. 130).


Se não há homogeneidade, nada mais natural que a identificação com o feminismo se desse de maneira diversa. Margarita Iglesias aponta que se identificou com o feminismo no exílio vivido na França; Teresa Valdés destaca que sua experiência feminista ocorreu dentro das organizações de mulheres, mas que o aprofundamento do debate sobre gênero e feminismo se deu no universo acadêmico. Assim como os grupos de esquerda nos anos 1960 viam-se divididos por diferentes projetos de mundo, os feminismos

chilenos experienciaram a fragmentação marcada por anseios políticos e pelas subjetividades de mulheres que, de diferentes maneiras, construíram-se feministas em um contexto de ditadura.

Foram 17 anos de ditadura militar, momento da história chilena até hoje muito debatido e que permanece na memória de seu povo. O declínio deste regime está muito associado à crise econômica e social do governo de Pinochet ao longo da década de 1980, que desgastou sua imagem e administração. Nestes momentos finais, houve uma maior necessidade de negociação com os grupos opositores, o que também contribuiu para o enfraquecimento do regime com o fim da censura televisiva e o retorno de exilados políticos. O fim de uma das ditaduras mais sanguinárias da América Latina não ocorreu através das armas mas, sim, a partir da vontade popular expressa nos votos que decidiram por dizer “não” à continuidade de seu regime ditatorial (Winn, 2010, p. 195-205). A transição democrática, entretanto, fez-se sob a manutenção da Constituição autoritária de 1980, texto que continuou a regular os rumos do país após o fim da ditadura. A divisão que marcava o país antes e durante a ditadura não desapareceu. No plebiscito que entregou o poder novamente aos civis, 43% da população votou a favor do governo militar (D’Araujo, 2000, p. 14-15). Em 2020, entretanto, 78% da população chilena, consultada via plebiscito, decidiu construir uma nova constituição.

“DA MILITÂNCIA À HISTÓRIA DAS MULHERES”: MARGARITA IGLESIAS

Nasci em 1957 e sempre vivi no Chile, pelo menos até sair expulsa do país em 1975. [Durante a adolescência e infância] estive situada geograficamente nas “Escamonas” da conurbação de



Santiago, vivia no município Las Condes. Aos doze anos, estudei na [Escola Experimental Artística] que se encontrava atrás de um aeroporto militar e havia ao redor do terreno populações muito pobres. Na época em que eu cheguei, mais ou menos em 1969, começaram a surgir as pessoas que se apossavam dos terrenos, e aí começaram a surgir as favelas (para vocês), para nós "*pobladoras*". Nesse ínterim, chegou ao colégio um grupo de universitários, da Universidade do Chile, e um grupo de estudantes de um liceu fiscal que ficava no município La Reina. Começaram a nos conscientizar e nos convocaram para participar de ações com essas pessoas dessas favelas, porque nós éramos pessoas de distintos setores do Chile e de Santiago. Era um prazer para nós, e isso nos ajudava socialmente para que saíssemos de nossos [lugares] e trabalhássemos com a comunidade. E foi o que nós fizemos, trabalhamos com essas populações e com esses estudantes na comunidade.

Esse Colégio já tinha uma tradição de certos alunos de esquerda. Havia grupos de diferentes partidos, mas também um grupo que se chamava "A Vanguarda Organizada do Povo". Nós, com um grupo de amigas um pouco "rebeldes", começamos a participar dessas coisas sem autorização do centro de alunos e sem autorização de nossa família. E, assim, fomos interiorizando, nos foram educando. Havia gente que nos dava curso de teoria política, de preparação física de defesa e autodefesa. Além disso, nossos professores, particularmente, eu me lembro, o de História, que era da Universidade do Chile e ministrou um curso para nós, que para mim, pelo menos, foi maravilhoso. Junto com o Programa Nacional que era a história colonial, a história republicana, da presidência, dos feitos militares, [esse professor] começou a falar do mundo socialista; e partiu de um acontecimento político contemporâneo que era a guerra do Vietnã. Ele foi fazendo cursos paralelos. Esse professor fazia parte dos movimentos cristãos pelo socialismo e era ele que havia liderado a tomada da Catedral em Chile, Santiago. Nós não o reconhecemos imediatamente, mas depois soubemos que era ele.

No bairro onde eu vivia, eu fazia parte da igreja; e até esse ano, não sei como isso me ocorreu, perguntei ao padre confessor, que era meu padre, sobre o comunismo, e ele, ao invés de explicar o que eu estava perguntando, me mandou rezar não sei quantos terços (risos). Eu sei que isso não correspondia, porque eu queria que ele explicasse e ele não me explicou, então ele me mandou trocar de igreja e nunca mais voltei lá.

Eu era muito ativa nos grupos de comunidade de base. Mas, com essa resposta, deixei definitivamente a Igreja Católica. Aí começou a ideia de nos organizarmos. A maior parte das pessoas que participavam pertencia ao MIR. Eu também estava sob a influência da família. Em minha casa, meu pai era socialista, era um engenheiro e trabalhava na Empresa Nacional de Eletricidade. Ele era um dos [integrantes] do sindicato de sua empresa; às vezes, nos levava [para as reuniões do sindicato]. Em minha casa juntava gente do Partido Socialista, que eu olhava, escutava, mas não me interessava muito. Entre um grupo de amigas, havia também uma mãe que estava muito comprometida com os grupos de esquerda, e nos chamou, quando saiu Allende, para trabalhar com ela.

No governo da União Popular se viu um Chile muito aberto de confrontações, de incursão. Eu gostava muito do que estava fazendo. Fui me infiltrando em organizações de estudantes primeiro, e depois comecei a trabalhar definitivamente. Depois disso, fui fazer trabalho voluntário de verão, junto com o professor universitário e fazia isso paralelamente com o estudo. Nós tínhamos uma situação bastante privilegiada, porque tínhamos que estudar e nos dedicar a isso, e também havia um ambiente neste país que permitia que isso acontecesse.

O MIR também tinha muita consciência, o [Movimento] cresceu muito entre os anos 1968/69 e 1973 nos movimentos sociais, porque o movimento MIR nasceu em 1965, em uma guinada de vanguarda revolucionária de movimentos guerrilheiros pós-Revolução

Cubana, ou seja, essa é a ideia central de lançar todo o povo na construção de poder de disputa, incluindo o militar. MIR dedicou esforços muito grandes entre 1965 e o golpe [1973] a construir lugares nos movimentos sociais, na sociedade, a ter uma fixação social e política, junto com a declaração do aparato militar de ter uma coisa assim, com o crescimento que tivesse tido sob o ponto de vista social³.

Na formação no MIR, nos [ensinavam] que devíamos ser o melhor que havia, coisa que eu de alguma forma mantive, porque eu era muito boa estudante, e quando eu discutia no colégio, não me podiam castigar, porque havia uma discussão muito grande a respeito do governo no interior do liceu. Éramos um dos poucos colégios, no Chile, que tinha jornada completa, então estávamos juntos das nove da manhã às seis da tarde, e como era um lugar isolado da cidade, quando tínhamos que voltar, íamos juntos pelo caminho cantando, compondo com violão; porque tínhamos um grande trajeto até encontrarmos uma locomoção, e a maioria de nós não vivia no bairro. Eu tinha que atravessar três municípios para chegar ao lugar onde nossa mãe vivia.

Uma das minhas amigas vivia nesse município e, durante muito tempo, ficamos na casa dela. Era onde nós nos refugiávamos. Sua mãe era uma das poucas mulheres divorciadas que vivia sozinha com sua filha. Ela também nos apoiava e ficávamos muito em sua casa. Lá, fazíamos muitas atividades e eu, desde sempre, queria ir para esse município. Isso foi durante toda a União Popular. À medida que nós fomos entrando nessas organizações de estudantes, trabalhando com esses habitantes, com os operários do município, [a partir do momento que a] organização estudantil foi procurando os bens sociais, muitos de nós fomos incorporando outras lutas, muitos nos seguiram. Estávamos nisso quando veio o Golpe de Estado. Eu estava com 13 ou 14 anos.

3 Margarita Iglesias indica, durante a entrevista, o *Centro de Estudios Miguel Enriquez* (CEME), segundo ela pode-se encontrar uma variedade de documentação sobre o MIR. Conferir em: <https://www.archivochile.com/Ceme/html/cemel.html>. Acesso em: 29 nov. 2020.

[Depois do golpe] me pediram para que eu deixasse esse trabalho [com o pessoal da apropriação de terras] para começar as tarefas nos setores da Execução Nacional no MIR, no apoio ao trabalho que eles faziam. Terminei no Comitê Nacional e trabalhei com eles até que fui presa; detiveram-me no ano de 1975, aos 17 anos.

Estive presa por quatro meses, no centro de tortura clandestina. Eu caí na força aérea e depois me passaram para a casa clandestina. Depois, entregaram meu caso a um advogado e ele me tirou do Chile, mas com a condição de que eu não retornasse. Mas isso era pelo trajeto do que eu alcancei, era muito nova, então aconteceram muitas coisas, mas no momento terminei muito ligada à Executiva Nacional do MIR, estava trabalhando com ela em outros locais. Quando começamos isso, éramos mais ou menos iguais [em número], homens e mulheres, da mesma idade. Nos lugares onde eu me incorporava, nunca vi uma diferença muito radical [no tratamento de homens e mulheres]. Muitos anos depois eu fui notar as diferenças no interior do MIR. E depois, claro, quando se começa a olhar de outra perspectiva, se dá conta que nos lugares mais altos [do Movimento] havia menos mulheres. Mas, até onde eu alcancei, criei muitos lugares e os dirigi, nunca tive problemas por ser uma mulher.

[Havia muita interação e discussões no MIR nessa época], e a escola passou a fazer muitos trabalhos nos meios de comunicação, e começaram a perguntar se estavam formando artistas ou guerrilheiros; passou a ser uma escola muito particular dentro do contexto nacional. Havia também pessoas do MIR que não gostavam muito, então dizíamos: “nós vamos embora, se não gostam, nós vamos embora!” Éramos um pouquinho orgulhosos, isso é verdade. Eu fiz grandes amigos nesta época. Nosso grupo não era alienado aos fatos que ocorriam na sociedade chilena com os jovens daquela época, principalmente os liceus secundários da educação pública. Esse movimento chegou, inclusive, aos colégios privados particulares. Havia uma situação generalizada que todos os jovens, adolescentes ainda, começaram a participar em tudo o que acontecia no Chile.

Eu vinha de uma tradição que havia se instalado e creio que algumas pessoas do MIR perceberam que tínhamos um potencial de formação e de mudança muito interessante. Nós não tivemos o medo como possibilidade. Quando eu penso em tudo que fiz, se eu tivesse tido consciência do risco, eu não teria feito. Teria pensado melhor. E, também, ninguém de minha geração pensou nisso e as pessoas com quem eu trabalhava também não, só nos demos conta do brutal que tinha sido quando fomos presos e tivemos que abandonar este país e sobrevivemos... uma quantidade grande de amigos e pessoas que estiveram nas mesmas condições. Até hoje não sabemos porque uns sobreviveram e outros não, se ficamos nos mesmos lugares, fizemos as mesmas coisas, isso já não dependia de nós.

[É necessário dizer] também que, dentro do MIR, houve um mau tratamento com homens homossexuais. A lesbianidade, como em todos os lugares, era mais obscuro, não há grandes discussões a respeito ou se invisibiliza mais do que a homossexualidade (masculina). Então, também, posteriormente, me tocou ver algumas atitudes de condenação de homens homossexuais. Em princípio, desde o nascimento do MIR, a ideia do exercício da sexualidade era parte da cultura. Havia a ideia de trocas de pares, de não ficar no conformismo do casal burguês muito forte, que eu, muito nova, olhava e me parecia um pouco estranho, eu não tinha priorizado isso e, depois, foi se instalando um tipo de condenação [não declarada] de certas práticas, especialmente a mulheres lésbicas.


[Sobre viúvas de revolucionários]Tinha que manter uma certa postura devido à sua história, e isso se refletiu em muitas mulheres esposas de assassinados ou desaparecidos, das quais se exigia, em parte, certa conduta, em respeito ao social, em respeito ao revolucionário. Algumas companheiras mais jovens também foram muito criticadas, porque éramos mais livres no sentido do exercício da sexualidade. Sempre ouvia críticas de como me vestia, onde me vestia, o que fazia e o que dizia.

A PRISÃO, A TORTURA, A CLANDESTINIDADE

[Na clandestinidade, após o golpe de 1973], trabalhei na reconstituição. Nós havíamos decidido, como movimento, que teríamos que constituir redes para poder sustentar a clandestinidade, e eu trabalhei nesses lugares: contatando pessoas que nos apoiavam. Fiz tarefas diretas para o Departamento de Documentação do MIR. Minha função era uma conexão com outros setores do MIR. E, além disso, meu trabalho era procurar rede de apoio fora do MIR para poder passar essa fachada de clandestinidade, e seguir funcionando legalmente. Para isso, montamos uma fachada de vida regular. Eu e outra amiga alugamos muitas casas que tivemos que abandonar. Nisso, vivíamos uma vida cotidiana, conversávamos com os vizinhos e contávamos histórias, pois éramos muito novas, e no Chile [não era comum] meninas vivendo sozinhas. Contamos histórias que nossos pais tinham ido embora e que nós estávamos estudando na universidade e por isso estávamos sozinhas. Fomos levando uma vida regular, por uma parte, e criando essas redes de apoio para dar proteção da localização da central do MIR. O Movimento sabia que tinha pouco tempo, do ponto de vista político, para tratar de proteger-se e fazer a luta antiditatorial mais massiva.

Nós não conversávamos muitas coisas, porque se nos ouvissem nos matavam antes de nos deixarem presos. E eu creio que isso foi o mais difícil até o dia de hoje, de entender e ver como conseguimos sobreviver. Então, se criaram laços muito fortes entre nós, nós nos protegíamos, pois sabíamos que tínhamos que golpear e que estavam nos matando, e isso, talvez, nos impediu de ver que o que estávamos fazendo poderia nos levar à derrota.

O que me trouxe ao MIR foi a sua humanidade, sua capacidade intelectual. Ao conectar-se a ele, você também se associava a um projeto de vida distinto. Então, quando veio o golpe, de uma



hora para outra, a morte nos rondou até a nossa saída para o exílio. E foi muito dura a decisão política do MIR de que as pessoas que pertenciam ao movimento não saíssem do país. Aceitaram o meu caso, pois me tiraram do país. Mas muitos optaram por ir embora e essa gente foi condenada. E ao “voltar” no tempo e na história, nós percebemos que tudo isso foi um horror humano e político. Isso porque não sabíamos dessa questão, não sabíamos onde estávamos nos metendo, não sabíamos das possibilidades de todo esse aparato repressivo que montaram, e não soubemos, até muito depois, eu creio, que eles nos estavam dando um lugar muito determinante e muito cruel, muito fatal. Foram golpes muito fortes. Nós sabíamos que, se num tempo determinado não conseguíssemos reverter essa situação para nos protegermos, seria muito mais difícil a luta clandestina e o projeto revolucionário.

Pelo menos duas direções nacionais do MIR [foram aniquiladas], [foram] cortando a possibilidade de reação e cercando os que ficaram. Demoramos muito tempo para recompor os laços, e as gerações que surgiram posteriormente pode se ver que são um pouco diferentes, porque houve esse corte. Você vê as pessoas dessa época, da qual eu era a mais jovem, e não tivemos a capacidade de sair na hora que a briga se formou. Nem os dirigentes tinham maior possibilidade de continuar, nos cortaram pela raiz. Saí expulsa do Chile e aí participei com mais pessoas de uma organização externa de apoio ao Centro Operacional do Chile; aí vimos uma política de retorno clandestino; e obtivemos muitos lugares para ir nos formar militarmente.

No exílio, em Paris, eu conheci [o Grupo de Mulheres Latino-americanas], mas eu não me incorporei a esse grupo. O que fizemos foi formar um comitê de mulheres chilenas para dar assistência às mulheres presas no Chile, e para poder dar apoio às que estiveram na resistência. [E nesse contexto] começaram a emergir posições feministas muito fortes. Tivemos grandes discussões e, de imediato, me relacionei com movimentos feministas. No ano que eu cheguei

em Paris, havia grandes mobilizações sobre a legalização do aborto, eu participei dessas mobilizações [1974-1975]. Muitas das pessoas com quem eu trabalhei no contato de resistência, vinham de movimentos feministas ou de grupos revolucionários de 1968, em que muitas mulheres adotaram o feminismo.

Uma das mulheres do comitê, uma das primeiras filósofas chilenas, que havia estado em Cuba ajudando a formação da escola de sociologia, depois da Revolução Cubana, ela estava em Paris, coincidentemente, e ela era feminista. Ela me ensinou muita teoria feminista, tínhamos grandes discussões; ela foi a primeira que me fez questionar como eu não era feminista! Trabalhamos juntas no comitê com mulheres chilenas, que era um lugar de debate. Isso se cruzou com a discussão da crítica ao mundo socialista, porque estava muito influenciada com toda esta discussão teórica e ideológica e pela emergência de propostas teóricas da França. Conheci os trabalhos de Guattari, Nietzsche e Foucault, que me marcaram profundamente na formação acadêmica.

Nunca foi minha opção o feminismo, nunca me envolvi nesses movimentos, mas me interessava muito. Nós fizemos alianças em torno de um objetivo comum que era o apoio às mulheres chilenas. Daí, por exemplo, quando surgiu, nos anos 1980, *La Casa de La Mujer La Morada*, que foi a primeira manifestação feminista que havia se instalado no Chile, trabalhamos no apoio a esta causa. Já havia círculos de estudos sobre a mulher que estavam amparados na cadeira do humanismo cristão, um organismo de estudos e investigação dentro da Igreja Católica.

[Nesse ínterim], dentro da esquerda chilena, começou um processo de muita discussão sobre o que se chamou "a revolução socialista". Eu era uma das poucas militantes do MIR, em Paris, que aceitava conversar com toda a gente, então me colocavam nos lugares. Eu tinha uma capacidade de conversar, de escutá-las, então me puseram um pouco com as relações com o mundo externo,

também e através desse grupo de mulheres [chilenas]. Muito do que fizemos em Paris tem a ver com o movimento das mulheres no Chile, com os movimentos sociais, por um lado, e com os movimentos feministas, por outro. Eu acredito que na América Latina, no Chile e na Argentina, particularmente, os movimentos de defesa das vidas das mulheres inauguraram uma forma diferente de fazer política, o que se chamava de “política dos ventres”, porque estavam buscando o marido ou o filho e depois ao preso desaparecido. Essas mulheres se voltaram para a política pública como projeto e isso foi um grande detonador dos movimentos de resistência de homens e mulheres. Em 11 de setembro, quando começaram a colocar as pessoas no Estádio Nacional, foi nesse momento em que as mulheres começaram a realizar uma proposta política de resistência. Não eram, necessariamente, as mulheres militantes de partidos pelos movimentos, muitas eram esposas ou mães. O mesmo ocorreu na Argentina, ao ponto que o símbolo das Mães da Praça de Maio é um lenço com o nome do filho bordado. Elas estabeleceram uma proposta política de magnitude em um momento em que quase tudo estava derrotado

Curiosamente, quando os movimentos sociais começaram a sair nas ruas, depois de 1982 - quando se quebrou o poderio econômico, com uma recessão galopante, chegando a 40% da população -, começam a ter novas reduções no MIR, apesar de todo projeto inicial, [o movimento teve muitas perdas], com custo muito alto em vidas. Até o ano 1988, em que veio o plebiscito. Ao MIR, lhe deram um novo golpe, para matá-lo. Pelo plebiscito se sabia que a ditadura não iria continuar, se ganhou as eleições e aí mataram um conhecido dirigente do MIR no Chile, o assassinaram na rua. E no ano 1980, começou uma grande discussão entre esta ideia de clandestinidade do MIR e o espaço público dos movimentos sociais; então vão se criando debates [sobre] projetos políticos. O MIR foi sempre um grupo político que tinha uma ideia de luta armada, da construção de aparatos, mas nunca foi um grupo que produzia a luta armada. A luta armada no MIR, o uso da violência dentro do movimento revolucionário, era [assunto] de

uma tremenda delicadeza, visto que só se recorria a ela se os movimentos sociais estivessem de acordo, nunca com emoção. Isso [a luta armada] foi como uma proposta de defesa.

FORMAÇÃO EM CUBA

[Sobre o exílio] Alguns partiam para o Líbano, Líbia e Vietnã, e depois Nicarágua. A gente também foi participar militarmente [na Nicarágua]. Eu estive em Cuba, passei quase dois anos lá [entre 1978 e 1979]; fiz preparação militar de base, no exército. A ideia era que tivéssemos uma formação militar para poder voltar ao Chile. Foi aí o primeiro período em que eu percebi que no MIR havia o problema do machismo. A propósito, tive uma gravidez casual e tive uma grande discussão com os dirigentes do MIR, e isso significou que me limitaram as possibilidades de volta ao Chile. Então, minha discussão foi que, sendo eu mulher, e tendo casualmente ficado grávida, eles me repreendiam, quando eu via que havia muitos companheiros homens que engravidavam outras mulheres e eles não eram repreendidos. Isso me parecia injusto, não era certo. Tivemos uma grande discussão. Havia uma acolhida por parte dos cubanos, justo nesse momento, sobre a revolução e guerrilheiros combatentes internacionalistas. Havia todo um apoio solidário ao movimento revolucionário do Cone Sul, apoio dos cubanos para os movimentos guerrilheiros.

Outra discussão [que tive], não pequena também, [era em relação a estarem] me ensinando tarefas militares. Eu queria voltar a fazer trabalhos com movimentos sociais, para me incorporar, porque era o que eu sabia fazer. E, além disso, parecia que meu lugar era com as mulheres, e então eu propunha realizar um trabalho com mulheres, porque eu tinha percebido que as mulheres tinham mais dificuldades. Eu não tinha filhos naquela época, nem marido. Eu percebi que isso era uma dificuldade não resolvida conosco. Isso era

injusto, que os homens tivessem todas as vantagens e as mulheres estivessem tão mal representadas. Isso estava ligado a uma história familiar: eu tinha cinco irmãos homens e duas irmãs mulheres, e nós éramos as mais velhas desse grupo, mas sempre tivemos dificuldades por sermos mulheres. Meus irmãos não tinham nenhuma restrição por serem homens.

Eu não voltei imediatamente ao Chile, e começamos um processo de ruptura, basicamente de minha parte, ao perceber que se impunham critérios [diferentes]. O MIR começou a [passar por] um processo em que foram fechando todas as possibilidades de clandestinidade, fechando também a possibilidade de discussão e eu estava muito acostumada, até esse momento, a chegar a acordos entre o que eu achava e entre o que eles supostamente me deixavam. Comecei um processo de afastamento. Em Paris, com o pai da minha filha, decidi que ia ter filhos e [seguir] uma carreira. Segui trabalhando com o MIR, já que eu tinha essa capacidade de criar redes, mas fui me retirando de responsabilidades políticas diretas e de participação direta com a política, esperando voltar ao Chile, isso no ano 1984, 1985.

RETORNO DO EXÍLIO

Retornei por conta própria. Eu estava proibida de voltar ao Chile legalmente até o ano de 1984. Eu acabava de ter minha segunda filha, então começamos a pensar na possibilidade de voltar ao Chile com o pai de minha filha. Combinamos que se qualquer um dos dois tivesse uma possibilidade de trabalho no Chile nós voltaríamos. De início, ele não teve problemas, tinha saído muito tardiamente do país, então, ele tinha a possibilidade de encontrar trabalho, pois nunca havia quebrado a sua trajetória de estudante. Em 1988, voltamos para o Chile pela primeira vez com nossas filhas;

ficamos por um mês. Foi uma surpresa o impacto da participação do plebiscito e do que estavam fazendo; eu vim em setembro e, em outubro, fui [embora], um dia antes da votação. Não me inscrevi nos registros eleitorais e achei melhor voltar para a França antes da votação. E eu já estava fora das decisões do MIR. Desde esse momento, começamos a trabalhar a possibilidade de voltar ao Chile. Eu arrumei tudo que fazia em Paris, eu trabalhava no Ministério da Justiça, tinha terminado minha formação doutoral, só faltava escrever a tese de doutorado, então consegui que a Universidade Francesa informasse que eu voltaria ao país a trabalho. No Ministério onde eu trabalhava pedi permissão por um ano para vir ao Chile.

No retorno, comecei a trabalhar, imediatamente, no jornalismo, durante três anos, até o fechamento da revista *Analisis*. [Minhas filhas] tinham seis e cinco anos nesse momento, estavam passando para a escolarização regular, tinham bolsas do governo francês para incorporar-se num colégio francês. O pai delas tinha um trabalho na Universidade do Chile, o mesmo que estava exercendo em Paris. Fui [trabalhar em] outra revista, [*Página Abierta*] a qual conhecia o diretor, que era um [homem] de esquerda do MIR. Fui trabalhar com ele em um suplemento de mulheres. Depois que acabou essa revista, fui trabalhar no *Diário Nacional*. Um dos diretores (coisas que se passam na vida) me reconheceu, e eu não o conhecia. Ele quis que eu lhe concedesse entrevistas, porque estava querendo saber sobre o retorno [de exilados] e eu era uma das primeiras pessoas que tinham voltado ao Chile.

Em 1991, vi no jornal um curso de verão, que era dado por uma professora que vinha dos EUA e falava de feminismo. Me inscrevi nesse curso e a conheci. Falamos de várias coisas e lhe propus uma entrevista para o meu suplemento de mulheres, falamos publicamente de gênero nas danças chilenas, pela primeira vez. Em 1992 ou 1993 apareceu de novo no *Mercúrio*, do *Diário Nacional*, que havia um concurso na área de História na Universidade; peguei minhas coisas e fui, mas não fiquei. Dois anos depois [em 1995], apareceu

[outro] concurso na Universidade do Chile, no programa de “Gênero e Cultura na América Latina”. Chamei a diretora dessa faculdade, a entrevistei, e na entrevista ela me apresentou todo esse programa.

Fui contratada pela Universidade. Me convidaram para dar aulas de História. Já tinha um certo conhecimento, eu atuava como jornalista e comecei a fazer aulas de história das mulheres, conheci a grande “História das Mulheres no Ocidente” de Michelle Perrot. Eu comecei a trabalhar na área de História e começaram a sair concursos públicos, alguns não consegui entrar, mas, finalmente, eu passei em dois, um na unidade de Gênero e outro na unidade de História, que era o que eu queria.

Eu fiz minha tese com especialização na América Latina e eu participei de um seminário que teve a presença de Michelle Perrot e implorei nos corredores que ela fosse a cotutora. Minha proposta tinha muito a ver com sua formação. Eu havia aprendido, especialmente, na época do bicentenário da Revolução Francesa, de como se trabalhava com o tema mulher e eu tinha feito todo o trabalho - meu professor na época era machista e não entendia nada das mulheres, mas respeitava muito Michelle Perrot e a aceitou [como cotutora]. Eu fui formada por ela.

Eu me formei nessa área, fiz um seminário de história das mulheres, e comecei a ser conhecida [por isso]. Foram anos de formação e eu tive a possibilidade de ir a cursos de Roger Chartier, de Michel Foucault, estava aprendendo muitas coisas, mas mantinha minha ligação com a América Latina. Quando voltei ao Chile, reverti minha ausência com uma grande capacidade de buscar por diferentes lados. Quando estudei História, eu dizia que iria dar aulas no Chile, porque se eu não tivesse ido embora, esse era meu destino. Então comecei a publicar no Chile em 1996, e quando me convidaram para um colóquio de História, em que apresentei um trabalho em torno da micro-história, juntei muitas coisas que eu tinha aprendido [no passado]. No ano de 2001 passei em um concurso no Chile,

e em 2002, passei em outro. No final de 2002 me propuseram para dirigir o Centro de Estudos de Gênero, [onde trabalhei] por quatro anos. [Publiquei] muitos materiais e sou a única chilena que está na obra História das Mulheres da Espanha e da América Latina⁴.

“O FEMINISMO QUE NASCEU NA DITADURA”: TERESA VALDÉS

Nasci em 25 de abril do ano de 1951, na cidade de Santiago. Sou socióloga. Comecei a militar antes do golpe, quando se criou o *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU), eu estava entrando na universidade. Havia gente amiga minha lá, inclusive minha irmã, meu cunhado e sobrinhos. Em minha casa, todos eram comprometidos politicamente. Meu pai era democrata cristão e minha avó conservadora, assim a clássica história da família chilena: meus avós eram conservadores, meus pais foram democratas cristãos e os filhos todos de esquerda (risos). Nas eleições de 1970, minha avó trabalhou na eleição, meu pai também, eu, minha irmã Isabel e minha outra irmã é que trabalhávamos para o Allende. Vivíamos todos na mesma casa, imagina como era a convivência (risos).

Antes do golpe militar, estive no MAPU, que foi o movimento popular unitário, um partido pequeno, de pequenos burgueses [risos], de origem e vertente cristã. Era uma linha da democracia cristã, mas eu não passei pela democracia cristã. [Nesse período, no MAPU], não tínhamos nenhuma consciência de gênero na noção de militância, estávamos todos na luta pelo socialismo

4

Margarita Iglesias se refere ao capítulo do livro "*Mujeres de Chile y Perú: Historia, derechos, feminismos. 1970-1990*" publicado no livro *Historia de las Mujeres de España y Latinoamérica*. (Autores, 2006, p. 851-871).

e todas essas coisas, éramos todos militantes e nada mais. Eu era muito jovem, não podia votar, porque não tinha idade para votar, mas trabalhei na eleição de Allende. Eu fui uma boa militante, por isso fui presa e processada.

[Depois de sair do cárcere, fiquei no país] e tive que tomar uma série de precauções, porque era óbvio que possuíam uma ficha, e isso me deixava pouco segura. Por esse motivo, tive que excluir coisas pessoais e significou muito. Senti muita solidão, não podia me envolver, pela segurança dos demais. Depois, também, nas organizações de mulheres que fui dirigente e muito ativa, fui presa muitas vezes, acho umas doze vezes, nas manifestações de rua.

Depois do golpe, no tempo de [Pinochet], foi ficando evidente que o ditador não era tão distinto dos ditadores locais. Foi nessa época que passei ao feminismo e comecei a minha militância. Durante a pesquisa que fiz pela [FLACSO, em 1982⁵] sobre o comportamento reprodutivo, maternidade e histórias de vida, com a população de mulheres, [ficou mais evidente para mim o feminismo]. Através de entrevistas, fui me encontrando com uma realidade sistemática, vi histórias de vida de mulheres de diferentes idades, de setores muito pobres, em plena ditadura e, para mim, foi um impacto brutal. E nunca havia sentido, pois vinha de uma família tão especial, onde parecia que não havia nenhuma discriminação de gênero ou, então, que não tinha nenhuma percepção de discriminação pessoal. Então, quando me inseri nesta investigação com mulheres [e] passei a conhecer a vida delas, prontamente tomei consciência, e daí em diante segui para o feminismo.

Fui dirigente numa organização que formamos com um grupo de mulheres que se chamava *Mujeres por la vida*, que não tem nada a ver com o aborto. Convocávamos as mulheres, fazíamos manifestações, conferências de imprensa, “atos relâmpagos” e declarações.

Era um grupo muito especial, porque havia mulheres desde o MIR até a democracia cristã. Então era um espaço unitário e com um leque de mulheres. Não éramos mais de vinte, mas todas tínhamos relações com distintas organizações sociais, então quando nos organizávamos para uma marcha ou manifestação, preparávamos assembleias com pessoas militantes das organizações. Por essa articulação, as marchas foram muito grandes, houve uma que somamos mais de cinco mil mulheres, isso se deu porque nos preparamos durante um mês com as organizações de todos os tipos, política, social, de setores populares, de setores médios, todos participaram.

No fim de 1983, uma situação muito dramática deu origem a dois movimentos, o nosso e o Movimento Contra a Tortura Sebastián Acevedo⁶. Esse foi pai de dois estudantes universitários que foram detidos [e estavam desaparecidos, sem conseguir informação deles junto às autoridades, Acevedo ateou fogo em seu corpo na frente da Catedral de *Concepción*, exigindo a devolução de seus filhos]. Foi terrível! Então, frente a isso, surgimos com um movimento de mulheres, pois não era possível que ficássemos paradas diante do que estava acontecendo. Fomos chamando mulheres de todos os setores, fizemos uma operação muito grande com muitos centros e empresas, e fizemos uma declaração chamada “Hoy y no mañana”.

6 O *Movimiento Contra La Tortura Sebastián Acevedo* teve início em 1983, após semanas de mobilizações para que se tivesse mais informações sobre o desaparecimento de pessoas e as torturas cometidas durante a ditadura, especificamente um protesto pedindo esclarecimentos do *Central Nacional de Informaciones*. “En 11 de noviembre de 1983, Sebastián Acevedo, trabajador de la construcción de cincuenta años de edad, se prendió fuego de espaldas a una cruz elevada ante la Catedral de Concepción, de cara a la Plaza de Armas de esa ciudad, como acto de presión a la autoridad para que diera a conocer la situación de sus dos hijos - María Candelaria y Galo Fernando -, que llevaban tres días desaparecidos luego de su arresto por la CNI. Al conocerse esta noticia en Santiago, el grupo de protesta resolvió unánimemente llamarse *Movimiento Contra la Tortura “Sebastián Acevedo”*. Tanto la iniciación del *Movimiento Contra la Tortura* como la inmolación de Sebastián Acevedo se produjeron en momentos muy intensos de la Protesta Nacional iniciada en el mes de mayo de 1983. La noticia del sacrificio de Sebastián Acevedo provocó una preocupación que llevó a la conciencia nacional al nivel más alto que alcanzara en cuanto al conocimiento y a la aceptación de que el régimen militar chileno ha hecho de la tortura una práctica masiva.” (Vidal, 2002),

ORGANIZAÇÕES DE MULHERES

Eu faço parte de outras redes, onde estão as que começaram o movimento feminista no Chile e nosso grupo, *Mujeres por la Vida*, também iniciou os grupos feministas e de consciência feminista, [um grupo que se chama] *Asociación para la Unidad de las Mujeres* (ASUMA). Nunca estive envolvida nesse grupo de forma sistemática, sempre estive ao redor, mas nunca participei ativamente.

Mas antes de 1983, eu era uma feminista “não elaborada”, havia algo natural que trazia desde o berço. A novidade para mim foi a tomada de consciência e a opressão da maioria das mulheres. Naquela altura, me parecia natural ou normal que a mulher e os homens fossem iguais e que estávamos no mesmo meio, depois reelaborei o que havia sido minha experiência de militância durante a ditadura e como nessa experiência havia, claro, uma discriminação de gênero.

Por exemplo, no tempo da UP, eu trabalhava em uma instituição do governo, no gabinete do Ministro da Fazenda, por alguns meses, mas já tinha passado pelo gabinete do Ministro da Economia, isso no ano de 1972. Eu já trabalhava com os sindicatos, meu trabalho, digamos, profissional de socióloga, foi com os sindicatos, com os operários. Bem, neste tempo, houve muitas paralisações e aconteceram situações muito difíceis, então fui secretária executiva na comissão de governo que tem a ver com todos os funcionários públicos, em todos os setores públicos e era muito curioso porque, quando era para tomar decisões, misteriosamente, eu estava em um lugar diferente, mas quando era para trabalhar, eu trabalhava muito! Mas todas estas coisas fui reelaborando depois, naquela época eu estava lutando pelo processo popular, não era relevante, foi depois que me perguntei: por que todos eles vão a tal reunião e eu ficava a cargo de tais e tais coisas?

[Na década de 1980] no Chile aconteceu o primeiro seminário de teoria feminista que se organizou a nível internacional, não me recordo de outros. Era a primeira vez que nós íamos a um seminário de teoria feminista neste país, foi o primeiro, foi importantíssimo, éramos umas setenta. Falamos sobre heterossexualidade compulsória, coisas que nunca tinha visto. Havia entre nós algumas que já vinham com o feminismo mais elaborado, mais consciente e mais acadêmico. Pessoas que vieram da Itália, da Alemanha, da França, isso foi uma ajuda, gente que vinha dos Estados Unidos, mas nós éramos pura autoconsciência, não tínhamos elaboração, nem diálogo, nem leitura, e as que liam eram poucas.

O ano de 1983 foi um ano chave, muito forte, porque foi nele que começaram as manifestações populares. Foi a primeira grande manifestação em que estivemos nas ruas, quando se fizeram os famosos protestos nacionais de Maio⁷. E, nesse mesmo ano, ocorreram articulações de muitos movimentos sociais e movimentos de mulheres. Então, nasceram duas coordenações, uma foi a nossa, movimento *Mujeres Por La Vida*, e o outro foi o *Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile* (MEMCH)⁸, para retomar o antigo nome de movimento de emancipação da mulher chilena [da década de 1930]. E havia mulheres que vinham dessa época,

7 "Em 1983 inicia-se o protesto massivo, social e político, frente ao qual o regime mantém um alto nível de repressão, ao passo que combina aberturas limitadas e informais com 'fechamentos' políticos e avanços na institucionalização com vistas a 1989. A oposição, por seu lado, defronta-se com os problemas da sua fragmentação e da vinculação da estrutura político-partidária com a sociedade. Podemos agora entrar na análise das mobilizações sociais sob o regime militar. Até 1983 só se pode falar em mobilizações setoriais e parciais. Elas dizem respeito a ações de defesa, protesto e solidariedade face à violação dos direitos humanos por parte do regime militar; atividades de subsistência e reivindicativas em setores 'poblacionales'; reivindicações trabalhistas; manifestações de caráter político em certas datas e mobilizações culturais e estudantis, que também adquirem no último caso traços reivindicativos." (Garreton, 1989, p. 87-102).

8 "La lucha por la igualdad jurídica y política y por el acceso paritario al mercado laboral entre hombres y mujeres, tuvo entre sus más importantes exponentes al MEMCH, Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile, durante la primera mitad del siglo XX. En una época en que la palabra emancipación era considerada sinónimo de libertinaje, este movimiento inauguró una etapa para la historia social y política de las mujeres de fuerte influencia feminista". Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-3611.htm>. Acesso em: 29 nov. 2020.

foi uma espécie de passar o bastão, “agora é com vocês!” Então se formou o MEMCH e o *Mujeres Por La Vida* em conjunto. Fomos nos articulando e desenvolvendo estas manifestações e atividades, ainda havia muita repressão, não era uma questão fácil.

Havia toda uma tensão entre feminismo e política, em 1982. Julieta Kirkwood⁹ elaborou uma formulação sobre os “nós” entre o feminismo e política, e essa tensão entre feminismo e política teve, em 1983, um momento forte. Eu especificamente me preocupei em incorporar algumas feministas, claramente feministas, como parte de um grupo onde havia mulheres dirigentes políticas de partido, mulheres da central unitária de trabalhadores, mas também estavam no nosso grupo jornalistas pela causa da revolução da democracia cristã, o Partido Comunista, o MIR, digamos, nós tratamos de incorporar todos.

O que acontece é que, entre 1983 até 1990, toda essa atenção entre feminismo e política foi se desenhando, porque por um lado as políticas reconheceram e tomaram consciência da discriminação de gênero que havia em seus partidos - socialista, comunista, cristão, todos por igual - e nossas feministas puderam estabelecer uma reflexão mais política com as outras mulheres. É muito interessante, pois se produziu uma mescla, inclusive as democratas cristãs, entrevistadas em 1992, já se declararam feministas, como parte deste processo.

Então, evidentemente que o movimento feminista ou o feminismo, os feminismos, como queiram chamar, acabaram empurrando um certo sentido. No Chile, no Peru e em outros países da América Latina, o feminismo nasce de esquerda e está ligado ao tema de classes, é inseparável. Neste período, estava se produzindo uma confluência progressiva e foi um tempo em que nasceu o famoso feminismo popular, também formado por nós e com grupos de mulheres populares, e foram elaborando “o que é ser feminista popular?”

9

Julieta Kirkwood (1936-1985) foi uma importante intelectual, socióloga, cientista política, professora e pesquisadora. Elaborou diversos trabalhos de estudos feministas. Ver mais em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-10292.html>. Acesso em: 29 nov. 2020.

A ACADEMIA

O que acontece é que não há uma distinção, ou seja, as mulheres que estavam envolvidas nestes temas desde a academia, éramos feministas, não havia feministas neste tipo de ativismo ou luta. Então, claro, tu pode aplicar um “feministômetro”, podias dizer “tu és mais feminista, tu não, não!”. O interessante é que quando tínhamos atividades nas ruas, marchas nas ruas, estávamos todas, não faltava nenhuma, óbvio que tínhamos uma luta compartilhada. Um livro de Eliana Largo (2014) informa sobre o trabalho de reconstituição do movimento de mulheres do tempo da ditadura militar e como foram se confluindo as agendas. Na democrática, principalmente, começaram a ter um conteúdo mais de gênero.

[No final de 1980] tivemos cuidado em como se vinha instalando as demandas, e elas foram tremendamente gerais de recuperação da democracia, para depois assumir um conteúdo mais específico, sobretudo no contexto do plebiscito de 1988, [quando se] forma a concentração de mulheres pela democracia, que muitas de nós participaram e, finalmente, geramos as propostas de política e a criação do Serviço Nacional das Mulheres e todas as políticas. E isso ocorreu no mesmo movimento em que se conseguiu articular pessoas não especializadas, as acadêmicas, os movimentos sociais, para estar articulando as mulheres de partido, pois, como temos estas coordenações que finalmente se instalam à agenda no governo. É muito interessante o que se passou neste país e o que nós fizemos.

DIREITOS HUMANOS DO MOVIMENTO *MULHERES PELA VIDA*

[Nosso grupo] tinha claramente uma parte que lutava pelos direitos humanos, mas tinha uma direção muito política

que era o fim da ditadura. Os direitos humanos, porque pudemos incorporar outras mulheres e se fortaleceu entre nós os componentes, mas, ao mesmo tempo, se fortaleceu o pensamento feminista. Por exemplo, no ano de 1988, trabalhamos em duas linhas, uma era como fazer visível o tema do plebiscito. Fizemos uma campanha belíssima que se chamou *No me olvides*, com manifestações de rua, uma coisa muito especial, [colocamos painéis] que diziam “sou uma vítima da ditadura não me esqueça”, “me torturaram, me desapareceram, me esqueceste”. A outra foi uma campanha com a uma organização de mulheres que se chamava “Sou mulher tenho direito”, que foi todo um processo de debate (fomos em vários lugares com os recursos que conseguimos) para decidir quais eram os direitos e qual deveria ser a agenda. Fizemos muitas reuniões com oficinas ao longo do país, com as duas linhas paralelas, uma a agenda mais própria de “mulheres feministas”, entre aspas, e a agenda de direitos humanos.

Nesse trabalho [participavam] somente mulheres, mas nas atividades sempre tínhamos nossos amigos, nossos advogados, pois tínhamos de nos proteger, e as mulheres que estavam participando. Íamos todas bem vestidas e com todo esse classismo, sexismo e tudo. Éramos absolutamente conscientes e tínhamos muito claro que a polícia quando via mulheres bem vestidas nos tratavam bem melhor do que as que tinham um aspecto mais popular. Então as mulheres que vinham dos povoados, que eram militantes, vinham muito bem arrumadas.

OS FEMINISMOS

No sentido feminista, [sigo] igualmente feminista, no sentido político, igualmente política (risos), o que muda é o contexto mais fortemente. A transição chilena, igual a outras transições,

foi uma transição muito dura, tivemos que ter cuidado com as forças armadas durante muitos anos e foi uma transição que tem coisas muito difíceis para nós. Porque se privilegiou, de alguma maneira, os partidos políticos por cima dos movimentos sociais, então, progressivamente, fomos desmobilizando os movimentos. Eu diria que os de mulheres são os que mais mantiveram e mantêm atividades, mas muito mais segmentados. Na segunda metade de 1980, tivemos uns níveis de articulações notáveis por todo país, ou seja, como processo de mobilizações, articulações territoriais. A transição privilegiou os partidos políticos, os recursos da cooperação foram para o governo e as tiraram das ONGs, então vai gerando uma série de condições que faz com que, por um lado, o movimento também se institucionalize em ONGs, para poder conseguir recursos. Então, a agenda mais política, mais radical foi ficando de lado, porque assumimos como tarefa principal o trabalho com políticas públicas.

O feminismo, em seu segmento majoritário, tinha uma influência de concepção democrática, muitas mulheres líderes, dirigentes, em nível local, foram para os municípios e aos ministérios, começaram a ocupar espaços, menos ser candidatas a deputadas, que era um tema pendente dos partidos, então se produziu essa tensão. Já o feminismo autônomo é um setor minoritário. A tensão produzida é extremamente difícil para todas nós, porque [tínhamos que dialogar] com empresários e outros atores, como a Igreja Católica, totalmente conservadora, elitizada, controladora, então incluir os temas feministas na agenda era um trabalho grande que, apesar de ter um governo teoricamente progressista, [é tema] de disputa política interna.

PARTICIPAÇÃO NOS PARTIDOS

Fiz parte do Partido pela Democracia (PPD)¹⁰, que foi criado para participar e controlar o plebiscito. O partido, para sua fundação, não teve nenhuma militância muito ativa em relação às mulheres, mas esse partido entrou em crise como todos os demais. A partir daí não tive mais participação, mas continuo convencida que o melhor caminho é o de esquerda extra parlamentar. Me interessa esse território, me mantive sempre articulada em organizações de mulheres, desenvolvendo instituições de mulheres, formando grupos de mulheres. Nós seguimos com uma agenda, que é distinta, nos mantemos mais ou menos um espaço de ação institucional tratando de buscar atores. No sentido de visão, sinto que não tive muitas mudanças, continuo pensando que a democracia deve ser participativa, ou seja, estamos sempre com tarefas pendentes.

ENTREVISTAS

IGLESIAS, Margarita. [Entrevista concedida a] Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. **Acervo LEGH/UFSC**. Santiago, Chile, 06/2010.

VALDES, Teresa. [Entrevista concedida a] Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. **Acervo LEGH/UFSC**. Santiago, Chile, 25/06/2007.

10 *Partido Por la Democracia* (PPD). Partido político de centro-esquerda fundado por Ricardo Lagos Escobar, Guido Girardi Lavín e Sergio Bitar Chacra, entre outras personalidades políticas, em 15 de dezembro de 1987 no contexto anterior ao plebiscito que decidiu o final da ditadura militar encabeçada por Augusto Pinochet Ugarte. Fonte: Biblioteca do Congresso Nacional do Chile.

REFERÊNCIAS

ANSALDI, Waldo. Matriuskas de Terror. Algunos elementos para analizar la dictadura argentina dentro de las dictaduras del Cono Sur. *In*: PUCCIARELLI, Alfredo (Org.): **Empresarios, Tecnócratas y Militares**. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004. p. 27-51.

ARANGUIZ, Tamara Vidaurrazaga. **Mujeres en rojo y negro**: memoria de tres mujeres miristas: 1917-1990. Buenos Aires: América Libre, 2007.

COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. **Informe de la Comisión Nacional de verdad y reconciliación. 2ed, Santiago do Chile**, 1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/chile/nunca_mas_chile_a_1vol1_t1.pdf. Acesso em: 02 mai. 2016.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

DEUSA, Isabel Morant (Dir). **Historia de las mujeres en España y América Latina**. 2ed. España: Cátedra, 2006.

GARRETON MERINO, Manuel Antonio. Mobilizações populares, regime militar e transição para a democracia no Chile. **Lua Nova**, São Paulo, n. 16, p. 87-102, Mar. 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/rStCX4Sn4RHcdqCNhPqn7bL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2020.

HUNEEUS, Carlos. **El régimen de Pinochet**. Santiago do Chile: Sudamericana, 2000.

LARGO, Eliana. Calles caminadas, anverso y reverso. **DIBAM**, 2014. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0069385.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2020.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul. *In*: PEDRO, Maria Joana; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010. página inicial e final do capítulo.

RICHARD, Nelly. La problemática del feminismo en los años de la transición en Chile. *In*: MATO, Daniel. **Estudios latino americanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**. Caracas y Buenos Aires: UNESCO y Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), 2001. página inicial e final do capítulo. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100914035407/15richard.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2020.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à Nova República**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TOBAR, Marcela Ríos; CATALÁN, Lorena Godoy; CAVIEDES, Elizabeth Guerrero. **¿Um Nuevo silencio feminista?** La transformación de un movimiento social en el Chile postdictadura. Santiago de Chile: Centro de estudios de la mujer/Editorial Cuarto Propio, 2003.

VIDAL, Hernán. **El movimiento contra la tortura Sebastián Acevedo. Derechos humanos y la producción de símbolos nacionales bajo el fascismo chileno**. Santiago de Chile: Mosquito Comunicaciones, 2002.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

LISTA DE SIGLAS

ASUMA	Asociación para la Unidad de las Mujeres
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
ONU	Organização das Nações Unidas
GPM's	Grupos Político-Militares
UP	Unidade Popular
PS	Partido Socialista Chileno
PC	Partido Comunista Chileno
MAPU	Movimiento de Acción Popular Unitaria
FLACSO	Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales de Chile
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
MEMCH	Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile
PPD	Partido Por La Democracia
ASUMA	Asociación para la Unidad de las Mujeres
PPD	Partido pela Democracia, o PPD

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Allende, Salvador 213, 214, 215, 216, 217, 222, 234, 235

Chartier, Roger 233

Kirkwood, Julieta 219, 239

Largo, Eliana 240

Perrot, Michelle 233

ÍNDICE REMISSIVO

C

clandestinidade 217, 218, 226, 229, 231

Cuba 228, 230

E

exílio 219, 227, 230

F

feminismos 212, 219, 234, 239, 241, 244

feminista 219, 228, 237, 238, 239, 240, 241, 245

França 219, 228, 232, 238

L

La Casa de La Mujer La Morada 228

M

MIR 216, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226,
227, 228, 229, 230, 231, 232, 236, 239, 246

Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU) 234

P

Partido pela Democracia 243, 246

plebiscito 220, 229, 232, 240, 241, 243

U

União Popular 222, 223

6

Josiély Koerich

Larissa Freitas

Lucas Fernandes Silochi

Tamy Amorim da Silva

PARAGUAI:

**MULHERES ENGAJADAS NA
RESISTÊNCIA CONTRA A DITADURA**

O Paraguai foi palco da mais longa ditadura civil-militar vivenciada pelos países do Cone Sul latino-americano. Em 1954, por meio de um golpe militar¹, o General Alfredo Stroessner passou a governar o país, dando continuidade a uma dinâmica política pautada por governos autoritários e conflitos políticos. O protagonismo militarista na direção do Estado paraguaio teve seu ápice no período stronista, mas é importante mencionar que o stronismo não emergiu do nada, como analisam Lorena Soler, Diego Abente Brun, Benjamim Arditi, entre outras/os pesquisadoras/es. O Paraguai, diferentemente de outros países da região, teve Stroessner como presidente de forma ininterrupta por quase 35 anos e seu governo se fundou com uma prática personalista, truculenta e corrupta, através de um rígido controle institucional travestido de democracia.

De modo geral, o regime de Stroessner pode ser dividido didaticamente em três fases principais, sendo a primeira entre 1954 a 1967, conhecida como a fase de consolidação, a segunda de 1968 a 1981, período de expansão, e a terceira, de 1982 a 1989, intitulada fase de decomposição (Nickson, 2010, p. 265-294). Em todas elas, a repressão a quaisquer formas de organização e movimentação social ou a manifestações de oposição ao regime, fossem urbanas ou rurais, foi extremamente violenta.²

Entre os possíveis questionamentos sobre a última ditadura no Paraguai, consta aquele referente à extraordinária permanência de Stroessner por mais de três décadas no governo. O ditador soube,

- 1 Entre os dias 3 e 4 de maio de 1954, a partir do seu posto de Comandante em Chefe das Forças Armadas, Alfredo Stroessner articulou o golpe que pôs fim ao governo de Federico Chaves. Como solução à crise institucional advinda desse golpe, a Junta de Governo do Partido Colorado indicou Romero Pereira como presidente provisório e Stroessner como candidato colorado para as eleições presidenciais de junho daquele ano.
- 2 Durante o regime stronista, inúmeras/os paraguaias/os foram torturadas/os, presas/os, mortas/os ou exiladas/os. De acordo com o relatório final da *Comisión de Verdad y Justicia*, 20.090 pessoas foram vítimas diretas de violações de Direitos Humanos no Paraguai, das quais 19.862 foram detidas de forma arbitrária ou ilegal; 18.772 foram torturadas; 59 mortas extrajudicialmente; 336 desaparecidas e 3.470 exiladas. Porém, o número de pessoas afetadas pela cultura do medo institucionalizada no país é incontável (Comisión de Verdad y Justicia, 2008, p. 46).

por um lado, forjar uma aliança – não necessariamente homogênea ou livre de conflitos – entre o partido Colorado e as Forças Armadas e, por outro, consolidar mecanismos relativamente eficazes de sustentação de seu governo, cujas bases seriam: uma fachada democrática, um sistema de repressão “eficaz” e, por fim, o forte apoio financeiro proveniente dos Estados Unidos (Nickson, 2010, p. 277).

No entanto, se os elementos elencados contribuíram largamente para a manutenção do poder nas mãos de Stroessner, isso não significa que o período tenha sido marcado pela resignação. Pelo contrário, fortes manifestações de resistência insistiram, desde 1954, e foram quase sempre duramente reprimidas pela proeminente estrutura civil-militar instaurada, com perseguições, prisões e assassinato das/os insurgentes.

Tais manifestações foram múltiplas e variadas. Podemos citar os exemplos dos movimentos estudantis secundaristas e universitários que tiveram forte atuação na região de Assunção; a resistência armada em suas “três grandes ou maiores experiências” manifestas no *Movimiento 14 de Mayo* (M14), na *Frente Unido de Liberación Nacional* (FULNA) e na *Organización Político-Militar* (OPM)³; e a organização do movimento campestino em áreas rurais, das quais conhecemos as *Ligas Agrarias Cristianas* (LAC) e o *Movimiento Campesino Paraguayo* (MCP) (LACHI, 2004). Além de tais manifestações, a ditadura stronista foi marcada pela emergência dos feminismos e movimentos de mulheres, que ocorreu com maior vigor no período de “decomposição” do regime.

As entrevistas de Guillermina Kanonnikoff Flores, Stella Rojas, Maguiorina B. Cardozo e Line Bareiro, que se encontram nas

3 Entre os anos de 1959 e 1960, grupos opositores exilados na Argentina, agrupados no *Movimiento 14 de Mayo* tentaram, mediante incursões armadas, adentrar o Paraguai e realizar uma mudança política. Suas primeiras incursões, tentativas de invasão guerrilheira, ocorreram no final de 1959. Entretanto, foi no decorrer de 1960 que estes grupos foram duramente reprimidos pelas forças de repressão stronista, tendo muitos de seus militantes sido presos e submetidos a torturas.

próximas páginas, tematizam esses aspectos constitutivos da resistência civil ao regime stronista: as guerrilhas, os movimentos estudantis, os movimentos camponeses e os feminismos. Tais experiências narradas descortinam as trajetórias de cada uma das entrevistadas através de um processo ainda em curso. A despeito do momento histórico demarcado pela queda de Stroessner, as memórias encarnadas nessas mulheres e em toda a sociedade paraguaia seguem atravessadas por emoções, silêncios, esquecimentos e contam não apenas de suas lutas e vivências durante o período, mas também de seus projetos, temores e anseios. Guillermina, Stella, Maguiorina e Line possibilitam-nos conhecer e lançar outros olhares sobre a história paraguaia recente.

As entrevistas com Guillermina Kanonnikoff Flores e Stella Maris Rojas Vittore salientam importantes questões sobre a atuação de mulheres em grupos de esquerda durante o stronismo. Movidas pela inconformidade com o regime e ante a imobilidade política que mantinha o país cristalizado por décadas, Guillermina e Stella foram militantes da *Organización Político Militar* (OPM) – posteriormente rebatizada *Organización Primero de Marzo*. A OPM, movimento clandestino de esquerda de elevado nível organizativo e político, com grande número de integrantes oriundos de diferentes setores e com experiência de luta, principalmente de jovens de classe média urbana e de setores camponeses ligados às LAC, foi uma das principais tentativas de se criar uma organização armada na década de 1970 no Paraguai.

Presas por participarem da insurgência armada contra a ditadura, em muitos pontos as histórias de Guillermina e Stella se aproximam: pela formação na Universidad Católica em Psicopedagogia, pelos aspectos de suas militâncias na OPM, pela captação através de seus companheiros, na condição de mulher dentro da organização, pela gravidez durante a resistência, pela prisão política e por suas posturas diante da ditadura.

Com o fim da ditadura stronista, Guillermina seguiu lutando e militando, porém, em outras frentes, empreendendo um trabalho de memória junto a organizações civis comprometidas com a denúncia e a culpabilização dos responsáveis pelas arbitrariedades perpetradas durante este período.

Stella oferece uma perspectiva diferente. Com vivências e elaborações particulares, apesar das similaridades e pelos encontros com a experiência da companheira, seu relato evidencia os desafios relativos às memórias difíceis, à complexa relação estabelecida entre doses de lembrança e esquecimento e à eleição de lugares apropriados para ambos. A narrativa de Stella nos convida a refletir sobre os espaços ocupados por mulheres durante a ditadura, os ventos do feminismo nos anos setenta, bem como a maneira como se escreve a história em seu país.

Faz-se premente destacar o eficiente e coordenado aparato repressivo que foi construído e aperfeiçoado pelo stronismo. Tal aparato tinha pontos centrais do controle sobre a população⁴ no *Departamento de Investigaciones de la Policía de la Capital* (DIPC), onde foram detidas e torturadas Guillermina e Stella, juntamente com outros membros da OPM, e na *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT), conhecida como "La Técnica".

Diferentemente das demais ditaduras vivenciadas no Cone Sul no período correlato ao de Stroessner, não se criaram unidades

4 Em 22 de dezembro de 1992, foi encontrado, em Lambaré, cidade próxima à capital paraguaia, o *Archivo del Terror* do Paraguai, como ficou popularizado pela imprensa paraguaia. Constituído pelos mais variados tipos documentais, este arquivo reúne materiais produzidos ou confiscados pela polícia secreta de Stroessner, oriundos do *Departamento de Producción de la Policía de la Capital*, *Sección Técnica del Ministerio del Interior*, *Departamento Judicial de la Policía*, *Comisaría Tercera de Asunción* e *Delegación de Gobierno de Caaguazú* ao longo do seu acionar repressivo. Oficialmente denominado de *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos*, o extenso acervo que compõem o *Archivo del Terror* (que se encontra reunido neste centro localizado no *Palacio de la Justicia*, em Assunção, dispõem de um milhão de assombrosos documentos, segundo o sítio eletrônico do *Museo Virtual de la Memoria y Verdad sobre el Stronismo* (MEVES). Informações disponíveis em: <http://meves.org.py/>.

policiais paralelas, sendo estas realizadas nas delegacias policiais, ou seja, nas estruturas visíveis e formais do Estado (Nickson, 2010, p. 277). O controle, para além das forças policiais e militares, estendia-se ao contingente de civis associados ao partido colorado, com sua rede de apoiadores e informantes em todas as regiões do país – e até em países vizinhos –, especialmente infiltrados em organizações opositoras ao regime, as quais foram sistematicamente desarticuladas e reprimidas. A OPM não teve fim diferente, tendo sido desmantelada em duas etapas, primeiro em 1976 e, definitivamente, em 1978, antes de realizar qualquer operação de envergadura (Farina; Paz, 2014, p. 112; Céspedes; Paredes, 2004, p. 29).

A terceira entrevista, de Maguiorina Balbuena Cardozo, trata de temas ligados à atuação de movimentos campestinos nesse período e da resistência à ditadura no meio rural. Essa contextualização ocorre a partir de suas ricas memórias, quando desde muito jovem começou a se engajar em causas sociais e políticas, tendo sofrido perseguições e exílio. Além disso, seu relato discorre sobre sua posterior identificação com o feminismo, após a formação da CONAMURI, no final da década de 1990.

Os movimentos sociais do campo que se organizaram durante essa conjuntura autoritária podem ser compreendidos em duas fases: a primeira, a partir do final da década de 1960 e início de 1970, quando emergiram as *Ligas Agrarias Cristianas* (LAC) – ligadas diretamente a religiosos católicos adeptos da Teologia da Libertação⁵; e a segunda, no final da década de 1970, quando se formou o *Movimiento Campesino Paraguayo* (MCP) – este, por sua vez, com propostas mais autônomas e distanciadas da Igreja Católica.

5 A Teologia da Libertação foi, de modo geral, uma corrente teológica de inspiração marxista que se desenvolveu inicialmente na América Latina nos anos 1970, e possuía uma doutrina voltada para a atuação de membros da Igreja nas áreas de base. Propunha, dentre outras coisas, o engajamento político dos cristãos (Daboit, 1996, p. 104).

Maguiorina foi atuante em organizações camponesas no Paraguai que lutaram contra a forte repressão que se instalou contra as populações do campo, sobretudo entre as décadas de 1970 e fins de 1980. Foi uma das mais importantes lideranças em favor das causas camponesas, sendo uma das fundadoras do MCP e da *Coordinación de Mujeres Campesinas* (CMC)⁶ durante a década de 1980.

Maguiorina também ajudou a formar e foi coordenadora da Coordenadoria Nacional de *Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indigenas* (CONAMURI), cujas sedes se localizam nas cidades de Assunção e Caaguaçu⁷. Esta organização foi criada em 1999 e a maior parte de suas fundadoras militavam na CMC. Sua criação deveu-se à busca das militantes por maior autonomia em suas ações, através da formação de um coletivo específico de mulheres camponesas e não mais como uma coordenação dentro de um movimento. A CONAMURI segue atuante até os dias de hoje e se identifica como organização de mulheres camponesas, socialistas e feministas. Luta, dentre outras coisas, por direitos das mulheres oriundas de áreas rurais e é radicalmente contra o agronegócio e o capitalismo.

A quarta e última entrevista é da cientista política Line Bareiro, que apresenta vários elementos para entender seu engajamento com as lutas de mulheres e feministas. Sua narrativa parte da crescente participação em movimentos críticos à ditadura: esteve vinculada ao teatro, ao movimento estudantil da Faculdade de Direito e aos demais que emergiram na *Universidad Nacional de Asunción* (UNA), em organizações como o *Movimiento Independiente* (MI)⁸ e a *Frente Unido Revolucionario* (FUR).

6 A *Coordinación de Mujeres Campesinas* foi uma coordenação de mulheres formada em 1985, e que estava inserida dentro do *Movimiento Campesino Paraguayo*, fundado em 1980.

7 No início de 2016, Maguiorina tornou-se candidata a vice-presidente do Paraguai pelo partido Kuña Pyrenda. O Kuña Pyrenda é um partido feminista, ecologista e socialista.

8 Movimento estudantil de esquerda apartidário cujo principal dirigente foi Juan Félix "Pon" Bogado Gondra. (Céspedes; Paredes, 2004, p. 32).

O processo de tornar-se feminista foi tematizado na trajetória política de Line Bareiro em meio às experiências vividas na Alemanha, para onde foi estudar devido aos ciclos de repressão na década de 1970. Em meados de 1980 retornou ao Paraguai, em um momento em que se vivia um período complexo e de efervescência dos movimentos sociais. Nessa conjuntura, aderiu a grupos feministas e de Direitos Humanos. Atualmente, continua com seus trabalhos no *Centro de Documentación y Estudios* (CDE) e está articulada a diversas redes e organizações de mulheres nacional e internacionalmente. Seria impossível abarcar em apenas uma entrevista toda a trajetória de Line Bareiro, assim como das demais entrevistadas, mas esperamos com este trabalho contribuir em perspectivar alguns aspectos das vivências desta intelectual.

É preciso atentar para o fato de que, na década 1980, emergiu no Paraguai um feminismo ligado a várias entidades e lideranças feministas. Mas, como se verá, pode-se dizer que havia feminismos no Paraguai antes desse período. Mesmo sabendo que, em meio a contextos autoritários, os espíritos de liberdade são contestados e reprimidos, muitas mulheres refletiram e desafiaram o que lhes era imposto e agiam de forma coletiva⁹. Em período anterior e mesmo durante o regime ditatorial, havia associações que almejavam a igualdade perante a lei - cabe lembrar que o sufrágio foi efetivado somente em 1961.

Segundo alguns estudos, a maioria das organizações de mulheres e feministas foram formadas na década de 1980, vinculadas, entre outros possíveis fatores, ao ano e década da Mulher

9 Nas primeiras décadas do século XX, diversas associações de mulheres pediam pelo sufrágio político, melhor educação para as mulheres, entre outros. Entre os anos de 1951-1965, havia quatro organizações de mulheres. A década de 1970 é um período que merece ser refletido no que concerne aos espaços criados por mulheres. Poucos são os trabalhos que evidenciam organizações femininas nos partidos e a participação de mulheres em organizações de direitos humanos, em grupos religiosos, nos movimentos campesinos, sendo esses lugares importantes para se refletir sobre as sociabilidades e as discussões levantadas (Echauri; Soto; Torres, 1991, p. 15; Silva, 2016; Freitas, 2015).

(1975-1985), aos eventos internacionais sobre o tema, ao impulso das militantes feministas propondo visibilizar a condição de mulheres e à luta e às demandas contra a ditadura e o regime stronista (crise econômica, conflitos na unidade interna no partido e no exército; crescente desvalorização do regime e mudança do cenário internacional).

“NÓS HAVÍAMOS FEITO UM JURAMENTO”: A RECONSTRUÇÃO DE SI NO RELATO DE GUILLERMINA KANONNIKOFF FLORES

Éramos, eu e meu primeiro marido, Mário Raul Schaerer Prono¹⁰, de uma organização que se chamava *Organización Primero de Marzo* ou *Organización Político Militar*¹¹ ou OPM, que surgiu de vários setores: intelectual, operário, juvenil, estudantil e campesino e muitos do setor eclesiástico. Éramos jovens, a faixa etária estava entre os quinze e vinte e cinco anos, e já não estávamos dispostos a continuar tolerando os níveis de corrupção e de repressão que vivia a sociedade paraguaia. Isso foi no ano de 1975, 1976. Então, buscávamos linhas, espaços através dos quais pudéssemos canalizar o caos, nossa inquietude, nossas ideias, sendo que os partidos políticos tradicionais até então não ofereciam nenhuma alternativa real para uma mudança de estrutura.

Integramos a OPM em maio de 1975, num primeiro momento não como um casal. Primeiro, o Mário Raul foi integrado e recrutado.

10 Mario Raul Schaerer Prono, foi professor e militante da OPM. Aos 23 anos - em 1976 - foi preso e torturado durante quase 24 horas, sendo assassinado pela polícia política de Stroessner. Seu caso tornou-se emblemático para as denúncias de violação dos direitos humanos pelo Estado paraguaio. Para mais informações ver os trabalhos de Adriana Gamarra (2011).

11 A OPM foi um movimento político-militar de resistência armada à ditadura stronista, desarticulado entre 1976 e 1977.

E eu fui me dando conta, pelas atitudes de Mário, de que havia algo ocorrendo e que eu não estava entendendo, porque nós éramos jovens de vinte anos. Eu tinha vinte, e Mário vinte e dois, e nosso relacionamento foi se construindo desde os quinze anos. Nosso compromisso cristão foi crescendo até se converter num compromisso político e num relacionamento que se baseava numa comunicação contínua e num crescimento mútuo. Tudo nós fazíamos juntos, havia absoluta transparência e, fundamentalmente, nós construíamos o nosso relacionamento com base na confiança. Então, com o passar do tempo, fui me dando conta de que havia situações que eu não entendia, e Mário dizia que não podia comentar certas coisas. E eu ficava pensando “o que seria isso que ele não pode comentar, se eu comento tudo com ele? O que é que tem aqui, que está tudo fechado?” Como eu o pressionava muito, um dia me disse: “tenho que te falar algo, porque isso pode ser muito importante para o relacionamento, é uma questão política, é algo muito sério.” E isso foi em um período em que já estávamos na universidade; e fomos assumindo responsabilidades dentro de um contexto diferente, já mais politizado.

Quando chegou o momento da proposta de minha integração à OPM, ele me disse que era um grupo de pessoas de diferentes níveis e de diferentes classes sociais fazendo análises da realidade política em que vivia o país, e me contou de uma graduação de compromissos que se podia almejar como possibilidade de ir formando um “exército do povo” onde, inclusive, a luta armada estava contemplada no processo. Contudo, não era necessariamente integrar-se e formar uma equipe, e sim um processo gradual de formação teórica e prática dentro de um esquema determinado que passava pelas organizações. Passava-se, então, por vários níveis: primeiro uma captação; segundo uma prova em que eram destacados a confiabilidade da pessoa, a honra da pessoa, o compromisso real com a causa do povo. E assim, então, se ia ascendendo dentro do grupo, de um nível de capacitação até um de maior âmbito, integrando-se à organização posteriormente, e já assumindo uma célula –

que era uma coluna. A partir disso, era integrar-se como combatente em níveis mais comprometidos dentro da escala da organização. Bom, estávamos nesse íterim de ir conhecendo como era a organização, quais eram os princípios, as propostas, e até onde iríamos. Isso durou quase um ano.

Nesse período, encarregavam-me na organização de tarefas de impressão, de datilografia, de publicação de documentos, de fabricação, entre outros. Em um dado momento fui encarregada com outra companheira da impressão do jornal que se chamava *Tata Piriri*¹², que é o “fogo que solta faísca” ou o “momento que se assopra e sai faísca”. Isto é, levantar o fogo e contagiar a outros, essa era a intenção. Outra tarefa foi fazer o levantamento da zona onde os companheiros iam se reunir para estabelecer a segurança do local, além da incorporação de outros militantes, ou seja, tudo era do primeiro momento que chamávamos de “el captar” – o nível da captação. Eu passava os nomes para os outros companheiros que faziam um trabalho mais profundo de integração. Também tinha o tema da disciplina, da ginástica diária que recomendávamos. Desenvolvíamos com outras pessoas, ainda, o nível de crítica e autocrítica. Chegamos a um nível de ensinamento em leitura, em disciplina e em manejo de locais e, com isso, na medida em que demonstrávamos compromisso em nível de aceitação pelas tarefas que nos eram mandadas, poderíamos ser promovidas.

Nesse momento, fiquei grávida. E, então, as coisas não eram muito fáceis para uma mulher assumir um nível de compromisso estando grávida de um primeiro filho e na situação de clandestinidade, porque vivíamos uma vida dupla, uma vida clandestina e uma vida civil. Vivíamos uma vida civil com muita pressão, porque tínhamos que fazer o trabalho político de forma clandestina e, às vezes,

12

Revista de circulação interna da OPM, devido à situação clandestina da organização. Uma das duas formas de difusão ideológica, segundo Wellbach (2008), praticadas pela OPM. Escrita e editada em Assunção, atingia as células que a organização mantinha no exílio.

tínhamos que ter uma vida normal para a sociedade, para nossa família, para nossos amigos etc. Ainda que fosse muito empolgante tudo isso, sabíamos que estávamos assumindo uma responsabilidade muito forte que era, também, com essa sociedade tão excluída. Havia necessidade de um compromisso maior que coincidissem com o nosso compromisso de ser cristão, este que, para nós, significava uma complementação do político e do cidadão. Não podíamos entender um sem o outro. Nesse momento, assumimos essa instância da Igreja comprometida, a partir de Medellín¹³, que fazia com que nosso comprometimento como cristãos fosse muito sério, inclusive bem radical, em dizer que tudo aquilo que significava oferecer a própria vida em favor da libertação do povo estava dentro dos parâmetros que consideramos, e até onde teria que chegar esse compromisso.

Nessa época eu era professora, era educadora e o Mário também. Éramos professores das disciplinas de Orientação Cristã em um colégio religioso chamado San Cristóbal. Eu trabalhava no colégio pela manhã, de segunda à sexta, e à tarde tinha tempo para fazer o trabalho político e preparar minhas tarefas da Universidade Católica (UC). Eu estava fazendo o terceiro ano de Psicopedagogia, e faltavam dois anos para terminar o curso. Então, tinha que dividir minha vida de estudante, de docente e de política. Não tinha as mãos tão livres quanto Mário que podia sair para assistir a uma reunião, pois depois das onze horas da noite eu não tinha como voltar para casa.

Eram reuniões que exigiam muito rigor, visto que se tratava de uma organização clandestina, onde tínhamos que cuidar muito com a segurança, tanto pessoal quanto dos companheiros. Não era como se pudéssemos sair em grupo e ficar em grupo. Quando alguém

13

Em Medellín, Colômbia, realizou-se a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), no ano de 1968. A CELAM de Medellín preconiza mudanças estruturais e um novo modo de ser da Igreja para a adequação ao Concílio Vaticano II segundo as necessidades e especificidades da América Latina, com processos de reflexão popular e a teologia da libertação, Informações disponíveis em: <http://servicioskoinonia.org/agenda/archivo/obra.php?ncodigo=332>. Acesso em: 6 out. 2022.

chegava a um lugar, tinha que ser avistado por outra pessoa, e isso sem que pudesse ver os companheiros. Nós não usávamos capuz, nem óculos, nada, mas a disciplina que tínhamos fazia com que nunca nem sequer nos olhássemos no rosto. Eu, como mulher, tinha o inconveniente muitas vezes, de não ter como regressar das reuniões e, também, por estar grávida, tinha que ter outro tipo de cuidado. Assim, para mim, era difícil ser promovida ao nível seguinte na organização. O meu nível de incorporação era limitado pela condição de ser mulher, de estar grávida, e ainda de ser pequeno-burguesa. Na organização, tínhamos uma estrutura piramidal. Eu ficava na periferia, onde tive primeiro contato com um companheiro pequeno burguês, depois passei para o contato com um companheiro que era camponês.

Eu solucionava alguns problemas, como mulher, ao ter um companheiro; dividíamos a responsabilidade. Ele ia me buscar num lugar determinado e em uma hora determinada ou, do contrário, outro companheiro iria me buscar. Isso era uma limitação. Só o fato de ser mulher significava mais transtornos para os companheiros e para a organização, porque tinha que tomar conta também da segurança dessa pessoa e, por ser mulher, era duplo o problema, porque vivemos numa sociedade machista. E na época da ditadura era muito pouco usual ver esse tipo de mulheres, pequeno-burguesas, nas ruas, a menos que fossem prostitutas. Isto implicava em dar cobertura por parte do companheiro ou por parte da mesma organização. Por isso, certas tarefas eram dadas às mulheres e outras aos homens. Normalmente, em uma célula de quatro pessoas, havia uma mulher, que podia ser pequena burguesa, camponesa, operária ou estudante, qualquer uma dessas, mas os outros três integrantes tinham que ser homens. Ali havia uma discriminação. Era uma mulher e três homens em cada célula. Na organização também se utilizava muito das mulheres para manter uma aparência de normalidade. Por exemplo, quando um companheiro vinha buscar uma mulher e a polícia se aproximava, então dissimulavam que eram namorados e se abraçavam etc., era uma forma de acobertar. Esse era um momento em que nós estávamos desenvolvendo um trabalho político.

No dia cinco de abril de 1976, nossa casa foi invadida. Estávamos em três pessoas: meu marido, Mario Raul Schaerer Prono, um companheiro de luta que era o número um da organização, Juan Carlos da Costa¹⁴, e eu, que estava grávida de sete meses. A polícia entrou atirando na casa. O companheiro Juan Carlos tratou de escapar, e o pegaram no corredor, nos fundos da casa, o pararam e, ali, ocorreu o disparo da arma de um policial para detê-lo. E eu tratei de sair para defender o meu companheiro, mas ele foi ferido (entrou antes que eu pudesse fazer algo e caiu por cima de mim). Mario e eu corremos o máximo que podíamos, porque, evidentemente, não podíamos mais auxiliar o companheiro, ele estava à beira da morte. Refugiamos no colégio onde éramos professores de Religião e logo, depois de algumas horas, os padres nos entregaram à polícia. Mario e eu antes de sairmos do Colégio San Cristóbal fizemos um juramento. Mario me havia pedido que por nossas bocas não iria cair ninguém, nenhum companheiro. Fomos entregues à polícia e com esse juramento nós chegamos ao *Departamento de Investigaciones*¹⁵ às nove da manhã do dia cinco. Mário imediatamente foi submetido a golpes, facadas, socos, arrancaram seu cabelo. Levaram-no à sala de tortura, e eu escutei Mário ser golpeado usando o pseudônimo de outro companheiro.

Quando me torturaram, tentaram conseguir o nome de uma companheira, pois eu era a única que podia achá-la. Eles não alcançaram seus objetivos. No caso de Mario, quando lhe perguntaram, ele não disse absolutamente nada. Confundiram-no com outra pessoa, e eu sabia que estavam enganados, usavam pseudônimo de outra pessoa. Mario deixou-se matar, mas não disse quem era a pessoa. Ele tinha vinte e três anos. Eu sabia que não poderia interferir porque eu havia feito um juramento. E eu fui fiel, assim como Mario foi fiel a esse juramento: que por nossa boca não cairia nenhum

14 Juan Carlos da Costa. Principal dirigente e idealizador inicial da OPM, morto em confronto armado com a polícia na chamada Pascua Dolorosa, fase da repressão stronista que desarticulou a Organização.

15 O DIPC foi centro nevrálgico da repressão política durante a ditadura de Alfredo Stroessner, chefiado por Pastor Milciades Coronel.

companheiro. Nós considerávamos que, assim que entrássemos ali, nenhum de nós dois sairia vivo, e queríamos morrer com a segurança de que nenhum companheiro iria passar pelos tormentos aos quais nós seríamos submetidos. Mario cumpriu, e eu também.

Mas eu não fui torturada como torturaram meu marido. E não como foram torturadas companheiras nossas, que não eram casadas. Pois quando éramos casadas, eles castigavam ao marido com maior rigor, porque consideravam que nós, mulheres, participávamos da organização ou estávamos ali porque nossos maridos nos meteram em problemas. E uma das prerrogativas da organização era essa: como mulheres, tínhamos que sair o mais rápido possível do cárcere e tirar toda a responsabilidade de nossos companheiros. De tal modo que nós, mulheres, quando saíamos [da prisão], tínhamos que nos reorganizar para que pudéssemos servir de apoio a outros companheiros da organização. A mulher sempre cumpriu uma função de articuladora, muitas vezes fazendo a função de interlocutora e uma espécie de árbitra em situações determinadas.

Passados os golpes, a tortura onde te batem e você abraça sua barriga, te chutam e você levanta as pernas para evitar o sangramento que provoque um aborto, eu estive a ponto de perder o meu filho. Eu tinha terror que fosse tê-lo no hospital policial, porque soube que companheiras argentinas, uruguaias, brasileiras, chilenas que haviam tido seus filhos no cativeiro, haviam sido separadas de seus filhos, que eram dados à adoção ou haviam sido mortos. Minha maior preocupação e angústia foram esses meses à espera do nascimento de meu filho Manuel. Realmente, passei por situações dramáticas. O terror de tirarem meu filho. Então, eu havia falado com uma companheira que era parteira, uma camponesa, para que se preparasse para cuidar-me, porque eu não iria ter meu filho no hospital. Eu tinha medo que eles fizessem algo a meu menino. Eu preferia tê-lo ali, com minha companheira. Mas, cometi o erro de comentar com meus pais que iria ter meu filho na cela. Assim, o que os policiais fizeram foi me sequestrar.

Me pegaram no dia dois, me internaram num hospital e no dia três de julho me fizeram uma cesárea. Disseram que era necessário. Como eu tive contrações a noite toda, o médico veio me dizer: você amanhã vai ser operada. Me dei conta de que não iriam esperar o nascimento natural da criança. Então, durante as primeiras contrações eu me sentava na borda da cama e fazia força. Fiquei a noite toda fazendo força para ver se podia fazer ali comigo sozinha. E eu queria vê-lo ali, vivo, para depois pedir socorro. Queria ter a segurança de que meu filho nasceria vivo.

No dia seguinte, às oito da manhã de três de julho, me levaram, abriram minha barriga e me anestesiaram. Quando acordei já estava na cela. Perguntei se havia nascido e me disseram que era um menino. Quis vê-lo, me disseram que não, que eu devia ficar ali sozinha, sem o bebê, que por quatro horas não iam trazê-lo, pois eu tinha que descansar. Comecei a gritar. Não me deixaram olhar e ameaçavam retirar a sonda. E eu fiz um escândalo, comecei a gritar e a tacar pela porta tudo que estava ao meu alcance. Era tão forte meu grito que, para me acalmar, me trouxeram a criança. Ao vê-lo, me dei conta que era meu filho, porque se parecia extraordinariamente com meu marido [nesse momento da entrevista, Guillermina chorou]. Eu não tinha consciência, naquele momento, que meu filho nascia sem pai. Não tinham me contado. Só me contaram vinte e dois dias depois que meu marido foi morto.

Minha vida, naquele momento, mudou radicalmente e não me suicidei realmente porque foi tão grande o ato de entrega de Mário que fazia com que eu me sentisse mal pensando em suicídio ou algo parecido. Eu tinha a convicção de que tínhamos que dar conta dos nossos atos. Eu dizia que se voltasse a me encontrar com ele, e se eu tivesse cometido suicídio, ele me diria: o que fazes aqui, covarde? Acaso já não bastou terem me matado? Você tinha que ter ficado para seguir lutando, para educar nosso filho, e para continuar nossas lutas! Porque sempre dizíamos que quando um companheiro caía, o outro teria que recolher a bandeira e seguir andando.

Foram tempos muito difíceis. Estive um ano e sete meses num campo de concentração. Minha família em geral, mas o meu pai em especial, foi um apoio que para mim foi muito importante.

Ao sair da prisão, regressei à casa paterna. A primeira coisa que eu fiz foi buscar trabalho para ser independente economicamente e voltar à universidade para terminar os estudos, com outra companheira, Stella Maris Rojas Vittore. Juntas, fizemos todo esse caminho. Cheguei a criar um laço muito forte com a família de Mário, a tal ponto que fui viver com eles por seis meses. E vivi entre a casa de meus pais e a casa de minha sogra. Quando terminei o curso, dois anos depois, com o que eu fui economizando, comuniquei ao meu pai que havia decidido viajar, que eu me auto exilaria na Espanha com meu filho, porque, estando ali com eles, eu nunca assumiria minha viuvez e nem minha maternidade, porque eles solucionavam todos os meus problemas. E eu queria saber, eu necessitava saber se eu estava viva ou se havia morrido com Mário, no *Departamento de Investigaciones*.

Nos anos de 1980 e 1981 vivemos na Espanha. Manuel necessitava desenvolver-se e eu também. Realmente foi muito importante ter tido a coragem de partir. Eu necessitava como mulher, como pessoa, como mãe, provar a mim mesma, e me reconstruir a partir de tudo que significou esse sofrimento. Precisava saber se eu tinha capacidade ou não para juntar sozinha tudo o que me tiraram. Posso assegurar que foi muito difícil. Havia dias que eu passava chorando da manhã até à noite, nos momentos em que meu filho não estava comigo, porque nem sequer podia manifestar minha dor; tinha que ser forte quando não era, tinha que demonstrar muita alegria enquanto morria por dentro, e tinha que demonstrar interesse quando estava muito debilitada. Eu acreditava que a mulher, apesar das dores, tinha que seguir adiante.

Na Espanha, em Barcelona, comecei a trabalhar no Colégio Lestonnac, como tutora de meninas de quatorze e quinze anos. Estive lá por quase dois anos. Tinha sob minha responsabilidade

noventa meninas. Sempre digo que devo minha vida à Barcelona, porque a experiência que tive lá realmente me valeu para me reencontrar comigo mesma. Um casal de amigos e as meninas do colégio fizeram com que eu fosse assimilando minha história pessoal. Sem o apoio de toda essa gente maravilhosa, eu não sei se teria sido possível estar como estou hoje.

Depois de um ano e meio, eu já pensava em voltar, porque Manuel começou a perguntar muito por sua família. Em meados de 1981, voltei ao Paraguai e fiquei na casa de meus pais por uns dias. Então, veio de novo a polícia para me buscar. Fiquei presa novamente por vinte e três dias, com uma acusação absurda porque eu denunciei às autoridades a morte de meu marido e me acusaram de algo que não era certo¹⁶. Saturada dessa situação, no vigésimo terceiro dia, eu disse ao papai que não iria ficar ali gratuitamente, que os policiais não tinham nada contra mim e que eu estava separada de meu filho, não podia trabalhar, não podia fazer nada, presa por um capricho deles. Então, ou eu fugiria, ou faria uma greve de fome até que me libertassem, pois não iriam mais me reter gratuitamente! Se eu fugisse, iriam me aplicar a lei de fuga, que é o que provavelmente queriam para acabarem comigo. Se fizesse uma greve de fome, iria causar um escândalo internacional. Meu pai lhes transmitiu isso e, pouco tempo depois, me soltaram.

Logo depois disso me encontrei casualmente na rua com meu atual marido, um ex-companheiro, também de prisão, Raul Mont Domecq¹⁷, e começamos a conversar. Eu tinha dito a meu pai que eu não ficaria vivendo com eles, que minha intenção era viver em minha "casa guerreira". A casa onde a polícia tinha nos cercado a balas e onde toda a comunidade dizia que era a casa dos guerrilheiros. Eu disse que iria viver ali. Meu filho iria entrar no mesmo colégio

16 Guillermina Kanonnkoff Flores informa que buscou os meios judiciais para promover esclarecimentos sobre a morte de Mario Schaerer Prono após à ditadura stronista (Gamarrá, 2011, p. 156-157).

17 Raul F. Mont Domecq, Militante da OPM na oposição à ditadura. Sócio fundador da ONG *Gestión Local*.

onde aqueles padres e aquelas freiras nos entregaram. Isso fez parte da minha reconstrução como pessoa. Eu tinha que caminhar nas mesmas pegadas que deixei para retomar o curso da história. A sociedade também precisava assumir o que ocorreu. Nós somos os que ficamos vivos. Mário já não estava vivo, estava morto, e eu tinha que assumi-lo publicamente. Me casei com Raul em dezembro de 1981, e fomos viver nessa casa. Manuel entrou nesse mesmo colégio. Vivemos ali e foi onde nasceram nossos filhos. No total, temos quatro filhos homens. O primeiro é Manuel Schaerer, o segundo é Martin Mont Domecq, o outro é Marcos, e o último é Maurício. Todos com M. Representa um pouco a homenagem que fizemos, Raul e eu, a Mário Schaerer Prono, por toda a nossa história compartilhada.

Durante este período, foi muito difícil sobreviver com o estigma de guerrilheiros. Nós éramos como pessoas que haviam adquirido um mal incurável. Não tínhamos amigos; os familiares tinham se reduzido ao mínimo, ao núcleo mais próximo. Muitos fugiam de nós, porque a sociedade, temerosa pelo sistema imperante, o qual através do medo impunha o *status quo*, não se atrevia a romper esse círculo. A ditadura, através do medo, mantinha as pessoas submissas e atemorizadas.

Ficamos nessa casa até a morte de minha irmã Nina, que foi quem fez essa casa para Mário e para mim. Então foi como se eu sentisse a morte pela primeira vez e, assim, resolvi sair dali. Entrei numa profunda depressão. Meu filho Marcos tinha quatro meses, tive que cortar o leite. Logo depois disso, caiu a ditadura, e a primeira coisa que fizemos foi nos reunirmos, nós, os ex-prisioneiros, e formamos o que se chamou de *Asociación por el derecho a la vida* (ADAVI), com o objetivo de denunciar, acusar, mandar para a cadeia os responsáveis por tantas mortes, torturas e desaparecimentos. E seguimos militando e lutando em organizações civis.

O DESAFIO DE CONTAR-SE: STELLA MARIS ROJAS VITTORE

Eu nasci em Assunção. [Em 2008] estava trabalhando na *Gestión Local*, uma ONG que trabalha para a construção da cidadania, mas, anteriormente, trabalhei no Ministério da Educação, no nível primário, por dois anos, era a encarregada de um projeto com todas as escolas urbanas do país. Minha formação inicial é Psicopedagogia¹⁸. Estudei na Universidade Católica nos anos setenta. Nessa época, basicamente existiam duas grandes universidades em Assunção: a *Universidad Nacional de Asunción* (UNA), que é pública, onde se concentrava a maioria dos cursos e, na maioria, havia uma forte representação do stronismo e do Partido Colorado; e a *Universidad Católica* (UCA), onde estavam todas as pessoas jovens de oposição, fundamentalmente no Departamento de Filosofia, ou seja, era como um bastião de resistência dessa época. Em Psicopedagogia éramos bem poucos alunos, geralmente um grupo vindo de colégios religiosos, como o *Cristo Rey*.

Eu me formei em um colégio religioso em que se formavam grupos de reflexão de toda a linha da Teologia da Libertação, um colégio das *Hermanas Azules*¹⁹. Ali, formamos um centro literário de estudantes no qual fazíamos apresentações de teatro, tudo muito vinculado à expressão e ao protesto através da arte, que era unicamente o que se permitia nessa época da repressão. Dali foi-se gerando uma visão e uma análise diferente, porque era um colégio católico e tinha suas normas muito dogmáticas. Na universidade, fazíamos os círculos literários, líamos Paulo Freire, Marx, Engels, Simone de Beauvoir,

18 "*Formación inicial*": a segunda das quatro fases do processo de formação docente, compreendida pela instrução no conhecimento didático-pedagógico no qual a/o docente realiza sua prática. Mais informações no artigo *La formación inicial de las educadoras y de los educadores: profesoras y profesores* de Lena Maria Pires Correia Lopes Marçal (2012).

19 *Hermanas Azules de Castres*, congregação religiosa paraguaia de origem francesa.

discutíamos o papel das mulheres, pela via francesa, [influenciados pela] revolução de 1968, sobretudo porque o colégio era de origem francesa. Líamos em francês e as traduções.

Tivemos a sorte de haver, em nosso colégio, uma freira muito liberal, a irmã Graciela²⁰. Ela foi uma freira à frente do seu tempo, muito aberta, que se vinculava muito com os jovens e foi uma referência muito importante, pois começou a abrir nosso colégio, só de mulheres, para nos envolvermos com outros grupos juvenis e com os rapazes, numa inter-relação. A partir daí nos conectamos a outro grupo liderado pelo sacerdote Aquilino Villalba²¹. Ele formou o grupo de reflexão *Juventud Estudiantil Católica* (JEC), e ali começamos as análises, fundamentalmente, na linha de uma educação libertadora. Esse sacerdote também lecionava na UCA, então isso foi se estendendo com a mesma ênfase, como uma continuidade.

Minha família é uma família tradicional católica apostólica romana, então, à medida que viam suas duas filhas vinculadas à igreja, assistindo às missas, achavam muito bom. Não supunham isso da Teologia da Libertação, então não havia questionamento dessa parte. Mas, dentro da igreja, havia diferentes práticas e nós adquirimos um exercício de reflexão, de análise e transformação da sociedade. Isso foi nos anos setenta, porque eu me formei em 1972. Ingressei na UCA e, no segundo ano, conheci meu marido, justamente, através da JEC. Nos casamos em 1975, e seguimos muito mais fortemente com a resistência, ampliando o papel de ação. Meu companheiro se chamava Diego Abente²², mas eu estou divorciada.

20 Graciela María Pérez, freira e educadora, foi diretora do *Collège de L'Immaculée Conception*, em Assunção, Paraguai.

21 Aquilino Villalba, citado por Diego Abente, em entrevista para Alfredo Boccia Paz, como dirigente do ramo secundarista da Juventude Estudantil Católica (JEC) (Paz, 1997).

22 Diego Abente Brun, Ph.D. em Ciências Políticas pela University of New Mexico. Participou, com Juan Carlos da Costa, José Félix Bogado Tabacman, Víctor Hugo Ramos e José Luis Simón, da idealização da OPM em Santiago, Chile, entre 1971-72. Foi, também, quem incorporou Guillermina Kanonnikoff e Mario Schaefer Prono na Organização (Paz, 1997; Paredes, 2011).

Na UCA, a atuação começou com a vinda de Rockefeller, com os protestos, depois com a representação estudantil na universidade, uma vinculação com os jovens de outras universidades. Fazíamos grandes manifestações e análises de situação. A vinda de Rockefeller [ao Paraguai foi marcada pela] repressão, entraram na UCA e pegaram muita gente²³. Foi a época mais dura. Com as manifestações camponesas e com a educação popular, havia muita atenção do governo voltada para os camponeses, porque eram uma força muito latente. E se buscava uma resistência na capital para unir forças com a resistência no campo.

Isso era na época em que Stroessner estava se afirmando dentro de seu governo e contribuindo muito com a força repressora, não só aqui, mas também nos países vizinhos; havia um pacto, a Operação Condor. [Foi nesse contexto em que se] formou a OPM, com um grupo muito mais estruturado e voltado para a resistência à ditadura que incluiu camponeses, profissionais liberais²⁴ e, em sua maioria, estudantes. Eu entrei para a OPM e quase todos que estavam na JEC foram para a organização, era o mesmo despertar e conscientização. Era como se todo grupo religioso depois prosseguisse da JEC, da passagem do colégio para a universidade onde formavam esses grupos. Se não era a OPM, eram os centros estudantis,

23 A visita de Nelson Rockefeller, então governador de Nova York, ao Paraguai no ano de 1969, desencadeou fortes reações, com ênfase no meio estudantil. A resposta do regime stronista se deu através da repressão que restringiu as organizações mais dinâmicas da época: o *Movimiento Independiente*, e as *Ligas Agrárias Cristianas*, cujas direções e militâncias radicalizaram-se ante o fechamento dos espaços legais de ação, vislumbrando o acionar clandestino – e a luta armada – como alternativa. Essas condições favoreceram o rápido crescimento da OPM (Paredes, 2011).

24 "profissionais": além da opção por não recorrer ao termo "obrigados", mais unívoco, dotado de uma historicidade e menos polissêmico do que a alternativa "profissionais", acreditamos que a palavra esteja se referindo aos profissionais liberais por conta da relação do movimento operário paraguaio com o stronismo; depois da greve geral de 1958 (conflito entre o governo Stroessner e o movimento operário, cuja maior expressão era a CPT – *Confederación Paraguaya de Trabajadores* –, a própria Confederação contendo seu maior peso nas frações Coloradas), a ditadura stronista reprimiu e cooptou a direção sindical, avançando ainda mais o processo de "coloradização", de modo que a resistência operária desponta novamente apenas na década de 1980 (Paredes, 2002; Coronel, 2014).

ou seja, as fontes de representação. A organização teve contato com estudantes e militantes da Argentina, do Chile; líamos sobre a experiência dos outros países, discutíamos essas experiências, mas tudo isso era muito camuflado e era preciso ter muito cuidado.

No primeiro ano, quando ingressei na universidade, foi a primeira “redada”, assim nós chamávamos a ida dos policiais às casas. Aí, tivemos que esconder e queimar [materiais de Paulo] Freire, porque isso não era permitido. Quando a repressão tomou consciência da organização, a OPM foi infiltrada e nós caímos, isso em abril de 1976. Naquele momento eu estava no sétimo ou oitavo mês de gestação e esperando meu primeiro filho. Detiveram-nos e nos levaram a *Investigaciones*²⁵, onde meu filho nasceu em três de maio. Ali, fiquei na peça onde estava, também, Guillermina²⁶. Nós fomos companheiras [no mesmo curso na UCA]. Primeiro nasceu meu filho, depois nasceu Manuel [filho de Guillermina]²⁷.

Dormíamos no piso e fazia muito frio. A sogra da Guillermina, mãe do Mario, estava lá no nosso grupo, então ela nos colocava jornais para nos encostarmos. Certa noite, pela madrugada, eu me sentia muito incômoda e Nenena²⁸ percebeu como eu estava. Estávamos em oito mulheres nesse momento, mas estivemos anteriormente em uma peça muito menor, e havia todo um corredor repleto de jovens,

25 O *Departamento de Investigaciones de la Policía* e a *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* formaram as duas escolas da repressão para a formação “técnica” de agentes da polícia; na primeira, sob as ordens de Juan Carlos Candia e, na segunda, do Dr. Antonio Campos Alum. Ambos os locais serviram ao cárcere, ao interrogatório e à tortura (González, 2011).

26 Guillermina Kanonnikoff Flores. Militante da OPM, esteve presa no *Departamento de Investigaciones* com Stella Rojas, de quem fora colega de universidade e de militância. Litigou pelo caso de seu marido, Mario Schaerer Prono, torturado e morto pela ditadura, cujo processo foi o primeiro iniciado contra os agentes do stronismo (Paredes, 2011).

27 Mario Schaerer Prono. Militante da OPM e marido de Guillermina Kanonnikoff Flores, tiveram sua casa invadida durante a noite de 4 de abril de 1976, resultado do “dominó repressivo” contra a Organização que se iniciara no dia anterior. Durante o ocorrido, é ferido de morte Juan Carlos da Costa, enquanto o casal consegue escapar para se refugiar no Colégio San Cristobal e, na manhã seguinte, ser entregue à polícia. Mario foi torturado até a morte no *Departamento de Investigaciones* (Paz, 2005).

28 Nenena, apelido de Guillermina Kanonnikoff.


de sacerdotes, de camponeses e de profissionais jogados, torturados (e nós escutávamos os gritos). Para mim, essa é a imagem de um campo de concentração. Aí me levantei, e ao levantar caiu um líquido com uma cor verde musgo, uma mucosidade, arenosa... Não podíamos sair, tínhamos guarda [próximo à cela], então Guillermina gritou e pediu ao oficial que procurasse se no corredor havia algum médico. Foi nesse momento em que apareceu um médico, e me disse que era necessário me levar imediatamente, que eu estava com sofrimento fetal. Lembro do policial que estava ali dizer: “sim, melhor levá-la antes que morra aqui, pois vamos ter mais problemas...”

Bom, me puseram em uma *caperucita*, que eram como essas Volkswagen, tipo Kombi, totalmente vermelha, sem janelas e com uma porta²⁹. Levaram-me à policlínica, ao hospital dos policiais, [que ficava] ao lado da Embaixada Americana. Isso foi mais ou menos de madrugada, e me levaram ao último andar onde estavam as parturientes. Eu tinha muita dor, e praticamente já não tinha líquido, era uma coisa assim espantosa. Pegaram alguns dos meus dados e me deixaram numa maca ao fundo. Não me disseram se estava em trabalho de parto, nem nada, porque era como se eu fosse muito perigosa e não pudessem se aproximar, porque eu poderia sacar uma pistola, uma metralhadora, um punhal para matá-los. Não sei quanto tempo passou.

Eu senti uma dor tão imensa, gritei e gritei. Chamei as enfermeiras até que viessem. Eu estava tremendo, não sabia o que iria acontecer, sobretudo ao bebê, porque escutávamos muitas histórias dentro da prisão sobre mulheres que chegavam grávidas ou com filhos e nos diziam: “por que ficar nervosa se vocês se prepararam para morrer?” Era um amedrontamento e uma guerra psicológica muito intensa. Quando as enfermeiras vieram, a primeira se aproximou de mim e disse: “Por que estás gritando? Por acaso, agora vais ter medo?” Ou seja, “te opuseste

29

Esse veículo é comumente recordado em memórias sobre a ditadura stronista. Era de marca Chevrolet e de cor vermelha. Alfredo Boccia Paz indica que esse carro causava pânico quando chegava a algum lugar, principalmente nas reuniões de grupos de oposição à ditadura. Após a queda do regime, os carros policiais foram pintados de outra cor (2004, p. 47).



a Stroessner e tudo mais e não tiveste medo. Disto, vais ter medo?" Ficou aqui na minha frente e me abriu as pernas, sem luzes, e me disse que o meu bebê iria nascer. Outra enfermeira se aproximou um pouquinho mais atrás, me olhou e, por sorte, pôs as mãos e apareceu o meu bebê. Eu já estava em trabalho de parto e, se não tivesse chamado, gritado, não sei o que teria acontecido, porque ele nasceu com quatro voltas no cordão umbilical. Então, limparam o bebê e o levaram. Eu lhes perguntei para onde iriam levá-lo, mas não me responderam, eu somente escutava o grito do bebê ao fundo. Depois, me levaram a uma sala bem pequena para os presos que estavam feridos e puseram um guarda com um fuzil na porta, era um garoto. Depois de um momento entrou um policial, evidentemente tinha um posto superior. Eu estava encostada na cama, porque me deixaram assim como quando entrei, só tiraram minha roupa íntima e puseram um algodão para conter o sangramento. Ele se colocou no fim da [minha] cama e a única coisa que fez foi se inclinar e me olhar em silêncio, nem uma única palavra, com um sorriso debochado sórdido. Depois de uns trinta minutos, a enfermeira entrou com o bebê, e colocou-o na cama, mas não entregou para mim, e depois se retirou. Ali, eu estava muito em dúvida se agarra-va o bebê ou se esperava que ele saísse. Ao final, me disse: "pegue o seu bebê", e saiu. Não lembro se ele me entregou ou se me levantei, porque têm muitas coisas que já apaguei da mente.

Essas coisas são detalhes que te fazem dizer que sim, Deus existe! Antes de me trazerem o bebê, veio uma enfermeira e me disse: "onde está a roupinha?". Eu lhe disse: "que roupinha?"; "Para o bebê", me disse. Então contou que uma parturiente que estava na peça ao lado, escutou o choro do Sebastián, e me deu [a roupa] de presente. Era uma fralda quadrada e toda a borda tinha um bordado verde. Me deu isso e vesti o Sebastián, essa foi a primeira roupa que o pobrezinho teve.

Depois, entrou uma doutora, eu não me esqueço! Parou no mesmo lugar que o policial, na extremidade [da cama], e perguntou à enfermeira: "como está?" A enfermeira lhe contou que eu não podia amamentar. Então, ela disse "deem este remédio duas vezes ao dia"

E elas contestaram: “mas, não temos...”, [então prosseguiu a médica:] “Bom, então não lhe deem”, deu a volta e saiu. Eu não podia dar leite ao Sebastián, não me saiu nada, eu estava muito incômoda, como era principiante, e com todos os medos.

Sebastián tinha muita fome. Durante a madrugada pedi que me trouxessem leite, pois o menino chorava. Por pouco o guarda não me empurrou com seu fuzil, dizendo que ele não estava ali para responder nada e eu não deveria voltar a chamá-lo. Como haviam me deixado um algodão, desses grandes que vinham assim em rolos e água, o que eu fiz foi pegar a água com o algodãozinho e molhar o Sebastián, dava isso para ele. Não sei quanto tempo estivemos ali, talvez um dia e meio. Eu passava o tempo caminhando de um lado para o outro para que, pelo menos, Sebastián pudesse dormir em meus braços.

Numa manhã, vieram e, assim, rapidíssimo, me buscaram. Me levaram da cama do jeito que estava, me botaram de volta na *caperucita* e me dei conta de que me tiravam às escondidas. Depois eu soube, quando me liberaram, que nesse dia minha mãe e minha sogra estavam no mesmo andar do hospital, porque souberam que eu tivera o bebê. Ao meu pai foi dito que não sabiam nada de mim, mas que o bebê foi entregue a uma casa de adoção. Na noite em que o Sebastián nasceu, meu pai passou por todas as casas de adoção que se conhecia nessa época perguntando se tinham recebido um bebê. Não sei o que minha mãe e minha sogra fizeram no hospital, mas provavelmente alguma revolução fizeram ali, e como tinham ordens de que não se armassem escândalos, levaram-se para a *Comisaría Primera*³⁰, lugar em que foi deslocado o grupo de Guillermina, e ali estive por dois ou três dias.

Depois, saí com um tipo de liberdade condicional. Mesmo em liberdade, o telefone era controlado, sabiam quem ia e quem vinha.

30

Comisaría Primera de Policía de la Capital. A delegacia do bairro Sajonia era também um dos recintos de violação dos direitos humanos por parte da ditadura, servindo de prisão e câmara de tortura. Segundo as memórias de Martín Almada, quem passou pelo cativeiro da *Comisaría Primera*, era possível escutar as instruções, as aulas dadas aos oficiais com conteúdos sobre a “subversão comunista”, segurança nacional e ufanismo ao regime stronista (Almada, 2013).

Se ia para o centro, as pessoas que me conheciam e me viam de longe atravessavam a rua para não me cumprimentar. Nós dizíamos que tínhamos a peste bubônica, porque nos viam e fugiam, éramos como um cão sarnento que era melhor manter à distância. Foi uma época muito difícil, muito marcada. Eu fiquei com a minha família até meu companheiro sair. Ele havia permanecido durante dois anos em Emboscada³¹, que era o campo de concentração afastado, onde estavam todos os que caíram nessa época.

Assim que ele saiu, qualquer movimento ou suspeita era de novo interrogado e de novo lá dentro. Como o torturaram bastante, ficou muito apreensivo, então, algum tempo depois, conseguiu uma bolsa de estudos e fomos para o exílio, estivemos fora do país durante treze anos. Não fomos expulsos daqui, nós que conseguimos sair. Primeiro foi ele. Só conseguimos pela pressão de amigos da família vinculados a certas figuras do governo. Isso se deu através da embaixada americana e de um embaixador, Robert White³², que facilitou [o processo]. Nessa época, havia uma forte pressão externa, então, o governo adotou outra postura e muitos já tinham ido para o exílio. Depois dele, eu fui com os dois meninos.

Fomos para os Estados Unidos, para Ohio, Aspen e, depois, ao Novo México. Lá eu fiz o curso de Psicopedagogia, *Learning Disabilities*, para crianças com dificuldades de aprendizagem, estudava e trabalhava em uma editora voltada à educação. O meu marido

31 Emboscada foi uma antiga aldeia que remete à época da Independência Paraguai, fundada para confrontar militarmente os indígenas guaycurúes. Durante a Guerra do Chaco concluiu-se a construção de uma fortaleza que alojaria os prisioneiros de guerra bolivianos e, terminado o conflito, se tornou um lugar de detenção de menores. A penitenciária do Vale Emboscada, cerca de vinte quilômetros de Assunção, foi convertida em campo de concentração da repressão stronista. Reaberta depois de muitos anos, passou a ser o destino dos presos que abarrotavam *Investigaciones* e as delegacias da capital (Boccia, 2005; Almada, 2013).

32 Robert White, então embaixador dos Estados Unidos no Paraguai, remetente do telegrama enviado ao Departamento de Estado (EUA), descoberto pelo professor J. Patrice McSherry (*Long Island University*), no qual fica comprovada o apoio da Inteligência estadunidense na montagem da Operação Condor (Mcsherry, 2005).

fez o mestrado, o doutorado e, depois, lecionou em universidades. No exílio, nos EUA, não tivemos contato com nenhuma organização solidária, somente com as cartas da família e com os familiares que foram ao país, porque nós não podíamos voltar. Foi uma época muito dura, tive pouquíssimo contato com o Paraguai. Também porque, o lugar para onde fomos era bastante isolado; uma vez ou outra víamos algum conhecido ou, quando conheciam a história, faziam entrevistas com meu companheiro. Não comigo (de fato, é curioso... o que não deveria ser, porque somos uma sociedade tão machista que não deveria estranhar. Muito pouco se resgata da história das mulheres e, sobretudo, o que lhes aconteceu).

Durante os dois anos que ele esteve em Emboscada, era uma peregrinação. Para entrar, te despiam e era uma violação todas as vezes: maltrato, ameaças, te revistavam até o impossível e depois diziam: “não, houve um problema, alguém tentou escapar”. Eram todos os fins de semana, e havia filas e filas de gente que vinha do campo com suas coisas para os filhos, cobertores, comidas... Isso durou dois anos. Lá, a maioria eram pessoas da OPM e de agrupações camponesas. Para visitá-los, ia cada uma por seus filhos, não havia algo como uma organização de familiares, de mulheres, porque essa foi a eficiência do sistema ditatorial que conseguiu desarticular toda a possibilidade de associação que pudesse adquirir forças e enfrentá-los. Eram lutas individuais. A vinculação possível era com o *Comité de Iglesias*, através do qual se podia conseguir acesso ou assistência aos detidos. Eu também fui presa e interrogada. Eu era uma militante, ou seja, não creio que me viam simplesmente como a esposa de alguém. Na organização, eu contribuí com as análises e estratégias para mudar a situação política e, também, na vinculação das pessoas do campo com os estudantes; íamos para o campo e mantínhamos reuniões com os camponeses, formávamos equipes na capital para apoiá-los, bolar estratégias de como enfrentar o governo para fazer visíveis todas as coisas que estavam acontecendo.

Nisso, também estavam as mulheres camponesas, eram uma força. Havia muitas mulheres dentro do grupo e, sobretudo, no campo. Não tanto num posto da estrutura de comando, mas eram as mulheres que protegiam a casa. (Lembro de uma ocasião em que a polícia secreta entrou na casa de uns camponeses, no interior, e estávamos em plena reunião. Então uma mulher ofereceu *cocido*³³ [a um policial] e colocou um tranquilizante). Ou seja, mesmo sem um posto visível de comando, tinham posições muito mais arriscadas de defesa da família do que os homens, e era como algo que dava normalidade, a imagem da estrutura da família, ali ela (a mulher) era a figura mais visível da família.

Havia mulheres que tinham um posto importante na estrutura da organização, na OPM a esposa do [Juan Carlos da] Costa³⁴, [Nidia González Talavera]³⁵ por exemplo, estava na cadeia de comando. Mas estou segura de que, na organização, eram os homens que estavam nas lideranças, nos postos chave. A participação das mulheres não era pensada em termos de igualdade, mas no sentido de incorporação; na minha visão, havia tarefas conjuntas, mas as mulheres tinham designações próprias, enquanto mantinham-se as reuniões de homens, com tarefas de homens.

Nesse período, escutávamos fortemente sobre feminismo - todas as mulheres que estavam [em 2008] na Secretaria da Mulher vinham desse contexto. Apesar de que a maioria das mulheres do meu grupo vinham de um colégio religioso feminino, elas tinham um protagonismo e uma liderança própria em cada um dos espaços. Eu não diria que era feminista [naquela época], não diria feminismo,

33 O chá mate paraguaio.

34 Juan Carlos da Costa. Principal dirigente e idealizador inicial da OPM, morto em confronto armada com a polícia na chamada *Pascua Dolorosa*, fase da repressão stonista que desarticulou a Organização.

35 Conhecida por "*comadre guazú*", era considerada, com o marido Juan Carlos da Costa, a mãe e o pai da OPM. Com a sucessiva queda dos principais dirigentes da OPM, Nidia se tornou "a mulher mais procurada", anunciada como a chefe da Organização pelas autoridades de segurança stonista (Paredes, 2011).


mas que, sim, procurávamos ocupar lugares e espaços. Inclusive, na JEC, as mulheres faziam um discurso político forte, tinham papel de protagonismo dentro da agrupação. No centro estudantil, nos sentíamos como companheiros, ambos tinham lideranças, propunham e discutiam. Contudo, podíamos discutir com os companheiros, mas era um como presidente do centro estudantil e a outra como secretária de atas, ou seja, havia funções e cargos muito separados pelo sexo.

Nós voltamos depois do golpe de 1989, mais ou menos em 1993. E, tão difícil quanto o exílio foi a reinserção, porque de um lado tens todo o processo de te desvincular contra tua vontade. O isolamento é duplo, um desenraizamento social, cultural e linguístico muito forte. Depois, ao voltar foi como não ter uma raiz nem lá e nem aqui, não é como retornar às raízes. Também ficou a marca daqueles que não permaneceram aqui para sofrer, lutar. Então, fica esse estigma. Tudo foi tão duro que aqueles que saíram ficaram muito marcados. Levei cinco anos para me estabilizar de novo.

Eu sempre estive convencida de que por mais que se reconheça que foi uma época dura, uma época de ditadura e violações de direitos, isso não é reconhecido. Fez-se toda uma memória, mas me parece que foi insuficiente. Isto que estou contando não discuto nem com meus filhos. Não verbalizamos isso em família. Levei trinta e cinco anos para contar o que estou contando, eu não falava disso, me custa muito. Há muita dor, muita dor, então não é muito fácil.

“ABRACEI A LUTA E COMECEI A LUTAR”: MAGUIORINA BALBUENA CARDOZO

Eu nasci em 10 de maio de 1950, em um momento de muitos distúrbios, crises políticas, revoluções e guerras internas entre os povos paraguaios. Em 1954, o General Alfredo Stroessner deu um



golpe de Estado, assumiu o poder e implantou uma ditadura militar feroz, que fez a mais forte repressão aos opositores e a todo mundo – incluindo os seus partidários que não estavam de acordo e outros partidos da burguesia. Perseguiu igualmente os sindicalistas, as organizações sindicais e as organizações políticas. E, depois de todo esse processo, havia muito medo por parte dos meus pais, porque eram opositores, mas não pertenciam ao partido de esquerda, eram liberais. Eram opositores porque as pessoas do Partido Colorado se estranhavam com os liberais, apoiados pelos antecessores de Stroessner, pelo General Higinio Morínigo e outros. Minha mãe era muito religiosa e não era do mesmo partido do meu pai. E nós crescemos neste ambiente, em comunidades campesinas. Eu nasci em Eusébio Ayala, mas após três anos, nos mudamos para a zona de Coronel Oviedo, no departamento de Caaguazú, e por aí vivemos [durante] a minha adolescência.

Nesse tempo, nada se organizava, nada podia ser dito, era terrível. As pessoas não podiam se reunir, não podiam falar sobre determinados assuntos, havia um controle. Praticamente militarizaram as comunidades, as cidades, através de elementos típicos das ditaduras. Foi todo este processo que vivi durante a minha adolescência. Foi terrível, porque não havia a possibilidade de se organizar, de lutar, nem de fazer nada. As pessoas viviam com muito temor pelas repressões que se sucediam, porque no Paraguai, depois da greve de 1958³⁶, tendo uma grande quantidade de pessoas no exílio, prepararam muitas organizações políticas e armadas que chegavam da Argentina, principalmente, para lutar contra a ditadura e estabelecer um estado democrático, e todas essas tentativas de várias pessoas, de lutadores, lutadoras, revolucionários e revolucionárias, foram assassinadas, foram dizimados. Stroessner tinha a capacidade de abortar cada intenção das organizações que pudesse atacar.

36

As greves de 1958 ocorreram em função da retirada de direitos trabalhistas por parte da ditadura stronista.

E, assim, se criaram muitas organizações, geralmente no estrangeiro, como os movimentos de liberação nacional, os movimentos armados.

Na década de 1960 começaram a se organizar as *Ligas Agrarias Cristianas* (LAC)³⁷ e a *Juventud Agraria Católica* (JAC)³⁸. Quando eu tinha 21 anos, comecei a participar na JAC, em maio de 1971. Eu tinha um tio sacerdote, Ramon Cardozo, que era irmão de minha mãe. Sacerdote jesuíta, este meu tio estudou na Espanha, depois foi ao México e se incorporou à Teologia da Libertação, a corrente progressista dentro da Igreja. E ele veio com essa mentalidade de trabalhar com as pessoas. Quando ele retornou, foi trabalhar em uma paróquia em Missões, no sul do país. É uma cidade do interior que tinha treze comunidades e ele era o pároco, e trabalhava lá. Um dia eu deixei minha comunidade, mesmo com todos os problemas, porque nós éramos uma família muito religiosa, nossos pais nunca nos deixavam sair de casa sem eles, nem para ir à casa de parentes. A pobreza era extrema. Eu tinha cinco irmãos. A produção havia fracassado e meus irmãos não podiam ir à escola, então eu tive que ir para Assunção trabalhar como empregada. Isso foi em 1968 ou 1969.

Em 1970 ou 1971, eu fui para casa e, de casa, eu fui à Missões. Em seguida, falei com meu tio e me propus a trabalhar na organização, porque ele apoiava as LAC. Já havia um grupo de sacerdotes da Teologia da Libertação aqui que apoiava muito as organizações

37 O movimento camponês no Paraguai é historicamente marcado pela luta contra-hegemônica e anticapitalista, pela defesa do sistema campesino tradicional. Numa fase de maior maturidade do movimento, quando as ações comunitárias se somaram a manifestações e ocupações de terras e a coordenação da resistência às repressões e perseguições, tal experiência foi chamada *Ligas Agrarias Campesinas* ou *Ligas Agrarias Cristianas* (LAC) (Rivarola, 2014).

38 Das formas de participação da juventude nas LAC, uma delas era a agrupação na *Juventud Agraria Cristiana* (JAC), ambas independentes entre si. Apesar dessas organizações terem consciência dos interesses comuns, as relações entre as LAC e as JAC não foram sempre harmônicas, sobretudo quanto à questão geracional (adultos-jovens). Esta última era composta por diferentes grupos de modo que a sua ação podia variar, segundo a região. A JAC era uma entidade mista, na qual o corpo de delegados era constituído por um homem e uma mulher, com múltiplas funções que iam da alfabetização de crianças e adultos até a confecção de roupas (Telesca, 2014).


camponesas, então ele me perguntou um dia: “minha sobrinha, não quer trabalhar comigo, me ajudar na paróquia e participar das reuniões?”. Eu não entendia nada, mas como todos os jovens, era aventureira, então eu disse a meus pais que queria ir e fui. Comecei a participar da organização na mesma tarde em que cheguei, com o grupo de jovens, e nos três meses que participei me elegeram como secretária da mesa departamental. Meu tio ficava preocupado comigo porque já não ficava na casa da senhora onde tinha que ficar, porque os encontros ocorriam em vários lugares.

Eu comecei a abraçar a luta e comecei a compreender porque nós sofriamos tanto, porque éramos pobres, porque eu saí para trabalhar, porque meus pais não podiam nos sustentar. Então, eu comecei a diferenciar toda essa situação. Em muito pouco tempo eu comecei a participar intensamente da organização. Aos três meses, fui designada a ir – com outro companheiro de outro departamento – a uma localidade próxima à Assunção, em uma zona no nono departamento de Paraguari, onde havia uma comunidade em que nossos companheiros estavam. Aquela era uma organização nacional. E havia um curso lá, na comunidade de Quiindu, em Toatinguá. Eu me hospedei na casa das freiras para dormir, e os jovens ficaram em um quarto nos fundos. Eu estava doente de uma gripe que me deixou muito mal, uma pneumonia. No dia seguinte, de manhã, um companheiro nosso nos disse que iria nos deixar sua mala e iria à casa de um sacerdote. Quando ele se foi, veio uma tropa de policiais, chegaram uns cinco ou seis. Nós estávamos em três (o quarto tinha ido à casa do sacerdote). Pararam na nossa frente e perguntaram: “Quem é Lírío Dominguez?” “Sou eu”, disse um companheiro jovem que era seminarista, “pois venha conosco, e vocês também”, nos disseram. Então fomos – e o companheiro que veio de Missões comigo pegou a mala do outro companheiro. Nós fomos praticamente sequestrados, não sabíamos o que poderia acontecer porque ninguém nos viu. Então, aquele companheiro que tinha ido à casa do sacerdote estava a uma quadra de onde estávamos e nos viu andando na frente da tropa de policiais. Ele foi nossa salvação, seguramente. Porque, quem ia dar notícias de nós?

Levaram-nos a não sei quantos quilômetros e ficamos num quartel militar, onde nos fizeram interrogatórios. Eu levei uma pequena maleta com minha roupa, e os companheiros e companheiras, que eram membros nacionais da nossa organização camponesa, e que eram de Missões, me entregaram uma série de documentos. Eu não sabia muito bem o que levava, eu era nova na organização. Sem nenhuma malícia aceitei e os coloquei dentro da minha maleta. Tinha vários documentos de organizações, havia nomes, passaportes etc. Eu sei que fiz de conta que não sabia muito bem o que era. Depois, eles me tiraram a mala e abriram, tiraram um documento, entregando-o em minhas mãos, depois me colocaram contra a parede e começaram a bater em meus companheiros.


Em seguida, fomos separados, os levaram não sei para onde e me levaram para outro lado. Me colocaram numa cela e eu vi que os policiais pareciam ser de Assunção, era um tipo diferente de polícia, era investigativa, tinham uma equipe diferente. E brigavam comigo, me maltrataram. Fisicamente não me golpearam, mas xingavam, me diziam que eu era comunista, que era para eu admitir que era comunista, que eu tinha que ser comunista, que se eu não confessasse que era comunista iam a me castigar; me perguntavam de onde eu era, onde vivia, qual era a minha organização. Eu falei muitas coisas, não entendia muitas coisas, eu era muito nova na organização, e eles diziam: "cale-se, burra", e eu dizia: "vocês que são burros porque eu não fiz nada, eu não ofendi vocês e pelo que consta vocês que são os burros". E veio um militar que me levou a um quarto onde havia duas camas e nenhuma tinha colchão, uma tinha só um cobertor dobrado, e falou que eu ia ficar ali. Eu estava muito mal e resolveram me levar para ser internada.

O quartel, a delegacia, a paróquia e o hospital eram próximos, e me levaram num hospital com um guarda que ficava na porta do quarto. Me medicaram, me deram injeções, me deram uns comprimidos. Eu tive muito medo que me envenenassem, então não os tomei; escondi e pedi ao soldado que me levasse ao banheiro, e os atirei no vaso; a injeção me aplicavam porque não tinha outro jeito.



Eu estive três dias no hospital. Em uma tarde, fazia calor, e eu estava com um uma camisola verde, tipo vestido, estava com calor e perguntei: “porque eu não posso ir um pouco para fora?” E me disseram: “não, jamais, você pode fugir”. Então eu disse: “com esse camião e com essa sapatilha você acha que eu vou pra onde? Deixe-me ir para fora, por favor!”. Então, abriram a porta e fui para fora. Havia uma mangueira, um canteiro, e eu me sentei e estava olhando para o quartel e, de repente, eu vi que meu tio sacerdote estava cruzando com a moto seguindo até a casa do delegado de governo, que é como um ministério do interior, que são repressores e torturadores também. Eu não falei nada, fiquei pensando: “meu tio já sabe”. E, de repente, eu vi correndo um oficial, que disse à enfermeira que estava me cuidando: “A menina que está aqui eu quero levá-la”, e ela falou: “não, ela não pode, está tomando remédios controlados e não vai poder ir.” Então veio um doutor me examinar, um doutor stronista de opinião, e este médico me examinou com mau trato, e disse que eu menti, que eu não estava enferma, que eu era uma comunista e que eu não estava doente coisa nenhuma. Mas, mesmo assim, a enfermeira impediu que eu fosse. Vieram novamente correndo e disseram que eu tinha que ir, então um guarda e um soldado me mandaram arrumar minha mala. Arrumei minhas coisas e fui.

Na entrada, estava meu tio sentado e, primeiro, ele me perguntou se não me torturaram e se não me estupraram, e eu disse: “não, não me torturaram”. Fisicamente não. Foi uma tortura, mas foi uma tortura psicológica. “E meu companheiro Alberto?”, eu disse, porque Alberto tinha ido comigo. Ele era meu companheiro, veio comigo, “não podemos deixá-lo!”. E meu tio me disse que não era para me afetar demais porque depois iria trabalhar pela liberação dele, mas naquele momento nós tínhamos que ir. Saímos do quartel e fomos à casa de uma freira, e aí à tardinha eu dormi. Quando acordei para comer algo me recordei do pacote de documentos das pessoas da organização e pensei: “meus documentos que não me entregaram [ficaram retidos por lá]”. Meu tio disse que já não tinha como recuperar, ele não queria ir, mas eu insisti tanto, mas tanto, que subimos



na moto e fomos à comandância perguntar pelos documentos que me tiraram. Eles disseram que não encontravam e que não havia nada. "Mas eles tinham que estar aqui, eu quero esse documento na minha mão!" Se encontrassem documentos com o nome de alguém começaria a tortura e o aprisionamento de outras pessoas também. Eu lhe disse que eu não iria sem eles. Então, [um funcionário] abriu uma gaveta e os encontrou. Conseguimos recuperar os documentos, e aí, sim, eu e meu tio fomos para casa. E, bom, essa foi a primeira experiência. Depois, na organização, em Missões, eu participei intensamente das atividades organizativas. Fazíamos ocupação de terras e formávamos comunidades. Eu apoiava as pessoas que estavam lá. Depois, eu continuei na luta, voltei à Missões, continuei participando da organização permanentemente.

Em 1975, depois de participar por quatro anos na organização, me casei, tive um filho e, depois, quando começou outra gravidez, a gente foi para o exílio. Fomos para o Brasil, atravessamos a fronteira assim que iniciou a repressão contra a escola camponesa da região onde morávamos. Ficamos lá de 1975 até 1977. Regressei, mas não à Missões, porque havia perseguições. Nós tínhamos escapado, então se voltássemos à Missões poderíamos voltar a ser perseguidos. Fomos à Caaguaçu, cidade que fica no centro do país, e na periferia da cidade compramos uma casa e vivemos lá com meus dois filhos. Até 1989, eu fui duas vezes presa, uma vez eu fui sequestrada da minha casa, com outros companheiros e companheiras, e nos levaram até uma comunidade, onde ficamos por três dias totalmente desaparecidas. Era uns dias antes de 10 de dezembro, o Dia Universal dos Direitos Humanos, e eles achavam que a gente faria alguma mobilização pela data, ficamos até o dia 29 ou 30 de janeiro. Nós fomos quase os últimos presos em Caaguaçu. Essa foi a última vez que fui presa antes de cair a ditadura.

Na JAC ,se promovia muito a participação das mulheres e, por isso, eu tinha um grupo de companheiras que eram pessoas muito boas, valentes. Era um setor que dependia da Igreja Católica,

porque a Igreja Católica organizava também movimentos sociais como a associação de mães, a associação dos trabalhadores e a JAC, que era a agrária. Como nós nos relacionávamos com a Igreja pela Teologia da Libertação, pelos sacerdotes que estavam nessa linha, então foi muito rápido nosso desenvolvimento político e ideológico. Nós trabalhamos muitíssimo pelo desenvolvimento da consciência no Paraguai. Eu sou feminista, mas na época em que voltei do exílio praticamente não se discutia esse problema, eram outros problemas muito mais graves. Quando voltei do exílio, continuei na luta fundando o movimento que tinha se desarticulado, as LAC e a JAC se desfizeram totalmente. Nossos companheiros da JAC, alguns tinham sido assassinados, alguns desaparecidos, outros mortos, outros estavam no cárcere - quando nós voltamos à Caaguazú havia muitos de nossos companheiros no cárcere.

Trabalhamos pelas organizações camponesas e, em 1977, conformamos um comitê de organização camponesa a nível nacional. Trabalhamos muito e em 1980 se fundou o *Movimiento Campesino Paraguayo* (MCP)³⁹, isso em plena ditadura. Fundamos uma organização diferente das LAC, pois já não dependíamos de nenhum partido político da direita, nem tampouco da Igreja Católica. Definimos nossa autonomia porque tudo o que ocorreu, os massacres, ocorreu com os camponeses e não com a Igreja. Embora houvesse sacerdotes que foram expulsos ou perseguidos, não foram assassinados como ocorreu com os camponeses. Então, definimos uma linha autônoma de organização. E eu fui também fundadora do MCP e ocupei também a direção nacional por vários anos.

Em 1982, começamos a trabalhar com as mulheres. Porque todos que se aglutinavam ao movimento na nova organização - o MCP - eram homens. Começamos então a trabalhar pelas

39 O MCP foi criado após uma grande repressão em 1980, sucedendo as Ligas Agrárias - intensamente perseguidas no que constituiu a *Pascua Dolorosa* - como organização camponesa autônoma, classista e democrática comprometida com a luta pela transformação social e pelos direitos das pessoas camponesas e trabalhadoras rurais e urbanas.

mulheres e pela organização das mulheres. Isso aconteceu porque era pequena a participação das mulheres na organização. E como eu e meu companheiro também éramos da JAC, que eram organizações mistas, ou seja, usamos o critério de que era importante uma organização das mulheres. Então, começamos a trabalhar com outras companheiras. Envolvemo-nos em várias comunidades, vários estados e, em 1985, fundamos a *Coordinación de Mujeres Campesinas* (CMC)⁴⁰ – que integrava o MCP, funcionava dentro do movimento, mas tinha sua própria estrutura departamental, nacional e reuniões nas bases. Em 1985, eram três as reivindicações: a igualdade da mulher na sociedade, a defesa dos direitos da criança e a construção de uma grande organização nacional no Paraguai.

Pensávamos que a organização nacional teria que ter um número enorme de mulheres, e, em plena ditadura, fizemos uma mobilização inédita no Paraguai, a primeira mobilização de mulheres do campo. Fizemos isso em 1985! Em 17 de novembro se fundou a CMC com mil mulheres nas ruas, na Praça da Igreja, porque isso não era permitido nas praças, nem em nenhum lugar - a ditadura era feroz! Isso ocorreu no departamento de Caaguazú, onde vivíamos. A CMC se estruturou a nível nacional, tínhamos a nossa coordenação nacional, o nosso congresso, e funcionávamos com o estatuto do MCP, mas com a nossa própria direção, cursos, coordenação. Vieram companheiras de vários territórios e fundamos a CMC com essas três reivindicações, apoiando a luta do movimento camponês paraguaio, a luta pela terra, e denunciando a repressão. Eu tenho as reportagens dos jornais que saíam (porque eles diziam que não havia registros de que existiam outras organizações do campo no Paraguai, havia das cidades, mas do campo não). E o CMC foi se

40

No setor campesino, as mulheres participaram desde cedo nas Ligas Agrárias e sofreram com a repressão da ditadura de Stroessner. Em 1985, criaram a *Coordinación de Mujeres Campesinas* (CMC), organismo interno do *Movimiento Campesino Paraguayo* (MCP), reclamando pelo direito à terra, pelo fim da repressão e pela liberdade de organização. Informações disponíveis em: <http://www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/paraguay/orga-1.htm>.

desenvolvendo também dentro da luta popular. E, depois, tentamos retomar a organização de mulheres. Quando caiu a ditadura, surgiram as organizações e começou também a ter mulheres dentro das organizações mistas, e havia outras que participavam apenas do comitê de mulheres, então se desenvolveu um processo.

Participamos dos eventos da *Coordinación de Mujeres del Paraguay (CMP)*⁴¹, assim que iniciaram a discussão para as mudanças das leis sobre a questão da mulher, em 1988 (talvez tenha sido a primeira convocatória, e participamos). Quando a ditadura caiu, intensificaram-se os espaços de discussão e debates das mulheres para modificar os códigos da Constituição Nacional, o Código Penal, o Código Civil, do Estatuto Agrário, e participamos de tudo isso. Até que, em 1999, esse processo nos parecia maduro e organizamos um grande encontro entre todas as organizações. Foi aí que se deu o mandato da construção da *Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI)*⁴². Fui a primeira secretária de relações da CONAMURI. Nós éramos um coletivo, não tínhamos presidenta, nem secretária.

Bem, nossa luta das mulheres já havia iniciado na MCP, e não foi nada fácil, porque os companheiros não compreendiam a profundidade, a importância, a necessidade da organização das mulheres. Havia contradições que surgiram, alguns nos apoiavam

41 *Coordinación de Mujeres del Paraguay (CMP)* é uma associação pluralista, sem fins lucrativos, não governamental e apartidária, ativa desde 1987 e que reúne diferentes organizações e iniciativas de mulheres, voltada à reivindicação e fortalecimento dos direitos das mulheres. A CMP foi a organização que lançou a primeira denúncia internacional, a partir da sociedade paraguaia, contra o governo de transição do general Andrés Rodríguez por não aplicar efetivamente os instrumentos de Direitos Humanos ratificados pelo país. Informações disponíveis em: <http://www.cde.org.py/publicacion/informe-sombra-cedaw-vigilancia-ciudadana-sobre-los-derechos-humanos-de-las-mujeres-en-paraguay/>. Acesso em: 5 out. 2022.

42 A CONAMURI foi fundada no Dia Internacional da Mulher de 1999, a partir da reunião de variados comitês de mulheres representantes de diferentes organizações e comunidades de todo o país, como uma resposta à necessidade de um espaço próprio das mulheres camponesas e indígenas, pela sua visibilidade e defesa de seus direitos, como entidade propositiva diante da situação de pobreza e exclusão oriundas da discriminação de classe, etnia e gênero.

e outros não. Foram processos vividos que, em muitos momentos, foram negativos para a organização de mulheres. Na CONAMURI também ocorreram dificuldades. Em 1999 e em 2000, lançamos o primeiro congresso, que se realizou para apresentar publicamente a organização. Foi um ano de trabalho intenso para definir a linha, os objetivos e as reivindicações.

Com essa presença pública das mulheres, os homens começaram a se opor a nós, a colocar entraves, dizendo que nós queríamos dividir a força, que queríamos tomar o lugar dos homens, que não tínhamos capacidade de dirigir uma organização. Fizeram vários ataques e atacaram a nossa capacidade de nos organizarmos, [diziam] “que éramos ruins, que éramos um bando de mulheres solteironas, que não queríamos homens.” Enfim, foram muitas acusações infundadas dos companheiros, em parte por desconhecimento, falta de formação política, ética e de classe, porque não compreenderam com profundidade a importância de uma organização de gênero e classe, uma ferramenta de luta dos trabalhadores e trabalhadoras para acrescentar na luta para a transformação da sociedade, e que a nossa orientação era socialista. Bom, nossa definição estava bem clara.

Começou, também, a perseguição às companheiras, ao grupo de mulheres. Muitas organizações começaram a retirar as mulheres do CONAMURI, porque os homens decidiram isso e as mulheres não podiam enfrentar, ainda não haviam chegado ao nível de consciência, não tinham armas de discussão, de argumentar e de defender suas posições. Então, muitos grupos de companheiras se retiraram das organizações pela pressão que os homens fizeram. Isso foi um processo. Nós chegamos à conclusão de que seria muito difícil nos organizarmos enquanto mulheres e crescermos dentro de um espaço autônomo de pensamento e de liberdade das mulheres, porque haver mulheres em uma organização mista e em apenas uma secretaria era totalmente diferente de ter uma organização autônoma com estrutura, com diligência, com decisões,

debates e discussões próprias. Com isso, fomos crescendo como pessoas, como mulheres, recuperando nosso valor, nossa dignidade, e desenvolvendo nossa capacidade.

Eu me defino como feminista, pois creio que o feminismo pensa na transformação da sociedade. Hoje não teria nenhum significado, nenhuma importância se nos organizássemos puramente como mulheres para construir uma sociedade para mulheres somente, ou lutar para que os homens ocupem nosso lugar e nós o deles. Nós nunca pensamos nisso. O objetivo é dar oportunidade às mulheres, dar elementos políticos, ideológicos e metodológicos para que as mulheres possam desenvolver sua capacidade. E, a partir de sua capacidade, a partir de sua consciência e independência, estabelecer em qualquer lugar as ações de defesa, para que possam lutar dentro de uma sociedade patriarcal, onde as mulheres são discriminadas, sofrem uma dupla opressão e exploração por serem mulheres e por serem, também, de uma classe explorada.

Então, a nossa organização nunca apontou contra os homens; queríamos alcançar a plenitude do desenvolvimento, e desenvolver em todos os aspectos a capacidade que têm as mulheres: na produção, na vida familiar, no organizativo, no social, nos estudos. Isso demonstra que, sim, as mulheres podem, só não têm oportunidades. Somos do campo, somos mulheres camponesas, somos mulheres indígenas, temos menos oportunidades e menos possibilidades, mas com nossa luta e com nossa organização, temos a ideia e a visão de que em pouco tempo podemos ir construindo um espaço diferente e ser parte da sociedade em condições de igualdade, e não em condições de desigualdade e de inferioridade. E todas essas lutas nós levamos em todos os lados, defendendo os direitos das mulheres, defendendo os direitos dos trabalhadores, das crianças.

Trabalhar na comunidade, trabalhar com as mulheres, trabalhar com todo mundo para melhorar as condições de vida e construir uma consciência libertária para que todos os trabalhadores não

sintam qualquer tipo de opressão, muito menos as mulheres, é uma utopia, é um sonho muito longo, e acredito que somente transformando a estrutura da sociedade capitalista se pode chegar a isso, com muito trabalho. Porque mesmo em uma sociedade que não seja capitalista, uma sociedade que queira ser diferente, tem que haver um difícil trabalho permanente e sem pausa na construção de uma relação de igualdade, uma relação onde haja igualdade de respeito, no político, no econômico, no cultural, no social. Temos que desenvolver a plenitude de tudo isso, de direitos sociais para todos.

DA MILITÂNCIA ESTUDANTIL AO MOVIMENTO DE MULHERES FEMINISTAS: LINE BAREIRO BOBADILLA

Minha formação como feminista não se fez através dos livros, isso não foi o principal, ela foi feita de modo mais familiar. Primeiro, porque minha mãe era feminista. Chamava-se Carmen Bobadilla e, em minha casa, havia livros feministas e lia-se sobre feminismo. O feminismo de minha mãe era distinto das sufragistas, [e não abordava os direitos sexuais e reprodutivos]. Ela e meu pai [Hugo José Bareiro Velázquez] se conheceram no dia do golpe de Francisco Franco [que ocorreu no ano de 1936], na assembleia da Faculdade de Direito em Assunção para dar assistência a seus companheiros que foram para a Guerra Civil Espanhola defender a República. Meu pai foi juiz e faleceu quando eu era muito pequena e minha mãe foi professora de Literatura e de História em escolas da região, ela não chegou a terminar o curso de Direito.

A minha casa era um ambiente muito diferente, havia coisas que não se discutiam, mas não se duvidava que devíamos estudar e nos opormos à ditadura. Meu irmão mais velho dizia que muitas

vezes se sentia discriminado, não por ser homem, e sim porque era engenheiro agrônomo. Então ele não se dedicava a temas humanísticos, à literatura, ao teatro e coisas assim, que eram as questões que tinham “mais valor à mesa”. Minha casa também era um ambiente aberto para as atividades da oposição. Então, o lógico era que nós fossemos líderes estudantis e que nos opuséssemos à ditadura, que trabalhássemos com os centros de estudantes. Isso tanto meu irmão mais velho quanto eu fazíamos normalmente.

Minha primeira formação é o Direito, mas posso dizer que não fui feminista durante toda a faculdade. Me importava o tema, mas me marcavam muito mais as lutas sociais e de esquerda pela democracia e antiditatoriais. Mas, claramente, para mim era inadmissível uma série de formas de discriminações. Eu sabia que o lugar das mulheres não era natural, com a divisão sexual do trabalho ou um destino preestabelecido. Me importava a temática, mas não era o centro da minha luta, o núcleo mais importante do meu trabalho [foi a oposição ao regime stronista, na imprensa, no movimento estudantil e no teatro].

Nesse ínterim, no ano de 1969 integrei um grupo que redigia uma página sobre a mulher em um periódico da Igreja Católica que se chamava *Comunidad*⁴³. Fazíamos coisas assim muito rompedoras [para o Paraguai daquele período]. Então, houve muita pressão e nos tiraram do *Comunidad* porque nosso conteúdo era muito “agressivo”. Éramos um grupo que escrevia sobre sexualidade, sobre abusos e sobre privações de liberdade e, claro, estávamos muito envolvidas com tudo que poderíamos fazer: arte, poesia, movimento estudantil. Eu fazia parte de todas essas atividades.

43 Semanário da *Conferencia Episcopal Paraguaya*, iniciou suas publicações em 1952 como um boletim da paróquia Las Mercedes. A partir de 1962, após algumas modificações, tornou-se um periódico oficial dessa instituição no combate contra a violência do governo stronista, entre outros temas abordados. No ano de 1968, parte de seus exemplares foram sequestrados e o editor-chefe preso. No ano seguinte foi fechado por “incitar subversão” (Paz, 2004, p. 62).

Durante o curso de Direito participei de um grupo chamado *Frente Unido Revolucionario* (FUR)⁴⁴, que era parte do que se chamava de *Movimiento Independiente* (MI)⁴⁵. Também nessa época eu fiz teatro popular, fiz alfabetização com a comunidade rural usando o sistema Paulo Freire. Esse foi um momento importante, pois uma grande quantidade dos estudantes saiu dos partidos políticos tradicionais [como o Liberal e o Colorado e atuaram de forma mais autônoma].

Em 1971, eu estava no quarto período da faculdade e, devido à minha militância, fui detida por um dia na *Comisaria Tercera*⁴⁶. Logo depois de solta, a polícia deu uma ordem e fiquei por uns quinze dias sem sair de casa. Após esse ocorrido, a Chefatura de Polícia me informou que eu deveria sair do país. Então fui para Corrientes, na Argentina. O motivo disso nunca foi claro. Por um lado, eu realizava diferentes ações críticas à ditadura stronista; por outro, havia emprestado o *Jeep* do meu irmão para uns amigos de minha amiga que foram presos dias depois. A polícia nessa época informou meu nome por toda região. Em minha ficha de detenção dizia que eu fui presa por atividades comunistas em 28 de julho de 1971, e em outra ficha que eu pertencia aos *Comuneros*⁴⁷. Após três meses de exílio,

44 *Frente Unido Revolucionario* (FUR), organização estudantil da Faculdade de Direito da *Universidad Nacional de Asunción* (UNA) criada em 1969.

45 O MI foi um movimento estudantil integrado, desvinculado dos partidos políticos, que atuou nas décadas de 1960 e 1970. Possuíam uma revista chamada "Frente" que tinha uma postura contrária ao governo e aos partidos tradicionais. Segundo Alfredo Boccia Paz, embora essa organização não fosse reconhecida pelo regime, não era um grupo clandestino. Em 1976, com a repressão de vários membros, ele foi desarticulado por mais de uma década (Paz, 2004).

46 Era uma das delegacias da região central de Assunção que funcionava como um centro de repressão e tortura. Ficava em frente ao *Departamento Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT), atualmente um espaço de memória sobre a ditadura stronista, chamado de *Museo de la memoria*. A *Comisaria Tercera* foi reconhecida também como um espaço de memória, entretanto, demoliram parte de seu edifício pouco tempo após ter sido nomeada como "*sítio histórico y de consciéncia*" no ano de 2014. Esse acontecimento gerou uma série de manifestações por parte das organizações de direitos humanos, mas atualmente não se tem mais notícias sobre esse local de memória.

47 A repressão stronista perseguiu sacerdotes jesuítas que acompanhavam as Ligas Agrárias, atravessada por uma analogia com a *Revolución Comunera del Paraguay* que, segundo Roberto A. Romero, tem suas raízes nos levantamentos indígenas da época colonial imbuídos de uma tradição de autonomia e liberdade (Romero, 1995; Rivarola, 2014).


autorizaram meu regresso ao país, contudo tive guardas em frente a minha casa, vestidos de civis, durante dois anos.

Então, algumas pessoas dos Discípulos de Cristo⁴⁸, local onde se reunia meu grupo de teatro, intervieram diante do Conselho Mundial de Igrejas para que me concedessem uma bolsa de estudos e eu pudesse sair do país. Nesse momento eu estava em Corrientes, e, durante esse tempo eles foram falar com minha mãe, em um colégio onde ela ensinava, e lhes disseram que lhes parecia que era muito negativo um exílio [como o que eu enfrentava]. Disseram que tinham a possibilidade de conseguir uma bolsa de estudos e minha mãe respondeu que não queria que eu fosse a nenhum país latino-americano, porque iria ser igual. Evidentemente, porque eu poderia fazer “loucuras” e, também, pela Operação Condor⁴⁹. Era certo que eu não iria para os Estados Unidos e, como eu falava alemão, era uma possibilidade ir para a Alemanha.

Quando retornei da Argentina, eu não queria essa bolsa de estudos. Então eu disse que iria somente quando terminasse a faculdade. Eu estava no oitavo semestre. Me formei em dezembro de 1973 e, em 1974, houve uma repressão muito forte e muito dura a pessoas próximas de mim. Então decidi e disse: “agora sim quero ir”, porque vivíamos nessa tensão permanente e decidi que queria estudar Ciências Políticas.

48 A *Iglesia Cristiana de los Discipulos de Cristo* teve durante a ditadura uma importante atuação e ajudou a criar o *Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia* (CIPAE), organismo ecumênico paraguaio, criado pela Igreja Católica Apostólica Discípulos de Cristo e a *Evangélica Del Río de la Plata*. O CIPAE iniciou seus trabalhos em 1976, logo após a repressão em massa dos grupos clandestinos, em que o número de aprisionamento ampliou-se a ponto de se reabilitar um antigo reformatório, chamado de Emboscada. O Comitê tinha ação de auxiliar juridicamente as pessoas presas, entre outras funções. No ano de 1985, a Igreja Católica retirou-se do CIPAE (Paz, 2004, p. 62).

49 Operação Condor, plano de colaboração e articulação da perseguição política e do terrorismo de estado entre países do Cone Sul (Paz, 2004, p. 145).




Foi muito difícil obter meu passaporte⁵⁰, mas finalmente me deram, e então fui estudar Ciências Políticas em Heidelberg, na Alemanha, no final de 1975. E, realmente, eu me tornei feminista na Alemanha, ainda que não gostasse muito do movimento feminista alemão. Não morria de amores pelas formas de relacionamento e de atuação pessoal, mas eu sentia que isso era algo muito importante, porque ocorreu um fato importantíssimo e concreto. Em outubro de 1975, fui para a Alemanha e, em princípios de 1976, aconteceu uma reunião das pessoas dos grupos latino-americanos. Dois rapazes que faziam parte do grupo disseram que era uma vergonha não termos organizado nada para o Dia Internacional da Mulher. Eles, então, prepararam um debate sobre classe e mulher, e se discutiu a dupla jornada e Alexandra Kollontai, entre outros assuntos. Nesse ínterim, houve um problema muito grande, porque uma garota peruana, Clemencia Salmón⁵¹, que era feminista, disse que na realidade isso não era interessante se não fosse tematizado como eram as relações internas entre os estudantes latino-americanos. Armou-se um desastre, brigaram e se ofenderam. Então, a partir do ocorrido, as mulheres me convidaram para que realizássemos uma reunião para conversar sobre como iríamos focar isso dentro do grupo latino-americano de estudantes.

Éramos um grupo que se reuniu em função desse problema que surgiu dentro da organização de estudantes. E aconteceu que um rapaz, que era ator de teatro, amigo nosso, armou um boicote à reunião que estava ocorrendo em uma dependência estudantil. Juntaram latas e pedras e começaram a fazer uma batucada lá fora para que não pudéssemos conversar tranquilas. E eu disse: “ah, isto deve ser muito importante para merecer tanta oposição!” Porque eu estava acostumada a tomar decisões políticas, devido ao tipo de atividades que me envolvia no Paraguai. Então, foi muito importante e muito útil também [perceber essas oposições às mulheres].

50 De acordo com Alfredo Boccia Paz, o passaporte era um documento cuja não expedição “por ordem superior”, ou a demora para entregarem foi usada nas décadas de 1970 e 1980. Essa era uma das formas do regime para deter as pessoas de saírem do país (Paz, 2004, p. 156).

51 Clemencia Salmón de Weigmann, cientista política pela Universität Heidelberg.



Na Alemanha, participei de muitas ações e também escrevi muitos trabalhos sobre a participação das mulheres nas lutas contra a ditadura, sobre questões culturais, sobre populismo e ditadura. Eu era muito ativa no movimento estudantil e sempre estive unida ao movimento cultural, ao teatro e outras manifestações. No Paraguai, eu fiz parte do teatro popular e isso teve um papel muito importante. Outro ponto importante é que na Alemanha fizemos muitas denúncias sobre a ditadura no Paraguai e, no ano de 1976, quando houve uma grande repressão que se chamou *Pascua Dolorosa*⁵², os estudantes latino-americanos dedicaram ao Paraguai as ações do Primeiro de Maio, que eram ações enormes que promoviam a questão estudantil. Neste momento, todos eles escreveram cartas pedindo a libertação dos presos, denunciando internacionalmente e escrevendo ao governo. E eu era como uma referência do Paraguai na Alemanha, então eles muitas vezes me mandavam materiais. Minha mãe também me mandava, todas as semanas, os periódicos, geralmente as páginas políticas e culturais e o que mais pudesse me interessar, depois eu compartilhava o material com outras pessoas.

Realizando uma comparação, ainda que o centro da minha atuação política nesse período fosse muito mais no âmbito das lutas contra as ditaduras latino-americanas, sempre tive interesse nas questões das mulheres, mas não era o centro de minha atuação. Nesse sentido, minha atuação como feminista na Alemanha foi muito maior do que foi no Paraguai, quando eu estava no movimento estudantil. No Paraguai, por exemplo, muitas reuniões se faziam na minha casa. Eu redigia os esboços de pronunciamento, preparava os painéis, falava em assembleias, manifestações e tribunas livres e me encarregava das questões da organização. Visitávamos os companheiros presos e, depois, vínhamos entre vinte ou mais pessoas para

52

Segundo Alfredo Boccia Paz, foi o nome dado por organizações de direitos humanos à semana santa de 1976, dado ao massacre de populações camponesas no departamento de Misiones e outras localidades do país. O objetivo era encontrar os líderes das Ligas Agrárias que supostamente estavam associados à OPM (Paz, 2004, p. 146-147, 156).

merendar na minha casa. Também, nessa época, declamava poemas revolucionários em diversos atos e representei os estudantes na *Muestra Paraguaya de Teatro*, em 1975⁵³, depois terminei como a coordenadora geral desse evento. Apesar de toda essa atividade, tinha a vantagem de ser uma boa aluna, com boas qualificações. Na Alemanha, também fui muito ativa e participava, inclusive de atividades em prol da democracia no Paraguai que se realizavam em outros países europeus.

Então, quando voltei da Alemanha, em 1982, aconteceram muitas coisas. Nos anos 1980, estavam em formação vários pequenos grupos feministas, em sua maioria eram grupos de consciência. Tínhamos ligação direta com a imprensa e uma repercussão muito grande em periódicos de grande circulação. Acredito que foi a partir de um acontecimento, em 1984, que nunca mais deixei de dedicar meus esforços às questões feministas e, tampouco, de trabalhar contra a ditadura. Um grupo de senhoras que frequentavam a *Asociación Cristiana de Jóvenes* começou a se reunir para realizar oficinas com discussões de temas que lhes interessavam. Então, uma delas veio até mim e disse: “queremos uma conversa intelectual”. E eu lhe disse: “bom, mas sobre o que?” Me disse: “não importa, sobre o que seja, mas queremos que seja intelectual, porque queremos pensar!” E isso, para mim, foi muito relevante. Entendi que o conhecimento é poder e que as mulheres precisam desse poder.

Dei uma conferência justamente sobre o que havia de produção sobre o lugar das mulheres. E elas se entusiasmaram muito e resolvemos fazer algo como um grupo que hoje seria intitulado de “auto convocatório”. Em 1984, formamos a organização que se chamou *Mujeres en Acción*. Convidávamos as pessoas para as reuniões

53

3ª edição da *Muestra Paraguaya de Teatro*, realizada no mês de junho de 1975 em Assunção, com o patrocínio da *Universidad Católica Nuestra Señora de Asunción*. A *Muestra Paraguaya de Teatro* foi uma entidade composta por grupos de teatro experimentais e independentes que promoveu o conhecimento e o intercâmbio entre os mesmos (Morton, 1976).

através da imprensa e todas as pessoas que chegavam tinham os mesmos direitos. As reuniões ocorriam na *Asociación Cristiana de Jóvenes - Young Men's Christian Association (ACJ-YMCA)*⁵⁴, vinha gente conhecida e desconhecida, e pessoas que víamos com maior frequência. Fazíamos pequenos grupos de autoconsciência. Na prática, avisávamos que íamos trabalhar com jogos infantis, como jogos por sexos, ou seja, o que faziam os homens e o que faziam as mulheres. Dávamos testemunho, nos juntávamos em plenária e conversávamos e, depois, decidíamos o que iríamos discutir na próxima vez.

Algo muito importante ocorreu em 1983, que foi o encerramento do *Banco Paraguayo de Datos (BPD)*, local onde eu trabalhava. [Na época] nós editávamos umas quatro revistas. [Houve um ato de repressão articulada e] todas as pessoas que estavam trabalhando nesse momento no local foram presas - eu não estava lá no dia. [A repressão] ocupou o BPD durante um ano. Eu trabalhei muito pela libertação das pessoas, pela liberdade intelectual e pela reabertura do BPD. Nesse período, fiz um trabalho bastante importante com a *Asamblea Permanente por los Presos Políticos*, que teve grande participação de mulheres. Isto ocorreu quando meus companheiros do BPD estavam presos e, então, organizamos esse grupo e fizemos uma ação - a primeira foi uma ação com assinaturas massivas nos periódicos.

Nessa época também fiz parte de um grupo de teatro, que já não era exatamente popular, também porque eu não tinha trabalho. Chamava-se *Teatrillo* e abriu as portas do *Centro Cultural de España Juan de Salazar* para nós. Nesse momento, as pessoas não queriam me contratar, porque eu era considerada uma inimiga do regime.

54

A Young Men Christian Association (YMCA) é uma organização fundada em junho de 1844, por George Williams (1821-1905), em Londres. Trata-se de um movimento cristão e ecumênico com ênfase no desenvolvimento humano, atuando principalmente com crianças e jovens. Sua atuação na América Latina e Caribe se deu por meio da criação de várias instituições e, no Paraguai, a sede da YMCA foi implantada no ano de 1943, na cidade de Assunção. Para saber mais, acesse o site oficial do movimento: <https://ymcaparaguay.org>. Acesso em: 5 out. 2022.

Como eu sabia escrever, houve uma demanda das mulheres jornalistas para que eu lhes ajudasse com temas, com questões que manejava e bibliografias; também fui convidada a conferências nacionais e internacionais. Houve uma reunião organizada pela Fundação Friedrich Naumann em Montevidéu, em 1986, sobre a participação política das mulheres no Cone Sul, que foi muito importante para a minha inserção realmente no feminismo latino-americano. Fiz uma apresentação sobre a participação das mulheres no movimento estudantil - aqui também havíamos feito uma apresentação sobre o assunto -, e formei um grupo de mulheres dirigentes estudantis em movimentos mistos para ir conversando sobre as dificuldades na divisão sexual e outros assuntos dentro do movimento estudantil. Discutíamos coisas muito interessantes, como rir das piadas obscenas ou sexistas para não ser excluídas e o que fazer nessas circunstâncias. Esse grupo contava com mulheres do curso de sociologia, de medicina e de engenharia, que era majoritariamente masculino. Também havia uma prática de vinculação com a educação popular e com o teatro. Eu pertencia a uma geração que considerava que fazer cultura era fazer política.

Então, isso me deu um tipo de conexão muito grande. E fez com que eu pudesse estabelecer uma série de conexões que me levaram a diversas produções e com feministas sociólogas, cientistas políticas etc., e, não somente com os grupos do Paraguai. Também fui uma pessoa que começou a escrever mais sobre os movimentos de mulheres, movimentos feministas no Paraguai naquele momento, e fui me dando conta que esse tipo de artigo de crítica feminista à cultura autoritária despertava uma bronca muito grande em setores que eram de oposição. Consideravam perigoso o que fazíamos, o que escrevíamos. Naquele momento creio que não havia pessoas com maior vinculação internacional do que eu, então, também cumpri um papel muito ativo.

Formamos, no ano de 1984, o grupo de apoio ao BPD que, desde 1985, se chamou CDE, e conseguimos nos formalizar em 1987.

Éramos pessoas com bastante liderança social, intelectual, influência e certo poder, não nos importávamos em lutar por um espaço pequeninho para que nos escutassem ou ter que gritar para isso. No movimento feminista, tivemos a capacidade de esperar pelas demais mulheres. Recordo que, em plena abertura democrática, fizemos um fórum para a Constituinte, onde se discutiu o tema do aborto, e nós ganhamos. Ganhamos, sim, para propor o tema, mas por dois votos, então dissemos: “não vamos, porque estamos divididas! É melhor esperarmos que as coisas amadureçam mais, do que irmos sozinhas!” Algo muito importante no feminismo Paraguaio foi, então, saber esperar pelas demais, além da prática de cidadania que é uma característica muito forte do movimento feminista paraguaio.

Então, tivemos essa atitude de ir esperando pelas demais, de ir conquistando certos consensos sociais, acredito que isso tenha sido bastante importante para a disputa da hegemonia da linguagem, para a disputa da hegemonia das ideias do mundo androcêntrico. Ou seja, havia uma série de temas que eram muito relevantes e que nós poderíamos propor, mas não queríamos ir sozinhas ou ser a vanguarda. Quiçá, de forma mais lenta, trataríamos de que houvesse uma participação mais ampla. Isso, talvez, porque vínhamos de uma crítica a posições de vanguarda dentro da esquerda, ou seja, não todas, mas havia gente mais conservadora e gente que vinha dos partidos tradicionais também.

Nossa história, na realidade, em uma ditadura tão longa, é diferente, talvez, de outros lugares, porque é uma história em que vivíamos muitas coisas e convivemos com formas autoritárias e, dentro disso, conseguimos realizar muitos feitos. Então, nesse sentido, é um pouco distinto de outras realidades de onde havia mais abertura política. Como certa vez me disse Lilian Celiberti, fazendo uma comparação: “na ditadura [uruguaia], nós estivemos presas ou no exílio”. No Paraguai, nós não. Durante a ditadura eu fui à escola, estive presa na polícia, atuei no teatro popular, na alfabetização, estudei, ou seja, me tornei advogada, e era ativa contra a ditadura e me fiz feminista nessa época.

Eu estou convencida que, realmente, o feminismo latino-americano [ocorreu com mais força] nos anos 1980. O feminismo propriamente latino-americano, a renovação do feminismo, com a formação de grupos que persistiram por mais tempo e etc., ocorreu com maior incidência a partir dos anos 1980, ainda que tivessem ocorrido manifestações e questões prévias. Foi nesse contexto que, em 1987, ainda vivendo sob a ditadura, depois de ter participado e vivido uma série de eventos, fiz uma definição de feminismo que é justamente não considerar natural o lugar das mulheres e dedicar seu tempo, seu esforço, seus recursos, às transformações das relações sociais de gênero. Isso é ser feminista.

ENTREVISTAS

BAREIRO, Line. [Entrevista concedida a] Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. **Acervo do LEGH/UFSC**. Assunção, Paraguai, 21/02/2008.

CARDOZO, Maguiorina Balbuena. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. **Acervo do LEGH/UFSC**. Assunção, Paraguai, 22/02/2008.

FLORES, Guillermina Kanonnikoff. [Entrevista concedida a] Cristina Scheibe Wolff. **Acervo do LEGH/UFSC**. Assunção, Paraguai. 22/02/2008. Disponível em: Acesso em: VITTORE, Stella M. Rojas. [Entrevista concedida a] Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro. **Acervo do LEGH/UFSC**. Assunção, Paraguai. 28/07/2010.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Martín. **Paraguay**. La cárcel olvidada, el país exiliado. Assunção: Marben, 4 ed., 2013.

CÉSPEDES, Roberto L. R.; PAREDES, Roberto. *In*: LACHI, Marcello. **Insurgentes**: la resistencia armada a la dictadura de Stroessner. Asunción: Arandurã Editorial; Novapolis, 2004.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. **Informe Final Anivehaguã Oiko- Síntesis y Caracterización del Régimen**. T. 1. Assunção: Paraguai: J.C. Medina. 2008.

CORONEL, Jorge Prozman. **El movimiento obrero**. Assunção: El Lector, 2014.

DABOIT, Pedro Carlos. **Do sociorreligioso ao sociopolítico**: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a Igreja Católica no Oeste Catarinense. 1996. 104 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

ECHAURI, Carmen; SOTO, Clyde; TORRES, Veronica. **Diagnostico de las organizaciones no gubernamentales, centros académicos, organizaciones de mujeres y su papel en la promoción de la participación de la mujer en la sociedad**. Taller Mejoramiento del Marco Legal e Institucional para la Incorporación de la Mujer al Desarrollo en Países Seleccionados en América Latina. Assunção, Paraguai. ONU, CEPAL, 1991. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/18875>. Acesso em: 10 set. 2023.

FARINA, Bernardo Neri; PAZ, Alfredo Boccia. **El Paraguay bajo el stronismo 1954-1989**. Asunción: El Lector, 2014.

FREITAS, Larissa Viegas de Mello. **O feminismo que veio do campo**: movimentos de mulheres e trajetórias de identificação (Brasil e Paraguai, 1985-2010). 2014. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015.

GAMARRA, Adriana. **Tortura & Muerte**: el caso Schaerer Prono. Primera respuesta de la justicia a causas violatorias de derechos humanos por terrorismo de Estado. Assunção: [s.n.], 2011.

GONZÁLEZ, Juan Marcos García. **El crimen del Cine Splendid**: Stroessner, los nazis y el Paraguay de la década del 60. Assunção: [s.n.], 2011.

LACHI, Marcello. **Insurgentes**: la resistencia armada a la dictadura de Stroessner. Assunção: Arandurã Editorial; Novapolis, 2004.

MARÇAL, Lena Maria Pires Coreia Lopes. La formación inicial de las educadoras y de los educadores: profesores y profesoras. Tradução: Loris Viviani. **Rizoma freireano**, n. 12, página inicial e final, 2012. Disponível em: <https://www.rizoma-freireano.org/articulos-1212/la-formacion-inicial-de-las-educadoras-y-de-los-educadores-profesores-y-profesoras-lena-maria-pires-coreia-lobes-marcal>. Acesso em: 10 set. 2023.

MCSHERRY, J. Patrice. The undead ghost of Operation Condor. **Logos**, v. 4, n. 2, p. 1-10, 2005.

- MORTON, Carlos. Theatre notes. *Latin American Theatre Review*. **Lawrence**, v. 10, n. 2, página inicial e final, spring, 1976.
- NICKSON, Andrew. El régimen de Stroessner: 1954-1989. *In*: BREZZO, Liliána; TELESKA, Ignacio *et al.* (Org.). **Historia del Paraguay**. Asunción: Taurus, 2010. página inicial e final.
- PAREDES, Roberto. **El sindicalismo después de stroessner**. Assunção: ServiLibro, 2002.
- PAREDES, Roberto. **Mujeres rebeldes por la patria**. Assunção: Servi Libro, 2011.
- PAZ, Alfredo Boccia. **La década inconclusa**: historia real de la OPM. Assunção: El Lector, 1997.
- PAZ, Alfredo Boccia. **Diccionario Usual del Stronismo**. Assunção: Servilibro, 2004.
- PAZ, Alfredo Boccia. OPM: La profecía autocumplida. **NOVAPOLIS, Revista de Estudios Contemporáneos**, Assunção, e. 8, página inicial e final, ago 2004. Disponível em: https://portalguarani.com/587_alfredo_boccia_paz/15073_opm_la_profecia_autocumplida_alfredo_boccia_paz_.html. Acesso em: 10 set. 2023.
- RIVAROLA, Milda. **La resistencia armada al stronismo**. Colección 60 años del stronismo nº 7. Assunção: ABC Color; El Lector, 2014.
- ROMERO, Roberto A. **La revolución comunera del Paraguay**: su doctrina política. Asunción: Leguizamon, 1995.
- SILVA, Tamy Amorim da. **Memórias sobre uma dama valente**: Carmen de Lara Castro e a ditadura Stronista (1967-1989). 2016. 307 f. Dissertação (Mestrado em XX) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.
- TELESKA, Ignacio. **Las Ligas Agrarias Cristianas**. Colección 60 años del stronismo nº 8. Asunción: ABC Color; El Lector, 2014.
- WELLBACH, Evelin. Las prácticas políticas de las organizaciones Político Militares desde el exilio 1970-1989. *In*: autores da obra. **I Taller**: Paraguay como objeto de estudio de las ciencias sociales. Argentina, 2008. Página inicial e final. Disponível em: <http://www.cedema.org/ver.php?id=5591>.

ÍNDICE DE SIGLAS

ADAVI	Asociación por el derecho a la vida
ACJ - YMCA	Asociación Cristiana de Jóvenes- Young Men's Christian Association
BPD	Banco Paraguayo de Datos
CDE	Centro de Documentación y Estudios
CIPAE	Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia
CMC	Coordinación de Mujeres Campesinas
CMP	Coordinación de Mujeres del Paraguay
CONAMURI	Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas
DIPC	Departamento de Investigaciones de la Policía de la Capital
DNAT	Dirección Nacional de Asuntos Técnicos
FULNA	Frente Unido de Liberación Nacional
FUR	Frente Unido Revolucionario
JAC	Juventud Agrária Católica
JEC	Juventud Estudiantil Católica
LAC	Ligas Agrárias Cristianas
M14	Movimiento 14 de Mayo
MCP	Movimiento Campesino Paraguayo
MI	Movimiento Independiente
OPM	Organización Primero de Marzo/Organización Político Militar
UCA	Universidad Católica Nuestra Señora de Asunción
UNA	Universidad Nacional de Asunción

ÍNDICE ONOMÁTICO

- Beauvoir, Simone 268
Cardozo, Ramon 280
Celiberti, Lilian 299
Costa, Juan Carlos da 262, 269, 271, 277
Domecq, Raul Mont 266, 267
Engels, Friedrich 268
Flores, Guillermina Kanonniko (Nenena) 251, 252, 257, 266, 271
Freire, Paulo 268, 271, 292
Kollontai, Alexandra 294
Marx, Karl 268
Matiauda, Alfredo Stroessner 250, 251, 252, 253, 257, 262, 270, 273, 278, 279, 286
Morínigo, Higinio 279
Pérez, Graciela María 269
Prono, Mário Raul Schaerer 257, 262, 266, 267, 269, 271
Rockefeller, Nelson 270
Tavalera, Nidia González 277
Villalba, Aquilino 269
Vittore, Stella Maris Rojas 252, 265, 268
Weigmann, Clemencia Salmón 294
White, Robert 275

ÍNDICE REMISSIVO

A

- aborto 263, 299
 Asamblea Permanente por los Presos Políticos 297
 Asociación Cristiana de Jóvenes- Young Men's Christian Association (ACJ-YMCA) 296, 297, 303

B

- Banco Paraguayo de Datos (BPD) 297

C

- Caperucita [Roja] 272, 274
 Centro Cultural de España Juan de Salazar 297
 Centro de Documentación y Estudios (CDE) 256
 Colégio Lestonnac 265
 Colégio San Cristóbal 262
 Comisaría Primera 274
 Comisaría Tercera 253
 Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia (CIPAE) 293
 Comunidad (periódico) 291
 Coordinación de Mujeres Campesinas (CMC) 255, 286
 Coordinación de Mujeres del Paraguay (CMP) 287
 Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI) 254, 255, 287, 288
 Cristo Rey 268

D

- Departamento de Investigaciones 253, 262, 265, 271, 303
 Departamento de Investigaciones de la Policía de la Capital (DIPC) 253, 262
 Dirección Nacional de Asuntos Técnicos "La técnica" (DNAT) 253, 292
 Discipulos de Cristo 293

E

- exilio 254, 259, 275, 276, 278, 279, 284, 285, 292, 293, 299

F

- feminismo 253, 254, 256, 277, 289, 290, 298, 299, 300, 301
 feministas 255, 256, 257, 290, 296, 298
 Frente (periódico) 292
 Frente Unido Revolucionario (FUR) 255, 292
 Fundação Friedrich Naumann 298

G

- género 287, 288, 300
 Gestión Local 266, 268
 gravidez 252, 284

H

- Hermanas Azules 268

J

- Juventud Agraria Católica (JAC) 280, 284, 285, 286
 Juventud Estudiantil Católica (JEC) 269, 270, 278

L

- Ligas Agrárias Cristianas (LAC) 251, 252, 254, 270, 280, 285, 303

M

- Ministério da Educação 268
 Movimiento Campesino Paraguayo (MCP) 251, 254, 255, 285, 286, 287
 Movimiento Independiente (MI) 255, 292
 Muestra Paraguaya de Teatro 296
 Mujeres en Acción 296
 mulheres 251, 252, 253, 255, 256, 257, 261, 263, 269, 271, 272, 276, 277, 278, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301

O

Operação Condor 270, 275, 293

Organización Primero de Marzo/Organización Político Militar (OPM) 251, 252, 253, 254, 257, 258, 259, 262, 266, 269, 270, 271, 276, 277, 295, 302, 303

P

Partido Colorado 250, 268, 279

Pascua Dolorosa 262, 277, 285, 295

R

Revolución Comunera del Paraguay ou Comuneros 292

S

sufrágio 256

T

Tata Piriri (periódico) 259

Teatrillo 297

Teologia da Libertação 254, 268, 269, 280, 285

U

Universidad Católica Nuestra Señora de Asunción 296, 303

Universidad Nacional de Asunción (UNA) 255, 268, 292, 303



7

*Lidia Schneider Bristot
Raísa Gomes*

CAMINHOS ENTRECRUZADOS DO FEMINISMO URUGUAIO

Em período recente, a expressão “*como el Uruguay no hay*” parecia fazer sentido. Diferentemente de alguns de seus vizinhos, o Uruguai ganhou uma áurea progressista através de suas conquistas: a descriminalização do aborto e da maconha, o casamento igualitário e a fama de austeridade de seu ex-presidente, o ex-guerrilheiro tupamaro, José Mujica. No entanto, apesar dessas aparentes diferenças, há inúmeras afinidades entre os países do Cone Sul, principalmente a respeito da temática deste livro: governos autoritários e trajetórias feministas.

O Uruguai, até a década de 1960, possuiu uma trajetória republicana e democrática bastante firme, ainda mais se comparada a seus vizinhos. O *Batllismo*¹ e sua tradição consolidaram um Estado moderno progressista no início do século XX, que até hoje é uma herança em disputa. Essa memória tem razão pela modernização considerada progressista para a época, voltada para um Estado forte e laico, mas com uma atenção especial à área social, inclusive com conquistas de direitos para as mulheres, como a lei de divórcio só pela vontade da mulher, em 1913. A tradição de um feminismo de primeira onda potente foi importante no “ressurgimento” do movimento durante a redemocratização, pois construiu a ideia de retomada de um caminho feminista para o país que já fazia parte da sua história.

Essa construção de um caráter progressista como história e destino do país entrou em crise ao longo das décadas de 1950 e 1960. De acordo com Tristán (2006), até 1973, havia uma consciência generalizada de que o Uruguai como “Suíça Americana” tinha ficado para trás, e que havia uma “latino-americanização” nacional. Além de problemas com o modelo econômico, que evidenciaram um

1 Referência à corrente do Partido Colorado historicamente vinculado a José Batlle y Ordoñez, presidente do país entre 1903-1907 e 1911-1915, caracterizada por defender propostas de ativa intervenção estatal na economia e na intermediação capital-trabalho e políticas públicas inclusivas (ênfase na educação pública e no sistema previdenciário). De fundo nacionalista e reformista, teve um perfil urbano-industrial com forte representação da classe média e dos trabalhadores urbanos (Padrós, 2005).

declínio na produção do país, era um momento de crise do modelo político uruguaio vivido até então. As tentativas de superação, num contexto mundial de polarização entre Socialismo e Capitalismo e de recrudescimento e tomada de poder pelos militares na América Latina, levou a um crescente autoritarismo no país, até a quebra constitucional em 1973.

Isso se deu com as transformações constitucionais e de equilíbrio dos poderes, com o Parlamento com um papel cada vez maior, as transformações na política partidária e com a crise dos tradicionais Partidos Nacional e Partido Colorado². Para Tristán (2006, p. 22):

A polarização política e social do período, o fim do tradicional consenso que caracterizava a política uruguaia, assim como o aprofundamento da crise e a ausência de respostas por parte do sistema político, provocaram o surgimento de opções e propostas a partir da periferia do sistema (Tradução nossa).³

A conjuntura vivida no país aumentava o conflito entre diversos atores sociais. A combinação dessas questões internas, junto com o contexto mundial da década de 1960 – marcada pela Revolução Cubana, a Guerra de Libertação do Vietnã, as críticas à esquerda tradicional –, fizeram com que novas possibilidades de atuação fossem construídas, numa atmosfera de efervescência do movimento operário, estudantil e do campo.

2 Quase tão antigos quanto o Estado uruguaio, os partidos tradicionais sobreviveram à modernização do Estado e passaram a constituir-se como aglomerado de correntes (federação de partidos, segundo alguns analistas) dentro de um amplo leque entre o conservadorismo e o liberalismo-reformista. Historicamente, o Partido Colorado tem sido predominantemente vinculado a um cenário urbano-industrial, com destaque conjuntural de algumas correntes que defenderam a forte intervenção estatal como mecanismo distributivo e reformista. Já o Partido Nacional, tem representado, principalmente, setores mais vinculados à agropecuária, portanto, rurais e localizados no interior do país. De qualquer forma, sendo partidos policlassistas, tais afirmações devem ser relativizadas em função da conjuntura e da relação de forças internas (Padrós, 2005).

3 "La polarización política y social del período, la desaparición del tradicional consenso que había caracterizado a la política uruguaya, así como la profundización de la crisis y la ausencia de respuestas por parte del sistema político, provocaron la aparición de opciones y propuestas desde la periferia del sistema" (Tristán, 2006, p. 22).

É nesse período que o movimento sindical se unificou, construindo a *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT) e, também, nessa década que o movimento do campo teria suas mais emblemáticas manifestações, com a formação da *Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas* (UTAA) e as marchas dos *cañeros* até Montevideu em 1962, 1964, 1965 e 1968 - sindicato este que teve laços estreitos com o *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* (MLN-T), organização de esquerda armada e uma das maiores guerrilhas da América Latina, com mais de cinco mil militantes.

Além disso, assim como em outros países, o Uruguai teve um aumento no número de vagas universitárias e o crescimento de uma juventude sedenta por participação política. As siglas e as diferentes vertentes de esquerda dentro do movimento estudantil estavam extremamente ativas na década de 1960. As mulheres cujas entrevistas apresentamos neste capítulo vivenciaram esse contexto, e suas trajetórias são marcadas por essas mudanças. De acordo com Graciela Sapriza:

Para as mulheres jovens, particularmente as de classe média, “a política estava na rua” e, principalmente, nas mobilizações estudantis, reflexo do aumento da matrícula feminina no ensino médio e superior. Essas mulheres foram protagonistas de uma revolução cultural tangível (Sapriza, 2015, p. 942, tradução nossa).⁴

Da parte do Estado, desde a chegada do vice-presidente Jorge Pacheco Areco ao poder, em 6 dezembro de 1967, devido à morte do presidente Óscar Diego Gestido, inicia-se uma crescente escalada autoritária no país, que fez o seu governo (1967-1972) se tornar conhecido por *Pachecato*. Em meio à crise econômica, Pacheco Areco seguiu as diretrizes liberais do FMI (Fundo Monetário

4 “Para las mujeres jóvenes, particularmente las de clase media, “la política estaba en la calle” y sobre todo en las movilizaciones estudiantiles reflejo del incremento de la matrícula femenina en la enseñanza media y superior. Esas mujeres fueron protagonistas de una revolución cultural tangible” (Sapriza, 2015, p. 942).

Internacional) e tentou controlar a economia através de cortes de gastos nos salários e direitos trabalhistas, medidas que resultaram em maior descontentamento da população, gerando revoltas e protestos que eram respondidos com o uso de violência pelo Estado. Dessa forma, num clima de crescente violência política, foram comuns, durante o *Pachecato*, as práticas de violação dos direitos humanos, como tortura, desaparecimentos, sequestros, repressão aos movimentos sindical e estudantil, formação de Esquadrões da Morte e uso intensivo de medidas de exceção, o que configura esse governo, segundo Padrós (2012, p. 27-44), como uma espécie de ensaio do que viria a se constituir futuramente.

As eleições de 1971 levaram à presidência Juan María Bordaberry. Num contexto de crescente autoritarismo do governo de Pacheco Areco, do fortalecimento das Forças Armadas do Uruguai e após o aniquilamento do movimento guerrilheiro, em 1972, o golpe de Estado se efetivou em junho de 1973 pelas próprias mãos antidemocráticas de Bordaberry. No dia 22, após acusações dos militares de violação da Constituição por parte do Parlamento - por não haver cassado o senador Enrique Erro, acusado de pertencer ao MLN -, Bordaberry, junto a oficiais das Forças Armadas, anunciou o fechamento do Parlamento por tempo indeterminado. Cinco dias depois, os militares assumiram os meios de comunicação e invadiram o Palácio Legislativo.

Como se o país fosse uma enorme prisão, o período ditatorial no Uruguai ficou caracterizado pelo extremo controle da sociedade civil. Proporcionalmente à quantidade de habitantes, o Uruguai foi o país que mais teve presos políticos durante a ditadura: quase cinco mil passaram pela Justiça Militar e outros tantos por centros de detenção e tortura.

Nesse período, as mulheres estiveram em diferentes espaços de resistência. As entrevistas apresentadas aqui partem das trajetórias pessoais para o coletivo, de modo a transmitir a efervescência

de grupos políticos uruguaios existentes ou criados nesse período a partir do olhar das mulheres que, à época, exerceram um papel duplo de resistência e transgressão, como mulheres e militantes. Seus relatos mostram um pouco desses lugares de militância, sejam eles as organizações de esquerda armada, os partidos políticos tradicionais, a militância sindical e estudantil, entre outros.

Para Graciela Sapriza, os regimes militares levaram a transformações significativas no cotidiano de mulheres e homens. A repressão cerceou muitas redes e vínculos sociais, principalmente dos homens, que foram mais vigiados no âmbito do trabalho, por exemplo. Essa repressão massiva e o medo que ela produziu fez com que muitos homens restringissem suas sociabilidades aos lares ou à clandestinidade, "situação que favoreceu a atomização da sociedade e as buscas por novas formas de responder ao terrorismo de Estado. Nesses movimentos sociais, mulheres e jovens foram os protagonistas." (Sapriza, 2015, p. 942, tradução nossa)⁵. Com o impedimento da luta em espaços tradicionais de militância masculina, como a atuação sindical, foram muitas vezes as mulheres e os jovens que se viram à frente dos movimentos sociais possíveis, como a defesa dos direitos humanos.

Essa análise se aproxima das memórias das mulheres apresentadas neste capítulo. Trajetórias que não se assemelham apenas pela resistência e o combate à ditadura, mas pelos diferentes caminhos que as levaram ao feminismo. Assim como em outros países do Cone Sul, a segunda onda feminista no Uruguai conviveu com a luta contra um regime de exceção. Essas experiências foram citadas pelas entrevistadas que atuaram em organizações de direitos humanos, de familiares de presos e desaparecidos políticos, em cooperativas para lidar com as dificuldades econômicas de governos liberais

5 "[...] situación que favoreció la atomización de la sociedad y las búsquedas de nuevas formas de respuesta al terrorismo de Estado. En esos movimientos sociales, las mujeres y los jóvenes fueron los protagonistas" (Sapriza, 2015, p. 942).

e, também, por aquelas que trilharam caminhos mais difíceis, como a prisão e o exílio.

A primeira entrevista é com Glória D'Alessandro (1934-2021), que militou no Partido Socialista desde a década de 1950 e percebeu esse momento de surgimento de novos grupos, principalmente do *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros*, formado em 1966, como uma organização de pessoas vindas de diversos partidos de esquerda e críticos a eles. A opção pela luta armada feita pelo MLN-T é importante devido à força do grupo no país, sendo a principal guerrilha urbana do Cone Sul em número de militantes e ações. A participação das mulheres na guerrilha foi significativa, conforme a interessante observação do então dirigente tupamaro de codinome Urbano: “nunca es más igual un hombre a una mujer que detrás de una pistola cuarenta y cinco” (Tristán, 2006, p. 149). Contudo, a tomada de consciência posterior, realizada pelas militantes, mostra que essa igualdade não era tão completa. Carmen Beramendi, militante tupamara no período, na segunda entrevista deste capítulo, expressa estes limites e contradições em seu relato, apoiada em reflexões posteriores que se iniciaram no período em que foi presa.

A militância de esquerda não aconteceu somente nos partidos tradicionais ou nos grupos armados. Conforme será visto no depoimento de Lilian Celiberti, a terceira entrevista deste capítulo, a tradição anarquista presente no país também existiu no período, com a fundação da *Federación Anarquista Uruguaya* (FAU), em 1956. A FAU teve um papel significativo na esquerda uruguaia e argentina, e foi um espaço de atuação para além dos partidos tradicionais ou organizações militarizadas, apesar de também ter desenvolvido seu braço armado no período, a *Organización Popular Revolucionaria – 33 Orientales* (OPR-33).

Outro processo que também ocorreu nas ditaduras do Cone Sul é o exílio político. Pesando os riscos de permanecer em seu país em condições autoritárias ou sem ter escolha, muitos e muitas

militantes precisaram sair do Uruguai. Alma Espino, a quarta entrevista, conta como foi se sentir exilada e como continuou sua formação política fora do Uruguai. O exílio foi um lugar de contato com o feminismo e, como aponta Joana Maria Pedro, diferentes narrativas de mulheres pelo Cone Sul apresentam esta coincidência (Pedro, 2011, p. 135-149). Mas, para além de pensar o feminismo como algo estrangeiro ou fora do lugar na América Latina, é importante atentar para as diversas formas de contato com o feminismo no Uruguai. A prisão, nesse caso, foi um dos caminhos que algumas entrevistadas apontaram como um momento de contato consigo mesma, como mulher e a partir de uma tomada de consciência feminista.

Lilian Celiberti escreveu um livro sobre seu período na prisão, intitulado *Mi habitación, mi celda*, onde narra sobre as experiências traumáticas desde o sequestro no Brasil até sua liberdade. Do período que ficou presa, mais de um ano sem contato com nenhuma outra pessoa, comenta sobre algumas de suas reflexões:

Comecei a sentir que algo se movia dentro de mim ao repassar as coisas que vivi. [...] eu, mulher de 28 anos, mãe, separada, comecei a sentir que, na vida pessoal, nunca havia escolhido além dos modelos que de antemão já tinham sido construídos por eu ser mulher. Era como o espelho de Alice no País das Maravilhas, o túnel ia muito fundo e começava a ver essas coisas, minhas, pessoais. Tinha algo a ver com as outras mulheres, com essa história não nomeada que enclausurava nossas angústias a uma cela muito menor que a que naquele momento habitava (Celiberti; Garrido, 1990, p. 54, tradução nossa)⁶.

6 "Empecé a sentir que algo se movía en mi interior con ese repasar las cosas. [...] yo, mujer de 28 años, madre, separada, había empezado a sentir que nunca antes había decidido en la vida personal más que por los modelos que de antemano se me habían construido por ser mujer. Era como el espejo de Alicia en el país de las maravillas, el túnel iba muy hondo y comenzaba a ver que esas cosas, mías, personales, tenían algo que ver con las otras mujeres, con una historia innombrada que confinaba nuestras angustias a una celda más pequeña que la que en ese momento habitaba" (Celiberti; Garrido, 1990, p. 54).

Diferentes reflexões que marcaram o desenvolvimento do movimento feminista e a luta pela redemocratização no país se entrecruzaram em alguns pontos. Um deles ocorreu na formação da *Concertación Nacional Programática* (CONAPRO), que se constituiu numa reunião de partidos políticos, movimentos sociais e grupos empresariais para tratar de temas importantes do país e assegurar uma certa tranquilidade na transição de poder. Nesse momento, as mulheres se unificaram para organizar uma plataforma de mudanças na situação das mulheres uruguaias. As mulheres também foram a principal força na campanha pelo referendo que conseguiu anular a lei que anistiava os agentes de Estado por crimes de lesa-humanidade, como a tortura.

É nesse contexto que os grupos feministas uruguaios se fortaleceram, numa campanha que envolveu tanto a democracia no país - portanto, no espaço público -, quanto no âmbito privado. Como nas palavras de Glória D'Alessandro, "depois que terminou a ditadura terminou a minha ditadura". Esses entrelaçamentos estão presentes na vida dessas mulheres e envolvem os contatos e articulações entre a academia e movimento social, entre partidos, Estado e Organizações Não Governamentais (ONGs).

Em diferentes entrevistas, o *Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer Uruguaya* (GRECMU), formado por acadêmicas de diferentes áreas de pesquisa, aparece como um importante parceiro. Sua atuação não era apenas acadêmica, e estabeleceu importantes diálogos com partidos políticos e movimentos sociais, seja através da revista *La Cacerola* ou com o auxílio a feministas do Legislativo, com pesquisas que subsidiaram a defesa de projetos de leis. Na quinta entrevista do capítulo, Margarita Percovich, feminista e política do *Frente Amplio*, rememora a importância do GRECMU para uma consciência feminista e de esquerda, assim como as outras entrevistadas.

Os relatos das trajetórias apresentados neste capítulo são cruzamentos e narrativas que apontam a riqueza e complexidade do feminismo uruguaio, com seus diferentes aspectos, seja buscando a institucionalização, a autonomia ou a pesquisa. Nos relatos em primeira pessoa, vemos as nuances entre militância e vida pessoal, as contradições das relações, as dores que permanecem e outras transformadas em riso e saudades. São histórias feministas, histórias de amizade, coragem, solidariedade, dedicação e trabalho; histórias importantes de serem contadas, analisadas e compartilhadas para reforçar os laços feministas latino-americanos.

“TORNAR-ME FEMINISTA FOI UM LONGO PROCESSO”: GLÓRIA D’ALESSANDRO

Minha família era progressista e aceitava minha militância de esquerda. Meu avô havia sido anarquista, fundador do sindicato dos alfaiates. Minha mãe me contava que, no Primeiro de Maio, ele ia à manifestação com todos os filhos e com quem trabalhava com ele na oficina. Era tão importante o Primeiro de Maio que, quando voltavam para casa, minha avó esperava eles com chocolate. Eu não vivi isso. No Primeiro de Maio me levavam a uma varanda de uns amigos da minha família para ver a manifestação. Era gente progressista, mas minha mãe tinha medo e, depois, quando veio a ditadura, falava: “se cuida, se cuida”.

Tornar-me feminista foi um longo processo, um abrir a cabeça. Eu tinha algo dentro, porque minha mãe e minhas tias eram mulheres do início do século e eram muito feministas, a tal ponto que elas foram as primeiras no bairro onde viviam a tirar o título eleitoral, foram as cinco juntas. Além disso, minha mãe me dizia uma coisa

que me serviu para toda a vida: que as mulheres têm que ter *liber-
tad de monedero*⁷, para que nenhum homem mande em ti. Ela era
muito livre, meu pai também, era um homem que não se metia em
nada, lhe parecia horrível esses homens que controlavam o dinheiro
e tudo. Elas eram todas muito liberais, de ir ao teatro, ir ao cinema
sozinhas, naquela época; não tinham problemas. Inclusive, depois eu
me dei conta que em casa vinham sempre mulheres do bairro, pois
estávamos numa boa posição social, e todas se fechavam... Depois
me dei conta de que vinham para pedir dinheiro para fazer aborto.
Para minha mãe e minhas tias, o aborto e a liberdade das mulheres
importavam. E eu isso *lo mamé*⁸.

Esse foi um dos problemas que tive com meu marido, porque
ele bebia, e eu me separei. Tinha não sei quantos anos de casada.
O cara era um homem inteligentíssimo, mas fraco. Era militante sindi-
cal – mas a ele não tiraram do trabalho, a mim, sim – então, na dita-
dura, não podia suportar que tivesse acabado o sindicato, estava inter-
dito⁹, não podia votar, não podia fazer nada, e caiu na bebida. E com
dois filhos homens, foi horrível. Me sentia muito mal, então me separei.
Depois que terminou a ditadura, terminou a minha ditadura. Se foi!
Mas nós ficamos bem, depois ele passava os finais de semana aqui
em casa visitando os netos. Foi muito bom avô, melhor avô do que pai.

Eu comecei a militância política aos 17 anos no movimento
estudantil. Na política entrei aos 20 anos, no Partido Socialista.
Naquela época, era muito complicado ser mulher de esquerda. Nos
diziam de tudo. Era um terror! Primeiro, diziam: “que todas as mulhe-
res de esquerda eram umas loucas, eram fáceis!” Eu nem discutia,
pensava no respeito que havia no partido para com as companhei-
ras. Era impressionante. Era muito difícil. Os homens pensavam que,

7 *Monedero* significa porta moedas em espanhol, referência a importância da independência eco-
nômica para mulheres.

8 Mamar, um dos significados é aprender algo na infância.

9 Termo utilizado para se referir às pessoas que tinham seus direitos civis suprimidos pela ditadura.

como eras socialista, eras fácil, e tratavam de te importunar. Dentro do partido era bom. Naquela época, eu nunca me senti discriminada. Jamais! Se eu me sentisse, diria. Eu nunca me senti discriminada como mulher, e isso que éramos poucas mulheres. Na Juventude Socialista do Uruguai (JSU) éramos poucas e, no Partido, havia as operárias. A militância me enlouquecia demais. Íamos ao Cerro formar um centro socialista, muitas mulheres operárias, operárias de verdade, dessas que se levantavam às 4 da manhã.

Na JSU, quando entrei, éramos quatro mulheres e nada mais. Eu fiquei - uma mataram, outra desapareceu em Buenos Aires e outra morreu de morte natural. Tenho muitos amigos queridos; amigas não há tantas porque éramos poucas, mas há muitos amigos que são todos velhos. Foi uma etapa linda de minha vida, onde conheci os líderes atuais da esquerda, por exemplo, Chifflet¹⁰, Galeano, Sendic¹¹... Eduardo Galeano era um menino, era mais jovem do que nós, era um guri de 15 ou 16 anos, e já fazia caricaturas para um jornal do PS, o *El Sol*. Nós gostávamos muito dele, e continuei sendo muito amiga dele. Eu me emociono porque, na verdade, foram companheiros que me acompanharam ao longo da vida e não estão mais. Até consegui marido ali! Me casei com um companheiro, é claro, em 1958, com 24 anos.

De outro ponto de vista, fiz algumas coisas. Fiz um concurso, em 1954, e comecei a trabalhar no poder Judiciário. Entrei, e me mandaram para o que era o Juizado de Menores, onde trabalhávamos com o que agora se chama “menores infratores”, com meninos de rua. Fiz um ano e pouco de faculdade de Direito, mas não era [para mim], eu tinha que militar e andar por aí, não deu para centrar-me. Eu gostava muito da parte de menores, em que me especializei, segui a carreira judicial, cheguei a ser inspetora.

10 Guillermo Chifflet foi dirigente do *Frente Amplio*, ex-deputado pelo Partido Socialista. Faleceu em 2020.

11 Raúl Sendic foi militante no Partido Socialista e um dos fundadores do Tupamaro. Faleceu em 1989.

No princípio, quando formamos o sindicato do judiciário, e como quase todos eram homens, velhos e gente de direita, o sindicato era uma cantina e uma mesa de bilhar. Aí sim! Eu estava grávida e, como uma mulher grávida indo aí, sofria. Um homem uma vez disse: “que barriga que tens, Glória! O que aconteceu? Tens hidropisia?”, e eu respondi: “não, estou grávida”. E ele: “e como é que estás aqui?”, e eu falei: “que foi? Como não posso vir?”. Ali, no início, era “brabo”. Depois, nós mulheres ocupamos nosso espaço.

Mas no PS não. Nunca, nunca, nunca! Fazíamos os murais, esses de colar cartazes, e os homens, igual, faziam o grude. Nunca me senti discriminada. Saíamos todos juntos, íamos a praia, era muito divertido, e, no inverno, nos juntávamos em um bar que ficava na esquina da *Casa del Pueblo*¹². No verão, pela costa, havia lugares lindos para ir, mas não [íamos], porque nós não faríamos o mesmo que a classe que combatíamos. Então, íamos a um bar imundo no Prado¹³, onde morríamos de calor [risos]. Ao invés de ir a um lindo bar de frente para o mar, tínhamos de ir ali. Esses eram nossos princípios! Não podíamos comprar, por exemplo, uma roupa muito bonita. Eu andava sempre (eles que me perdoassem), mais ou menos bem vestida [risos], mas muito simples. Era uma época em que também éramos um pouco existencialistas. Tu já viste um filme que se chama *Invasões Bárbaras*? Me emocionou muito, porque nós somos agora os velhos, somos iguais. Éramos anti-tudo, fomos um pouco existencialistas, depois marxista-leninistas, depois social-democratas. Mas os princípios seguimos sempre, a solidariedade, éramos incorruptíveis em todos os aspectos, [tínhamos] carinho pelos demais, pelos pobres e desvalidos.

Então, no PS eu nunca me senti discriminada. Me colocaram em uma lista para participar do Comitê Executivo com outras companheiras. Se você estivesse em um congresso, ao longo da noite,

12 Nome pelo qual é conhecida a sede do Partido Socialista.

13 Bairro de Montevideú.

ninguém te assediava. Eram velhos socialistas. Havia algumas velhas socialistas, também, duas ou três, que eram guerreiras. Uma, eu tive a sorte de tê-la no poder judiciário, e ela me defendia pra valer dos velhos, ela era fantástica. Te digo que foi uma luta – e nós continuamos lutando. [Havia poucas mulheres] na Juventude Socialista, inclusive na direção da Juventude. Eu me lembro que fui secretária do interior, depois da organização, na Juventude. No partido, não. Mas, da Juventude Socialista, não havia ninguém na direção do partido. Creio que o primeiro a chegar ao Comitê Executivo do Partido pela Juventude foi o Sendic.

Eu trabalhei [no Judiciário] por 44 anos e estive por oito anos destituída, colocaram-me para fora em uma lista. Na primeira lista da ditadura que saiu de destituições, em 1977, éramos todas mulheres, exceto: “as perigosas” [risos]. Depois não consegui trabalho em lugar algum, e trabalhei em uma gráfica. Veja que eu, no poder Judiciário, tinha um cargo de inspetora, um cargo especializado, vivia entre a pequena burguesia, e fui trabalhar como operária, que foi, para mim, uma experiência muito linda, trabalhar em um lugar com operárias e operários, apesar de duro. Eu pensei que iam me rechaçar, e, no entanto, foram todos ótimos comigo. Além de ver toda a questão das mulheres, de trabalhar 12 horas e ir para casa. E a mim acontecia o mesmo, porque, como eu digo, nesta época eu era idiota: eu chegava em casa e estavam todos vendo televisão e eu ia cozinhar, já ia fazendo o que os outros haviam mandado, comprar as coisas, cozinhar, depois lavava roupa até a uma da manhã, porque não tínhamos máquina. Foi uma vida dura, mas me fez muito bem, pois eu nunca havia tido um contato mais direto com a classe trabalhadora, salvo na teoria e no partido, com companheiras operárias, mas era uma coisa muito pontual. Vivi a mesma experiência das trabalhadoras, ganhando pouco, sendo explorada, tendo que trabalhar horas e horas para ganhar um pouco mais, voltar para casa, fazer muito mais.

Depois disso, ou apesar disso, eu com outras mulheres dali formamos um sindicato. A ditadura havia criado uma espécie de

associação profissional, e acreditavam que a gente da esquerda não ia pegar, e todos nos metemos nisso, e se formou um sindicato. Aí me tiraram de dentro da gráfica e me mandaram [para a área de] venda, de corretora. Era terrível porque ganhava muito menos, mas também foi outra experiência, porque andei por toda Montevideú, vi as pessoas contando os problemas com a ditadura, os familiares de presos, tudo isso. Então, durante esse tempo, se formou aqui o movimento dos destituídos, eram 10 mil destituídos.

[Quando Sendic saiu para fundar o *Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros*¹⁴] foi todo um processo, não se deu do dia para noite. [Eu me aproximei] bastante [do MLN], como posso dizer? Estive nisso de ajudar os meninos que nos chegavam torturados. Menores [que militavam] distribuindo panfletos ou alguma coisa. [Antes do golpe] tinham que passar pelo Juizado de Menores, então ajudávamos com tudo o que podíamos. Se caía um menino no Juizado, eu avisava que tal rapaz tinha caído. Mas só até determinado momento, porque depois, com a Lei de Segurança Nacional (LSN), todos passavam para a Justiça Militar. Mas, eu também ajudava, por exemplo, em receber gente em minha casa, porque havia muitos do PS que foram pro MLN. Tanto eu como meu marido os conhecíamos e tínhamos uma relação de confiança. Eu simpatizava muito, nesse momento eu estava de acordo, [achava que a revolução tinha que passar pelas armas]. Nós ajudamos a muitos companheiros, escondendo-os, emprestando a nossa casa para contatos, às vezes vinham com documentos que queriam guardar ou material que seria divulgado, todas essas coisas. E, no momento em que pessoas do PS começaram a cair, eu pensei que eu ia cair. Mas não, tive sorte! [Nunca me pegaram]. Porque eu tinha uma vida normal, ia para todos os lados, tinha minha família, tinha filhos. Pobre dos meus filhos! Eram pequenos! Na Greve Geral, por exemplo, o meu

14

Formado a partir de 1965 com orientação marxista, a partir de grupos de diferentes orientações, como maoístas, anarquistas e socialistas, esse grupo promoveu a guerrilha urbana no Uruguai e foi tomado como um dos motivos para o golpe de Estado que ocorreu em 1973 (Wolff, 2007, p. 19-38).

filho maior deixávamos em casa para atender o telefone e tinha que nos dizer: “a tia está melhor” para que voltássemos para casa. E isto não era com os Tupamaros, era com o movimento clandestino sindical depois do golpe.

Na ditadura, as que saíram a lutar por seus filhos desaparecidos foram as mulheres, porque os homens se deprimiam. Eu, os que conheço, maridos de companheiras que tiveram familiares desaparecidos, todos ficaram dentro de casa. Não sei, mas no fundo de minha alma, acho que por medo. Nós, mulheres, saímos. Por exemplo, o movimento dos destituídos começou com quatro mulheres, depois os homens foram se juntando. Eles nos [diziam]: “O que é isso? Vão matá-las”. Pode ser que nós fôssemos mais emotivas e saímos na frente!

Aconteceram muitas coisas na ditadura, muitas coisas clandestinas. Em 1983, houve uma marcha de mulheres para o hospital militar, onde estava morrendo um rapaz, Wassen¹⁵, Tupamaro, e fomos em silêncio. Depois, o enterro foi impressionante, porque fomos caminhando até lá, ao hospital e ao cemitério. Foi uma coisa impressionante, que não pudemos reprimir. A repressão acontecia também quando resolvíamos fazer alguma coisa, mobilizações e tal. Nos batiam com cassetetes [risos]. Estou rindo porque uma vez nos pegaram [em uma manifestação] na Universidade, e eu estava com uma amiga que era advogada de presos políticos, que já morreu. Ela tinha ficado de vir comer aqui após a manifestação, então eu disse a ela: “olha, se nós perdermos, venha à minha casa”. Então, ela apareceu com um cassetete na mão e eu: “e isso?!”, e ela: “ah, porque começaram a dar porrada e o de um caiu, eu agarrei e vim!” [risos].

15

Refere-se a Adolfo Wassen Alaniz, militante tupamaro preso desde 1972 e um dos nove presos considerados os “reféns da ditadura” pelas condições violentas em que os mantiveram presos. Desde 1981 começou a receber tratamento contra um câncer no Hospital Militar, tratamento este que aparenta ter tido várias falhas de atendimento. Faleceu em 1984, em decorrência da doença, no Hospital Militar.

[Não tive uma dupla militância] porque quando estava com as mulheres, continuei muito pouco na militância política. Estive em um grupo de mulheres socialistas dentro do partido, mas quando minha cabeça se abriu, eu disse: "o meu lugar não é este". Não me interessava, tinha gente que me dizia: "Glória você poderia ser deputada". Sempre fui e sigo me entendendo socialista, mas não milito na política. Não me interessava o político como político, mas o político lutando pelas mulheres. As mulheres e, especialmente, as mulheres pobres. Isso é o que me interessa. Em 1986, 1987, em diante, não me interessava ir às reuniões do partido, para mim, parecia uma perda de tempo, que meu lugar estava em outro lado. Eu estava em uma coisa que não me interessava, e então comecei a militar com tudo que se tratava de mulheres.

Eu, quando trabalhava como inspetora, fazia muitas visitas e via como as mulheres sofriam, como as mulheres não sabiam onde se apoiar, que os maridos as maltratavam. Então, daí veio a ideia de fazer toda essa tarefa, que fazemos assim como outras organizações, é claro. Um pouco tarde, não? Comecei a me dar conta de que, realmente, havia que sentir-se feminista. Porque aqui, neste país, o machismo é terrível. Bom, quando se formou o Instituto, dediquei-me *full time*, com muito boas companheiras e com uma equipe de pessoas e advogadas e advogados estupendos. Então, eu, agora, desde muitos anos, quiçá desde 1989, estou dedicada somente ao tema mulher, e me considero feminista, feminista militante.

[Com a abertura política] começaram a vir muitas mulheres da Europa, suecas, alemãs, austríacas, da Internacional Socialista de Mulheres, e iniciamos uma espécie de movimento de mulheres que funcionava dentro do PS. Essas mulheres e algumas mulheres do Partido que haviam estado no exílio e haviam se associado com uma sueca social-democrata. Estas mulheres tinham dinheiro, então me pediram, essas companheiras, se eu não organizaria um projetinho, e nós mandamos. Eu fiz um projeto pensando em um instituto da

mulher e do menor, por causa do meu trabalho. E nos deram dinheiro, nos compraram a casa, e aí se formou o *Instituto Mujer y Sociedad*¹⁶.

E começamos com o nosso Instituto, tínhamos assessoria jurídica para mulheres, atendendo casos de violência e todas as áreas do direito. Eu fiz parte da primeira *Comisión de la Mujer* da Intendência de Montevideú, quando o *Frente Amplio* ganhou a eleição, em 1990. Criamos um número de telefone para a mulher vítima de violência. Ali eu percebi que as mulheres não tinham nenhuma informação sobre seus direitos e, para isso, fizemos os manuais e cursos de promotoras legais. Em 1992, foi o primeiro curso. Percorríamos todo o país falando sempre de violência e dos direitos das mulheres, sobre como pedir uma pensão alimentícia para seus filhos [e etc.].

Fizemos tudo isso e, em 1996, a Intendência nos contratou para formarmos algo (que era um sonho para mim): consultórios jurídicos de bairro. Começamos com três e [em 2008 já eram] seis consultórios; e em todos os bairros mais pobres dávamos assistência jurídica e assistência contra a violência (tudo como se fosse um consultório jurídico de primeiro nível; eu coordeno dois consultórios), porque isso de levar o direito a nível popular é muito importante! Existem coisas que ficam na memória coletiva e, do ponto de vista jurídico, estão [completamente erradas]. Por exemplo, desde o ano 1946, saiu a lei dos direitos civis da mulher de que não existe o abandono do lar, ou seja, a mulher pode ir onde quiser. E seguiram dizendo, até advogados: “ah, isto é abandono do lar!”

Então, nossa missão com o curso, com o consultório, era tratar de que as mulheres entendam de que não tem porque ficar aguentando um homem que as maltratam, que as desvalorizam; que a violência doméstica tem muitas facetas. Trabalhamos nisso, apresentávamos os cursos onde nos chamavam, em vilarejos pequenos

16

É uma Associação Civil, especializada na abordagem de situações de violência doméstica. A atenção é a nível jurídico, psicológico e social voltado para mulheres, meninas, meninos e adolescentes, desde uma perspectiva de gênero, com abordagem multidisciplinar, centrada nos direitos das mulheres.

para quinze mulheres. Mesmo que não nos pagassem, não importava, “nós vamos levar”; como diz a Igreja, “a palavra” [risos]. Fomos levando às mulheres “a palavra”, para que elas soubessem que possuem direitos e que são sujeitas de direito. Porque é terrível, há mil casos de mulheres, nós vimos, que ficaram sem nada, porque não conheciam os seus direitos e ninguém as fazia conhecer. Há mais de 60 anos que saiu a lei dos direitos civis e as mulheres, no entanto, ainda pensavam que “não, eu não posso abandonar o meu lar porque perco meus filhos”. Nós dizíamos “não há problema, você vai e você não perde seus filhos, você tem o direito de ir buscar uma solução”. Todos os dias temos que dizer o mesmo, entendes?

Estamos em tudo, e agora, há um ano, estou trabalhando com um grupo pela descriminalização do aborto. Fizemos uma tarefa incrível, que foi criar um blog e colocar “Eu fiz um aborto”, “eu acompanhei um aborto”. Então, assinaram mais de nove mil homens e mulheres, o reitor da universidade, ministro, ministra, [pessoas] de todo tipo, assinaram se fazendo responsáveis. Mas não vai acontecer, sabes? Porque Tabaré¹⁷, esse presidente que eu amava tanto, ele vai vetar para não criar um problema, para que não desgaste sua figura, disse que não é oportuno. Há 23 anos que não é oportuno!¹⁸ Em 1985, se apresentou um projeto, e na outra legislatura outro [e assim por diante], [sempre nos dizendo] que não é oportuno. Não se dá conta que o Frente foi votado por todo tipo de gente e, principalmente, pelas mulheres mais pobres, que são as que morrem. Porque as que têm dinheiro vão a uma clínica, não têm problema, mas as pobres é que vão à cozinha da vizinha para que a vizinha lhes dê qualquer coisa. Então, por isso eu te digo que até o dia que eu me for, vou seguir lutando pelas mulheres, pelo direito das mulheres.

17 Tabaré Vazquéz, político uruguaio do *Frente Amplio*, foi presidente entre 2005-2010 e 2015-2020.

18 Em 2008, o então presidente Tabaré Vazquéz vetou um projeto de lei da então senadora Margarita Percovich que legalizaria o aborto no Uruguai. Em 2012, após ampla campanha feminista nacional, o aborto foi legalizado no país.

[No Instituto não havia grupos de reflexão], havia grupos de trabalho, porque nós somos mais pragmáticas, tomamos o feminismo do ponto de vista do direito, e tratamos de buscar sempre a nível de direito o que possa servir para a igualdade de direito das mulheres. Mas eu lia muita coisa, tudo o que chegava. O que me marcou foi Simone de Beauvoir, o livro *O Segundo Sexo*. Li quando era muito jovem, mas li porque era existencialista, e depois li de novo quando mais velha. Creio que é o tratado mais importante sobre o feminismo que já existiu. Depois li algumas autoras americanas. Eu lia muito sobre mulheres que escrevem sobre mulheres e estudo muito Direito. Uma advogada do Instituto, que é brilhante, um dia me disse: “te dá conta, Glória, de como conseguimos chegar em uma organização nossa tão incrível entre a teoria, a academia e a prática?”. Por isso nossos cursos têm tantas pessoas que vão. Se lhes dá apenas a teoria e não a prática, não funciona.

Há mulheres, companheiras, amigas, feministas, que não conhecem as mulheres pobres. Eu, por sorte, como trabalho nesses bairros, tenho amigas nos bairros e, para mim, é muito importante. Essas minhas amigas me mandam mensagem: “Glória, venha aqui, tem uma mulher aqui que tens que falar, ela está chorando!”. Porque assim, nas *Comuna Mujer*¹⁹, onde estão os consultórios, há uma comissão de mulheres que atende as que chegam, e são as mulheres do bairro. Eu lutei muito por isso. As mulheres que chegam a esse lugar não se encontram com a advogada, se encontram com a vizinha, então é mais fácil. Depois, a vizinha lhe diz: “vamos, que a advogada é um fenômeno!” e, por sorte, todas são ótimas. Então, termina também que as advogadas e as clientes se tornam conhecidas, ou seja, não é a advogada que está acima, é uma companheira a mais.

19

Programa ligado à Intendência de Montevideu para acolher mulheres em situações de vulnerabilidade. É organizado por diferentes mulheres e organizações feministas. Ver mais em: <https://montevideo.gub.uy/areas-tematicas/igualdad-de-genero/comuna-mujer>. Acesso em: 27 jun. 2023.

Há outras ONGs que fizeram convênio com a Intendência e, na mesma hora ou em horas diferentes, há assistência psicológica em caso de violência. Então chega uma mulher vítima de violência e nós a encaminhamos para a psicóloga. Fazemos uma entrevista em comum, informamos sobre a parte dos direitos e, depois, a advogada vê se essa mulher mantém uma denúncia, porque às vezes é difícil. Às vezes ela faz uma denúncia e depois diz: “ai, estou tão contente, me resolvi, ele mudou!”, e nós dizemos a elas: “que bom, nos alegramos muito! Mas quando quiser vir para conversar, qualquer coisa, venha. Aqui te esperamos sempre”. E voltam. Depois voltam e já é definitivo. E outra coisa também que é muito positivo, [são as] mulheres casadas por muitos anos, fazem a denúncia, se separam, [e dizem]: “eu não quero ver ele nunca mais” e tal. E esse também é o trabalho de muitas de nossas promotoras que nós formamos, que vivem nos bairros e que dizem: “Como não, é seu direito! Vai fazer [o divórcio]! Não tem problema, são seus direitos!”

Temos uma rede de organizações onde todas as organizações feministas se juntavam, era fantástico. Somos as que fundamos o movimento de mulheres aqui, o Instituto, o *Cotidiano Mujer*²⁰. Agora há muito mais, mas quando começamos não havia nada. Os homens diziam: “lá vêm as loucas”, foi “brabo” começar do zero. Íamos lutando por tudo, estávamos lá, tivemos que começar do zero.

20

Cotidiano Mujer é um coletivo feminista criado em 1985. Desde então, tem trabalhado acompanhando o desenvolvimento da agenda política e cultural das mulheres uruguaias e latino-americanas, construída em muitos encontros, marchas, campanhas e debates. Ver mais em: <https://www.cotidianomujer.org.uy/>. Acesso em: 23 fev. 2023.


“PERTENCEMOS A UMA GERAÇÃO QUE QUERIA RUPTURAS, SOMOS DA GERAÇÃO DE 1968”: CARMEN BERAMENDI

Tornar-me feminista foi um processo. Eu milito em questões de cunho social desde muito jovem. Iniciei minhas atividades em movimentos paroquiais vinculados à Igreja e à Teologia de Libertação, tinha uma militância cristã revolucionária. Eu comecei a entrar em contato com o *Movimiento Nacional de Lucha por la Tierra*²¹ (MNL) quando ingressei no preparatório para entrar na faculdade e estive com pessoas que estavam trabalhando diretamente com o Movimento Estudantil e apoiando os Movimentos de Luta Campesina, e tentando unir-se ao Movimento Sindical, pois no Uruguai era importante que os estudantes se unissem e seguissem adiante.

Minha postura era muito independente no Movimento Estudantil. Fui dirigente e muito votada, realmente me destacava na eleição. Quando era nominal – descobri isso muito cedo – eu era consagrada, mas quando feita por indicação das comissões, e onde levavam as propostas, eu ficava em quarto ou quinto lugar. No entanto, isso era uma coisa que envolvia muita entrega, onde lutar por isso era lutar por um poder pessoal. Eu via que quando as pessoas votavam, eu era muito mais votada do que os demais. Eu percebia e hoje racionalizo, mas naquele momento me parecia muito ruim, porque as pessoas tinham certeza que eu sairia em primeiro lugar. Isso porque havia questões muito ligadas à vida dos estudantes naquele momento, pois estudava medicina e militava na Associação dos Estudantes de Medicina.

21

Movimento criado em 1968 por trabalhadores rurais, operários e estudantes.




Recordo quando estava nos Comitês de Mobilização do grêmio estudantil e saíamos aos milhares pelas ruas. Éramos muito combativos. Eu estava bem identificada com isso, e me lembro que uma vez fui eleita pelo Comitê de Mobilização Secreto. Era secreto, e a cada ano se escolhia uma pessoa de confiança para receber os votos e comunicar a todos quem seriam os integrantes, já que todo o grêmio estudantil não sabia quem éramos (para evitar que fossemos presos pela polícia). Então eu fui a primeira mulher naquele momento que integrou esse comitê secreto, porque eles só votavam em homens. Quando entrei na reunião, um companheiro homem se levantou e saiu, e outro, Roberto Ron²², que para mim foi uma referência ética, pessoal (o mataram em uma ação do MLN), lhe perguntou: “Por que você está indo embora?”, e ele respondeu: “Porque uma mulher não pode manter segredos e esse é um Comitê secreto”. E nesse dia Roberto disse: “Você é um demente! A Carmen foi mais votada do que você”. (Ninguém sabia o resultado, eu nunca soube o resultado da votação). “Ela foi mais votada do que você e tem todo o direito de estar aqui. Se você não tem confiança é melhor ir embora, mas não jogue a culpa na Carmen, vá embora porque você não tem confiança”. Ele acabou ficando, mas era impressionante como ele me boicotava, tratando de não me manter informada, pois uma mulher era incapaz de guardar segredos. Essa foi uma experiência muito dura.

Os meus primeiros contatos foram com os anarquistas que me levavam materiais em folhetos. Num determinado dia, eles me convidaram para ir a um espaço no qual iríamos estudar sobre marxismo, era um espaço com instruções mais teóricas, e, quando fui, acredito que estava em um espaço dos Tupamaros, estava contentíssima. Eu queria me integrar a esse movimento, pois eu era uma dirigente estudantil e eles queriam gente do movimento estudantil que estivessem capacitados para isso. Porém, após vários meses que já estava lá, perguntei um dia: “você não estão associados ao

22

Roberto Ron Fernández, militante tupamaro morto em uma ação malsucedida do MLN-T em 29 de setembro de 1970, onde explosivos foram detonados no Club Bowling de Carrasco.



MLN, vocês não são os Tupamaros?” e me responderam: “Não, este é outro movimento anarco, a OPR-33²³”. Aí vi que estava equivocada, que queria ir para outro lado. O mesmo companheiro que havia me convidado me conectou com o MLN, dizendo que eu queria integrar o grupo e eles vieram me propor a integração. Tem aí uma primeira questão, que hoje vejo, na luz da história, como um problema conceitual, ou seja, sendo eu claramente uma dirigente estudantil votada, eles me tiraram dessa tarefa, me integraram no aparelho armado e, então, começaram a me proibir de integrar atividades de massas. Eu ia às assembleias, pois não podia faltar, então tive que inventar uma doença para explicar porque não ia mais às mobilizações, porque não ia mais com os estudantes. Foi horrível para mim.

No MLN, eu integrava um setor que se chamava Setor de Serviços, que montava a infraestrutura de todas as ações do tipo armado. Nunca fui consciente de nenhuma discriminação, e certamente ela ocorreu, mas eu nunca percebi. Estava claro que os comandantes eram todos homens, havia alguma comandante mulher, algumas mulheres que eram meio símbolos, e por causa disso ficou caracterizado que as mulheres estavam no MLN. De qualquer maneira, tive uma responsabilidade bastante importante, eu era muito jovem, sentia que estavam me colocando num lugar importante, não me sentia discriminada.

[O cotidiano de militância era algo muito intenso]. A decisão de ter filhos foi uma polêmica que também me colocou frente a algo forte que existia dentro do MLN, pois havia duas posturas, inclusive na célula que eu fazia parte. Alguns defendiam que tínhamos que viver a vida ao mesmo tempo em que fazíamos a revolução, e outros defendiam que pela revolução tínhamos que renunciar a tudo, principalmente pelo nível de compromisso. Eu tinha 21 anos quando tive a minha filha. Eu e meu marido, como outros, acreditávamos que

23

Organización Popular Revolucionaria 33 Orientales, braço armado da Federação Anarquista Uruguia, atuante entre 1966 e 1976.

as histórias dos povos se construíam com as pessoas vivendo; as vietnamitas tinham filhos e continuavam lutando. A vida não para! Tínhamos esta perspectiva romântica. Algo que depois questionei muitas vezes em minha vida, porque principalmente minha filha mais velha sofreu muitas consequências dessa nossa postura que, de alguma maneira, acreditávamos que era a revolução que iria resolver a vida. Essa ideia vem um pouco, no meu caso, do Cristianismo, de “tome sua cruz e me siga”. Eu tinha a ideia de que se eu entregasse minha vida a isso, a vida da minha filha se resolveria, que seria melhor se nós chagássemos a tomar o poder e se a guerrilha triunfasse, pois teríamos um país mais livre.

No meu caso, engravidar foi uma discussão de seis meses com meu marido, que queria e eu não queria, até que um dia, discutindo o conceitual, ele me disse (pois tínhamos uma relação muito democrática) que era uma decisão fundamentalmente minha, “na verdade que é de nós dois, mas a tua parte tem um peso maior, é teu corpo, é tua vida, é muito mais que a minha, a mim podem me matar amanhã”. É muito relativo, pois podiam me matar também, entendeu? Então ele não discutiu muito, debatia o conceitual, mas nunca depois. E eu me lembro que um dia que quase mataram meu companheiro, pensei: “ele se salvou de morrer porque dormiu no dia em que mataram os outros, adormeceu porque estava tomando anti-biótico e se salvou de morrer assim”. Então me recordo que tive essa decisão no dia em que pensei como estavam morrendo muitos companheiros. Eu queria ter um filho com ele e eu não sabia o quanto mais iríamos viver. Me decidi e lhe disse: “Quero que tenhamos um filho”, e que bom que eu comuniquei, tivemos uma filha que tinha três meses quando ele foi preso. Quando ele se recorda da vez que quase o mataram, ele diz que foi muito bom termos tido essa filha também.

A lógica de vinculação de como se articularam essas relações matrimoniais e as questões de maternidade é algo a qual acho que temos que dar o braço a torcer, porque a maternidade para essas mulheres que estavam nesses movimentos era muito com-

plexa. Havia também a ideia, que continuei escutando de alguns [dirigentes] e que é terrível, de que se precisava de crianças para o "amanhecer". De alguma maneira, também se depositava nas mulheres uma carga de que acima de tudo deveríamos ter filhos. Havia nisso um depósito cultural forte, como na canção de Viglietti que era: "*Niño, mi niño, vendrás en primavera*", "*se precisan niños para amanecer...*" Era uma canção revolucionária, cantavam nas reuniões. E eu também estava influenciada por isso, foi uma formação cultural que apontava muito para aquelas mulheres que não tinham filhos.

[É o caso também sobre o Che Guevara.] Toda essa questão de que sua imagem não era a de um guerrilheiro duro. Isso me resultou em uma referência ética fantástica, havia muita fantasia também em tudo isso, como algumas coisas vinculadas aos guerrilheiros em Cuba e algumas mulheres onde se percebe que o machismo estava fortemente presente. Mas, naquele momento, para mim, essa discussão sobre a ternura me conectava em uma parte disso, e me parecia uma coisa muito linda, falava de algo menos vinculado com a masculinidade dominante, isso me encantava muito. E essa ideia de que a revolução iria trazer mudanças com as relações cotidianas, isso era um motor e seguiu sendo depois, o motor que creio que fez com que eu me tornasse feminista. Eu não acredito na possibilidade do feminismo e no desenvolvimento da atividade feminista em países onde a democracia social e a justiça social não existam. Esta é uma realidade, eu acredito que está diretamente vinculada à luta feminista, à luta pela distribuição da riqueza, pela ideia de justiça.

Estive presa por pertencer ao MLN de 1972 a 1979, antes mesmo da ditadura. Na prisão, primeiramente, percebi que nós mulheres tínhamos feito um processo de nos apropriar dentro dos movimentos e de lugares, o qual foi uma forte referência dentro de toda a América Latina. Em nossas vidas, muitas de nós tínhamos relações de muita dependência com nossos maridos e pouca autonomia pessoal. Mesmo que isso não tenha sido formulado dessa forma, eu percebi que, muitas vezes, os abalos emocionais de muitas

companheiras de prisão estavam relacionados com a construção de uma “Mulher” cuja opinião não tinha muito valor. Isso aconteceu muito cedo, tinha uns vinte e um, vinte e dois anos. Percebi também como era difícil que nós, as mulheres, contássemos as histórias de como entramos na prisão, e isso não estava correto.

Era como se de alguma forma nós tivéssemos comprado a ideia de que o Homem Novo significava também uma mudança nas relações entre homens e mulheres; fomos levadas pelas ideias das transformações interpessoais entre homens e mulheres. A verdade é que pertencemos a uma geração que queria rupturas, somos a Geração de 1968. Em nossas histórias de vida pessoais, houve muitas rupturas com coisas estabelecidas. Eu comecei a ir aos bailes que tocavam os Beatles, era toda uma questão. Existe uma coincidência entre a geração que foi presa e as ideias emancipadoras, mas que não integrava a dimensão da perspectiva das mulheres.

Eu estive presa [por] sete anos e, durante três anos, as mães estiveram presas com os filhos. Éramos trinta e cinco mães com nossos filhos em cativeiro naquela prisão, e isso ninguém sabe. Quando fui presa, tinha uma filha de oito meses que esteve comigo até os três anos no quartel, completou seus três anos lá. E é uma história que agora resgatamos. O certo é que nós, ao assumirmos sozinhas nossos filhos na prisão naquelas circunstâncias, acredito também que como mães, fizemos muita coisa, não?!

Bem, quando saí da prisão, choquei-me muito, principalmente após a queda da ditadura, [por]que, na realidade, os presos, para o conjunto da população, eram os “peladinhos²⁴”. A prisão estava associada aos homens. Os homens eram os protagonistas. Os homens saíam da prisão e faziam conferência com a imprensa; as mulheres saíam da prisão e iam correndo encontrar com suas famílias. Chocava-me muito essa espécie de esquecimento imediato com

a memória recente de resistência e de luta, de que existiam essas mulheres e que havíamos estado presas, assim como eles.

Quando saí da prisão, entrei no Partido Comunista Uruguaio, um partido grande e de muita influência na vida do país. Aí eu me integrei ativamente à militância sindical e, nessa militância, a primeira constatação forte que tive foi que quando se tinha que se escolher um candidato homem, bastava que se dissesse “fulano” que todos os companheiros o conheciam. E quando me indicavam, se comentava tudo, que estive presa, que fiz tal coisa, pertenceu a tal coisa. Os próprios companheiros achavam que se a indicação fosse uma mulher, teria que se argumentar muito mais para ser dirigente de um sindicato. Eu fui presidente e secretária no *Sindicato de Trabajadores de la Industria Pesquera*, indústria com 70% de mulheres, sendo que a direção do sindicato estava composta por uma totalidade de homens e só eu representando as mulheres. Aí eu comecei a perceber que existia um problema e então comecei a me organizar... Já existia o *Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer Uruguaya* (GRECMU), que foi um grupo pioneiro na construção dos Estudos de Gênero em nosso país, com muitas que tinham voltado do exílio. Então entraram em contato comigo e me propus a fazer uma experiência no Sindicato.

Inicialmente, eu resisti muito, porque tinham um discurso que não se conectava com a vida das mulheres. Eu era uma universitária que estava militando no sindicato e isso tinha me dado chance para ser uma dirigente sindical. Não era o mesmo defender uma mulher que vinha de uma universidade e uma mulher trabalhadora. Meus companheiros diziam: “as que chegaram, tem que chegar como você”, e eu respondia: “é impossível, porque elas não fizeram, não vão passar pela prisão, e nem vão passar pela universidade, e aqui vocês exigem isso”. Aí eu constatei a brutal discriminação com as mulheres que acontecia no espaço de tomada de decisões. Eu nunca acreditei que, como eu havia alcançado, todo mundo poderia, como dizem muitas mulheres quando conseguiam.

A minha ascensão foi uma circunstância excepcional, esse discurso eu combatia muito, sem ser feminista.

Em 1983, fui convidada por uma fundação social-democrata, a EBERT²⁵, como representante do movimento sindical do Uruguai, junto com uma representante da CUT do Brasil, uma do Paraguai e uma do Chile, para fazer um itinerário pelas políticas de mulheres e gênero na Alemanha. Foi algo muito importante. Eu sempre digo que a responsável por eu ser uma feminista foi a Dietrich Olvinho, que era representante da CUT do Brasil. Eu e ela vínhamos com uma formação de que a contradição principal pela qual teríamos que lutar era a dos explorados e exploradores, e que todas as demais contradições que existiam na sociedade eram secundárias. Então, era isso que teríamos que resolver e, resolvendo isso, as mudanças aconteceriam. No entanto, percebi (nesses intensos quinze dias de viagem, e foi uma espécie de intensivo), e ela me disse, que ambas as contradições, a discriminação das mulheres e a de classe, se intersectam, se potencializam. Nesse caso, também, o que mais me preocupava é que tínhamos discriminação em nossas casas, e ela me dizia: “Você está me contando situações que vivem as mulheres dentro do seu Sindicato, as quais os homens não passam”.

Sou licenciada em Psicomotricidade, e acontecia que muitas mulheres dentro da fábrica sabiam que eu tinha essa especialização, que eu trabalhava com dificuldade de aprendizagem, e elas vinham me contar como se sentiam quando ocorria o fracasso escolar dos filhos. E eu perguntava: “Por que você é a responsável? Você está trabalhando para eles, por que só você é a responsável pelo fracasso? O que aconteceu com o pai?!” Isso eu falava muito naturalmente, sem que isso tivesse um corpo de ideias. Na verdade, eu vi, neste encontro

25

Fundação alemã Friedrich-Ebert-Stiftung (FES). Fundada em 1925, a fundação tem como objetivos a promoção dos princípios fundamentais da democracia social de liberdade, justiça e solidariedade, através de ações e colaborações internacionais em formação política. Ver mais em: <https://brasil.fes.de>. Acesso em: 15 out. 2020.

na Alemanha, que na realidade isso tinha um corpo de ideias e, juntando com a teoria, percebi coisas que poderiam me permitir ser melhor naquilo que fazia e responder melhor essas questões.

[No sindicato, enquanto me aproximava do feminismo], cheguei a integrar o *Espacio Feminista*, que gerava interessantes reflexões. Nós nos reuníamos no GRECMU, onde estava Graciela Sapriza, Silvia Rodrigues, Lilian Celiberti. Não íamos representando nenhuma instituição, éramos um tanto de mulheres feministas que nos reuníamos para pensar estratégias, alianças. Inicialmente, se trabalhava fundamentalmente com temas que tinham a ver com direitos sociais, violência e trabalho, basicamente tópicos que tinham mais presença nos movimentos de mulheres. Também discutíamos muitas coisas de conjuntura e havíamos decidido, como muitas éramos de esquerda, construir a Comissão de Mulheres do *Frente Amplio* e fortalecer esse espaço para inseri-lo dentro da força política.

Fui Deputada Nacional pelo Partido Comunista de 1990 a 1995. Ali, eu trabalhei muito para integrar a questão das mulheres. Encontrei muita dificuldade, já que o movimento feminista que havia se estabelecido no final da ditadura, em 1985, estava bastante debilitado e eu pedia, por favor, para apresentar iniciativas e não me davam bola. Havia, naquele momento, um divórcio entre movimento feminista e as políticas. Eu me lembro de quando estive no Brasil e vi que as deputadas de lá pediam um monte de coisas e, com isso, eu pensei, por exemplo, em fazer uma lei sobre violência, e recorri a todas as ONGs, que me perguntavam: "leis pra quê?" Eram ações de movimentos feministas muito de margem e de autonomia. Era a ideia de que um movimento se construía muito mais dentro desta questão marginal do que se fosse inserida diretamente no coração da política, porque corria o perigo de ser cortada, então isso pra mim foi uma coisa muito difícil.

O GRECMU, eu me lembro, que era um grupo que me ajudava muito. Eu falava que amanhã ia se trabalhar em um projeto de lei dos trabalhadores rurais, perguntava se tinham algo relevante sobre as

mulheres rurais que poderia me ajudar e elas me mandavam [materiais]. Havia também uma mulher da *Casa de la Mujer de la Unión* que também tinha um projeto de lei sobre violência e me ajudou. Mas era como se estivéssemos ilhadas em relação aos dois lados.

Porém, parece que do ponto de vista mais teórico, creio que os movimentos transformadores de mudanças, com ideias mais progressistas, deveriam dar melhores condições para o desenvolvimento da atividade feminista, mas foi o contrário, foi sempre mais tenso e uma luta permanente. Então, acredito também que existe um divórcio sobre o ponto de vista político, por não reconhecerem o potencial transformador do feminismo e a perspectiva de gênero nas políticas públicas.

“ASSUMIR-ME FEMINISTA FOI UMA NECESSIDADE PROFUNDA DURANTE O CÁRCERE”:

LILIAN CELIBERTI

[Minha militância começou cedo.] Eu terminei a escola secundária e havia duas opções: ou fazia preparatório para entrar em uma faculdade, ou entrava diretamente no magistério. Eu tinha dezesseis anos e entrei no magistério; as aulas começaram em março; em abril ou maio convocaram um grupo de missão sociopedagógica em uma escola rural e, então, eu me inscrevi, e fomos na semana de férias de setembro. Foi minha primeira experiência em grupo, fora da minha casa, com grupos de amigos e, a partir deste momento, quando voltamos desta missão, integrei-me ao grêmio estudantil. No ano seguinte, saí na direção da associação de estudantes. Aí comecei minha militância gremial, em 1966, e, depois, em 1967, 1968, era secretária geral do grêmio dos estudantes de magistério, que era um

grêmio fundamentalmente de mulheres bastante grande. Fizemos lutas pela mudança do Instituto, pelo terceiro turno e, a partir desse momento, em 1967, ingressei na *Federación Anarquista Uruguaya*, a FAU, e começou também a minha militância política.

Havia, no Uruguai, uma tradição de anarco-sindicalismo. Era um anarquismo mais político e que, inclusive, muito rapidamente evoluiu como uma espécie de síntese com o marxismo, uma coisa um pouco eclética ideologicamente. Algo bastante *sui generis* como corrente política. [Escolhi a FAU] basicamente porque eu não era comunista e não vinha de uma família comunista. Eu não sou de uma família católica, mas com dezesseis anos eu me dizia católica e frequentava a paróquia universitária. Então, eu estava numa crise de fé e, de alguma maneira, o anarquismo e o cristianismo têm - em vertentes diferentes, porém têm - pontos de contato: a valorização do indivíduo, por exemplo. Eu tinha bastante resistência às estruturas do tipo partido, onde se perde a individualidade. Parece-me que foi isso, apesar de não conhecer tanto; eram mais questões bem intuitivas.

Em minha família, meu pai era militante do Partido Nacional, partido tradicional do Uruguai. O meu pai sempre, de alguma maneira, me incentivou à militância política. Sempre, desde criança, me levava ao comitê e me dizia que eu tinha que fazer política. Claro, ele nunca pensou que eu iria fazer política de esquerda e, menos, anarquista!

[Em relação ao espaço para as mulheres no anarquismo], naquele momento, eu era uma adolescente, só tinha dezessete anos quando ingressei na FAU. Não podemos olhar com os parâmetros de hoje, é completamente diferente. Naquele momento, eu não tinha consciência. Aliás, acredito que havia uma tradição de mais valorização das mulheres, mas creio, também, que era uma estrutura política tão machista e tão paternalista como as partidárias. O que aconteceu é que como eu era muito jovem, aprendi muito porque trabalhei rapidamente com mundos que me eram muito distantes, com gente que tinha trinta anos de militância. Então, eu tinha uma grande

admiração pelo que eu aprendia. Porém, na realidade, foi muitos anos depois que adquiri uma consciência, entre outras coisas porque creio que foi uma geração muito protagonista – bom, eu vinha de um grêmio de mulheres –, com muito protagonismo das mulheres e, também, dos homens, e éramos todos muitos jovens. Então me parece que se marcavam menos as diferenças, porque todos éramos estudantes, não tínhamos limites nem responsabilidades familiares neste momento. Quase todos da classe média que estavam nos centros educativos provinham de lares onde as mães faziam o trabalho doméstico e trabalhavam fora, às vezes mais que os homens, mas era um modelo também de classe média, onde os maridos ainda se consideravam os sustentadores do lar. Então, tanto as jovens como os jovens tinham uma liberdade de movimento, talvez nos deixavam sair menos que os homens, mas aparte disso, não [percebia diferenças]. Talvez [essa percepção] não estava muito presente [naquele momento], o que acontece depois, quando tu começa a ter filhos e que aí resulta que são de tua responsabilidade como mãe.

Na realidade, 1968 foi o momento da emergência total da militância estudantil e a efervescência foi impressionante. Foi uma troca, um momento de mudança geracional na política, na esquerda, [de] muitos jovens. Este é um pouco do que depois se percebeu, no ano de 1972, durante a perseguição onde, se já olhavas para os cárceres, era impressionante, a maioria tinha vinte anos, homens e mulheres. Talvez entre os homens havia mais veteranos, porém, eu me lembro que no final tínhamos uma companheira que tinha quarenta anos e já era considerada uma velha! A maioria era assim: vinte, vinte e três, vinte e cinco, até trinta anos, e isso surge em 1968. Também é um momento não somente nacional, é um momento também internacional, bastante interessante e singular, porque o que se viu nesse momento era uma espécie de contágio. Desde uma perspectiva anarquista, o movimento francês era muito próximo, não? As palavras de ordem eram parecidas. Porém, foi muito mais amplo que uma filiação.

Até que estava presente, neste momento, o tema da luta armada, mas eu nunca estudei. Nunca tive uma especial admiração pela luta armada, apesar de que, em 1968, foi um contexto novo, e parece que todos os estudantes falavam disso. Mas não me despertava nada em especial. Creio que estas foram as coisas que me levaram ao anarquismo. Eu, por exemplo, em 1968, estava em uma equipe de formação política da FAU e só tinha responsabilidades. Foi um momento de ingresso de gente jovem em todas as organizações que assumiu, muito rapidamente, responsabilidades políticas. Eu não tive cargos de direção, mas tive vários companheiros e companheiras, Geraldo Gatti, desaparecido, Raúl Cariboni. Na direção não havia mulheres. Nenhuma. Depois ingressaram algumas mulheres, e foi todo um período de ingresso das mulheres: Elena Quinteros, que também está desaparecida. Sara Méndez, uma companheira que foi sequestrada na Argentina, ficou mais de vinte anos procurando seu filho e o reencontrou. Éramos todas jovens, eu com dezessete anos, Sara tinha vinte dois anos e Helena tinha vinte e um.

A partir de 1969, comecei a militar na ROE, *Resistencia Obrero Estudiantil*, que foi um período em que a FAU, por medidas de segurança, ficou semiclandestina. Aí se criou, que era também a lógica dos partidos de esquerda, frentes de massa, então a ROE era um espaço integrado por alguns sindicatos, grêmios de estudantes, agrupações, militantes. Era uma corrente política dentro dos movimentos sociais, assim como [existia] uma corrente de opinião com diferenças com a corrente, digamos, mais filiada ao Partido Comunista, ao socialismo soviético e, também, neste momento, havia como uma disputa por Cuba, não?

Se poderia dizer que, nesse momento dos anos setenta, no campo popular, havia estas duas grandes correntes, ainda que com diferenças. Uma, que era em torno da Declaración de *La HOLA*²⁶, em torno deste campo revolucionário; e outro campo mais vinculado

à esquerda pró-soviética. Então, dentro destes, havia variações, e no campo revolucionário havia diferenças entre um setor e outro, porém [se tinha] muito respeito, um optou por isso e o outro optou por aquilo, e a guerrilha urbana dos *Tupamaros* tinha muito prestígio. Cuba teve um papel na promoção das guerrilhas latino-americanas.

Eu, pessoalmente, não tinha muito apreço, não era das armas, tinha uma certa resistência a essa forma de movimento, não gostava. Atraía-me muito mais as assembleias, a militância de massas. Tive diferentes momentos. Num primeiro, acreditei que era necessário [pegar em armas], mesmo que pessoalmente não tivesse propensão ou admiração por isso. Já em outro momento, mais em 1972, comecei a ver algumas ações com as quais não estive de acordo, uma militarização da ação política, aí comecei a sentir que “isto por aqui não vai”. Porque eu tinha um grande convencimento da necessidade do trabalho organizativo, das pessoas organizadas através da autogestão, então não fechava muito com a lógica militar. E já quando estive presa, em 1972, tinha muito fundamentadas as diferenças com o MLN, que não estava de acordo. Mas foi um processo próprio de politização, de argumentação e levou seu tempo também.

Eu fui presa em vários momentos. Fui presa por três meses no ano 1971, depois saí. Depois, estive uns cinco dias em 1972, e saí. Depois voltei a cair em novembro de 1972, e aí estive dois anos. Depois, saí e fui para a Itália, depois fui para o Brasil, e fui presa por cinco anos. Foi crescendo!

Quando eu saí do cárcere, em 1974, foi quando me tornei feminista. Eu tinha a opção de sair do país. Já havia acontecido o golpe de Estado, então meus pais insistiram para que eu solicitasse a saída do país. Tinha havido o golpe de 1973, mas algumas prerrogativas constitucionais ainda funcionavam, então eu fui para a Itália. Fui porque a minha irmã, que também havia estado presa, já havia saído e estava lá, então era um lugar onde havia alguém. Quando cheguei à Itália, tinha acabado de sair um referendo pelo divórcio,

pelo aborto, então me encontrei com uma sociedade completamente mobilizada, onde o feminismo era um movimento enorme. Num primeiro momento, eu me senti receptiva, aberta, mas não posso dizer que o abracei, assim, [no estalar dos dedos], não. Porque, na realidade, eu vinha de um país em ditadura e, para mim, nesse momento, a prioridade era lutar contra a ditadura. Então, me parecia genial que se tivesse esse movimento, porém, a mim, não me tocava, não sei como dizer isso. Não havia chegado.

Eu tinha uma amiga feminista que me levava às reuniões. Na Itália, havia um feminismo muito de autoconsciência, que trabalhava muito com o corpo, e eu evidentemente vinha de outra realidade cultural. Não me senti tocada por isso. Por exemplo, eu só tinha um filho e queria ter outro, então eu me senti um pouco questionada “por que eu queria ter um filho?” “Mas como?” “Bom, quero ser mãe, quero.” Obviamente porque eu não havia feito nenhuma reflexão comigo mesma, então eu tinha essa coisa do “Novo Homem”, de termos filhos para uma nova sociedade.

Nesse primeiro momento, era com essa minha melhor amiga feminista que eu conversava muitas coisas, e ela me questionava, porque assim que eu cheguei, eu fiquei grávida, ficava em casa passando roupa e estava com meu companheiro. Creio que as coisas começaram a me ocorrer por toda uma série de questões pessoais. Meu filho mais velho, que tinha cinco anos (eu tive um filho aos vinte e um anos e tive minha segunda filha aos vinte e cinco), justo nesse momento, ficou doente, teve meningite e esteve a ponto de morrer. Aí eu comecei a sentir a ausência de um pai, desse papel. Essas foram as coisas que aconteceram comigo, pessoais, todo um processo no qual acabei me separando e fui para o Brasil. Aí também deixei meus filhos na Itália, e tudo foi uma mudança muito grande. Fui sequestrada no Brasil e levada ao Uruguai, e, então, fiquei presa por cinco anos [e desses, por um ano e meio estive sem contato com outras presas].

Na realidade, identifico mais o assumir-me essencialmente feminista nesse tempo que estive sozinha no cárcere, que foi também como uma necessidade mais profunda de trabalhar comigo mesma para resistir, porque senão não teria podido. Então, tive que tocar em todo o tema, da maternidade, eu-mulher, eu-sexualidade. Era um contexto o mais absolutamente patriarcal possível, porque os militares trabalharam muito com este aspecto da sedução, do poder. Bom, por todo o contexto de como se deram as coisas, não podiam me pegar porque havia certo compromisso com o Brasil, havia medo que acontecesse algo e já era bastante escandalosa a situação, então usavam muitas de suas outras estratégias. Foi nesse momento que mais fiz uma reflexão comigo mesma, eu como mulher.

[Quando eu] saí, em 1983, estava totalmente decidida a trabalhar neste tema. Feito isso, em 1984, começamos as reuniões para fundar esta organização aqui, o *Cotidiano Mujer*. Nossa ideia era fazer uma revista, não pensamos e nem tínhamos a menor ideia, ONG não sabíamos o que era. Queríamos montar um coletivo para fazer uma revista e começamos. Eu comecei a pensar isso com uma amiga italiana, depois conhecemos outra e outra e outra. E começamos a fazer reuniões com mulheres de grupos, algumas permaneceram e outras não, e ao final terminamos montando um grupo, [não] de autoconsciência, de reflexão, sim, porque nós escrevíamos a revista, discutíamos todos os artigos. No começo, ficávamos horas a fazer a revista, o que iríamos publicar, então depois cada uma trazia. Porque, na realidade, estávamos aprendendo, nenhuma de nós era jornalista, nem tampouco havia uma grande formação, o feminismo estava começando.

No Uruguai, no ano de 1985, fomos a primeira revista definida como feminista. Havia organizações de mulheres, porém identificadas como feministas não. Havia somente um grupo de pesquisa, o GRECMU, que se definia feminista, e nós. Éramos motivo de escárnio, ainda porque as pessoas perguntavam: eu era uma vítima da ditadura, como poderia ser feminista?! Feminista era o pior. Ser feminista

era ser pequeno-burguesa, estar preocupada por coisas que não importavam a ninguém, que dividia o movimento popular. Enfim, já havíamos enfrentado coisas terríveis nesse momento, mas foi uma boa etapa na realidade, divertida.

Eu creio que [o *Cotidiano Mujer*] influenciou [esse momento de luta das mulheres], porque nós promovemos organização sindical, organização cultural, fazíamos milhares de coisas, abrindo novos espaços. Eu creio que nossa principal contribuição foi estabelecer a legitimidade do pensamento feminista, e não somente de pensamento, mas também de agenda feminista. Por exemplo, saímos no ano de 1989 pra fazer uma campanha pela legalização do aborto quando ninguém falava de aborto. Isso porque nós, para nos identificarmos enquanto feministas, partíamos de uma análise mais radical e não da perspectiva de gênero, do ângulo da luta política das mulheres, da criação do sujeito político mulher no espaço público. Nós líamos artigos, estudávamos, buscávamos publicações, nos informávamos, por isso digo que fomos criando um pensamento feminista junto a algumas outras feministas acadêmicas, em uma aliança - porém em disputa com outras visões - mais da questão da mulher, dos “problemas das mulheres”. Eu acredito também na diversidade, mas eu quero defender meu ponto de vista, eu como sujeita mulher, e me parece também que os problemas sociais não são de um setor, nem de uma subjetividade.

[Nesse contexto] promovemos a *Coordinación de Mujeres*²⁷, era um espaço de coordenação com grupos de mulheres. Um ano muito importante foi 1989, quando tivemos a campanha pelo

27

Organismo que se formou no processo de apoio ao plebiscito de 1986, integrada por feministas autônomas, trabalhadoras e mulheres de partidos para discutir sobre a discriminação das mulheres. Sua ação política se centrava na livre escolha sobre a maternidade, preconceito no trabalho, violência doméstica e criação de espaços de mulheres e ações coletivas. Organizaram as *Jornadas de Violencia contra la Mujer*, os *Encuentros del Día Mundial de Acción de la Salud de la Mujer* e a celebração do 8 de março.

referendo²⁸, a *Coordinación* se pronunciava “*Mujeres por el Voto Verde*”. Era como um espaço de diferentes coisas, porém um espaço de coordenação de grupos, de organização. No fim, planejamos uma viagem [para] sair pelo interior do país em um ano, promover o feminismo... Tantas coisas fizemos juntas!

Eu creio que há um período entre 1985 e 1989 em que havia uma agenda mais nacional. Nós começamos a fazer cursos, fomos ao GRECMU, elas possuíam uma biblioteca importante. Havia toda uma circulação, o GRECMU fazia um curso [sobre vertentes] do feminismo, feminismo socialista etc., fizemos cursos com feministas de todas as correntes. Tinha uma bibliografia importante, mas fora também sempre líamos. Depois tivemos o *Espacio Feminista*²⁹ que era um lugar de ação e recepção, porém mais de ação.

De 1985 a 1987, 1988, quem financiava a revista era esta companheira italiana feminista, Anna María Colucci, por decisão pessoal dela. Nesse momento, o dólar aqui era muito valorizado, então ela ganhava muito bem, e colocava seu dinheiro para fazer a revista. Depois, fizemos bailes, vendemos roupas - coletávamos, pessoas contribuía - , nós fazíamos [como dava]. Quando tivemos financiamento, a partir de 1990, passamos a uma revista com esta capa. Na realidade, tenho que dizer que o sucesso que nós havíamos tido com relação ao financiamento era uma coisa um pouco [difícil]. Tínhamos uma cultura de esquerda, queríamos fazer subversão com o feminismo, e não queríamos que nos amarrassem as mãos e bocas, [então] não tínhamos uma relação muito fluida com o financiamento. Um dia, veio uma alemã aqui, se apresentou e nos conheceu, era da Fundação Frauen Anstiftung (FAS), da Alemanha. Fizemos um

28 A *Comisión Nacional pro Referéndum* foi criada no Uruguai para impulsionar o referendo que tinha por intenção revogar a Lei nº 15.848 de Caducidade da Pretensão Punitiva de Estado, conhecida popularmente como “Lei da impunidade”.

29 Grupo formado em 1992, possui quatro grupos de trabalho: mulher e trabalho, aborto, violência contra a mulher e reforma do Estado e políticas públicas.

projeto, escrevemos, o apresentamos, ganhamos e, bom, a partir daí ingressamos na era do financiamento. [Depois] voltamos a ser pobres, sempre somos pobres.

Esta casa nós compramos juntas com o *Mujer Ahora* - [antes] não tínhamos essa casa, obviamente, tínhamos um subsolo que era a casa de uns parentes de minha tia que morreram, alugávamos por pouco dinheiro. Nesse momento tínhamos projetos com essa Fundação, Heinrich Böll Stiftung (HBS). Juntamos todos os aluguéis do ano e também baixamos os salários, juntamos dinheiro pessoal, cada organização pagou um quarto e a metade nós pedimos à Fundação. Fizemos uma sede.

Até os anos 1990, éramos todas voluntárias. Eu, até 1996, trabalhava em outro lado e depois vinha para *Cotidiano*. Fiz várias coisas, fui coordenadora de um Centro Comunitário no primeiro governo do *Frente Amplio*, em Montevideú, trabalhava todo dia e vinha aqui nas noites e de tardezinha, alguns dias mais, outros menos. A partir de 1990, nós todas começamos a ter atividades rentáveis. Até esse momento nós nos juntávamos duas vezes por semana e fazíamos as coisas, militávamos, nos encontrávamos, saíamos ao interior, fazíamos reuniões, fazíamos seminários, mas tudo era militância. Era militância pura. Da mesma maneira que outras pessoas iam ao sindicato, nós vínhamos ao *Cotidiano*.

“NÃO TÍNHAMOS A MENOR IDEIA DE QUE SE TRATAVA DE FEMINISMO, NOS SENTÍAMOS ABSOLUTAMENTE LIVRES E PODEROSAS”: ALMA ESPINO

Eu comecei a me aproximar da esquerda através de movimentos estudantis. A juventude comunista tinha muita influência no meio estudantil dos anos de 1960 [e 1970]. Fui militante política durante os primeiros anos de 1970 na Juventude Comunista (JC). Estudava no secundário nesse momento, aqui em Montevidéu. Fazia o magistério em um Instituto particularmente combativo, tinha muitos adeptos da esquerda de todos os matizes e cores: os pró-china, trotskistas, anarquistas... Eu comecei a militar como uma coisa divertida, que me abriu um mundo diferente, compartilhar ideias distintas, novas, como uma coisa de jovens. Eu não tinha um perfil de convencimento, dessa estrutura bastante rígida da característica comunista.

Sempre penso que essa [escolha de entrar na JC] não é uma opção qualquer. Há uma forma teórica ou intelectual, mas hoje, visto à distância, percebo que foram as relações pessoais e sociais em que eu me sentia mais à vontade, pela Juventude Comunista ser uma organização legal, que tinha numerosas atividades. Outros grupos da esquerda estavam mais comprometidos com a ação direta, com a luta armada, algo que também requer uma personalidade especial quando se tem 17, 18 anos; não compartilhávamos um certo radicalismo. E, bem, o namorado que tive, que é pai da minha filha, também era militante comunista, meus amigos eram militantes comunistas. Na verdade, é muito difícil dissociar o espaço da política, o espaço das relações sociais e o espaço da criatividade. Vivi, até o golpe de Estado, [a militância] como algo novo, jovial. Minha militância era vinculada à luta estudantil, não tenho experiência de

organização partidária propriamente dita. Estava no lugar que me era mais cômodo e em que imaginava que eu era mais livre.

Nunca nem pensei, nesse momento [que sofria alguma discriminação], nem por um instante. Custa muito a mim identificar, porque não racionalizei nesse momento. Eu não tinha ambições de dirigente, que podiam levar à discriminação. Se ocorria, não percebi. E minhas amigas foram dirigentes e esse nunca foi um tema de conversação. Durante toda essa etapa nunca pensei em nada relacionado a isso. Não tínhamos a menor ideia do que se tratava o feminismo, nos sentíamos absolutamente livres e poderosas. Mas a Revolução Sexual, sim, foi uma coisa importante. Começamos a pensar que todas podíamos ter relações sem esperar se casar e, além disso, falávamos dessas coisas no pátio da escola. Para mim, eu assumi muito naturalmente, no ano de 1968 (tinha uns dezesseis anos). Minha juventude começou envolvida nisso. E minha família era relativamente liberal, sobretudo minha mãe.

No que se referia à militância política, meu pai não era de esquerda e, um dia, bastante incomodado porque eu tinha me juntado ao comunismo, ele disse que então, ao menos, eu deveria fazer como “fulana de tal”, que era uma senadora, uma dirigente comunista. Essas coisas que os pais fazem: têm suas exigências: se vai militar, é para ser uma dirigente. Mas não pensava que uma mulher não devia ser dirigente, ou uma mulher não deve estar na política; essa mensagem minha família nunca me passou. Quando tive namorados, jamais pensei se havia ou não havia discriminação. Só pensei depois de viver em casal com 30 e poucos anos, com meu companheiro. Mas tampouco o diria como algo político, algo coletivo, era pessoal.

Foi [uma militância] muito estimulada pela possível conformação do *Frente Amplio*, que se forma em 1971.³⁰ Era como escolher o lugar para fazer algo que parecia mais libertador, como a soberania popular no Chile. E quando tive que ir, isso me afetou muito mais.

No ano de 1976, tive que me exilar porque a repressão se aproximou do Partido Comunista. O grau de perseguição era muito grande. Haviam sido presos muitos dos companheiros ao meu redor, e eu sabia que meu nome estava na polícia, porque alguém havia mencionado. Uma pessoa de dentro da prisão que me disse: “Fulana de tal’ disse seu nome”. Normalmente se fazia isso para as pessoas se mudarem de casa. De qualquer maneira, não sei o tanto que disseram, porque não foram me buscar, mas já nesse momento, esse que era meu companheiro, sabíamos que estavam procurando-o, então decidimos sair; uma aposta, porque podiam nos pegar no aeroporto. Mas não nos pegaram. Fomos para o estrangeiro, para Buenos Aires; eu decidi ir também. A decisão de ir - acredito que todos que estavam nessa situação tinham essa mesma característica - é muito difícil, porque, dependendo da maneira que é o partido, ele não passa de um grande guarda-chuva, [e o exílio é] estar só. Com quem está? Que sorte? Isso que passou foi muito difícil, eu nunca mais vou esquecer, porque isso tem um sentido muito grande de perda.

Eu me exilei indo primeiro à Buenos Aires, que era um caminho bastante comum para os uruguaios, pensando que as coisas não eram tão graves, que era perto e fácil. Lá em Buenos Aires, vivi com meu companheiro alguns anos, mas as condições foram realmente muito difíceis. Nos últimos anos tenho me dado conta do quão

30

O Frente Amplio foi criado em 5 de fevereiro de 1971, e consolida uma coalizão de esquerda no Uruguai, que reunia diferentes forças políticas, tanto partidos preexistentes (socialista, comunista, democrata-cristão, POR), setores progressistas dos partidos Colorado e Blanco e cidadãos não setorizados. O Frente Amplio se define como “uma força política de mudança e justiça social; de concepção progressiva; democrático, popular, antioligárquico e antiimperialista; e forma uma organização de ação política permanente com caráter de coalizão e movimento com base no respeito recíproco à diversidade ideológica, funcionamento democrático e unidade de ação”. Ver mais em: <https://www.frenteamplio.uy/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

difíceis foram, porque eu tampouco estava a par de tudo que estava se passando na Argentina, com todos os sequestros, com todos os desaparecidos. Eu já era professora, mas na Argentina nos dedicamos a outras coisas. Eu não podia trabalhar como professora porque teria que revalidar o título e, na minha situação, era impossível [pois estava sem meus documentos verdadeiros]. Trabalhamos onde se precisava mais: no comércio, na livraria. Tivemos muito pouco contato com outros exilados, só com as pessoas com quem convívamos, pelos perigos que existiam. Entre 1976 e 1978, era época de terror, não se conhecia ninguém, não se podia conhecer ninguém.

No ano de 1978, imediatamente após o mundial de futebol, que se realizou na Argentina, nós fomos ao México, via ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), onde entramos com visto de turistas. E, no México, assim que cheguei, entre outras coisas, para poder me manter, decidi que iria à Faculdade de Economia para poder ter um visto. Visto que nunca tive [risos], mas assim pude terminar a Faculdade de Economia. Jamais poderia pensar que faria Economia, que seria economista e engajada politicamente. Militei numa força política uruguaia no exílio, no México, e comecei a conhecer, por diferentes caminhos, mulheres que se definiam como feministas. Para mim, nesses anos - estou falando do final dos anos de 1970 -, isso não tinha a menor significação, me parecia algo como a esquerda ortodoxa: fora do lugar, uma contradição secundária; era para outras mulheres, não era para mim. As mulheres como eu eram liberadas.

Um intercâmbio particular com uma pessoa que nunca mais vi, com quem tive uma relação de amizade - e que agora não lembro nem como se chama -, que também estudou na Faculdade de Economia, que se definia como feminista e que era uma pessoa que merecia ser escutada, com certo respeito, iniciou um caminho de começar a pensar nessas coisas. Muito influenciada pelos contatos

que, imediatamente após a Revolução Sandinista³¹, comecei a ter com amigos e amigas nicaraguenses - porque Nicarágua teve um crescimento do Movimento Feminista Sandinista muito importante a partir dos primeiros anos da década de 1980 -, comecei a ler várias coisas que produziam na Itália, na Espanha, a conectar-me. Mas não tive militância - nem social, nem política - como feminista até a volta ao Uruguai.

Eu regressei ao Uruguai quando já se falava da abertura democrática, aí comecei a pensar em retorno, de maneira que as eleições foram em 18 de novembro de 1984 e nos primeiros dias de dezembro eu já estava aqui em Montevideú. E parecia que já havia mudado bastante minhas posições políticas: eu praticamente havia deixado de milhar no PC, que tinha muitas discrepâncias, muita falta de sintonia com boa parte da esquerda. No entanto, algumas amigas me convidaram para participar no que se chamou de *Comisión de Mujeres* do *Frente Amplio*, onde queriam colocar uma agenda feminista. Já havia mulheres de esquerda que militavam pelas mulheres, mas não em uma perspectiva feminista. Então comecei a militar assim, de modo que não fui militante na resistência, porque estava fora do meu país, e não fui militante no exílio, pelo menos não como feminista.

Como o *Frente Amplio* era composto por várias facções políticas, e uma vez que era do PC, uma velha camarada me convidou a participar da Comissão de Mulheres do Partido Comunista. Aí comecei a me dar conta de que era difícil dar sequência no partido, nos demos conta de que não gostavam dos nossos temas, de que as relações de gênero e o feminismo não tinham espaço [no discurso do partido]. As mulheres eram consideradas sempre as esposas dos presos, não as presas; nunca eram as exiladas, eram as mulheres dos

31 Revolução Sandinista ou Revolução Nicaraguense foi o movimento iniciado em 1978 e que se estendeu até 1990, e visava uma reforma radical das instituições da Nicarágua contra o regime ditatorial de Anastasio Somoza Debayle. A Revolução se deu com a iniciativa da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), assim chamada em memória do guerrilheiro Augusto César Sandino (Fagundes, 2009. p. 84-89).

exilados. Na mecânica direta de participação não tanto, porque como eu entrei muito parcialmente, só militei na Comissão de Mulheres, tinha pouco contato com a estrutura do partido, mas comecei a notar que havia gente que me tratava mal porque eu era feminista. Não te valorizavam, te maltratavam.

Tínhamos um lugar para nos reunir, uma casa central do partido, e desde o porteiro até todos circulavam rumores a respeito das mulheres que entravam para se reunir às segundas-feiras durante a noite na Comissão de Mulheres do partido. Mas tínhamos alguns aliados, nós os ajudávamos e eles nos ajudavam, porque vinham com a cabeça de renovar ideologicamente o partido; e o feminismo contava coisas que eram interessantes. Essa foi [também] uma experiência muito interessante, porque começamos a revisar, [juntamente com outras companheiras] comunistas, [como] Sílvia Rodríguez Villamil³², muitas das perspectivas partidárias à luz de uma visão feminista.

Foi uma luta muito grande. O PC era muito resistente, mas nós aproveitamos os espaços que deixavam as desavenças, que pouco a pouco foram se incrementando até o PC se partir ou, pelo menos, ficar mal. [Algo que] tem a ver com as maneiras de ver muitas coisas da realidade, com o que aqui se chamou as três vertentes: a do exílio, a da resistência e da prisão. Em diferentes lugares havia essas distintas flexões, e muitos desses eram muito difíceis de compatibilizar. Militei, ali, entre 1986 e 1989, produzindo materiais, artigos, fazendo militância de base, tratando de transmitir as plataformas do FA, e ter pequenas conquistas.

Fiquei [nessa militância] até que chegamos com o FA na Intendência de Montevideu, no ano de 1989, e aí, por diferentes razões, deixei de militar politicamente. A partir disso comecei a ter uma militância mais social, no sentido de mais vinculada aos

32

Historiadora, cientista social e comunista uruguaia muito influente no movimento feminista durante a ditadura militar no Uruguai. Faleceu em 2003.

movimentos de mulheres, e também comecei a tratar de juntar duas coisas que não se juntava, [algo que eu iria] fazer em poucos anos e que agora, para mim, é um produto inseparável: ser economista e ser feminista, minha profissão determinante, e, por outro lado, ser uma feminista com influência política. Isso comecei a fazer aqui no CIEDUR³³, através de estudos de mercado de trabalho. Do ponto de vista de Gênero, estive trabalhando com Economia feminista, que avançou nos últimos anos. [Também fiz um] concurso da universidade e comecei a trabalhar na *Facultad de Ciencias Económicas y de Administración* da *Universidad de la República* e no CIEDUR, em 1987.

Durante toda minha vida acadêmica e profissional no Uruguai (que já faz vários anos) as feministas eram levadas na brincadeira. Com os anos, não sei se por minha insistência com o Gênero, passou a ter um pouco mais de espaço, em algumas áreas mais que em outras. Em Economia é particularmente difícil, mas não tem tanto a ver com as pessoas, mas com o próprio corpo teórico de Economia, que, na realidade, conhecemos muito pouco das relações sociais, pouco das relações de poder. É quase endêmico o caso: se entende que havia de se considerar o fator gênero entre homens e mulheres, porque passou os anos e sentiu-se a necessidade para o próprio trabalho, mas isso não supõe que há por baixo algo que tem a ver com o feminismo, nem com relações de gênero, ou complementação dos lares, nem com a discussão de diferenças de homens e mulheres. Então, é muito difícil de incluir. E, outra coisa: minha experiência. O grau máximo [na carreira universitária no Uruguai] é 5, eu sou 4, sou diretora do Instituto de Pesquisas. Quando digo que não tem a ver com o meu trabalho é que, na medida em que passa o tempo, e que cada vez mais trabalho com o Gênero, vou vendo que, como cada vez mais, muitos dos economistas, meus amigos, prestam menos atenção.

33

Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo – Uruguai, organização não governamental fundada em 1977 com intenção de contribuir para o desenvolvimento sustentável promovendo a pesquisa em ciências sociais. Site oficial do centro: <http://www.ciedur.org.uy/>.

A partir daí, segui tendo contato com movimento de mulheres, que no Uruguai não sei se existe exatamente como tal. Há grupos de mulheres, ONGs feministas, feministas que fazem coisas juntas; trabalhamos para tratar da lei do aborto, fizemos muitas coisas juntas, no âmbito regional e internacional. Mas como movimento social, me parece que há um pouco... meio que passa o mesmo em todos os movimentos que existem na América Latina. Ou seja, que é uma trajetória bastante comum no Uruguai, não sei em outros países, é que muitas das mulheres que integramos os movimentos feministas viemos dos partidos de esquerda e, creio que isso é real, porque poderia enumerar muitas: Lilian Celiberti, Lucy Garrido, Mariana Onandi, Gloria D'Alessandro, muitas.

“ATREVER-SE A SER FEMINISTA”: MARGARITA PERCOVICH

Sou uma velha militante política. Comecei a militar aos 18 anos, participava de um grupo político universitário que, depois, se uniu aos têxteis, um movimento operário importante no Uruguai, muito independente, democrático. E nasceu, assim, um grupo político que se chamava *Grupos de Acción Unificadora (GAU)*³⁴. Tinha como liderança Héctor Rodríguez, um dirigente têxtil, personagem político importante no Uruguai. O objetivo era unificar a esquerda que havia e que estava dispersa. A minha participação política foi com essa liderança, buscando a unificação, que se concretizou finalmente com a criação do *Frente Amplio (FA)*. Tive uma participação

34

Foi um movimento de esquerda uruguaio fundado em abril de 1969, com importante atividade política orientada, principalmente, para a unificação dos grupos da esquerda, dos quais se destacam os sindicalistas da indústria têxtil, liderados por Héctor Rodríguez, os estudantes da Faculdade de Engenharia e os integrantes do MAPU (*Movimiento de Acción Popular Unitario*), que contava com muitos militantes ligados ao Catolicismo. Para saber mais, ver Tristán (2006).

muito ativa, isso no final dos anos 1960, início dos anos 1970. Quando se criou o FA, eram vários setores políticos que formaram a coalizão; alguns dos setores mais importantes não queriam instituir essa estrutura nos chamados comitês de base, onde se integrava gente de todas as seções e, também, os independentes de esquerda. Eu tinha uma atividade política muito importante, trabalhando na construção democrática da estrutura do *Frente*, onde juntamos todos os setores políticos, que creio foi uma de nossas fortalezas.

Nos fins dos anos 1960, na esquerda, não participamos das discussões de mudanças, digamos, culturais, como havia na Europa. O tema do feminismo não entrava nessa discussão. Eu diria que essa é uma característica geral da esquerda na América Latina: lutar por mudanças econômicas. E, em minha formação política, não entrava esse tema. Era, claro, uma construção muito democrática, fazíamos uma grande discussão nesse momento, queríamos seguir lutando, acumulando forças pela via democrática, disputar com as pessoas que estavam lutando pelas vias armadas.

Quando era jovem, eu fiz de tudo, porque no Uruguai, nessa década de 1960 e 1970, as empresas fechavam e fechavam. Eu não tinha problema em conseguir outro trabalho, falava outros idiomas, manejava bem a máquina. Voltei a trabalhar depois que me casei e já tinha as crianças pequenas, entrei para trabalhar em uma empresa latino-americana de armadores de barcos, e depois segui trabalhando na galeria de arte que tinha meu companheiro.

Eu me casei em 1968, em plena mobilização, e, depois, veio a ditadura. Eu tive sorte: apesar de ser uma militante muito ativa, não fui presa. Nós seguimos fazendo alguma militância até que a coisa ficou muito dura. A minha primeira filha nasceu em 1970 e a segunda em 1973, justo no golpe. Trocava fraldas e ia jogar cravos para sabotar os que trabalhavam no meio da greve geral. Foi terrível!

Eu não tinha problemas econômicos porque, nessa época, trabalhava bem na galeria de arte, mas, claro, eu era uma militante reconhecida em meu bairro, então foram momentos muito difíceis, porque começaram a fazer o que chamávamos de *rastrillos*, vinham num bairro e entravam em todas as casas e prensavam todos, e minha casa, todos sabiam que eu era a responsável de toda a zona da costa pelo *Frente Amplio*. Foi um momento muito difícil, mas tive sorte que os *rastrillos* chegaram até três casas antes e pararam.

Fazíamos reuniões em minha casa, preparava as atividades, tinha materiais. Eu, inclusive, cheguei a distribuir folhetos no primeiro ano, mas as pessoas tinham um medo tão terrível que nem abriam a porta. E nós, as mulheres do *Frente*, íamos com nossos filhos, carregando os carrinhos e as crianças, para dissimular, mas as pessoas tinham muito medo. Era uma zona que tinha muita gente do MLN, houve muita gente desaparecida, alguns companheiros nossos, então não tínhamos outro remédio a não ser ficarmos quietas.

Tive companheiras que decidiram reunir-se e que foram exiladas. Eu fiz essa opção com meu companheiro, tivemos a prova indo a Buenos Aires uma vez, ver que lá as pessoas estavam desaparecendo, e nós voltamos e pensamos: "bom, podemos ir presos, mas pelo menos as meninas vão estar com a família". Aí, então, decidimos nos dedicar a preservar as crianças. Por isso, nós as tiramos de uma creche pública, que era maravilhosa e as professoras eram divinas, mas, em um determinado momento, tinha um militar no bairro, e minha filha maiorzinha, que tinha quatro anos, era a porta-bandeira³⁵, então ele começou a discutir: "como a filha de uns tupamaros vai ser a porta-bandeira!?", e eu pensei: "as meninas não vão pagar o pato de nossa militância política". Então, as colocamos num instituto jesuíta que tinha um diretor muito progressista que protegia todos

35

O termo usado por ela, em espanhol, é "*abanderado*", que significa, na Argentina, Costa Rica, Guatemala, Equador, Paraguai e Uruguai, o aluno que se destaca por suas qualidades e, por isso, carrega a bandeira em atos escolares.

os filhos de militantes. Nossas filhas foram criadas em um ambiente protegido e bastante progressista deste ponto de vista ideológico e cristão. Fiquei aqui durante todos os 12 anos de ditadura. Obviamente, eu lia o que podia, mas essa década da mulher, de 1975 a 1985, nós não nos inteiramos de nada, porque não recebíamos nada.

Quando começaram a reorganizar o movimento popular e os partidos políticos, inclusive os tradicionais, [começaram] a ganhar espaço (porque já era um fracasso o que os militares estavam fazendo no país), eu retomei minha militância política e, nesse momento, as que podiam atuar, que não tinham sido levadas presas, eram as mulheres. Havia o *Congreso Obrero Textil* (COT), tradicional sindicato de quando as indústrias têxteis eram importantes no Uruguai. A ditadura nunca o fechou, era um dos poucos locais sindicais que restava. Quando as mulheres começaram a se reunir, usamos esses locais. Já conhecíamos as dirigentes, não havia muitas que tinham sido presas, [prenderam mais] os homens. Então, nos reunimos em assembleias onde havia mulheres de esquerda, mulheres têxteis e mulheres do Partido Nacional. Isso era o interessante da experiência uruguaia. Nos juntávamos para ver que marchas e mobilizações que poderíamos fazer (que os homens não podiam), mas nossas plataformas eram as liberdades, a libertação dos presos, o fim da ditadura etc.

Nesse contexto, vieram as acadêmicas do GRECMU³⁶ e nos disseram: “você estão reclamando o mesmo que todo o movimento social e político, mas percebam que [são todas mulheres], deveriam colocar o tema do direito das mulheres”; e aí nos [apresentaram] a *La Cacerola*³⁷.

36 Grupo de estudos sobre a condição feminina no Uruguai, composto por mulheres acadêmicas que tinham contato com a situação internacional da luta das mulheres.

37 Sediado em Montevideu, este periódico foi uma publicação do *Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer Uruguaya* (GRECMU). Tem-se notícia de que se manteve ativo entre 1984 e 1988, com tiragem e periodicidade irregulares (Crescêncio, 2016, p. 102).

Havia uma jornalista, Mercedes Sayagués³⁸, que levava a revista para esta reunião e a compartilhava conosco. Foi um tesouro para nós, mulheres que tínhamos formação de esquerda, que vínhamos de uma tradição marxista, gramsciana, ler as críticas justamente à construção ideológica marxista que havia deixado de lado esta contradição. Foi muito importante porque encaixou perfeitamente em nossas próprias experiências. Então ela nos dizia sempre: “esta plataforma que vocês estão construindo com mulheres tem que incorporar os temas das mulheres uruguaias”. E então, algumas, não todas, diziam: “não, não tem a ver conosco, somos militantes políticas, militantes sindicais”, [mas] algumas estavam de acordo de que [precisávamos de] uma plataforma.

Depois que já estava se encaminhando a via democrática - ainda não havia eleições, mas estavam legalizados os sindicatos, os partidos políticos -, algumas de nós dissemos: “temos que criar uma organização de mulheres”. E, assim, criamos o *Plenario de Mujeres del Uruguay* (PLEMUU)³⁹, em 1983. Não nos [identificamos] como feministas porque era uma palavra absolutamente pejorativa; nós dizíamos que trabalhávamos pela condição da mulher. A experiência mais interessante que vivemos no Uruguai nessa época é que juntamos no PLEMUU, e em nossa luta, as *Blancas*, que já haviam trabalhado conosco em outras mobilizações, e convidamos as *Coloradas*.

Para mim, o *click*, tornar-me feminista, foi no momento em que as acadêmicas de GRECMU começaram a trazer as revistas *La Cacerola*. Para mim, foi determinante os artigos de Suzana Prates, de Silvia Rodríguez Villamil, de Nea Filgueira, de Graciela Sapriza, que

38 Mercedes Sayagués é uma jornalista uruguaia, especializada na área de gênero, sexualidade, saúde, questões humanitárias e direitos humanos. À época, escrevia para a revista *La Cacerola*. Fonte: *International Center for Journalists*, disponível em: <http://www.icjf.org/about/profiles/mercedes-sayagues>. Acesso em: 27 jun. 2023.

39 A Fundação PLEMUU foi a primeira organização não governamental do Uruguai específica para mulheres. Tem por objetivos melhorar a condição da mulher uruguaia e, por missão, visa uma nova mulher, uma nova família e uma nova sociedade.

eram mulheres de esquerda, como eu.⁴⁰ Então, as coisas que haviam me faltado na reflexão marxista, todo o tema de classe e gênero, foi fantástica, porque fechou imediatamente o furo em minha formação até filosófica. E, assim, muito rapidamente, em conjunto com outras mulheres de esquerda, se passou o mesmo, porque as mulheres dos partidos tradicionais também se viram refletidas nisso, mas não foram tão a fundo. Além disso, as mulheres do GRECMU eram todas de esquerda, então começamos a dizer que tínhamos que ter uma Comissão de Mulheres no *Frente Amplio* e meter na discussão este tema. Nos demos conta que não podíamos pensar em políticas públicas se não pensássemos nas diferenças sociais. Nós nos organizamos e começamos a bombardear o *Frente Amplio* do ponto de vista programático. Todas estávamos em distintos setores políticos. A tarefa de Silvia Rodríguez Villamil na interna do Partido Comunista para ganhar a batalha foi impressionante, porque era um partido forte, rígido, duro. Isto é, foram anos de formação e para ter argumentos para lutarmos na interna do *Frente Amplio*.

Na saída da ditadura, nós tivemos uma experiência, algo muito uruguaio, um âmbito onde participavam todos os partidos políticos e organizações sociais importantes do momento para definir uma espécie de programa mínimo de acordo para quem governasse. Chamava-se *Concertación Nacional Programática* (CONAPRO). É uma característica do Uruguai durante a saída da ditadura - que, depois, quem ganhou não fez muito caso, porque era um programa muito progressista. E as mulheres decidiram: "Nós queremos ter um capítulo 'mulheres'". Todas juntas, de todos os partidos políticos. Eu fui desta delegação. Os que estavam encarregados, dos partidos políticos, nos disseram: "não, que ridículo!", que não era um tema importante para o país. Havia capítulos [como] "educação", "moradia", "trabalho", mas o tema "mulher" não. Então, nós pensamos: "vamos nos reunir e vamos trabalhar igual", e começamos a trabalhar.

40

Eram um grupo de mulheres intelectuais de esquerda que atuavam pelas questões de discriminação de gênero em grupos de conscientização e de estudo, como o GRECMU.

Algumas se especializaram na parte da modificação das leis, outras na saúde, outras na educação etc. Trabalhamos com mulheres de todos os partidos políticos, com trabalhadoras, estudantes. Nós sabíamos que tínhamos projetos de partidos distintos, mas no tema da mulher nos juntamos. Fizemos uma “Agenda Mulher”, que foi como uma espécie de compromisso de todas, de que quem estivesse no governo lutaria para que [o projeto] começasse a andar no país. Aí se criou uma confiança que existe até o dia de hoje entre as mulheres de todos os partidos.

Quando o Partido Colorado assumiu - que era quase inevitável, porque os demais não podiam competir -, o presidente Sanguinetti nomeou Adela Reta (uma mulher progressista dentro do Partido, nessa linha das feministas tradicionais) ao Ministério de Educação e Cultura e, através dela, passamos a trabalhar os temas da mulher. Ela editou os livretos da *Concertación Programática de Mujeres*, e criou uma área das mulheres pela primeira vez no Ministério de Educação e Cultura. Nessa legislatura, não tivemos nenhuma mulher no parlamento, mas, depois, duas mulheres, uma do Partido Colorado e outra do Partido Nacional, entraram como suplentes, e as duas apresentaram leis. Alba Cassina, do Partido Colorado, [levantou o tema das] cotas, que é a luta tradicional das mulheres sufragistas. A outra foi Raquel Macedo de Sheppard⁴¹, que apresentou a primeira lei de igualdade de oportunidades no emprego, que havíamos trabalhado na *Concertación*. Ela apresentou e a lei saiu, ainda que recortada, mas saiu.

Nós trabalhamos todo o ano de 1989 para incorporar este tema ao programa. Todas juntas, as mulheres do *Frente Amplio*, sempre lutamos por uma comissão programática que assessorasse no tema da perspectiva de gênero. E aí, tivemos um programa no governo departamental de Montevidéu, de Tabaré Vasquez, onde

41

Advogada especializada em Direito Familiar, atuou no cenário político uruguaio pelos direitos das mulheres.

tínhamos todo um capítulo específico de que políticas tinham de ser tomadas para a mulher. Nesse governo, fui vereadora e trabalhei com todas as outras no país. Ali utilizei toda a experiência do trabalho com a *Concertación*, em fazer acordos entre as mulheres de outros partidos, ter uma agenda que construímos todas juntas de coisas que queríamos. [Foi importante] para trabalhar alguns temas com as vereadoras de todo o país, e éramos umas quantas e de todos os partidos políticos!

Começamos a pôr, então, os temas que podíamos e que todas estavam de acordo nas políticas públicas de saúde ou educação. Um deles era o [exame] papanicolau, para que tivesse nas casas de saúde, que fosse obrigatório; outro era a troca de textos escolares [em materiais didáticos], que nós impulsionamos em nosso governo. Fizemos uma movimentação estupenda. Nesse segundo período, tivemos algumas legisladoras, e uma dirigente sindical entrou como legisladora, Carmen Beramendi. Eu trabalhava muito com a Carmem porque éramos companheiras da Comissão de Mulheres do *Frente*. Ela tinha muito apoio político e, como toda a dirigente sindical, era muito boa em discurso, sempre fomentando entre os legisladores o tema da mulher. Depois disso, tivemos um apoio grande. Isso era possível porque havíamos trabalhado juntas na saída da ditadura: as da esquerda com as tradicionais, do Partido Colorado, as independentes e do Partido Nacional. Criamos uma confiança entre nós que sabíamos até onde poderíamos ir.

Meu companheiro era militante do *Frente*, como eu, mas ele não estava setorizado, eu sim. Eu fiz uma carreira política, era militante de um setor político e, logo, tive cargos institucionais, e ele era do entorno dos assessores do General Seregni⁴². Tínhamos muitas discussões porque era um entorno muito machista. Claro, era um militar! Estavam acostumados que sua mulher fosse a submissão

42

Líber Seregni, militar e político uruguaio, um dos fundadores do *Frente Amplio*, em 1971 (Sader, 2006. p. 1097).

personificada. Chegou um momento em que as discussões políticas eram muito difíceis com meu companheiro, por causa do seu entorno, e, como eu fazia uma carreira política, gozavam com ele. Enfim, a relação ficou muito difícil, nossas filhas eram adolescentes, estávamos saindo da ditadura, foi como romper aquilo que havia ficado preso. Eu tirei minhas filhas do colégio privado onde estavam, que era onde todos os militantes de esquerda tínhamos nossos filhos, e passaram à escola secundária pública, que era mais relaxada. Foi difícil, com as meninas adolescentes. A menor passou por um momento de drogas, essa coisa de liberdade. Meu marido se chocou muito porque era um macho tradicional, que sua mulher se metera a ser feminista, a reivindicar determinadas coisas. Em seu entorno político, ele era o Senhor Percovich; para ele foi muito difícil. E, além do mais, minhas filhas cresciam, estavam se tornando mulheres, então para preservar minhas filhas, eu me divorciei, segui minha carreira, tinha independência financeira e creio que foi o melhor para elas, para a mais nova, sobretudo. E segui sozinha.

Em 1995, a fundação Frederick Ebert⁴³ nos ofereceu auxílio e, então, começamos a ter apoio econômico para trabalhar com as mulheres políticas. Eu sempre quis trabalhar com as mulheres do interior, com as que não têm dinheiro, porque os partidos políticos não nos dão suporte. E começamos a constituir a *Red de Mujeres Políticas del Uruguay*, que está formada por mulheres de todos os partidos. Então, a rede iniciou em 1993, mas ganhamos força quando começamos a ter dinheiro para poder nos reunir e realizar cursos de capacitação. Seguimos sempre com financiamento e isso nos fortaleceu muito nos âmbitos das mulheres em cada um dos partidos políticos e para ir afinando as propostas em cada governo, para seguir avançando. Isso nos permitiu, quando a esquerda ganhou o

43

Fundada em 1925, a fundação alemã Friedrich Ebert Stiftung (FES) tem como objetivos a promoção dos princípios fundamentais da democracia social de liberdade, justiça e solidariedade através de ações, entre outras, de colaborações internacionais em formação política. Site oficial: <http://www.fesur.org.uy/>.

governo, ter muito claro o que queríamos em termos de políticas públicas a serem desenvolvidas e como fazer.

Eu, entre 2000 e 2005, fui deputada pela Vertente Artigüista. Nesse período, ainda que sendo deputada de oposição, pude trabalhar junto com as três deputadas do Partido Nacional, as três deputadas do Partido Colorado e sete do *Frente Amplio*. Estava claro que nós todas trabalhávamos com o tema da mulher, já havíamos feito um acordo antes, porque éramos muito amigas, e criamos uma bancada feminista. Trabalhamos barbaramente com as organizações de mulheres e as acadêmicas, porque precisávamos de dados para fundamentar nossos esforços. [Em 2008] aprovamos a lei de violência doméstica, medidas cautelares para o tema da violência, o direito ao acompanhamento do parto. Alcançamos avançar várias leis com perspectiva de gênero. Ademais, conseguimos aprovar, na Câmara dos Deputados, a despenalização do aborto.

Em 2005, o *Frente Amplio* ganhou e eu fui Senadora. Nesses cinco anos, com maioria parlamentar, concretizamos muitas leis e políticas públicas que melhoraram demasiado a situação das mulheres, pois conseguimos implementar muitas das propostas que havíamos nos comprometido programaticamente.

Depois, me cansei da batalha, aos setenta anos [risos], e disse: "não, que venha gente jovem, porque nós, as velhas, somos históricas, 'dinossauras'". Tenho me dedicado a outras partes. Me cansei muito, também, da batalha interna, onde tínhamos que estar sempre disputando como um setor político na política uruguaia. Sou professora, tenho minha ONG, *Ciudadania en Red*, onde sigo trabalhando na capacitação das mulheres políticas.

ENTREVISTAS

BERAMENDI, Carmen. [Entrevista concedida a] Cristina Scheibe Wolff. **Acervo do LEGH/UFSC**. Montevideu, Uruguai, 28/03/2008.

CELIBERTI, Lilian. [Entrevista concedida a] Cristina Scheibe Wolff. **Acervo do LEGH/UFSC**. Montevideu, Uruguai, 28/03/2008.

D'ALESSANDRO, Glória. [Entrevista concedida a] Cristina Scheibe Wolff. **Acervo do LEGH/UFSC**. Montevideu, Uruguai. 23/03 /2008. Disponível em; Acesso em:

ESPINO, Alma. [Entrevista concedida a] Cristina Scheibe Wolff. **Acervo do LEGH/UFSC**. Montevideu, Uruguai, 27/03/2008.

PERCOVICH, Margarita. [Entrevista concedida à] Joana Maria Pedro. **Acervo do LEGH/UFSC**. Montevideu, Uruguai, 31/03/2011.

REFERÊNCIAS

CELIBERTI, Lilian; GARRIDO, Lucy. **Mi habitación, mi celda**. Montevideo: Arca, 1990.

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. **Quem ri por último, ri melhor**: humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988). 2016. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A revolução Sandinista “Pátria ou muerte”: os 30 anos da Revolução Sandinista. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 103, p. 84-89, dez. 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 2005. Páginas. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. A gestação do golpe no Uruguai: o governo Bordaberry e o papel dos militares (1972-1973). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 38, nº 1, p. 27-44, jan/jun. 2012.

PEDRO, Joana Maria. Trajetórias políticas em mudança: tornar-se feminista no Cone Sul. *In*: PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero; RIAL, Carmen Silvia de Moraes (Org.). **Fronteiras de gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011. p. 135-149.

SADER, Emir. **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas, 2006.

SAPRIZA, Graciela. "Nos habíamos amado tanto". Años revueltos. Mujeres, colectivos y la pelea por el espacio público. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, página inicial e final, set/dez, 2015.

TRISTÁN, Eduardo Rey. **A la vuelta de la esquina**: la izquierda revolucionaria uruguaya 1955-1873. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 19-38, 2007.

ÍNDICE DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CIES	Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo
CNT	Convención Nacional de Trabajadores
CONAPRO	Concertación Nacional Programática
COT	Congreso Obrero Textil
FA	Frente Amplio
FAU	Federación Anarquista Uruguaya
FEUU	Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay
GAU	Grupos de Acción Unificadora
GRECMU	Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer
JC	Juventude Comunista
JSU	Juventude Socialista do Uruguai (JSU)
MLN Tupamaros	Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros
MNLT	Movimiento Nacional de Lucha por la Tierra
OPR-33	Organización Popular Revolucionaria 33 Orientales
PC	Partido Comunista
PLEMU	Plenario de Mujeres del Uruguay
PS	Partido Socialista
UTAA	Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas
GRECMU	Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer Uruguaya

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Areco, Jorge Pacheco 310, 311
 Beauvoir, Simone de 326
 Beramendi, Carmen 313, 328, 361
 Bordaberry, Juan María 311
 Cariboni, Raúl 340
 Cassina, Alba 360
 Celiberti, Lilian 313, 314, 336, 337, 354
 Chifflet, Guillermo 318
 Colucci, Anna María 345
 D'Alessandro, Glória 313, 315, 316, 354
 Filgueira, Nea 358
 Galeano, Eduardo 318
 Garrido, Lucy 314, 354
 Gatti, Geraldo 340
 Gestido, Óscar Diego 310
 Guevara, Ernesto (Che) 332
- Méndez, Sara 340
 Mujica, José 308
 Olvinho, Dietrich 335
 Onandi, Mariana 354
 Quinteros, Elena 340
 Reta, Adela 360
 Rodríguez, Héctor 354
 Rodríguez, Silvia 358, 359
 Ron, Roberto 329
 Sapriza, Graciela 310, 312, 336, 358
 Sayagués, Mercedes 358
 Sendic, Raúl 318, 320, 321
 Seregini, Liber 361
 Sheppard, Raquel Macedo de 360
 Vasquez, Tabaré 360
 Wassen, Adolfo 322

ÍNDICE REMISSIVO

A

abertura democrática 351
 aborto 308, 317, 325, 342, 344, 345, 354, 363
 Argentina 340, 350, 356

B

Batllismo 308
 Buenos Aires 318, 349, 356

C

Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo (CIES) 353, 366
 Chile 335, 349
 Comisión de la Mujer 324
 Comisión de Mujeres do Frente Amplio 351
 Comuna Mujer 326
 Concertación Nacional Programática 315, 359, 366
 Congreso Obrero Textil 357, 366
 Coordinación de Mujeres 344
 Cotidiano Mujer 327, 343, 344
 Cuba 332, 340, 341

D

direita 319
 ditadura 311, 312, 315, 316, 317, 320, 321, 322, 332, 333, 336, 342, 343, 352, 355, 357, 359, 361, 362, 364
 divórcio 308, 327, 336, 337, 341

E

El Sol (periódico) 318
 Espacio Feminista 336, 345
 Estudios sobre el Desarrollo - Uruguay 353
 exílio 313, 314, 323, 334, 349, 350, 351, 352

F

Federación Anarquista Uruguaya 313, 338, 366

feminista 308, 312, 314, 315, 316, 323, 325, 327, 328, 332, 335, 336, 337, 341, 342, 343, 344, 345, 350, 351, 352, 353, 354, 358, 362, 363, 364, 365

Frente Amplio 315, 318, 324, 325, 336, 346, 349, 351, 354, 356, 359, 360, 361, 363, 366

fundação Frederich Ebert 362

G

gênero 324, 335, 337, 344, 351, 353, 358, 359, 360, 363, 365
 Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer Uruguaya (GRECMU) 315, 334, 336, 343, 345, 357, 358, 359, 366

Grupos de Acción Unificadora 354, 366

Guerra do Vietnã 309

I

Instituto Mujer y Sociedad 324

J

Juventude Socialista do Uruguai 318, 366

L

La Cacerola (periódico) 315, 357, 358

Lei de Segurança Nacional 321

M

machismo 323, 332

maternidade 331, 343, 344

México 350

militância 312, 313, 316, 317, 318, 323, 328, 330, 334, 337, 338, 339, 341, 346, 347, 348, 349, 351, 352, 355, 356, 357

Montevideu 310, 319, 321, 324, 326, 346, 347, 351, 352, 357, 360, 364

movimento dos destituídos 321, 322

Movimento Estudantil 328

Movimentos de Luta Campesina 328

Movimiento Nacional de Lucha por la Tierra 328, 366

Mujer Ahora 346

O

OPR-33 313, 330, 366

O Segundo Sexo 326

P

Pachecato 310, 311, 364

Partido Colorado 308, 309, 360, 361, 363

Partido Comunista 334, 336, 340, 349, 351, 359, 366

Partido Nacional 309, 338, 357, 360, 361, 363

Partido Socialista 313, 317, 318, 319, 366

Plenario de Mujeres del Uruguay 358, 366

prisão 311, 313, 314, 332, 333, 334, 349, 352

R

Red de Mujeres Políticas del Uruguay 362

Resistencia Obrero Estudiantil 340

Revolução Cubana 309

Revolução Sandinista 351, 364

S

sindicatos 340, 358

T

trabalhadores 308, 328, 336

Tupamaros 310, 313, 321, 322, 329, 330, 341, 366

U

Uruguai 308, 310, 311, 312, 314, 318, 321, 325, 328, 335, 338, 342,
343, 345, 349, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357,
358, 359, 364, 366

SOBRE AS AUTORAS

Ana Maria Veiga

É doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina e tem pós-doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas também pela UFSC. É professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisa feminismos negros, interseccionalidades, mulheres sertanejas, teorias decoloniais, história visual e história digital. Possui experiência em roteiro e produção audiovisual. Dirigiu o web-documentário *Fala Sertaneja* (falasertaneja.projetah.com). É líder do grupo de pesquisa ProjetAH - História das mulheres, gênero, imagens, sertões, e é a atual presidenta da Associação Nacional de História - ANPUH Brasil (biênio 2023-2025).

Andréia Amorim da Silva

É doutoranda no curso de Pós-graduação em História Global na UFSC, mestra em História e bacharela e licenciada em História pela mesma instituição. Atuou como professora na Rede Pública do Estado de Santa Catarina (2019). Possui interesse em História da Historiografia, História Militar, História Intelectual e produção de Enciclopédias.

Camila Nascimento Azevedo

É mestra em História Cultural pelo programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, com bolsa CNPq. Bacharela e licenciada em História pela mesma instituição (2010). Possui especialização em Ensino Integrado de Filosofia, Geografia, História e Sociologia para professores da Educação Básica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Suas pesquisas concentram-se na área de arquivos privados e ensino de História. Atuou como bolsista de apoio técnico de nível superior do CNPq no projeto Vidas Clandestinas relações de gênero na clandestinidade, um estudo comparativo no Cone Sul sobre apropriações de teorias feministas (1960-2008), coordenado pela Profa. Dra. Joana Maria Pedro. Atuou como tutora a distância no curso de Pedagogia do Centro de Educação a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina (CEAD). Entre 2016 e 2023, foi professora substituta de História em diversas instituições, atuando também nas disciplinas de Ensino Religioso e na trilha Tecnologias digitais e a Internet como Espaço Social. Possui experiência no ensino fundamental, médio e na Educação de Jovens e Adultos. Atualmente, é professora efetiva de História na rede municipal de São José.

Cintia Lima Crescêncio

É doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do ABC (UFABC), membro do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais e coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero da UFABC. É pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Atualmente coordena o projeto “Uma História das Artistas do Traço no Brasil (1960-1990)”, financiado pela Chamada CNPq/MCTI N° 10/2023, processo 403648/2023-8.

Cristina Scheibe Wolff

É doutora em História pela USP, e fez pós-doutorado e foi pesquisadora visitante na Université de Rennes 2, na University of Maryland e na University of Massachusetts/Amherst. É professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, onde atua no curso de graduação em História e nos Programas de Pós-graduação em História e Interdisciplinar em Ciências Humanas. Bolsista de produtividade do CNPq 1C. É coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História, integrante do Instituto de Estudos de Gênero, Coordenadora Editorial da Revista Estudos Feministas e integra o GT Feminismos, Gênero y Memoria na América Latina y Caribe da CLACSO.

Danielle Santos Dornelles

É mestra em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bacharela e licenciada em História pela mesma instituição (2017). Atua como professora na Rede Pública Municipal de Florianópolis (2024). Possui interesse em Teoria da História, Literatura, Distopia, Ficção Científica, Estudos de Gênero e Feminismos.

Eloisa Rosalen

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2016) e doutorado em Programa de Pós-graduação em História da UFSC pela Universidade Federal de Santa Catarina (2021). Foi bolsista de Pós-doutorado Júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizando estágio na Universidade Estadual de Montes Claros. Atualmente é professora da rede pública estadual de Santa Catarina. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: exílio, relações de gênero, memórias, feminismos e ditadura militar.

Fernando Damazio dos Santos

Atuou como bolsista de apoio técnico do CNPq no projeto “Un pedazo de mi alma: gênero e sentimentos na retórica da resistência às ditaduras militares no Cone Sul”, coordenado pela Profª Drª Cristina Scheibe Wolff. Atualmente é funcionário internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Mestre em Desenvolvimento Internacional e Gerenciamento na Lund University, Suécia, bolsista do programa Swedish Institute Scholarship for Global Professionals. Bacharel em Filosofia e Relações Internacionais, ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Gleidiane de Sousa Ferreira

É mestre e doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora no curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral, no Ceará. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina – GEHGAL.

Heloísa Nunes dos Santos

Possui graduação(2014) e mestrado em História(2017) na Universidade Federal de Santa Catarina. Foi bolsista de Iniciação Científica (IC) no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) entre 2011 e 2014. É também graduada em Pedagogia (2018) pela Faculdade Estácio de Sá. Atualmente é professora efetiva de anos iniciais na Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Janine Gomes da Silva

É doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Tem pós-doutorado em História na *Université Rennes 2* (Rennes, França). Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). É pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero – (IEG/UFSC) e do Laboratório de Estudos de Gênero e História – (LEGH/UFSC) e integra o GT Feminismos, Gênero y Memoria na América Latina y Caribe da CLACSO. Atualmente coordena o projeto “Impasses para a presença de mulheres em espaços de poder: assédio nas universidades e violência política de gênero (estudo comparado entre América Latina e França)”, financiado pela Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023, processo 406634/2023-8.

Joana Maria Pedro

É doutora em História Social (USP-1992), professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, pós-doutorado na França, na Université d'Avignon, entre 2001 e 2002 e, também, nos Estados Unidos, na Brown University entre 2016 e 2017. Foi Presidenta da ANPUH – Associação Nacional de História na gestão 2017-2019, hoje está aposentada e trabalhando com professora voluntária nos programas de Pós-Graduação em História e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. É uma das pesquisadoras do IEG – Instituto de Estudos de Gênero - e do LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História, pesquisadora 1-A do CNPq. Sua publicação mais importante é: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (organização). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

Joana Vieira Borges

Possui graduação (UFSC, 2004), mestrado (UFSC, 2007) e doutorado (UFSC, 2013) em História, com período sanduíche na Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires (Argentina, 2011). É professora adjunta do Departamento de Metodologia de Ensino (MEN/CED) da Universidade Federal de Santa Catarina. Está vinculada a dois grupos de pesquisa: Instituto de Estudos de Gênero (IEG) e Patrimônio, Memória e Educação (PAMEDUC). Tem experiência na área de ensino e pesquisa em História, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de história, formação de professores/as, história da leitura e do livro, e estudos feministas.

Josiély Koerich

É Licenciada e Bacharela em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015), e atualmente graduanda do curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Foi bolsista de Iniciação Científica (IC) no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) entre 2012 e 2014. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: relações de gênero, arquivo, memória, história oral, história do tempo presente, patrimônio e ditaduras do Cone Sul latino-americano entre as décadas de 1950 e 1980.

Larissa Viegas de Mello Freitas

Graduada e mestra em história pela UFSC; doutora em história pela UDESC. Atua como professora de história e pesquisadora sobre história das mulheres, das relações de gênero e feminismos.

Lidia Schneider Bristot

É graduada e mestra em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde defendeu a dissertação intitulada “Ser revolucionário ou revolucionária: discursos sobre juventude na esquerda armada latino-americana (Brasil e Uruguai, 1959-1973)” em 2018. Atualmente é professora na Rede Municipal de Educação de Florianópolis. Tem interesse nos temas de estudos sobre juventude, gênero, ditaduras latino americanas e anarquismo.

Lucimari de Oliveira Siqueira

Mulher negra. Nasceu em Florianópolis no estado de Santa Catarina. Casada e mãe de dois filhos. É formada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. No ano de 2018 ingressou no curso de Pedagogia no Centro da Ciência da Educação pela mesma Universidade.

Lucas Fernandes Silochi

É Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2019). Foi bolsista de Iniciação Científica (IC) no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) entre 2014 e 2017. Atualmente é estudante do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória-UFSC) e atua como professor na Rede Estadual de Educação de Santa Catarina.

Mariane da Silva

É professora efetiva da Rede Municipal de Ensino do Município de Antônio Carlos/SC. Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Global da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC), vinculada à linha de pesquisa: Conexões globais: teoria, arte e narrativas (bolsista Uniedu/FUMDES 2021-2025). Mestre em História pelo PPGH-UFSC, vinculada à linha de pesquisa: Histórias Entrecruzadas de Subjetividades, Gênero e Poder (bolsista CAPES 2016-2018). Possui graduação em Pedagogia (2022), pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) e em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015), onde foi bolsista de Iniciação Científica no projeto “Lágrimas como bandeira: emoções e gênero na retórica da resistência no Cone Sul” (2013). Possui interesse nas áreas de gênero, memória, história das mulheres e da historiografia relacionada a última ditadura civil-militar brasileira.

Musa Santos

Se graduou em História pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2016. Fez parte do grupo de estudos do Laboratório de Estudos de Gênero e História, coordenado pelas professoras Dr.^a Joana Maria Pedro, Dr.^a Cristina S. Wolff e Dr.^a Janine Gomes. Atuou como bolsista de iniciação científica vinculada à pesquisa "Vidas clandestinas: Relações de gênero na clandestinidade, um estudo comparativo no Cone Sul sobre apropriações de teorias feministas (1960-2008)", orientada pela Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro, e como bolsista de Apoio Técnico no mesmo projeto. Atualmente se encontra em Portugal, país que escolheu para seguir seus estudos na área de Design.

Soraia Carolina de Mello

É professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Engajada em pesquisas dedicadas às histórias dos feminismos realizadas no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da UFSC desde a Iniciação Científica, a partir de 2005, teve contato com diferentes investigações que envolveram a Argentina no decorrer de sua formação. Aproximou-me mais dos feminismos da Argentina durante sua pesquisa de mestrado, quando estudou os debates feministas sobre trabalho doméstico no Cone Sul. No doutorado realizou estágio sanduíche na Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP), estreitando essa relação.

Raisa Gomes

É graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2019. Entre 2015 e 2017 participou do projeto "Lágrimas como bandeira: emoções e gênero na retórica de resistência às ditaduras do Cone", onde desenvolveu este capítulo. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos e atua como professora na rede municipal de Florianópolis.

Tamy Amorim da Silva

É historiadora formada pela Universidade Federal de Santa Catarina, realizou o doutorado e mestrado em História no Programa de Pós-Graduação em História (UFSC). É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH-UFSC) e possui pesquisas voltadas para o estudo da participação de mulheres nas resistências às ditaduras no Cone Sul e revistas feministas, com enfoque no Paraguai.

Tauana Olívia Gomes Silva

É graduada em História pela Universidade Vale do Rio Doce- Univale (2005) e graduada em História pela Université Rennes 2 (2008). Mestre em História Relações Internacionais pela Université Rennes 2 em convenção bilateral com a Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Doutora em História pela Université Rennes 2 em cotutela internacional com a Universidade Federal de Santa Catarina (2019). Possui interesse pelos seguintes temas: História das Mulheres Negras, Feminismo Negro, Relações de Gênero e Raciais, Movimentos Sociais, Memórias, Autoritarismo, Relações Internacionais, Brasil e França. Atualmente é diretora do centro de formação Parlons Portugais, na França.

www.pimentacultural.com

MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA

mulheres nas ditaduras do Cone Sul



PPGICH
Programa de Pós-graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas

